

---

## **Periodização da língua portuguesa num contexto social: uma contribuição para a Sociolinguística histórica<sup>1</sup>**

---

*Maria José Carvalho*

*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

*(Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada)*

### **Resumo:**

Neste trabalho, apresentamos algumas considerações de carácter periodológico que possam contribuir para a desagregação dos dois compactos blocos tradicionalmente estabelecidos na história da língua portuguesa —o português arcaico e o português moderno—, em épocas mais nitidamente diferenciadas. Tentou-se aplicar à Linguística histórica alguns princípios e métodos da Sociolinguística actual, procurando evidenciar uma co-variação de dados linguísticos e factores sociais. É, de facto, nossa convicção que para o estabelecimento de uma proposta de periodização da língua portuguesa deverão relacionar-se os factores internos e externos.

### **Palabras chave:**

Sociolinguística histórica, História da Língua Portuguesa, Português arcaico, Mudança linguística, Variação e mudança, Periodização linguística, Morfologia histórica, Periodização do Português.

### **Abstract:**

*In this work, we introduce some proposals regarding to the periodisation in the Portuguese language which may contribute to a further division of the traditionally established blocks of Early and Modern Portuguese into more distinct and clear time periods. There was an attempt to apply several principles and methods of Sociolinguistics to historical linguistics by focusing clearly on the co-variation of linguistic data and social factors. In fact, we believe that for the purpose of establishing time periods in the Portuguese language, hypothesis which combines internal and external factors should be considered.*

### **Key words:**

*Historical Sociolinguistics, History of the Portuguese Language, Early Portuguese, Language Change, Linguistic Variation and Change, Linguistic Periodisation, Historical Morphology, Periodisation of the Portuguese Language.*

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui uma versão aumentada de uma comunicação apresentada em língua inglesa ao *XVth International Conference on Historical Linguistics*, que decorreu em Melbourne (La Trobe University) de 13 a 17 de Agosto de 2001.

## 1. Introdução

0. Reconstruir fases pretéritas da língua portuguesa, particularmente numa época em que galegos e portugueses mantinham quase intacto o “cordão umbilical” que os uniria, de forma mais ou menos matizada, durante centenas de anos, é uma tarefa morosa e nada fácil para o investigador. Primeiro, porque dos estádios medievos da nossa língua apenas chegou até nós uma parte da documentação; do destino de outras fontes, perdidas na bruma do tempo ou vitimadas por alguma incúria do Homem, nada sabemos. À escassez dos materiais remanescentes disponíveis para análise (cujo *corpus* nunca será ideal, por razões de ordem prática), acresce o complexo polimorfismo de que se revestiam as *scriptae*<sup>2</sup>, decorrente, essencialmente, das dificuldades que o manejo de uma nova língua criava a notários e escribas inexperientes. Por outro lado, a análise de alguns textos exige reservas. Como se sabe, é inegável o valor documental de algumas fontes de carácter privado que, pela natureza jurídica que, normalmente, assumem e pelo condicionamento espaço-temporal que as viu nascer, são dos mais fidedignos testemunhos para o estabelecimento do cenário periodológico medieval. As dúvidas subsistem, porém, no que respeita aos textos literários, geralmente “estilizados”<sup>3</sup> ou trabalhados em função de necessidades métricas e rimáticas, e cujos autor, data e local de redacção, na maior parte das vezes, se desconhecem.

### 1.1. Enquadramento teórico-metodológico

Constitui um dos objectivos deste artigo apresentar os resultados da pesquisa empreendida no processo de reconstrução de quatro aspectos morfológicos da língua do passado, com base num método de aproximação, por via quantitativa, aos dados empíricos fornecidos pelo *corpus* documental remanescente dos séculos XIII, XIV, XV e primeiros anos do século XVI<sup>4</sup>. Tentou-se aplicar ao estudo da história da língua portuguesa alguns princípios e métodos da Sociolinguística actual, procurando evidenciar uma eventual co-variação de dados linguísticos e factores

---

<sup>2</sup> O termo “scripta” foi criado por Remacle (1948: 24) para se referir às línguas vulgares escritas da Idade Média.

<sup>3</sup> Referindo-se às composições poéticas dos cancioneiros, Clarinda de Azevedo Maia salienta as limitações dos mesmos enquanto fontes de conhecimento do galego-português, exprimindo-se deste modo: “trata-se de uma linguagem literária, de feição artística, que resulta de uma estilização e não de uma reprodução da linguagem falada na Galiza e na zona de Entre-Douro-e-Minho” (Maia 1997: 3).

<sup>4</sup> O *corpus* analisado foi, de facto, muito extenso e inclui diversos tipos textuais que integram a documentação portuguesa remanescente compreendida entre os séculos XIII e XVI. Para se ter uma ideia da sua extensão consulte-se a tese de Mestrado da Autora, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra em 1996 e elaborada no âmbito do “Programa Intervenção Operacional *Praxis XXI*” (Carvalho 1996).

sociais, a partir de uma análise descritiva de frequência, com base estatística, em diferentes tipos textuais. Depois de comparados os dados obtidos sobre os quatro fenómenos de morfologia histórica, foram traçados alguns marcos periodológicos importantes, e, uma vez que uma mudança na língua é, normalmente, subsidiária de factores e eventos que lhe são alheios, estabeleceu-se uma relação entre esses períodos e a dinâmica histórico-social que os motivou. Neste sentido, os fenómenos analisados deixam de ter um carácter isolado para passar a ser encarados como “fenómenos linguísticos de conjuntura”<sup>5</sup>, pois a sua cronologia na língua oral deverá ter sido sensivelmente a mesma. É, de facto, nossa convicção que, na esteira da metodologia da história moderna, deverá constituir uma preocupação constante do periodizador da língua tentar captar, sob vários ângulos, as várias “conjunturas linguísticas” por que passou a língua hodierna.

Pensamos, por todos estes motivos, que um reexame da documentação medieval portuguesa à luz deste modelo inovador de integração da óptica do tempo, virá enriquecer os estudos de carácter filológico realizados no início do nosso século, onde, apenas de forma impressionística, afloram algumas considerações de tipo variacionista sobre alguns fenómenos linguísticos. Como observa Suzanne Romaine: “What is needed is a way of combining the rich philological tradition with recent work on quantitative methods, discourse analysis, literacy as well as with historical phonology, syntax, semantics and pragmatics” (Romaine 1988: 1453). Por outro lado, este modelo poderá contribuir, em grande medida, para a superação das aparentes dicotomias sincronia / diacronia e estrutura / mudança.

Tendo em conta a diversificação do *corpus* analisado e a consequente diferença de proveniências sócio-culturais dos emissores das fontes que o constituem, inseridos necessariamente em mundividências espaço-temporais também heterogéneas, afigura-se importante um confronto entre vários sistemas que, seguramente, coexistiram no espectro sócio-cultural medieval, e que se concretizaram na formação de uma espécie de *continuum* linguístico, matizado pelas diferenças de níveis socio-linguísticos que a linguagem dos escribas deixou reflectidas.

## 1.2. Apresentação dos fenómenos estudados

O nosso objectivo primordial é, assim, à luz de uma perspectiva sociolinguística histórica, tecer algumas considerações de carácter periodológico que possam contribuir para a desagregação dos dois compactos blocos tradicionalmente estabele-

---

<sup>5</sup> O termo “conjuntura” é muitas vezes usado por V. Magalhães Godinho: “É de esperar, aliás, que os tempos das estruturas, das conjunturas e dos acontecimentos não coincidam [...]”; e numa outra passagem, acrescenta: “as inversões de conjuntura longa também não datam de um ano preciso simultaneamente para todos os produtos ou sectores, levam alguns anos a espraiair-se[...]” (Godinho 1968: 14-15).

cidos na história da língua portuguesa<sup>6</sup> –o português arcaico e o português moderno–, em épocas mais nitidamente diferenciadas. As quatro variáveis morfológicas seleccionadas são normalmente consideradas pelos estudiosos como fundamentais para uma proposta de periodização da língua portuguesa:

- O morfema número-pessoal *-des* de formas verbais do tipo *cantades*, *temedes*, etc. e a evolução do morfema após a síncope de *-d-*. No português arcaico as formas verbais da 2ª pessoa do plural terminavam no morfema número-pessoal *-des* ou *-de* (no imperativo), resultado da evolução fonética do sufixo latino *-tis* ou *-te*, sofrendo, ao longo desse período, um processo gradual de desaparecimento do *d* intervocálico, que irá desencadear as regras assimilatórias subsequentes (*temedes* > *temees*, p. ex.). A simplificação (crase) das vogais geminadas e a formação da semivogal (*temees* > *temes* > *temeis* ou *temees* > *temeis*) são, normalmente, mais tardias, revelando este último processo um resultado idêntico ao português actual.
- As formas participiais em *-udo* dos verbos da 2ª conjugação (*temudo*, *recebudo*, etc) e sua substituição por *-ido*. Trata-se de um outro fenómeno que se considera importante para qualquer tentativa de estabelecimento de uma periodização da língua portuguesa e que diz respeito à evolução das terminações participiais dos verbos em *-er*, do português antigo ao português moderno. No português arcaico a terminação dos referidos participípios era constituída pela vogal temática *u* + *do* (*temudo*, p. ex.), que cedo começou a aparecer em variação com *i* + *do* (*temido*).
- A existência da dupla série (átona e tónica) dos possessivos femininos e a eliminação das formas átonas no português moderno. No português antigo, as formas proclíticas dos actuais pronomes possessivos femininos *minha(s)*, *tua(s)* e *sua(s)* apresentavam, de um modo geral, as grafias *mha(s)*, *mia(s)* (pronunciadas como uma só sílaba com ditongo crescente: *miá(s)*), *ma* (forma contracta, mais rara), *ta(s)* e *sa(s)*. Com elas coexistiam as dissilábicas *mia*, *mã* e *minha*, usadas, geralmente, como pronomes absolutos ou como pronomes adjuntos pospostos a substantivos. Caracterizava-se, assim, o sistema de tais pronomes pela existência desta dupla série, cujo emprego dependia do lugar que uma e outra ocupavam no sintagma. Esta distinção começou a não ser observada a partir de uma determinada altura, acabando as formas *minha*, *tua* e *sua* por ser generalizadas aos dois contextos, tal como no português de hoje.

<sup>6</sup> Grandes mestres da periodização da língua portuguesa, como Said Ali, Serafim da Silva Neto, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Leite de Vasconcelos e Paul Teyssier são unânimes em considerar que o português antigo se estende até princípios do século XVI, altura em que começa a fase moderna. Outros autores, como Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina M. da Luz, preferem designar de “português clássico” o português que se delinea no século XVI, designação que é também partilhada por Castro (1991: 241). Uma síntese sobre periodização da língua portuguesa é-nos apresentada, de forma crítica, por Maia (1995: 5-11).

- A alomorfa no plural dos nomes de lexema em *-l* (após a síncope desta consoante). A queda de *//* intervocálico, exclusivamente galego-portuguesa, originou o contacto da vogal *e* do tema com a vogal tónica precedente (ANIMALES > *animaes*; CRUDELES > *cruees*; GENTILES > *genties / -iis*; SOLES > *soes*, etc.), resultando, posteriormente, o processo de ditongação (ou crase, no caso de *-l* precedido de *i* tónico), que se deu nos finais do período arcaico da nossa língua: *animais*, *crueis*, *gentis*, *sóis*, etc. A terminação latina *-iles* originou, em posição tónica, *-ies*, que passou a *-iis*, reduzindo-se a *-is*, por actuação das regras da crase. Quando átona, evoluiu para *-ees*, que mais tarde, “por dissimilação ou devido ao lugar ocupado pelo último *e*, se tornou em *-eis*” (Nunes 1989: 229). Acontece que na língua arcaica essa distinção não era observada, fazendo normalmente o plural em *-is*, quer os nomes de final acentuado, quer os outros.

É evidente que, por mais importantes que sejam os factores sociais, estão submetidos aos imperativos do sistema linguístico, apenas actuando nos contextos em que este o permite. Assim, para além dos condicionamentos sócio-culturais que impulsionam uma mudança linguística, na determinação da sua racionalidade deverão também considerar-se as condições necessárias para a sua ocorrência. Weinreich, Labov e Herzog apontam para uma interacção das duas ordens de factores, sublinhando que “explanations which are confined to one or the other aspect, no matter how well constructed, will fail to account for the rich body of regularities that can be observed in empirical studies of language behavior” (Weinreich / Labov / Herzog 1975: 188). Assim, por exemplo, para a síncope de *-d-* nas formas verbais de 2ª pessoa do plural, foi determinante a sua posição intervocálica; por outro lado, a compatibilidade ou incompatibilidade dos sons na cadeia falada estiveram na origem dos diferentes ritmos evolutivos na passagem da vogal temática *u* da terminação *-udo* à vogal temática *i* da terminação participial moderna; e a presença de três vogais contíguas em formas de plural de alguns nomes, adjetivos e pronomes de lexema em *-l*, favoreceu a passagem da vogal temática a semi-vogal e consequente formação do ditongo. No entanto, a “adopção” e a “difusão” das novas variantes esteve, normalmente, associada a factores extralinguísticos específicos.

Um outro importante factor a considerar na explicação da mudança linguística é o processo de “nivelção analógica”, cujos efeitos mais frequentes se dão na Morfologia. Uma mudança analógica traduz-se na substituição de uma forma menos “transparente” (Bynon 1981: 59), ou já não transparente para o falante, por outra nova, funcionalmente equivalente, cuja estrutura reflecte a do modelo. Assim, por exemplo, o progressivo apagamento da terminação *-udo* dos verbos da segunda conjugação, com consequente redução da alternância morfológica *-udo* ~ *-ido*, deveu-se a um processo de nivelção cujo modelo deverá ter sido oferecido

pelos participios dos verbos de tema em *i*. Ora, é muito provável que os factores que favorecem qualquer mudança analógica sejam os mesmos que impulsionam a difusão de qualquer outra inovação linguística.

Antes de empreender qualquer divisão da língua em períodos, convém, contudo, salientar que ela deverá representar um compromisso entre vários pontos de vista e várias “línguas funcionais” (Coseriu 1981: 308), devendo, por isso, ter-se em consideração que fenómenos modernos alvoreceram em períodos marcadamente arcaicos e que, ao invés, fenómenos de sabor arcaico continuaram a persistir, ainda que sob novas roupagens, em fases modernas e contemporâneas. Daqui resultam, inequivocamente, consequências de relevo na delimitação dos termos *a quo e ad quem* dos marcos balizadores desses períodos: se, por um lado, é particularmente difícil datá-los com rigor, já que “as alterações linguísticas não dependem do calendário nem do ano em que o século acaba ou começa” (Ali 1964: 8), por outro, será necessário operar com critérios de relativização, que é sempre correlata da heterogeneidade social que caracteriza qualquer comunidade de fala. E, se é verdade que qualquer mudança linguística se processa lentamente e a ritmos diversos consoante as épocas, não é menos verdade que essa mudança não data de um momento preciso simultaneamente para todos os fenómenos em estudo. Para além das diferentes “avaliações” sociais a que estiveram sujeitas as variantes arcaicas de cada fenómeno e que, de algum modo, foram responsáveis pelas assimetrias observadas nas suas evoluções, acrescem as dificuldades oferecidas pelos diversos ritmos com que a oralidade se fixou no sistema gráfico: se em alguns fenómenos a fixação escrita acompanhou desde muito cedo a propagação oral, em outros a oralidade levou muito mais tempo a espriar-se no texto escrito.

## 2. Percorrendo o *corpus* disponível

**2.1.** Apesar de a documentação privada trecentista oriunda das províncias galegas apresentar sempre a manutenção da consoante *-d-* nas formas verbais, tal facto não deve levar a pensar que a síncope era totalmente desconhecida em tal zona geográfica. De facto, a constatação de duas formas isoladas (*Leixaame* e *ataame*) na tradução galega da *Crónica Geral* e da *Crónica de Castilla* conduz a outra conclusão. As ocorrências inovadoras encontradas não seriam mais que “lapsos” do tradutor, que empregou as que já corresponderiam ao som que ele conhecia. Do que não parece haver dúvida é que a “adopção” destas formas em território galego começou em ambientes cultos, pois não se documentam formas de tipo moderno nos textos notariais privados da mesma época. No que diz respeito ao território português, propriamente dito, parece ter sido também a corte do rei Lavrador o grupo social que as adoptou e propagou. O polimorfismo desta variável morfológica está já documentado num tratado de Direito de finais do século XIII

–*Flores de Dereyto*–, assim como numa carta dionisiana, relativamente coeva, voltando a surgir no texto da versão portuguesa da *Primeyra Partida* e numa cantiga de “escarnho e de mal dizer”, do começo do século XIV. Quanto aos textos de carácter legislativo referidos, as formas verbais encontradas não só já não exibem a dental, como também já revelam o resultado da fusão das duas vogais idênticas. Mas a etapa da “selecção” parece ter-se processado apenas em finais do século XIV. Algumas abonações encontradas na documentação régia lavrada, essencialmente, na zona centro-meridional do país, a partir da década de 50, provam-nos igualmente que as formas sem *-d-* eram já conhecidas da língua oral, provocando flutuações na escrita. Tais abonações testemunham, também, o delinear da formação de um “dialecto” que começaria a afirmar o seu prestígio. Quanto à zona setentrional do país (Entre-Douro e Minho), apenas temos notícia de uma forma sincopada num documento de D. João I, lavrado no Porto em 1398. Estas constatações obrigam, portanto, a rever as investigações feitas até ao momento, que apontam como termo *a quo* deste fenómeno, o primeiro quartel do século XV.

Diferente se afigura, também, o cenário quatrocentista, na documentação localizada a norte e a sul do rio Minho. Com efeito, na documentação privada galega registou-se apenas um exemplo esporádico de síncope e de crase (1426), só voltando a ocorrer a queda de *-d-* num documento do último ano do século. Porém, no que à zona setentrional do nosso país diz respeito (região minhota), data de 1453 o primeiro exemplo encontrado da queda de *-d-*. Na documentação régia da zona centro-meridional, tudo leva a crer que a partir da década de 20 do século XV a variante conservadora caísse em desuso, na língua comum, ficando reservada a algumas zonas geográficas ou circunscrita aos idiolectos de alguns grupos sociais. Tal situação reflecte, portanto, a pressão que os modelos linguístico e gráfico iam exercendo sobre os notários ligados à corte bem como a formação de um “dialecto” mais prestigiado, porque socialmente mais cotado. Inequívoco é que a verdadeira “mutação” linguística ocorreu no reinado de D. João I, mais propriamente com a nova corte e a nova nobreza saídas da revolução de 1383-1385. A historiografia do século XV apresenta um mosaico multifacetado, que advém, essencialmente, da heterogeneidade da estrutura social em que as personagens se movem, e que se reflecte, naturalmente, na sua linguagem. É essa análise da linguagem no seu contexto social que parece não ter sido alheia a Fernão Lopes. À semelhança destas crónicas, também a *Crónica do Condestabre* e o *Cancioneiro Geral* provam que, tal como para qualquer fenómeno de mudança e de variação actualmente em curso, é possível traçar para o período medieval algumas coordenadas da Sociolinguística actual, estabelecendo correlações entre os processos linguísticos e os fenómenos sociais como a idade, o sexo, o nível sócio-cultural e o grau de distanciamento social entre os interlocutores. Foi essa correlação que originou, em certos autores, nomeadamente Fernão Lopes, alguns poetas do *Cancioneiro Geral* e em Gil

Vicente, a formação de determinadas atitudes linguísticas, das quais o fenómeno *-des* é apenas um exemplo. E, se as mulheres são, neste domínio, mais conservadoras que os homens, foi provavelmente na boca de mulheres do Povo que as formas antigas se fizeram ouvir durante mais tempo, antes de caírem no esquecimento. O valor estilístico de *-d-*, feminino e popular, domina o seu aspecto arcaico, como o atestam as obras dos autores mencionados.

Importa não perder de vista as reservas colocadas pelos textos de carácter religioso e moralístico para a delimitação cronológica do fenómeno, uma vez que se cruzam neles, não só várias camadas linguísticas como diferentes proveniências regionais e sociais. Estes textos (quer no século XIV, quer no século XV, ou ainda no seguinte) oferecem, na generalidade dos casos, a mesma situação de conservadorismo, motivada, como se depreende, pela necessidade de aproximação aos textos sagrados originais. Exceptuam-se alguns afloramentos isolados de síncope da consoante, em textos copiados no século XV, meros “lapsos” de copistas que, com o objectivo de divulgação das obras junto do público substituíam, inconscientemente, as formas do seu original pelas que eles já usavam.

Em última análise, pode dizer-se que entre o momento em que as novas formas começaram a suplantam as antigas (finais do século XIII, inícios do século XIV) e o seu virtual desaparecimento na língua falada (1536<sup>7</sup>), decorreu um espaço de tempo onde poderão ter vivido quatro gerações sucessivas.

**2.2.** A substituição de *-udo* por *-ido* remonta a meados do século XIII, encontrando-se documentada, quer em fontes situadas na Galiza, quer em território português, e manifesta-se em todos os tipos textuais (foros régios, documentos notariais privados, leis gerais, textos literários, etc.) e em todo o tipo de verbos<sup>8</sup>. De facto, não se vislumbra, na análise efectuada no *corpus* ducentista, qualquer indício de uma possível co-variação das duas variantes participiais e certos factores de tipo social (a proximidade da corte, por exemplo), que façam pensar numa distribuição de formas antigas e modernas por diversos níveis sociolinguísticos. O que parece evidente é a proliferação de participios modernos a partir de meados desse século, quer na província de Lugo, quer numa zona restrita da Beira Interior, muito próxima do reino de Leão: Castelo Rodrigo. A passagem de /u/ a /i/ em sílaba tónica foi um fenómeno relativamente célere: tratou-se, efectivamente, de uma simples substituição de fonemas que, por não provocar alterações fonético-morfológicas relevantes, se propagou rapidamente, quer na língua oral, quer na língua escrita. Uma análise de conjunto do *corpus* analisado permite, contudo, distinguir, a partir

<sup>7</sup> Referimo-nos à data da *Floresta de Enganos* de Gil Vicente.

<sup>8</sup> Há formas participiais que, apesar de só em finais do século XIV ou mesmo no início do século XVI terem cedido definitivamente à evolução, exibem a terminação moderna já no século XIII (*auido*, *recebido*, *retido*, etc.).



de meados do século XIV e particularmente na documentação régia e privada e na prosa cronística, três grupos de verbos que apresentaram diferentes ritmos evolutivos nas suas terminações participiais, decorrentes das afinidades combinatórias dos sons na cadeia falada<sup>9</sup>: verbos cuja terminação participial está precedida de fonema alveolar (/s/, /z/, /t/), dental (/d/ e /t/) ou palatal (/ʃ/, /ʒ/, /ɲ/): *conoscer, cozer, cons-tranger, entender, encher, meter, mexer, requerer, tolher, vender*, etc.; verbos cuja terminação participial está precedida de fonema fricativo labiodental (/f/ e /v/) ou bilabial, quer se trate de fonema oclusivo, quer de fonema contínuo (/m/, /p/ e /b/): *apremer, aver, dever, receber, romper, saber, sofrer, temer*, etc.; verbos com duas vogais em hiato, resultantes da síncope de consoante intervocálica: *caer, creer, leer, raer* ('raspar', 'limpar'), *teer, traer, veer*, e seus compostos: *conteer, descree-er, manteer, perleer, proveer*, etc. Face ao que foi exposto, parece importante concluir que, no que concerne a evolução de *-udo* para *-ido* e a sua propagação no tempo, estamos perante fenómenos de natureza diversa: os participípios do primeiro grupo não deixaram vestígios na língua de hoje, pois fixaram-se rapidamente na língua arcaica; os participípios dos 2º e 3º grupos deixaram marcas visíveis no português contemporâneo (cf. *Temudo*, apel., *conteúdo*, etc.), configurando, assim, fenómenos com acentuada projecção diacrónica. É, de facto, inquestionável que a propagação analógica das formas em *-ido* começou no primeiro grupo participial, registando-se, regularmente, a partir de meados do século XIV. No século XV as terminações deste tipo são já, de um modo geral, em *-ido*, sendo que, quando precedidas de da fricativa palatal /ʒ/ ou das oclusivas dentais (/t/ e /d/) surgem ainda em variação até meados desse século. Quanto ao segundo grupo participial, as formas modernas apenas começam a propagar-se no segundo quartel do século XV, generalizando-se nos últimos anos deste século. Efectivamente, os primeiros incunábulo apresentam já a vacilação entre as terminações arcaica e moderna. A forma participial que mais resistência ofereceu à mudança foi *auudo*. Um dos melhores representantes dessa coabitação das duas variantes é o texto do *Tratado de Tordesilhas*, que apresenta em variação “*auidos* e por *auer*” e “*auudos* e por *auer*”. No século XVI apenas persistem nos textos os participípios arcaicos dos verbos *creer, leer* e *teer* (e seus compostos).

Importa, ainda, referir que as formas arcaicas de verbos do primeiro tipo eram, muito provavelmente já em meados do século XV, sentidas como formas de marcar pejorativamente os falantes que as actualizavam. Delas se serviu Fernão Lopes para ridicularizar algumas personagens castelhanas, pelas suas intervenções. Mas só decorridos cerca de 80 anos Gil Vicente conseguiria mostrar, pelo riso, as assimetrias sociais provocadas pelo franco progresso económico-cultural da era de Quinhentos. Para esse riso do público muito contribuiriam as formas arcaicas utilizadas pelos campo-

<sup>9</sup> É sabido que os espectros vocálicos se modificam em contacto com as consoantes, condicionando a evolução do sistema fonético-fonológico de uma língua.

neses: a forma *creçudo* provém, precisamente, da boca de uma mulher, que tenta justificar *ab absurdo* o comportamento (pouco digno) da sua filha.

**2.3.** Remonta a meados do século XIII a generalização a ambos os contextos (proclítico e enclítico) das formas pronominais *minha*, *tua* e *sua*, que, eliminando progressivamente as átonas *mha* (*ma*), *ta* e *sa*, começam a reunir em si a dupla função adjectiva e pronominal. Mas, se a cronologia do aparecimento da forma *sua* com função adjectiva é relativamente coincidente para a documentação notarial das áreas galega e portuguesa (década de 50 daquele século), parece ter sido ligeiramente mais tardio o desenvolvimento da consoante nasal palatal na variante *mia*, nos documentos portugueses, pese embora a escassez de fontes notariais que nos permitam extrair conclusões mais seguras. O uso destas formas em posição adjectiva era, no entanto, conhecido dos trovadores portugueses, que se serviam deste recurso para extrair os efeitos métricos reclamados por algumas composições. Assim, temos indícios no território português de que a adopção dessa variante moderna se fez por níveis sociolinguísticos. A partir da década de 70 do século XIII, a documentação notarial portuguesa de carácter privado e régio, exhibe, todavia, a forma de “transição” *mīa*, em variação com a forma mais arcaica *mha*, coabitação que se prolonga nos textos até meados do século XIV, altura em que começa a surgir a forma adjectival *minha*. A partir desta altura inicia-se, assim, a etapa da “difusão” e, sobretudo a partir do 3º quartel desse século, a da “selecção”<sup>10</sup>, processo que se poderá ter devido a diferenças entre os vários grupos dentro da(s) comunidade(s) de fala, eventualmente decorrentes de factores como a “idade” e o “estrato sócio-cultural”. O que interessa, no entanto, realçar é que o único contexto de ocorrência das formas de 1ª pessoa nos documentos notariais é em expressões deficiticas ligadas ao acto da feitura do documento, de nítida feição formular. Neste contexto, é sabido, não reflectiria já os usos que delas fariam os falantes. É possível que ao entrar no século XV a percentagem de ocorrência das formas tónicas em contexto proclítico para as primeiras pessoas fosse idêntica à de 2ª e 3ª, ou seja, cerca de 80 %. A partir da década de 40 do século XV já não se fazia distinção entre formas com função adjectiva ou pronominal, neste tipo de fontes.

Também ao nível da prosa literária, a situação linguística dos textos galegos revela um avanço significativo relativamente aos portugueses, exceptuando a *Crónica Troyana*, confeccionada por escribas procedentes de diferentes zonas dialectais. Basta comparar a versão galega da *General Estoria*, onde já não há distinção entre formas átonas e tónicas, com o *Livro de Alveitaria* de Mestre Giraldo (relativamente coevo ou pouco anterior), onde *sua* com função determinativa apenas representa 5,5%, para visualizar

---

<sup>10</sup> Relembre-se que na concepção coseriana a “selecção” consiste no uso alternado das duas variantes. A flutuação entre variantes antigas e modernas no interior do mesmo texto regista-se, essencialmente, nos textos notariais de carácter privado e régio. Nos textos literários, a distribuição das modernas e antigas variantes no interior do mesmo texto, é, muitas vezes, de carácter funcional, reflectindo um tipo de variação de natureza estilística, contextual ou diafásica.

tal assimetria. De facto, só nos finais do século XIV a prosa portuguesa evidencia, de forma definitiva, a generalização, a ambos os contextos, de *minha, tua e sua*. A prosa literária quatrocentista elimina completamente a variante arcaica da 1ª pessoa, que parece ter sido alvo de uma estigmatização social mais acentuada que as de 2ª e 3ª. Nas crónicas de Fernão Lopes encontra-se virtualmente extinta a variante átona *sa* (saliente-se que esta forma surge usada como estereótipo ou marcador social na *Crónica de D. João I*, no discurso de uma abadesa “aleivosa” e “parenta da rainha”, onde, curiosamente, também se regista a forma verbal arcaica *leixade*, e no *Cancioneiro Geral ta e sa* apenas sobrevivem por razões métricas. Antecipando o espírito satírico vicentino, é possível que Fernão Lopes, nascido numa época em que *sa* e *ta* entravam em franco declínio, as sentisse já como formas que poderiam marcar socialmente as suas personagens. Mas é, novamente, Gil Vicente quem delas extrai os melhores efeitos satíricos: camponeses, lavradores, velhas e judeus parece terem sido as personagens mais vitimadas pelos “marcadores sociais” *ta, sa e enha*.

**2.4.** Quanto ao último fenómeno, a escassez de abonações reflectindo a configuração actual do morfema do plural dos lexemas em *-l* não deverá ser encarada como sintoma de uma evolução muito tardia no morfema em estudo, cuja evolução deve ter tido, na nossa opinião, uma cronologia na língua oral muito semelhante a outros fenómenos considerados iniciadores do português moderno. Parece ser este, de facto, o fenómeno “enganador”, por excelência<sup>11</sup>, na medida em que melhor do que qualquer outro evidencia a lentidão das passadas dadas pela grafia relativamente à evolução e à transformação da língua. Revelam uma notável precocidade os plurais de lexemas em *-l* precedido de *a* e de *e* que possuem uma vogal a preceder a sílaba tónica (*crueis, fieis, iguais, infieis, reais, etc.*) e ainda de lexemas monossilábicos em *-l*, precedido de *a* (*tais e quais*, por exemplo). Esta celeridade evolutiva poderá dever-se, no primeiro caso, à dificuldade de actualização de três vogais silábicas que ficariam contíguas, após a síncope de *-l*. A flutuação no uso dos plurais *males* e *maes*, verificada em muitas obras dos finais do século XIV e já inexistente na *Crónica Geral de Espanha*, poderá ser tida como indicador da mutação linguística observada, por essa altura, neste fenómeno. De facto, se o *-l* ressurgiu neste lexema para evitar a confusão com o advérbio *mais*<sup>12</sup>, é porque *maes* e *mais* já se confundiam na pronúncia. Uma pista para o desaparecimento de *-viis* / *-vis* em proveito de *-vees* / *-ves* (a semivogal pode ter substituído a vogal temática ou ter-se desenvolvido, após a crase) parece poder encontrar-se no plural *moviis* que surge na parte I da *Crónica de D. João I*, mas já na variante *movees* na parte II da mesma obra.

<sup>11</sup> Relembre-se a sugestiva expressão de Ivo Castro: “o som já se apagou há muito e só o podemos conhecer por inferência, a partir de grafias que ora aspiram à transcrição fonética, ora não aspiram, tingindo de ambiguidades um relacionamento entre língua oral e língua escrita que é sempre desconfortável, quando não enganador” (Castro 1993: 97).

<sup>12</sup> Segundo J. Joaquim Nunes, “o desejo de evitar a confusão, que naturalmente se daria com o advérbio *mais*, fez ressurgir o *-l* que caíra [...]” (Nunes 1989: 229).

Apesar de algumas limitações deste tipo de análise, como a falta de representatividade de um *corpus* que sobreviveu fortuitamente e que, por isso, escapa ao controlo do observador, julgamos pertinente esquematizar a evolução dos quatro fenómenos em algumas obras de carácter técnico, cronístico e religioso. Importa referir que a selecção destas obras, que, de modo geral, reflectem a norma de prestígio, decorreu apenas da necessidade de partir de um ponto de referência que veicule o maior índice de representatividade relativamente a todos os períodos e a todos os fenómenos estudados<sup>13</sup>. Observemos, pois, o gráfico:

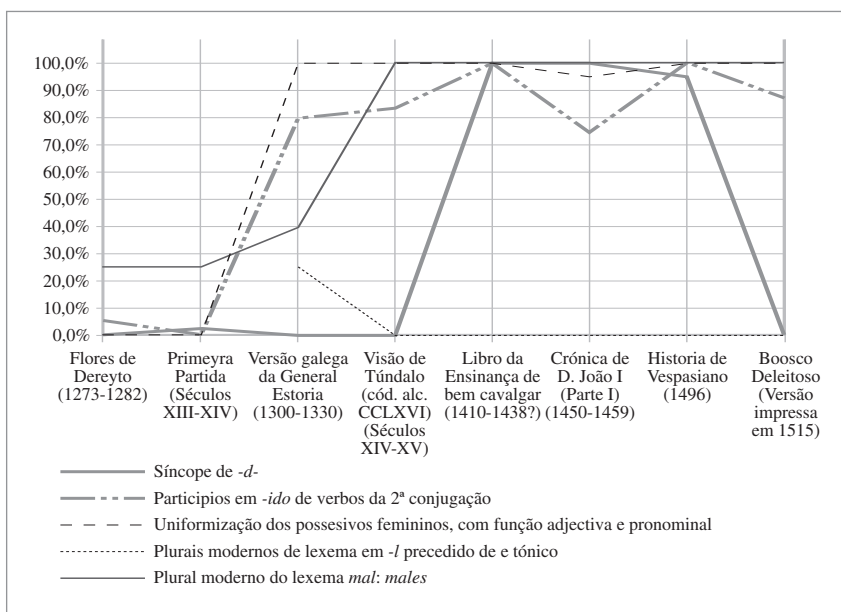


Gráfico nº 1. Ritmos das mudanças nos quatro fenómenos estudados, ao longo do eixo diacrónico (séculos XIII-XVI).

<sup>13</sup> Assim, as variedades que coexistiram no espectro sócio-cultural medieval não deverão ficar obliteradas. Estamos, de facto, conscientes de que o diassistema linguístico medieval engloba igualmente os falares e discursos dos camponeses, dos pastores, dos mesteirais e homens do mar, mas, infelizmente, são insuficientes e surdos os fragmentos que se encontram nos discursos directos dos textos. Deles, talvez apenas Fernão Lopes nos tivesse deixado alguns ecos. É também evidente que não poderemos incluir no gráfico os dados fornecidos pela documentação notarial (privada e régia), dado o seu carácter fragmentário. Por outro lado, grande número de textos situados no período que medeia entre 1330 e 1380 são, essencialmente, de carácter religioso, apresentando, por isso, a particularidade de constituírem, em grande parte dos casos, traduções do latim ou versões posteriores de originais escritos numa língua que já começava a parecer arcaica. Por essa razão, este período carece de representatividade no nosso gráfico. Refira-se ainda que, no que diz respeito aos plurais dos lexemas em -l, seleccionámos apenas os plurais modernos dos lexemas em -l precedido de e tónico, por ser o subsistema que mais inovações oferece. Poderá revelar-se esclarecedora, para os plurais modernos dos lexemas em -l precedido de a, a evolução observada no plural do lexema *mal*, razão por que a incluímos.

A variável morfológica que se revela mais rica em virtualidades é, sem dúvida, o morfema *-des* das formas verbais de 2ª pessoa do plural, pois mais amplo se afigura o leque cronológico que medeia entre o momento da “adoção” das formas sem *-d-* (a síncope representa 0,8 % em *Flores de Dereyto*) e a sua extinção do texto escrito (o *-d-* ocupa ainda 5 % em *História de Vespasiano* e domina todo o *Boosco deleitoso*, cópia impressa em 1515<sup>14</sup>). Por não ter tido uma evolução linear, paulatina, deverá ser analisado atendendo ao cenário sociolinguístico e diatópico em que ocorre, aos processos de distribuição estilística ou diafásica e às virtualidades comunicativas que lhe subjazem, à caracterização das personagens que se movem no espaço textual, bem como ao tipo de autor que lhes dá forma. Parece-nos, pois, que mais importante que encarar o fenómeno de permanência ou de síncope de *-d-* como índice de conservadorismo ou de inovação *tout court* será enquadrá-lo na moldura diassistemática em que, cremos, qualquer língua histórica merece ser analisada, e verificar os efeitos pragmáticos resultantes da convivência plurissistémica de formas antigas e novas. O que parece não oferecer dúvidas é a funcionalidade e a intencionalidade da preservação do *-d-*, enquanto “indicador” de certo tipo de personagens, em alguns contextos das crónicas de Fernão Lopes, o “cronista do Povo”, em meados do século XV. Por este motivo, parece que a partir de 1450, as formas com *-d-* já eram alvo de estigmatização nos meios cultos.

### 3. Conclusões

Uma visão de conjunto da evolução dos quatro fenómenos estudados revela, sem sombra de dúvida, que ao terminar o primeiro quartel do século XV, a língua portuguesa, entendida como suporte da tradição literária, vestia já definitivamente os

---

<sup>14</sup> É interessante constatar, a este propósito, que na prosa religiosa medieval o *-d-* intervocálico da 2ª pessoa do plural das formas verbais sobreviveu até ao início do século XVI, eventualmente como tentativa de captação de uma aproximação ao arquétipo latino. A variedade de prestígio para a comunidade religiosa medieval parece, assim, não se ter identificado com a variedade *standard*, difundida pelos centros de poder.

Este facto vem provar que uma variedade (ou forma) *standard* não é conceptualmente o mesmo que uma variedade de prestígio. A standardização surge por razões funcionais, mediante os usos linguísticos nas funções administrativas pelos que detêm o poder político. Uma vez difundida a outras funções adquire o que normalmente se designa de “prestígio” no sentido em que é um instrumento ao serviço da mobilidade social dos falantes. O conceito de “prestígio” é, no entanto, diferente, uma vez que pode estar subjectivamente ligado a falantes, formas e variedades que poderão estar muito afastados, ou mesmo em conflito, com as formas da variedade *standard*. Curiosamente, nos mesmos textos em que o *-d-* era preservado, a modernização linguística efectuou-se a nível do sistema de pronomes possessivos femininos e dos participios passados dos verbos da 2ª conjugação, cuja evolução foi muito mais célere, quer na língua oral, quer no texto escrito. O exemplo mais lídimo desta assimetria parece poder colher-se, precisamente, no *Boosco deleitoso*, impresso em 1515: se, no que concerne o *-d-* intervocálico esta obra representa uma fase linguística muito mais antiga (uma vez que o *-d-* se mantém sistematicamente), as formas dos possessivos femininos são as mesmas em contexto adjectival ou pronominal, e os participios passados dos verbos da 2ª conjugação terminam, normalmente, em *-ido*. Tal situação revela, indubitavelmente, uma diferente “avaliação” social das variantes antigas destas variáveis.

trajes da modernidade. Se tivéssemos que escolher um marco histórico significativo para assinalar a verdadeira viragem do português arcaico para o português moderno, não hesitaríamos em apontar a revolução de 1383-85, momento que fez surgir, despoletada pela mobilidade sócio-geográfica do Povo e da empreendedora burguesia lisboeta, uma nova ordem social.

A documentação medieval portuguesa analisada ao longo das pesquisas efectuadas demonstra, claramente, que a mudança linguística esteve, de facto, associada a um momento histórico-político que desencadeou uma grande mobilidade populacional. Momentos de grande efervescência linguística foram também períodos que ficaram assinalados como etapas fundamentais da nossa história: as transformações políticas, sociais e económicas de finais de Trezentos, nomeadamente o abalo irreversível das estruturas feudais e o nascimento de uma nova ordem social caracterizada pela ascensão da burguesia, constituem factores externos de grande impacto na estrutura linguística. Como se depreende, a mutação linguística vem, necessariamente, acompanhada de uma etapa de variação na qual convivem as formas rivais. De uma maneira geral, a partir de 1350 as variantes modernas e as antigas começaram a conviver no interior do mesmo texto, excepto em fenómenos que adquirem uma feição peculiar decorrente da falta de correspondência entre o “oral” e o “escrito”.

Assim, e não esquecendo o carácter diassistemático da língua, pode dizer-se que a fase arcaica dominou toda a primeira metade do século XIV, período em que se verificou a “adopção”, relativamente esporádica e individual, das modernas variantes. A sua progressiva “difusão”, cuja fixação escrita teve ritmos diferentes consoante os fenómenos, ocorreu entre 1350 e 1380, coincidindo com a liderança política de D. Fernando, sediado em Lisboa. Desde a revolução de 1383-85 estrutura-se, efectivamente, uma outra “conjuntura linguística”, vivificada pelos novos quadros sócio-económicos: se exceptuarmos os textos de carácter religioso, em que a permanência de *-d-* se fez sentir até começos do século XVI, verifica-se que a partir de finais do século XIV, o panorama linguístico do *corpus* analisado, no que concerne os fenómenos estudados, tem já muito mais de moderno do que de arcaico<sup>15</sup>.

Ainda que a variedade de prestígio estivesse já bem definida nos textos do primeiro quartel do século XV, a “selecção” continuou a processar-se até cerca de 1450, configurando, assim, uma fase de “transição da língua medieval para uma plataforma estável” (Castro 1991: 243). Revela-se determinante, nesta fase de transição, o papel desempenhado por D. João I e pelos Infantes de Avis na unificação e consolidação da língua, como laço de identidade nacional. Pela nossa parte, é a esta etapa da língua que vamos chamar a fase do “português médio” ou “pré-moderno”,

---

<sup>15</sup> A denominação de fase “arcaica média”, dada por Evanildo Bechara à fase do português que se estende do século XV à primeira metade do século XVI, merece, portanto, ser repensada.

antecipando, assim, significativamente, o termo *ad quem* que lhe foi fixado por Castro (1991: 243). Mas é, sem dúvida, com a prosa cronística de Fernão Lopes que a língua atinge a sua fase de maturidade; ou seja, quando se delinea o distanciamento necessário entre o momento de efervescência linguística que caracterizou o final do século anterior e o momento em que, já praticamente despida de particularismos, a língua se oferece como objecto de observação. A fase moderna da língua começa, precisamente, com a formação dessa consciência linguística, que se traduz na “avaliação” social dos falantes (escritores) relativamente a determinados traços, que aos seus olhos vão parecendo arcaicos. Quando, depois do acidente de Alfarrobeira, D. Afonso V sobe ao trono, pondo termo às crises e lutas que se vinham arrastando desde o século anterior, a língua parece entrar definitivamente nessa “plataforma estável”<sup>16</sup>. Do ponto de vista sócio-económico, essa “estabilidade” linguística acompanhou a inversão do rumo do país: as conquistas africanas, o triunfo do neo-senhorialismo, o começo da repercussão da expansão ultramarina na vida da Metrópole, bem como o adensar das redes sociais motivado pela ascensão da curva demográfica, foram decisivos para a consolidação da língua. Assim, na década de 80 do século XV, ao soporem na cultura portuguesa os ventos do humanismo italiano, e com o estabelecimento, a uma escala transcontinental, do capitalismo comercial, favorecido pela nova rota do Cabo, pode dizer-se que estavam consumadas na língua portuguesa algumas transformações morfológicas, particularmente significativas para a periodização.

Finalmente, convém salientar o carácter artificial que qualquer divisão comporta, recordando, mais uma vez, a concepção de língua em constante devir e que adquire contornos mais definidos quando do presente se lança um relance pelo passado. Se é inegável que os alvares da modernidade se poderão entrever na língua dos trovadores, parece também não oferecer dúvidas que alguns traços arcaicos restaram, como marcas indeléveis, no português contemporâneo.

## Referências bibliográficas

- Ali, M. S. (1964): *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª edição melhorada e aumentada de *Lexeologia e formação de palavras e Sintaxe do português histórico*. Estabelecimento do texto, revisão, notas e índices pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva (S. Paulo: Edições Melhoramentos).
- Bynon, T. (1981): *Linguística histórica* (Madrid: Gredos).

---

<sup>16</sup> Importa, todavia, ter em conta que adoptámos esta expressão neste contexto, referindo-nos apenas aos fenómenos estudados. Naturalmente que, mesmo depois do século XVI, a língua vai sofrendo alterações importantes, nomeadamente nos domínios do vocalismo e do consonantismo.

- Carvalho, M. J. (1999): “A alomorfa no plural dos nomes de lexema em *-l-*: um estudo de morfologia histórica portuguesa”, em Direcção da Associação Portuguesa de Linguística (org.): *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. I: 265-281 (Coimbra: Gráfica de Coimbra Lda).
- Carvalho, M. J. (2001): “Cronologia(s) da substituição da terminação participial *-udo* por *-ido* no português medieval (sécs. XIII-XVI)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, 23: 381-409.
- Carvalho, M. J. (1996): *Do Português arcaico ao Português moderno: contributos para uma nova proposta de periodização*. Tese de Mestrado elaborada no âmbito do “Programa Intervenção Operacional *Praxis XXI*” e apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra (inérita).
- Carvalho, M. J. (2000): “O morfema *-des* na história da língua portuguesa: uma abordagem segundo a metodologia da Sociolinguística histórica”, em Englebert, A. / Pierrard, M. / Rosier, L. / Raemdonck, D. Van (eds.) (2000): *Actes du XXII<sup>ème</sup> Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Bruxelles, 23-28 juillet 1998)*. Vol. II: 65-74 (Tübingen: Max Niemeyer Verlag).
- Carvalho, M. J. (1999): “Sociolinguística histórica: estatuto, metodologia e problemas”. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, 22: 1-18.
- Castro, I. (com a colaboração de R. Marquilhas e J. Léon Acosta) (1991): *Curso de história da língua portuguesa* (Lisboa: Universidade Aberta).
- Castro, I. (1993): “A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro”, em *Actas do Congresso Comemorativo do 61 Centenário do Infante D. Pedro (25 a 27 de Novembro de 1992)* = *Biblos*, 69: 97-106.
- Coseriu, E. (1981): *Lecciones de Lingüística general* (Madrid: Gredos).
- Godinho, V. Magalhães (1968): *Ensaio. II. Sobre História de Portugal* (Lisboa: Sá da Costa).
- Maia, C. de Azevedo (1997) [1986]: *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)* (Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica / Fundação Calouste Gulbenkian).
- Maia, C. de Azevedo (1994): “O Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV”. Separ. de *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, 70: 33-91.
- Maia, C. de Azevedo (1999): “Periodização na história da língua portuguesa: *status quaestionis* e perspectivas de investigação futura” em Eberhard, G. / Hundt, C. / Schönberger, A. (eds.) (1999): *Estudos de história da língua portuguesa*: 21-39 (Frankfurt am Main: TFM).



- Maia, C. de Azevedo (1995): “Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre ‘português arcaico’ e ‘português moderno’”. Separ. de *Diacrítica*, 10: 5-11.
- Nunes, J. J. (1989) [1919]: *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)* (Lisboa: Livraria Clássica Editora).
- Remacle, L. (1948): *Le problème de l’ancien wallon* (Liège: Faculté de Philosophie et Lettres).
- Romaine, S. (1988): “Historical Sociolinguistics. Problems and Methodology”, em Ammon, U. / Dittmar, N./ Matheier, K. J. (eds.) (1988): *Sociolinguistics*. Vol. II: 1452-1469 (Berlin / New York: Walter de Gruyter).
- Weinreich, U. / Labov, W. / Herzog, M. I. (1975) [1968]: *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, em Lehmann, W. P. / Malkiel, Y. (eds.) (1975): *Directions for Historical Linguistics. A Symposium*: 95-188 (Austin and London: University of Texas Press).

---

# Problemas de transliteração na edição de textos medievais

---

António Emiliano  
Universidade Nova de Lisboa  
ah.emiliano@fesh.unl.pt

## Resumo:

A edição de um texto medieval é um processo de mediação que afasta o texto do seu modo original de representação, de acordo com a perspectiva interpretativa do editor. Neste artigo faço a distinção entre transcrição (reprodução do conjunto de caracteres presente no texto) e transliteração (substituição de um conjunto de caracteres), e argumento que (1) a transcrição de um texto medieval é tanto mais fiel ao manuscrito original quanto menos operações de transliteração envolver, e (2) as edições conservadoras para estudos linguísticos devem idealmente constituir-se através de transcrições estreitas que impliquem um mínimo de operações de transliteração. São em seguida discutidos quatro tipos de edição, de diverso grau de conservadorismo, ilustrados através de um testamento privado de 1210.

## Palabras chave:

Edição de textos medievais, filologia, português medieval.

## Abstract:

*The edition of a medieval text is a process of mediation which distances the text from its original mode of representation (according to the interpretive framework of the editor). In this article I discuss the distinction between transcription (i.e. the reproduction of the character set present in the text) and transliteration (i.e. the replacement of the character set present in the text by another set). I also argue that the transcription of a medieval text is the more faithful the less operations of transliteration it involves, and that conservative editions meant primarily for linguistic studies should ideally be based on narrow transcriptions with a minimum of transliteration. Four types of edition with different degrees of conservatism are then considered; each type is illustrated by means of a private will from 1210.*

## Key words:

*Edition of medieval texts, philology, medieval Portuguese.*

## 1. Transcrição vs. transliteração

A edição de um texto medieval resulta sempre de um programa editorial, o qual pressupõe uma perspectiva ou interpretação dos dados textuais. Com efeito, a

edição de um texto é um processo de mediação que afasta sempre o texto do seu modo original de representação, de acordo com a perspectiva interpretativa do editor; assim sendo, não há edições definitivas ou absolutamente objectivas, como nota Peter Robinson:

Interpretation is fundamental to transcription. It cannot be eliminated, and must be accommodated.

(Robinson 1994: 9)

e, mais adiante:

Transcription of a primary textual source cannot be regarded as an act of substitution, but a series of acts of translation from one semiotic system (that of the primary source) to another semiotic system (that of the computer). Like all acts of translation, it must be seen as fundamentally incomplete and fundamentally interpretive. (*ibid.*).

De acordo com os objectivos específicos do editor, que se definem em função de aspectos como o(s) público(s) a que se destina a edição, a mediação editorial poderá afastar em maior ou menor grau o texto medieval na sua versão impressa do seu modo de existir no suporte original manuscrito. Se para determinado tipo de edição esse afastamento pode ser vantajoso, por garantir, por exemplo, a facilidade de acesso ao conteúdo do texto, para uma edição destinada a estudos linguísticos esse afastamento pode, de facto, impedir a realização da análise linguística a partir do texto publicado.

Pretendo reflectir neste trabalho sobre o tipo de operações de transcrição e transliteração envolvidos na publicação de fontes medievais para a história da língua portuguesa: quero centrar a discussão na edição de testemunhos e, portanto, na constituição de **documentos linguísticos**, pelo que excluo liminarmente da discussão a constituição de um texto crítico pela comparação e colação de diversos testemunhos de textos de tradição múltipla (a edição crítica não gera dados linguísticos, no sentido de atestações, mas sim formas mais ou menos conjecturais que reflectem as hipóteses do editor sobre o texto). A edição de fontes para a história da língua portuguesa deve circunscrever-se à edição de testemunhos, e deve renunciar a qualquer tentativa de reconstrução crítica de um texto.

A edição que interessa aos linguistas e aos historiadores da língua é aquela que apresenta um grau razoável de fidelidade aos dados textuais:

O linguista quer a edição diplomática. A ele interessa o conhecimento integral do manuscrito: os hábitos de escrita, os erros, a ausência ou presença de acentos e pontos, a regularidade ou irregularidade deste ou daquele grafo, as correcções, as rasuras, etc. Uma boa edição diplomática é aquela que responde a todas estas

exigências. Esta deverá ainda dizer-lhe rigorosamente como procedeu, se trabalhou directamente com o manuscrito, se o leu por microfilme ou fotografia, e que tipo de tácticas adoptou.

(Castro / Ramos 1986: 116)

Mas como se mede ou estabelece essa fidelidade, e em que táctica editorial se deve traduzir? Se é hoje pacífico que uma edição de um texto medieval para estudos linguísticos deve ser de tipo conservador, não é absolutamente clara a forma como se define e estabelece na prática esse conservadorismo.

Por exemplo, para a generalidade dos editores de textos medievais portugueses, sejam linguistas ou paleógrafos, a separação de palavras que o manuscrito apresenta, por ser distinta da noção moderna de palavra gráfica (que é de ordem lexical), deve ser alterada de forma a conformar-se com os critérios hoje vigentes de segmentação das unidades lexicais na escrita. Também a distinção entre determinados caracteres que os manuscritos apresentam, quer se trate de letras, quer se trate de sinais abreviativos, parece ser despicienda para a generalidade dos editores modernos. Parece ser ponto assente para a generalidade dos editores de textos medievais portugueses que a edição de um texto medieval, mesmo quando se afirma conservadora, deve passar pela alteração drástica de aspectos que como que constituem a sua fisionomia gráfica, nomeadamente, do conjunto de caracteres original.

Em minha opinião, o principal problema em torno da constituição de uma edição conservadora reside no entendimento que se faz habitualmente de **transcrição**. A transcrição é a fase inicial da “fixação” do texto que estará na base da edição, e corresponde à materialização de uma leitura: quanto mais conservadora pretender ser a edição, mais **estreita** (no sentido de mais detalhada, e mais próxima da realidade manuscrita) deverá ser a leitura sobre a qual assenta.

É na fase da transcrição que o editor se confronta directamente com o texto no seu suporte original (perante o próprio manuscrito, ou perante um bom facsímile do mesmo), e inicia o processo de mediação do texto manuscrito no sentido de o transplantar para um *medium* impresso, cujas convenções gráficas são, naturalmente, distintas das convenções que determinaram originariamente a *mise en écrit* do texto.

No entanto, na generalidade das edições a transcrição do manuscrito medieval é acompanhada de uma série de operações e procedimentos de transliteração, os quais são genericamente descritos nas ‘normas de transcrição’ ou ‘critérios de transcrição’ que acompanham geralmente as edições. A generalidade dos editores de textos medievais parece ignorar a diferença entre transcrever e transliterar, subsumindo o segundo procedimento na descrição do primeiro.

Para que a discussão da edição de fontes para a história da língua portuguesa possa ser adequadamente situada e fundamentada torna-se crucial distinguir operações de transcrição de operações de transliteração no processo de mediação do texto medieval que toda e qualquer edição acarreta.

Para que se possa definir de forma adequada o que se deve entender por transcrição é fundamental introduzir a **distinção entre carácter e glifo**.

O carácter deve ser entendido como a entidade mínima de um sistema de escrita, independentemente da língua a que o sistema de escrita está associado, ou seja, independentemente de qualquer segmentação linguística. Não se deve confundir carácter com grafema, este último também uma entidade mínima abstracta: o carácter é a unidade mínima de um alfabeto, ou melhor, de um conjunto de caracteres, enquanto o grafema é a unidade mínima de uma ortografia, ou sistema grafémico. O carácter define-se portanto à margem de (na realidade, previamente a) qualquer estatuto grafémico/representacional que possa adquirir no seio de uma ortografia particular: aliás, a partir de um único conjunto de caracteres podem ser constituídas diversas ortografias associadas a diferentes línguas. É o caso do alfabeto romano, ou do alfabeto árabe, que estão na base de diversos sistemas grafémicos associados a línguas muito distintas do latim ou do árabe clássico.

Os conjuntos de caracteres necessários para a representação em computador das diversas ortografias do mundo são hoje objecto de normas internacionais, de forma a permitir o intercâmbio e a preservação normalizada de ficheiros de texto<sup>1</sup>. Os conjuntos de caracteres ('coded character sets') constituem-se pela associação de cada carácter (forma abstracta, independente de qualquer representação gráfica) a um número, que é único, e não contém qualquer instrução relativa à visualização dos seus elementos.

O glifo, no sentido mais estrito do termo, é a manifestação física de um carácter num determinado suporte de escrita<sup>2</sup>. O tipo de computador 'Times' permite a representação gráfica do conjunto de caracteres ASCII (i.e. '7-Bit American Standard Code for Information Interchange'), ou outro, através de um conjunto de glifos distintos, por exemplo, dos do tipo 'Courier': ou seja, de acordo com o tipo

---

<sup>1</sup> Cf. American National Standards Institute (<http://www.ansi.org/>), International Organization for Standardization (<http://www.iso.ch>), International Electrotechnical Commission (<http://www.iec.ch>), Unicode (<http://www.unicode.org>).

<sup>2</sup> A relação entre caracteres e glifos não é necessariamente biunívoca. A relação mais simples é a que existe entre um carácter simples, e.g. 'a', e um glifo que o permite visualizar num determinado tipo. Caracteres compósitos como 'á' ('acute') ou 'ã' ('tilde'), compostos por dois caracteres, são visualizados por glifos que contêm a 'renderização' simultânea, numa única imagem, dos dois caracteres, a letra e o diacrítico. Assim, um glifo pode representar um carácter (é o caso do 'a'), uma parte de um carácter (é o caso do til isolado), ou mais do que um carácter (é o caso do 'a' associado ao til em 'ã').

utilizado, o mesmo conjunto de caracteres pode ser representado e visualizado de forma distinta.

Numa escrita impressa cada carácter é idealmente realizado por glifos idênticos: uma vez que nos tipos de imprensa, ou numa máquina de escrever, cada glifo é gerado independentemente e de forma mecânica, podem ocorrer pequenas diferenças, pequenos desvios resultantes de pequenos defeitos do material de impressão. Nos tipos de computador, sobretudo quando visualizados num ecrã, a identidade dos glifos associados ao mesmo carácter é absoluta.

Numa escrita manuscrita um carácter manifesta-se através de um conjunto de glifos tendencialmente semelhantes, que definem as características de uma determinada mão. A maior ou menor cursividade de uma escrita manuscrita pode resultar numa maior ou menor divergência dos glifos, a qual pode também depender do contexto gráfico, através dos nexos literais próprios de cada tipo de escrita.

Ora, a **transcrição** em sentido estrito de um texto antigo deve ser entendida como a reprodução de um texto através da **reprodução do conjunto de caracteres presente no texto**, e através de glifos minimamente divergentes dos glifos originais.

Assim, a transcrição de um texto egípcio hieroglífico implica a reprodução dos hieróglifos presentes no texto num novo suporte (manuscrito ou impresso) – um egiptólogo não esperará nem mais nem menos de uma edição de textos egípcios. Um helenista esperará que a edição de um texto grego utilize o alfabeto grego, mantendo, por exemplo, a distinção gráfica entre sigma minúsculo inicial e medial ‘σ’ e final ‘ς’, apesar de esta distinção entre dois caracteres não ter “significado linguístico”, ou seja, não corresponder a nenhuma distinção fonética ou fonémica. Da mesma forma, também um anglo-saxonista esperará que uma edição de um texto em inglês antigo preserve a ocorrência dos caracteres ‘þ/ƥ’ (‘thorn’) e o ‘Ð/ð’ (‘eth’), apesar de ambas as letras representarem indistintamente os dois alofones [θ] e [ð] do fonema /θ/ do inglês antigo, para não falar do ‘ȝ/Ʒ’ (‘wynn’) em vez de ‘w’, ou do ‘ȝ’ (‘yogh’) em vez de ‘g’, que algumas edições mais escrupulosas mantêm.

A **transliteração**, ao contrário, implica a **substituição de um conjunto de caracteres** por outro; ou seja, a transliteração de um texto é a sua representação através de um conjunto de caracteres distinto do original.

O termo transliteração é mais habitualmente associado à substituição dos caracteres de um sistema de escrita não baseado no alfabeto romano por letras do alfabeto romano: por exemplo, a transliteração do ‘devanagari’ (o sistema de escrita silábica associado ao sânscrito) é feita de forma normalizada por sanscritólogos, indianistas e indo-europeístas de todo o mundo. Em casos como o sânscrito, o grego clássico, o árabe clássico, ou o eslavónico antigo, a transliteração com o alfabeto romano não levanta grandes problemas, porque se aplica a ortografias estabiliza-

das/codificadas, por um lado, e a ortografias em que a estrutura das representações gráficas é basicamente linear.

As escritas medievais, apesar de baseadas no alfabeto romano, obedecem a princípios diferentes dos das ortografias modernas: utilizam um conjunto de caracteres distinto do conjunto de caracteres em que se baseia a generalidade das ortografias europeias modernas, e não obedecem ao simples princípio alfabético no caso dos sinais braquigráficos. O problema do braquigrafismo medieval é sem dúvida um dos mais complexos na transcrição de textos medievais, mas não é, certamente, o único.

Muitos paleógrafos/filólogos medievalistas não parecem dar-se conta de que ao transcrever textos medievais estão na realidade a transliterar, i.e. estão a substituir o conjunto de caracteres do manuscrito por outro, e a substituir as convenções escriturais que governavam a utilização desse conjunto de caracteres por outras convenções. De tal forma, que a introdução de espaços entre palavras, a “regularização” da capitalização, a introdução de pontuação moderna, a expansão de abreviaturas por sequências literais parece ser natural, inevitável, desejável, um dado adquirido das edições modernas de textos medievais.

\*\*\*

Tendo em conta o que acima fica dito, é possível então abordar de forma adequada a questão do conservadorismo ou da fidelidade de uma edição de um texto medieval: **a transcrição de um texto medieval é tanto mais fiel ao manuscrito original quanto menos operações de transliteração envolver**, e as edições conservadoras para estudos linguísticos devem idealmente constituir-se através de transcrições estreitas que impliquem um mínimo de operações de transliteração. Daqui decorre que o conservadorismo que deve caracterizar a edição de uma fonte não é de índole fotográfica, mas de índole sistémica e estrutural, uma vez que o que está de facto em causa é a conservação pelo editor de aspectos básicos da estrutura segmental da escrita e da sua disposição no suporte, aspectos que relevam da intencionalidade textual e scripto-linguística do autor material do texto.

Neste contexto, vem a propósito abordar de forma genérica e programática o tratamento do braquigrafismo medieval: a questão que se levanta, concretamente, é como tratar editorialmente as abreviaturas sem distorcer significativamente a intencionalidade gráfica dos escribas, e sem vedar, conseqüentemente, ao leitor moderno o acesso à estrutura gráfica das *scriptae* medievais?

Considero que o tratamento das abreviaturas exige uma especial atenção, e sobretudo contenção, por parte dos editores: o braquigrafismo era um aspecto importante da escrituralidade medieval, e era com certeza um aspecto importante da competência escrital dos notários. Note-se que muitos elementos (palavras, morfemas, sílabas, letras simples e sequências de letras) surgem nos textos frequente e recorrente-

mente sob forma abreviada, quando não apenas sob forma abreviada. Assim, a transliteração mecânica de uma abreviatura para uma sequência extensa de letras que de facto o escriba optou por não escrever, ou aprendeu a não escrever, não pode deixar de constituir um importante factor de distorção relativamente aos hábitos contemporâneos de escrita dos notários medievais, que o editor deve pesar devidamente.

O próprio conceito de “resolução das abreviaturas” mostra como a natureza específica das grafias medievais escapa por vezes aos estudiosos modernos, que aí não vêem mais que um “problema” que deve ser “solucionado” na edição. Se de facto as abreviaturas são um “problema”, são-no apenas no sentido em que remetem para um tipo de escrita baseado em princípios diferentes dos das ortografias modernas. Esse aspecto das escritas medievais deve ser apreendido no contexto em que se manifestou e desenvolveu, e não avaliado, e muito menos julgado, em função de critérios que o descontextualizam cultural e cronologicamente, e que irremediavelmente o distorcem.

De facto, deve acentuar-se a noção de que a expansão de formas abreviadas (ou seja, a sua conversão em sequências de letras, representando linearmente lexemas e morfemas) altera radicalmente a fisionomia gráfica dos textos, e que o desenvolvimento de abreviaturas irá, inevitavelmente, distanciar ainda mais a edição do texto.

As únicas opções editoriais paleográfica e filologicamente consistentes com o propósito de preservar a configuração estrutural específica da escrituralidade medieval são:

(1) **não** desenvolver as abreviaturas — respeitando o carácter logográfico das abreviaturas vocabulares e o carácter grafémico das abreviaturas sistemáticas,

ou

(2) desenvolvê-las, se e só se a) a sua expansão for absolutamente inequívoca, b) a sua expansão não resultar de uma conjectura do editor, ainda que determinada pelo contexto linguístico, e c) a sua expansão for baseada numa transcrição prévia do texto que preserve todas as características do sistema grafémico do texto.

Esta atitude conservadora, que não pretende constituir um “fac-símile tipográfico” do texto (de pouca utilidade, aliás, mesmo para o especialista), é a única maneira de possibilitar o acesso por parte dos estudiosos ao sistema gráfico na sua integridade.

Qual é então o nível ou limite adequado de conservadorismo para uma edição de um texto medieval em termos gráficos e em termos grafémicos?

Em termos grafémicos a única posição cientificamente plausível é a da completa fidelidade aos textos: em caso algum é legítimo alterar as grafias originais, mesmo



sob a suspeita de lapso escribal – a lição do texto é inviolável. Esta é *grosso modo* a posição defendida por José de Azevedo Ferreira:

O editor deve respeitar o mais possível a grafia do texto, até porque o conceito de norma ortográfica na Idade Média não é o mesmo dos nossos dias. Por isso, uma edição científica deve reproduzir as diferentes grafias que o manuscrito apresenta, não devendo, em circunstância alguma, modernizá-las.

(Ferreira 1986: 58)

E, no entanto, mesmo a escrupulosa edição que o insigne filólogo fez do *Foro Real* de Afonso X apresenta intervenções editoriais explícitas e consideráveis (e.g. supressão das “plicas colocadas sobre as vogais duplas ou sobre «ij»”, utilização das maiúsculas “segundo as normas modernas”, pontuação “refundida”, colocação de diacríticos “em formas que poderiam suscitar dúvidas ou confundir-se com homónimas”, entre outras intervenções), que alteram significativamente a fisionomia gráfica do texto (q.v. Ferreira 1987: 116-122).

Em termos gráficos, ou seja, em termos da representação directa dos caracteres medievais, a questão do limite adequado de conservadorismo editorial é, de facto, menos linear.

No caso das edições para estudos linguísticos o limite do seu conservadorismo deve ser idealmente o das possibilidades de reprodução do conjunto de caracteres presente no manuscrito, o que implica a utilização de glifos especiais: ou seja, uma edição maximamente conservadora procurará empregar o mesmo conjunto de caracteres do manuscrito, incluindo os sinais especiais de abreviação, e respeitando todas as convenções grafémicas como capitalização, pontuação, separação de palavras, posicionamento relativamente ao regramento, etc.

Dadas as possibilidades de reprodução de glifos que os computadores permitem<sup>3</sup>, a solução óbvia parece ser a criação e utilização de tipos “medievais” de forma a

---

<sup>3</sup> As possibilidades oferecidas aos filólogos pelas capacidades gráficas dos computadores esvaziam de conteúdo argumentos contra as edições diplomáticas, como o de Serafim da Silva Neto, ecoado aliás por Azevedo Ferreira (1987: 107, nt.3):

“A transcrição puramente diplomática é hoje um atraso. Ficamos sempre na estrita dependência do critério e da perícia do editor, que, no entanto, pode ler mal ou não compreender algumas palavras. Por outro lado, em muitos passos, as edições meramente diplomáticas são deficientes e imperfeitas, pois as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais. Com o actual progresso da técnica só se justifica a edição diplomática quando ela vem ao lado da fac-simile. Dessa maneira o leitor pode acompanhar e policiar a leitura.” (Neto 1956: 297).

Quanto à questão da incompetência eventual dos editores de textos medievais, e da necessidade de policiamento editorial por parte dos leitores, trata-se de um problema irresolúvel, no sentido em que qualquer tipo de edição (e não apenas as diplomáticas) pode e deve levantar a questão da fidelidade ao manuscrito, e hoje, tal como ontem, há bons e maus editores, bons e maus paleógrafos, bons e maus filólogos.

reproduzir com exactidão, já não apenas as grafias originais, mas também o conjunto de caracteres original, de forma a se obter uma transcrição minimamente interpretativa e maximamente escrupulosa do texto. Não se trata, obviamente de criar um “facsimile tipográfico”<sup>4</sup>, como já tive ocasião de afirmar noutro lugar:

O estudo linguístico de textos medievais obriga a um especial cuidado em transliterar, com a máxima fidelidade que os suportes materiais actuais permitam, e que o rigor dos estudos a efectuar exijam, as convenções gráficas originais: não queremos com isto advogar minimamente que as edições se devam assemelhar na sua fidelidade aos originais a reproduções facsimiladas, e que a edição em papel ou em suporte digital deve reproduzir com exactidão fotográfica todas as minúcias da mancha textual no seu suporte original. Pelas possibilidades que os computadores abrem no campo da criação e fácil manipulação de toda a espécie de símbolos e imagens, o principal obstáculo que se deve levantar à edição como *facsimile* deve ser de ordem epistemológica e não de ordem tecnológica. Com efeito, a edição tem o duplo objectivo de preservar e de disponibilizar os textos: torná-los acessíveis significa torná-los manipuláveis e susceptíveis de análise linguística. Os estudiosos dos aspectos materiais dos textos e da escrita no seu suporte original terão sempre de se confrontar com a realidade física e material dos mesmos, é esse o seu campo de actuação. O campo de actuação dos linguistas, pelo contrário, é o das representações grafémicas e linguísticas.

(Brocardo / Emiliano (no prelo))

Se, por outro lado, o objectivo do editor é garantir a máxima legibilidade ou acessibilidade dos textos medievais, preservando no entanto o rigor da transcrição, a posição mais adequada parece-me ser a da realização de edições interpretativas baseadas crucialmente em edições conservadoras fiáveis.

## 2. Tipos de edição

De acordo com os pressupostos acima expostos, proponho que a fixação de um texto medieval em suporte impresso para fins de análise linguística (ou seja, para fins da sua constituição em documento linguístico) passe pela realização ou, pelo menos pela consideração, de **quatro tipos de edição**, cada um mais modernizador que o anterior. Proponho assim a distinção entre quatro tipos possíveis de edição

---

<sup>4</sup> O argumento contra as edições muito conservadoras baseado na possibilidade da realização de uma “edição facsimilada” também é actualmente desprovido de sentido, visto que para muitos estudiosos a análise do sistema de escrita é em si um objectivo, e só uma edição diplomática muito conservadora permite representar fielmente o conjunto de caracteres original. Não pode assim, em meu entender, sustentar-se hoje o tipo de reserva expresso nas Normas de 1944 do Consejo Superior de Investigaciones Científicas: «carece de utilidad la edición paleográfica total, pesada para la composición en la imprenta y supliada ventajosamente con la reproducción fotomecánica del manuscrito o de la parte pertinente de él.» (C.S.I.C. 1944: 16).

(diferenciadas pelo grau de conservadorismo, e pelos fins e públicos diversos a que se podem destinar), discriminando para cada um deles um conjunto de critérios de transcrição e transliteração:<sup>5</sup>

Tipo I — edição paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval

Tipo II — edição paleográfica com transcrição larga em tipo medieval

Tipo III — edição paleográfica com transcrição larga em tipo normal

Tipo IV — edição interpretativa<sup>6</sup>

A necessidade de se considerar a realização de vários tipos de edição justifica-se pelo facto de nenhum tipo editorial poder, por si só, corresponder a todos os potenciais públicos da edição, mesmo no caso mais restrito de edições de fontes para estudos linguísticos: é o público-alvo da edição que determina, em última análise, a estratégia editorial a seguir.

Tipologias semelhantes foram já sugeridas para a edição de textos portugueses antigos. Refiro quatro.

Stephen Parkinson (Parkinson 1983) e João Sampaio (Sampaio 1999) propõem a realização de edições matrizes muito conservadoras em suporte electrónico: uma característica comum destas duas propostas é a possibilidade de se poderem gerar automaticamente outros tipos de edição a partir da matriz. Enquanto Parkinson se propõe atingir este objectivo através de uma série de macros que substituem símbolos ou sequências de símbolos por outros símbolos ou sequências, Sampaio propõe a criação de um tipo ('font') especial de forma a que cada carácter contenha informação sobre o modo da sua substituição (também feita através de macros) de acordo com o tipo de edição que se pretende obter. Ambas as propostas têm o óbice de produzirem edições matrizes de difícil legibilidade e de pouca utilidade para o formato impresso; por outro lado, também o facto de alguns sinais de abreviatura terem valores distintos de acordo com o contexto, podendo portanto ser transliterados por sequências literais distintas em contextos distintos, aumenta de forma incomportável a complexidade da codificação da edição matriz. A proposta de Sampaio tem ainda o inconveniente de fazer depender a codificação dos caracteres

---

<sup>5</sup> A discussão de diversos tipos de edição que se segue não contempla a criação de textos para uso exclusivo em suporte electrónico, pelo que não discuto a questão da codificação dos textos de acordo com esquemas como o XML (*Extensible Mark-up Language*) ou o TEI (*Text Encoding Initiative*).

<sup>6</sup> A aplicação destes critérios editoriais a um conjunto significativo de textos medievais está a ser objecto de discussão e definição no âmbito do projecto *Fontes para a História da Língua Portuguesa (FONTHIS)* da Linha de Investigação 4 'Linguística Histórica' do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (cf. <http://www.fcsh.unl.pt/clunl/linha4.html> )

da edição matriz da sua interpretação numa edição modernizadora: por exemplo, um ‘u’ com valor consonântico é codificado na matriz como um ‘u’<sup>7</sup>, isto é, um ‘u’ que deve ser substituído por ‘v’. A grande riqueza gráfica e grafémica dos textos medievais dificilmente poderá ser acomodada num sistema deste tipo, em minha opinião.

Luiz Fagundes Duarte propõe um modelo interactivo de seis tipos de edição em suporte electrónico (com diversos graus de conservadorismo), que “implica a construção de programas específicos e a criação de pelo menos seis fontes informáticas interactivas, que têm subjacente uma gramática e um dicionário previamente estabelecidos, tendo na devida conta critérios de época segundo a periodização estabelecida na história da Língua Portuguesa” (Duarte 1997: 414). Fagundes Duarte dá uma descrição sumária para cada uma das “fontes” (leia-se, ‘tipos’) – fonte medieval, fonte filológica, fonte gráfica, fonte morfológica, fonte fonética e fonte modernizante (*ibid.*), e não ilustra com textos; não explica a que “programas específicos” se refere, ou como constituir e a partir de que princípios/modelos a gramática e o dicionário; não é claro também a que periodização da história da língua portuguesa alude; sobretudo não explicita a arquitectura interna da edição electrónica interactiva, nomeadamente os mecanismos de “linkagem” entre as várias edições, nem propõe implementá-la num conjunto concreto de textos<sup>7</sup>.

Comentários de maior detalhe devem merecer as considerações do eminente paleógrafo Eduardo Borges Nunes, apesar de dispersas em diversas fontes, entre as quais apontamentos de lições de mestrado feitos por alunos. Faço aqui a recensão das suas propostas a partir de uma síntese publicada numa apostila (Nunes 1999).

Nunes propõe um “esquema de três tipos referenciais, articulados em degraus crescentes e cumulativos de modernização.” (Nunes 1999: 484). O tipo 1 é o mais conservador; Borges Nunes define-o da seguinte maneira:

O tipo 1 corresponde à transcrição paleográfica de álbum que agora pratico, com duas alterações: 1) deixar cair as representações das abreviaturas apenas às palavras desabreviadas; 2) nos erros, lacunas, correcções, adições e outros acidentes do original, só conservar no texto a versão corrigida, e dos sinais caracte-

---

<sup>7</sup> Deve notar-se, a este propósito, a existência do Projecto “Philological Workstation” do Istituto di Linguistica Computazionale de Pisa, no qual se implementou a interactividade entre um facsímile de um manuscrito e uma edição, através do desenvolvimento de um inovador sistema de reconhecimento de caracteres. Para mais detalhes sobre este projecto ver <http://lingue.ilc.pi.cnr.it/philwork/Italiano/homepage.html>. Um sistema como o esboçado por Duarte seria teoricamente implementável num ambiente hiper-textual com hiper-ligações (‘links’) a permitirem a navegação entre as diversas edições, forma a forma. Um sistema interactivo deste tipo, que permite a ligação entre as formas de uma edição crítica e as diversas variantes presentes nos diversos testemunhos do texto foi já implementado no “Canterbury Tales Project” (cf. <http://www.cta.dmu.ac.uk/projects/ctp/>).

rizadores das anomalias só os [ ], descendo o resto para notas, nas quais os sinais anexos serão substituídos por caracterizações verbais.

(Nunes 1999: 484)

O tipo 1, acrescenta Nunes, “deseja conservar a ortografia e a pontuação do original” (*ibid.*) mas “descodifica as abreviaturas, sem avisar, caso a caso, onde o fez” (*ibid.*). A separação/união de palavras é totalmente modernizada, e renuncia-se à representação de caracteres medievais (literais ou de pontuação) “por não os haver na nossa tipografia” (*ibid.*). O tipo 2, mais modernizador, caracteriza-se pela “modernização total da maiusculação, a modernização moderada da pontuação, a moderadíssima da acentuação (quase só nas homógrafos [sic])” (p.485). É feita também introdução de sinais modernos de pontuação como pontos de interrogação e exclamação, aspas, travessão. O tipo 3, o mais modernizador “aplica ao texto a modernização da total da ortografia, com algumas hesitações em conservar a fonética original” (*ibid.*).

Como se vê, a estratégia de base proposta por Borges Nunes é razoavelmente intervencionista e interpretativa, mesmo no tipo mais conservador, não parecendo a mais consentânea com a edição de fontes para estudos linguísticos. Nunes considera, apesar de tudo, “circunstâncias minoritárias em que seja adequado o recurso a transcrições mais próximas do original que o tipo 1, ou mais afastadas que o tipo 3.” (*ibid.*) a que chama, respectivamente, “tipo infra-1” e “tipo ultra-3”.

Assim sendo, os Tipos I, II e III que acima referi e que abaixo descrevo em detalhe, parecem corresponder todos (em grau diferente) ao tipo “infra-1” de Nunes. O Tipo IV (edição interpretativa) corresponderia a um tipo “infra-3” que Nunes não contempla.

A prática dos editores de textos medievais portugueses enquadra-se, em geral, nos diversos tipos discriminados por Nunes, outro facto que justifica a análise em detalhe das suas propostas.

A grande diferença entre o quadro explicitado por Nunes, e o quadro implícito na prática da generalidade dos filólogos portugueses, por um lado, e a proposta que aqui se faz, por outro lado, é o facto de aqui se propor como regra, e não como excepção, a realização de edições muito conservadoras para fins de estudos linguísticos. Ou seja, aquilo que Nunes designa como “circunstâncias minoritárias” deve ser, em meu entender, o ponto de partida necessário e obrigatório (o caso geral, portanto) de qualquer edição fiável de um texto medieval.

No quadro editorial que aqui se propõe, a edição de Tipo I deve ser considerada como a **edição-matriz**, a partir da qual devem ser geradas as outras: quero com isto dizer que mesmo o filólogo ou o historiador que deseje apenas publicar uma edição interpretativa de um texto medieval está obrigado à constituição de uma edição que reflecta uma leitura conservadora do manuscrito. Só num segundo momento deve-

rá passar à transformação, mediante critérios consistentes e explícitos, da edição paleográfica em edição interpretativa, de forma a forma e de carácter a carácter.

Qualquer um destes tipos de edição se destina quer a suporte electrónico (por exemplo numa base de dados textual), quer a suporte tradicional em papel, e deve poder dar origem a versões criadas especificamente para processamento informático, pelo que nenhuma das convenções editoriais adoptadas pode depender exclusivamente de códigos de processamento de texto, como, por exemplo, o itálico: esses códigos não só dependem do software específico instalado no computador do criador da edição, que poderá ser diferente do dos usuários, como se perdem quando o ficheiro de texto é convertido num ficheiro ‘Só Texto’ (‘Text Only’ ou ‘ASCII’) para processamento informático.

Os diversos tipos de edição propostos são ilustrados através da transcrição de um documento notarial de 1210, o Testamento de *Petrus Fafiz* ou *Fafilaz*, que sobreviveu em dois testemunhos que documentam eloquentemente duas fases da *conscriptio* de um texto notarial português no início do século XIII. O testemunho A é claramente mais romancesado (i.e. “aportuguesado”) que B; B é, para além de mais alatinado que A, um texto mais completo, pois apresenta duas cláusulas finais de carácter dispositivo ausentes em A, e a reformulação de algumas cláusulas presentes em A. O texto, com os seus dois testemunhos, é um documento único para a história da escrita portuguesa medieval e, em particular, para a compreensão da génese da chamada produção portuguesa primitiva<sup>8</sup>.

### **Testamento de *Petrus Fafiz/Fafila* de 1210:**

Testemunho A: versão preliminar (provavelmente destinado a uso estritamente privado) – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Simão da Junqueira, maço 5, documento 13.

Edição: Martins, A. M. (1999): “Ainda ‘os mais antigos documentos escritos em português’”. Documentos de 1175 a 1252”, in Faria, I. H. (ed.): *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (Lisboa: Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), p. 522, documento 12 (=AMM1); Martins, A. M. (2001): “Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis”, in Biblioteca Nacional: *Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo* (Lisboa: Biblioteca Nacional), p. 54, documento 5 (=AMM2).

---

<sup>8</sup> Apresento em Emiliano, A. (no prelo): “Observações sobre a ‘produção primitiva portuguesa’ a propósito do rascunho e do ‘mundum’ de um testamento de 1210”, in *Revista Portuguesa de Filologia*, um estudo detalhado das variantes textuais dos dois testemunhos.

- Assunto: *Petrus Fafiz*, “receando o dia de sua morte”, faz um testamento em benefício de diversos indivíduos e instituições religiosas.
- Testemunho B: versão definitiva com carácter dispositivo (*mundum*) – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Simão da Junqueira, maço 5, documento 14.
- Edição: Martins, A. M. (1999): “Ainda ‘os mais antigos documentos escritos em português’”. Documentos de 1175 a 1252”, in Faria, I. H. (ed.): *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (Lisboa: Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), p. 523, documento 13 (=AMM1); Martins, A. M. (2001) “Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis”, in Biblioteca Nacional: *Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo* (Lisboa: Biblioteca Nacional), p. 55, documento 6 (=AMM2).
- Assunto: *Petrus Fafilaz*, “temendo o dia de sua morte”, faz um testamento em benefício de diversos indivíduos e instituições religiosas, e encarrega o seu sobrinho *Menendus Petri* e o Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira de fazerem cumprir o seu testamento.

## 2.1. Edição de Tipo I – paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval

Neste tipo de edição o objectivo é capturar todos os aspectos relativos ao **conjunto de caracteres** presente no manuscrito, e às convenções de utilização desse conjunto de caracteres: ou seja, trata-se de realizar uma transcrição minimamente interpretativa, com o recurso a um número mínimo de operações de transliteração. Isso resulta num grau elevado de isomorfismo entre o manuscrito e a edição, já que todas as distinções literais, algumas das quais estranhas ao conjunto de caracteres sobre o qual se estabeleceu a ortografia moderna do português, serão preservadas e representadas. Para esse efeito é utilizado o tipo ‘Medieval’ (criado por Maria José Homem Ribeiro)<sup>9</sup> que permite a visualização de glifos medievais que não fazem parte dos conjuntos de caracteres modernos baseados no alfabeto romano.

Mais concretamente: não são expandidas as abreviaturas, sendo todos os caracteres de abreviação representados por glifos do tipo Medieval — sinal geral de abreviação, quer com valor especial (literal) quer com valor geral (vocabular), letras

<sup>9</sup> Cf. Ribeiro 1995.

sobrescritas, sinais específicos de abreviação; a separação/união de palavras é dada tal como ocorre no manuscrito sem qualquer intervenção editorial; o mesmo se aplica à capitalização e à pontuação.

A intervenção editorial resume-se à numeração de linhas, e à representação de alguns acidentes de escrita (referidos e clarificados em nota se for caso disso), como lacunas, anulações escritas, ou interpolações escritas, não se fazendo qualquer restituição de texto.

### Convenções editoriais:

<texto>	texto legível anulado ou rasurado; se a edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Strikethrough’, ex.: <del>texto <del>anulado; obs.: a inclusão na edição de etiquetagem SGML ou XML obrigará à substituição dos ângulos por uma outra convenção editorial
t e x t o	texto sopontado
<...>	texto ilegível anulado ou rasurado (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
[...]	texto ilegível devido a impossibilidade de leitura causada por acidente no suporte material (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
*	letra ilegível
< >	espaço em branco entre palavras deixado pelo escriba
[ ]	espaço em branco entre palavras provocado por lavagem ou raspagem
/texto/	texto (letras, palavras, ou sequências de palavras) interpolado na entrelinha superior; é colocado um ‘slash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: /texto/ /entrelinhado/ — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Raised Spacing’, ex.: / <sup>texto</sup> / /entrelinhado/



<code>\texto\</code>	texto interpolado na entrelinha inferior; é colocado um ‘backslash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>\texto\ \entrelinhado\</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Lowered Spacing’, ex.: <code>\texto\ \entrelinhado\</code>
<code>òtextoó</code>	linha interpolada; é colocado um ângulo de abertura à esquerda e um ângulo de fecho à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>òlinhaó òinterpoladaó</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas contidas em linhas interpoladas
<code>?texto?</code>	texto de leitura duvidosa
<code>&lt;?texto?&gt;</code>	texto anulado de leitura duvidosa
<code>L</code>	linha numerada

A substituição de letras, quer por transformação, quer por sobreposição, é assinalada em nota.

### Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho A

- L01 Eä Mä.CCä. X'ä: viijä. ego petrŭ fafiz tjme- die- mo.tiE  
meúeú jta meu- habere ma-do diujdere . j-pmjE .
- L02 uno caÊal napoboazo- . quefujt Êuejrofafiz ÖÊua herda . Å Ö  
roteaE que modo habet . Å hocaÊal derjba
- L03 da heÊte<sup>1</sup> . Êco- Êimeonj . talj pacto . ut nu-zä . prio, nec <sup>2</sup>  
p-poÊitŭ . nec abade habea poteÊtate-<j> ue-de-dj
- L04 nec apenora-dj . ipÊoE caÊaleE . Êed Êe- tena-t illoE  
i-le-cj . martj no nunjz . Acedo
- L06 fejta i-gotemjr go- dego-demar qänta hereditate- ibj  
habeo . Êaquina Å habeant . illa- . Aponte da ho-
- L07 Å ade crjnje . i M-r Apo-te do-zamejro . Å adedona  
go-zina . i . M-r . a co-fria . decanaueÊeE . i . M-r . hoÊ

gafoꝞ

- L08 . i . M-r . Abracala . q̄tame-to . Āde-t Meu auer ta-tu-  
que<nat> / <?que?>/ tenat- unu- anal . Āque co-pariet
- L09 unu- mujme-to pedrino . duoꝞ fratreꝞ . Ad Êeruj/<sup>e</sup>/du-  
ipÊu- monaÊteriu- i-calj
- L05 ceꝞ j-liuroꝞ . Āi-prol que ujdea-t domoeÊtejro . Ā Mando .  
uno caÊal Ame-louÊado . una . uaca Apet∅ martjniz . una .  
iuue-ca . houꝞ fratreꝞ
- L10 Êc-j Êimeo- X . M-r . que me habeat- i- me-te i-ÊuaꝞ  
orationeꝞ . hocaÊal le-te iacet . por . X . M-r . q̄e
- L11 no . loguo . noꝞo auer . ĀhocaÊal derjba da heꝞte q̄teno  
. viij . M-r honoÊo . Ā Ma-do que jaca
- L12 uo caÊal pet∅ j„nÊ . por hoÊmorauedioꝞ . <...> que jacet .  
ho quema-do aÊa- Êimeo- .
- L13 aÊa- Êimeo-j una almozala . Āunoplomazo . unafaceroaúá .

**Notas:**

- <sup>1</sup> da heꝞte] com ‘Ꝟ’ emendado de um ‘c’
- <sup>2</sup> nec] com ‘c’ emendado de um ‘Ꝟ’

**Testamento de Petrus Fafiz/Fafilaz de 1210 – Testemunho B**

- L01 Sv̄b . eā . `ä . ccā . `ã . viijā . Ego Petrŭ fafila timenꝞ die-  
mortiꝞ meúeu . facio manda dem-a
- L02 „editate Ā de m-o cenÊu in remiÊiione m-o% peccaminu- .  
Jn p̄niꝞ `ando `onaÊt’io Êci-
- L03 ÊymeoniꝞ . ií . caÊale i- apoboacion . q̄ fui deÊuerio fafiz  
cu- q̄anto ad illu- tinet . v̄cā . arroteaꝞ
- L04 quaÊ m∅ ha`t . f in rippa daliÊte aliud caÊale . tali pacto .  
ut nu-qāá po, nec aliqꝞ
- L05 habeat poteÊtate- uendendi n pigno,andi ipÊoÊ p’dictoÊ  
caÊaleꝞ . S; Êem teneat- illoÊ duo
- L06 fr-es ad utilitate- p’dicti monaÊt’ij . vidā . in libriÊ Ā i-

- caliciŒ Ā in alia fectancia huiŒ mo
- L07 naĒt'iqjŒ . Et mando . i . caĒale inleenti Martino nuniz .  
Acedofecta ingontemir de go-demar
- L08 qānta- „editate- ibi habeo . Ā Ēoluat- Āhabeat- . Ad po-te  
da huŒm . ĀCrineŒ . i . mr̃ . Ad
- L09 ponte de donzameiro . Ā d' dona go-cina . i . mr̃ Ad co-fra-  
ria \* canaueĒeŒ . i . mr̃ AgafoĒ
- L10 i . m' - . Adbrachara qtam-tu- . f dent tantu- de m-o cenĒu  
que- teneat- . i . anale
- L11 Ā que- co-paret- unu- monum-tu- pedrinu- . Ame-do  
louĒado . i . uaca . Ad petru- martiniz
- L12 iā . iuuencula . Adfr'eĒ Ēci- ĒymeoniŒ . X . mr- . q me  
habeat- i- mente i- ĒuiĒ o,-onibŒ .
- L13 CaĒale deleenti Ēoluat- de nr-o cenĒu . que iacet dece-  
aureiĒ . CaĒale de rippa daliĒte iacet
- L14 viiiij . Ā Ēoluat- illu- de nr-o . f ma-do ut mittat- in pig -  
noribŒ caĒal d' petŒ io„neĒ xx mr̃
- L15 Ā Ēoluat- da poboacio- . Ā aut interim / caĒal / de petro i„iĒ  
Ēeruiat Ēco- Ēymeone . Et Ēco- Ēyme/one- /
- L16 i . almutala . Ā i . plumacio . Ā i . faceiroa . Et Rogo ĀMando  
po,e- Ēci- ĒimeoniĒ Āmā-
- L17 Ēupnu- Mene-du- pet q faciat- om-a mea ma-da i-pleri .  
f Ēi fo,te mea mulie' Āfiliújú mi- ea
- L18 noluerint i-pleri po, . ĀMene-dŒ pet rege- Ā  
archiep-m < faciat- i-ple'e .
- L19 < aut Ēe

## 2.2. Edição de Tipo II – paleográfica com transcrição larga em tipo medieval

Apesar de conservar o conjunto de caracteres presente no manuscrito este tipo de edição apresenta algumas intervenções editoriais notórias de carácter interpretativo. Este tipo de edição será provavelmente o mais recomendável para processamento informático dos textos através, nomeadamente, de geradores de concordâncias e de *indices uerborum*.

Uma importante diferença entre o Tipo I e o Tipo II é o facto de este incorporar no rodapé a tradição editorial do texto: ou seja, são assinaladas em notas de rodapé todas as divergências relativas as outras edições. Uma edição de Tipo II é mais consentânea com este procedimento filológico por dar a separação de palavras gráficas de acordo com critérios lexicais: uma vez que a generalidade das edições se rege pelo mesmo princípio, uma edição de Tipo II permite mais facilmente o confronto de leituras divergentes palavra a palavra.

A separação de palavras é indicada por ‘\_’ seguido de espaço, a junção de partes de palavras é indicada por ‘+’.

Não é feita a separação dos pronomes enclíticos em relação à forma verbal precedente (embora esta possa ser feita numa edição destinada a processamento electrónico de acordo com as necessidades específicas do investigador).

Letras omitidas pelo escriba são restituídas entre [ ]. Importa reconhecer que nem todas as omissões se podem atribuir claramente a lapso escribal, como é o caso frequente da omissão de ‘n’ pré-consonântico. Este procedimento destina-se sobretudo a facilitar a organização de concordâncias e de *indices uerborum*, e a eventual lematização das formas.

A translineação não marcada no manuscrito é assinalado por ‘-’. Visto que se trata de um tipo de edição que permite a geração de edições para processamento informático será conveniente restituir a palavra juntando na mesma linha (na linha em que começa a palavra) as partes separadas, mantendo no entanto o hífen como indicador de translineação. Este procedimento editorial permite a extracção automática da forma completa.

### Convenções editoriais:

<texto> texto legível anulado ou rasurado; se a edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Strikethrough’, ex.: <del>texto <del>anulado

<code>texto</code>	texto sopontado
<code>&lt;...&gt;</code>	texto ilegível anulado ou rasurado (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
<code>[...]</code>	texto ilegível devido a impossibilidade de leitura causada por acidente no suporte material (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
<code>*</code>	letra ilegível
<code>&lt; &gt;</code>	espaço em branco entre palavras deixado pelo escriba
<code>[ ]</code>	espaço em branco entre palavras provocado por lavagem ou raspagem
<code>/texto/</code>	texto (letras, palavras, ou sequências de palavras) interpolado na entrelinha superior; é colocado um ‘slash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>/texto/ /entrelinhado/</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Raised Spacing’, ex.: <code>/texto/ /entrelinhado/</code>
<code>\texto\</code>	texto interpolado na entrelinha inferior; é colocado um ‘backslash à esquerda’ e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>\texto\ \entrelinhado\</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Lowered Spacing’, ex.: <code>\texto\ \entrelinhado\</code>
<code>òtextoó</code>	linha interpolada; é colocado um ângulo de abertura à esquerda e um ângulo de fecho à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>òlinhaó òinterpoladaó</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas contidas em linhas interpoladas
<code>?texto?</code>	texto de leitura duvidosa
<code>&lt;?texto?&gt;</code>	texto anulado de leitura duvidosa

[texto]	restituição de letras omitidas
texto_	palavra não separada da seguinte no manuscrito
tex+to	partes de uma mesma palavra separadas no manuscrito
tex-to	partes de palavra separadas por translineação sem sinal escribal
tex,to ou tex~to	partes de palavra separadas por translineação com sinal escribal
L	linha numerada

### Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho A

- L01 Eä Mä.CCä. X'ä: viijä. ego petrŭ fafiz tjme-Œ die- mo,tiŒ  
meüeu jta meu- habere ma-do diujdere . j-<sup>1</sup> p mjŒ .
- L02 uno caÊal na\_ poboazo- . que\_ fujt \_ Êuejro\_ fafiz Ö <sup>2</sup> Êua  
herda <sup>3</sup> . Å Ö <sup>4</sup> roteaŒ que modo habet <sup>5</sup> . Å ho\_ caÊal de\_ rjba
- L03 d\_ a+heŒte <sup>6</sup> . Êco- Êimeonj . talj pacto . ut nu-çä . prio, nec  
<sup>7</sup> p-poÊitŭ . nec abade habea poteÊtate-<j> ue-de-dj
- L04 nec apenora-dj . ipÊoŒ caÊaleŒ . Êed Êe- tena-t <sup>8</sup> illoŒ  
duoŒ fratreŒ . Ad Êeruj/<sup>e</sup>-/du- <sup>9</sup> ipÊu- monaÊteriu- i- calj
- L05 ceŒ j-<sup>10</sup> liuroŒ . Å i- prol que ujdea-t do\_ moeÊtejro .  
Å Mando . uno caÊal i- le-cj . martj+no nunjz . A\_ cedo
- L06 fejta i- gotemjr \_ go- de\_ go-demar <sup>11</sup> qänta <sup>12</sup> heredita-  
te- ibj habeo . Êaquina Å habeant <sup>13</sup> . illa- <sup>14</sup> . A\_ ponte d\_  
a+ho- <sup>15</sup>
- L07 Å a\_ de crjnŒ . i M-r <sup>16</sup> A\_ po-te do- zamejro . Å a\_  
de\_ dona go-zina . i . M-r . a co-fria <sup>17</sup> . de\_ canaueÊeŒ . i .  
M-r . hoÊ gafoŒ
- L08 . i . M-r . A\_ bracala . qtame-to . Å de-t Meu auer ta-tu-  
\_ que\_ <nat> / <?que?>/ tenat- <sup>18</sup> unu- anal . Å \_ que  
co-pariet
- L09 unu- mujme-to pedrino <sup>19</sup> . A\_ me- louÊado . una . uaca A\_  
petØ martjnŒ . una . iuue-ca . houŒ fratreŒ
- L10 Êc-j Êimeo- X . M-r <sup>20</sup> . que me habeat- i- me-te i- ÊuaŒ  
orationeŒ . ho\_ caÊal \_ le-te iacet . por . X . M-r . qte

- L11 no . loguo . noŕo auer . Å\_ ho\_ caĒal de\_ rjba d\_ a+heĒte  
qteno . viiiij . M-r\_ ho\_ noĒo . Å Ma-do que jaca
- L12 uo caĒal petØ j„nĒ . por hoĒ\_ morauediØ . <...> que jacet  
. ho que\_ ma-do a\_ Ēa- Ēimeo- .
- L13 a\_ Ēa- Ēimeo-j <sup>21</sup> una almozala . Å\_ uno\_ plomazo . una\_  
faceroaúaú .

**Notas:**

Obs: quando AMM1 e AMM2 coincidem, dou apenas uma leitura assinalando-a com a sigla AMM

<sup>1</sup> j- ] AMM ‘Jn’

<sup>2</sup> Ö ] AMM ‘com’

<sup>3</sup> herda ] AMM *id.*, e acrescenta ‘(sic)’

<sup>4</sup> Ö ] AMM ‘com’

<sup>5</sup> habet ] AMM *id.*, e acrescenta em nota: «Na palavra ‘habet’, vê-se sobre ‘e’ um sinal de abreviatura riscado.»; há um sinal abreviativo geral sobre o ‘t’ que foi riscado

<sup>6</sup> d\_ a+heĒte ] com ‘Ē’ emendado de um ‘c’; AMM ‘dahegte’; a letra ‘g’ desta mão é constituída por quatro traços, pelo que o terceiro carácter da sequência ‘heĒte’ não pode ser considerado uma instância de ‘g’. Não posso, portanto, aceitar a inclusão por AMM da forma ‘hegte’ no conjunto de “formas raras, que manifestam opções gráficas pontuais associadas a ensaios isolados de escrita em romance, ... outra característica da primitiva produção documental.” (*op.cit.*, p. 502).

<sup>7</sup> nec] com ‘c’ emendado de um ‘Ē’; AMM ‘neg’; v. nota anterior.

<sup>8</sup> tena-t] AMM ‘teneât’

<sup>9</sup> Êeruj/e-/du-] AMM1 ‘seruj<e>du’, AMM2 ‘seruj<e>du)’

<sup>10</sup> j-] AMM1 ‘j’, AMM2 ‘j’

<sup>11</sup> go- dego-demar ] AMM ‘de gō de gōdemar’, e acrescenta ‘(sic)’

<sup>12</sup> qãnta ] AMM1 ‘quañta’, AMM2 ‘quanta’

<sup>13</sup> habeant ] AMM1 ‘hãbeant’, AMM2 ‘habeant’

<sup>14</sup> ïlla- ] AMM ‘illa’

<sup>15</sup> d\_ a+ho- ] AMM ‘dahō’

<sup>16</sup> M-r ] AMM ‘Morauedi’; nas linhas 7 e 8 AMM transcreve a abreviatura da mesma forma.

<sup>17</sup> co-fria ] por ‘co-fraria’; AMM ‘cōfria’, e acrescenta ‘(sic)’

- <sup>18</sup> tenat- ] AMM ‘teneāt’
- <sup>19</sup> pedrino ] AMM ‘pedrino’; sobre o ‘p’ está um sinal abreviativo com o valor de ‘re’ que parece ter sido anulado por um traço que o cruza; o ‘e’, com um módulo ligeiramente inferior ao habitual, foi encaixado entre o ‘p’ e o ‘d’
- <sup>20</sup> M-r ] AMM ‘Moraueudios’; mais abaixo, na mesma linha e na linha 11, AMM transcreve da mesma forma.
- <sup>21</sup> Êimeo-j] AMM ‘simeonj’

### Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho B

- L01 Sv̄b . eā . āā . ccā . ā . viijā . Ego PetrŪ fafila[z]<sup>1</sup> timenē  
die- mortiē meúeu . facio manda de\_ m-a
- L02 „editate Å <sup>2</sup> de m-o cenēu in remiēione m-o% peccaminu-  
. Jn pmiē āando āonaēt’io Êci-
- L03 Êymeoniē . iī . caēale i- a\_ poboacion . q fui de\_ Êuerio  
fafiz cu- qānto ad illu- tinet . vāÅ . arroteaē
- L04 quaē m̄ hāt . f in rippa d\_ aliēte aliud caēale . tali pacto  
. ut nu-qāā po, nec aliqē
- L05 habeat poteētate- uendendi n pigno,andi ipēōē p’dictoē  
caēaleē . S; <sup>3</sup> Êem teneat- illoē duo
- L06 fr-es ad utilitate- p’dicti monaēt’ij . vidā . in libriē Å i-  
caliciē Å in alia fectancia huiŪ mo
- L07 naēt’iϕjϕ . Et mando . i . caēale in\_ leenti Martino nuniz . A\_  
cedofecta in\_ gontemir de go-demar
- L08 qānta- „editate- <sup>4</sup> ibi habeo . Å Êoluat- Å\_ habeat- . Ad  
po-te d\_ a+huúm . ÅCrineē <sup>5</sup> . i . mr̄ <sup>6</sup> . Ad
- L09 ponte de don\_ zameiro . Å dona go-cina . i . mr̄ Ad co-fra -  
ria <sup>a</sup> canaueēēē . i . mr̄ A\_ gafoē
- L10 i . m°- . Ad\_ brachara qtam-tu- . f dent tantu- de m-o  
cenēu\_ que- teneat- . i . anale
- L11 Å \_ que- co-paret- unu- monum-tu- pedrinu- . A\_ me-do  
louēado . i . uaca . Ad petru- martiniz
- L12 iā . iuencula . Ad\_ fr-eē Êci- Êymeoniē . X . mr̄ <sup>7</sup> . q me  
habeat- i- mente i- Êuiē o,-onibŪ .



- L13 CaÊale de\_ leenti Êoluat- de nr-o cenÊu . que iacet \_ dece-  
aureiÊ . CaÊale de rippa d\_ aliÊte iacet
- L14 viiiij . Â Êoluat- illu- de nr-o . f ma-do ut mittat- in pig -  
noribŪ caÊal petØ io,,neÊ xx mr<sup>8</sup>
- L15 Â Êoluat- da poboacio- . Â <sup>9</sup> aut interim /caÊal/ de petro i,,iÊ  
Êeruiat Êco- Êymeone . Et Êco- Êyme/one- /
- L16 i . almutala <sup>10</sup> . Â i . plumacio . Â i . faceiroa . Et Rogo Â  
Mando po,e- Êci- ÊimeoniÊ Â\_ mã-
- L17 Êupnu- Mene-du- pet q faciat- om-a mea ma-da i-pleri .  
f Êi fo,te mea mulie° Â\_ filiújú mi- ea
- L18 noluerint i-pleri po, . Â\_ Mene-dŪ pet \_ rege- Â \_  
archiep-m < <sup>11</sup> faciat- i-ple°e .
- L19 < aut Êe <sup>12</sup>

**Notas:**

Obs: quando AMM1 e AMM2 coincidem, dou apenas uma leitura assinalando-a com a sigla AMM

<sup>1</sup> fafila[z] ] AMM ‘fafila’

<sup>2</sup> Â ] AMM ‘et’; AMM transcreve a nota tironiana como ‘e’ no Testemunho A e ‘et’ no Testemunho B

<sup>3</sup> S; ] = ‘Sed’; AMM ‘scilicet’

<sup>4</sup> „editate-] AMM1 ‘hereditatē, AMM2 ‘hereditatē’

<sup>5</sup> Crines ] AMM1 ‘Crines’, AMM2 ‘Crines’

<sup>6</sup> mr ~ ] AMM ‘morabetino’; mais abaixo nas linhas 9 e 10, AMM transcreve a abreviatura da mesma forma

<sup>7</sup> mr- ] AMM ‘morabetinos’

<sup>8</sup> mr ~ ] AMM ‘morabetinos’

<sup>9</sup> Â ] AMM ‘et’, e acrescenta ‘(?)’

<sup>10</sup> almutala ] AMM id., e acrescenta em nota: «O ‘t’ da palavra ‘almutala’ sobre põe-se a um ‘z’ previamente desenhado. Por outro lado, o traço vertical do ‘t’ é excessivamente alto, como se o ‘t’ tivesse sido desenhado a partir de ‘l’. »; o ‘t’ foi de facto desenhado sobre um ‘z’ (cf. a forma ‘almozala’ no Testemunho A), e o traço vertical é equivalente a um ‘l’, o que parece indicar que o escriba fez dois erros sucessivos: primeiro traçou um ‘z’ que quis emendar traçando outra letra; tendo traçado um ‘l’, provavelmente por antecipação da sílaba seguinte, acabou por traçar finalmente um ‘t’.

- <sup>11</sup> O sinal de interpolação corresponde no ms. a dois traços paralelos oblíquos, como duas plicas longas.
- <sup>12</sup> < aut Êe ] AMM ‘<aut per se>’, e acrescenta em nota: «Na verdade, ‘aut per se’ aparece não na entrelinha, mas sob a última linha. Um sinal colocado na linha e junto de ‘aut per se’ assinala o lugar onde deve entrar a correção.»; uma vez que a interpolação ocorre, não na entrelinha superior, mas debaixo da última linha, julguei conveniente transcrever a sequência como se ocupasse uma linha adicional de texto.

### 2.3. Edição de Tipo III – paleográfica com transcrição larga em tipo normal

A diferença fundamental entre o Tipo III e o Tipo II é a utilização de um tipo normal na transliteração do conjunto de caracteres medieval: o abandono de um tipo medieval leva necessariamente a um aumento considerável das operações de transliteração, quando se pretende obter uma edição legível. Na realidade, a transliteração de um texto medieval com um tipo normal pode perfeitamente contemplar a representação dos caracteres medievais, através de uma série complexa de convenções de transliteração; no entanto, este tipo de edição traz como desvantagem uma representação do texto de legibilidade difícil (cf. a proposta de Parkinson 1983).

O abandono do tipo medieval numa edição de Tipo III leva, portanto, à não distinção na transcrição de caracteres com o mesmo valor representacional: são assim eliminados da edição ‘r redondo’ e ‘r caudato’, ‘m’ e ‘n’ finais caudatos, e ‘s alto’.

As letras sobrescritas de módulo reduzido com valor abreviativo são transliteradas através de letras de módulo normal posicionadas sobre a linha entre | l. Uma vez que as letras sobrescritas com valor abreviativo servem para abreviar ‘u’ na sequência ‘qu’ e ‘r’, uma alternativa a este procedimento seria a transcrição de ‘u’ e ‘r’ entre parênteses e da letra sobrescrita por uma letra de módulo normal, como fazem alguns editores; assim: ‘q|iltame~to’ ou ‘q(u)itame~to’, ‘plilmjs’ ou ‘p(r)imjs’.

No que concerne as abreviaturas o sinal geral de abreviação é objecto de um tratamento especial: as abreviaturas vocabulares, produzidas quer por contracção quer por suspensão, são representadas pela sequência de letras presente no manuscrito transcrita na edição entre chavetas. Mas quando o sinal geral de abreviação tem valor sub-lexical é transliterado ou por til, quando substitui as letras consoantes ‘m’ e ‘n’, ou por uma sequência de letras entre ( ).

Os caracteres especiais de abreviação são substituídos por sequências literais entre ( ); nas abreviaturas sistemáticas que resultam da modificação de uma letra com adição de um sinal especial, a “letra de apoio” da abreviatura é transliterada sem indicação de desabreviamento e as restantes entre ( ); por ex.º ‘ ’ é transliterado

como ‘p(er)’; ‘ ’ é transliterado como ‘p(ro)’. O desenvolvimento de abreviaturas sistemáticas pode levantar alguns problemas, pois algumas abreviaturas têm valores distintos de acordo com o contexto (morfológico ou lexical) e de acordo com a época: a substituição dos caracteres abreviativos por sequências de letras resulta sempre de um acto de interpretação, que constitui uma intervenção editorial importante, a qual, por alterar significativamente a aparência gráfica e grafémica do texto, deve ser pesada caso a caso e com o maior escrupulo.

A utilização de um tipo normal não permite representar fielmente todos os sinais de pontuação; assim, para cada texto devem ser explicitadas convenções de transcrição que permitam representar de forma não ambígua a pontuação original. Para alguns caracteres, como ponto simples, vírgula, cólon, não há problemas de transcrição; para outros sinais haverá necessidade de explicitar convenções especiais.

### Convenções editoriais:

<texto>	texto legível anulado ou rasurado; se a edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Strikethrough’, ex.: <texto> <anulado>; texto sopontado; obs.: a inclusão na edição de etiquetagem SGML ou XML obrigará à substituição dos ângulos por uma outra convenção editorial
<...>	texto ilegível anulado ou rasurado (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
[...]	texto ilegível devido a impossibilidade de leitura causada por acidente no suporte material (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
*	letra ilegível
< >	espaço em branco entre palavras deixado pelo escriba
[ ]	espaço em branco entre palavras provocado por lavagem ou raspagem
/texto/	texto (letras, palavras, ou sequências de palavras) interpolado na entrelinha superior; é colocado um ‘slash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: /texto/ /entrelinhado/ — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento infor-

mático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Raised Spacing’, ex.: /texto/ /entrelinhado/

\texto\	texto interpolado na entrelinha inferior; é colocado um ‘backslash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: \texto\ \entrelinhado\ — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Lowered Spacing’, ex.: \texto\ \entrelinhado\
<texto>	linha interpolada; é colocado um ângulo de abertura à esquerda e um ângulo de fecho à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <linha> <interpolada> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas contidas em linhas interpoladas
?texto?	texto de leitura duvidosa
<?texto?>	texto anulado de leitura duvidosa
{texto}	abreviatura vocabular, por contracção ou suspensão, com sinal abreviativo geral
(texto)	expansão de abreviatura sistemática; desabreviamento do sinal geral de abreviação com valor sub-lexical e sistemático
ltextol	letras sobrescritas com valor abreviativo; letras sobrescritas em numerais
[texto]	restituição de letras omitidas
texto_	palavra não separada da seguinte no manuscrito
tex+to	partes de uma mesma palavra separadas no manuscrito
tex=to	palavra dividida por translineação com sinal escribal (translineação escribal)
tex-to	palavra dividida por translineação sem sinal escribal (translineação editorial)
~	transliteração do sinal geral de abreviação quando substitui as letras consonânticas ‘m’ e ‘n’

- Ⓜ sinal de interpolação escrital no ms. (cf. Testamento de Petrus Fafiz/Fafila de 1210, Testemunho B)
- & nota tironiana e ‘et’ (‘ampersand’)
- (sinal) sinal tabeliônico ou sinal de confirmação
- L linha numerada

### Testamento de *Petrus Fafiz/Fafila* de 1210 – Testemunho A

- L01 Elal Mlal.CC!al. X`lal: viijlal. ego petrus fafiz tyme`s die` mortis me`e` jta meu` habere ma`do diujdere . j`\_ plilmjs .
- L02 uno casal na\_ poboazo` . que\_ fujt d(e)\_ suejro\_ fafiz (con)\_ sua herda . & (con) roteas que modo habet . & ho\_ casal de\_ rjba
- L03 d\_ a+heste . {sco} simeonj . talj pacto . ut nu`qlal(m) . prior nec p(re)positus . nec abade habea potestate`<j> ue`de`dj
- L04 nec apenora`dj . ipsos casales . sed se`p(er) tena`t illos duos fratres . Ad seruj`e`/du` ipsu` monasteriu` i`calj-ces
- L05 j`\_ liuros . &\_ i`\_ prol que ujdeat` do\_ moestjro . & Mando . uno casal i`\_ le`cj . martj+no nunjz . A\_ cedo-fejta
- L06 i`\_ gotemjr d(e)\_ go` de\_ go`demar qlalnta hereditate` ibj habeo . saquena & habeant . illa` . A\_ ponte d\_ a+ho`
- L07 & a\_ de crjnjs . i {Mr} A\_ po`te d(e) do`\_ zamejro . & a\_ de\_ dona go`zina . i . {Mr} . a co`f[ra]ria . de\_ canaueses . i . {Mr} . hos gafos
- L08 . i . {Mr} . A\_ bracaia . qliltame`to . &\_ de`t Meu auer ta`tu` p(er)\_ que <nat> /<?que?>/ tena`t unu` anal . &\_ p(er)\_ que co`pariet
- L09 unu` mujme`to pedrino . A\_ me`lousado . una . uaca A\_ petlol martjniz . una . iuu`ca . hous fratres
- L10 sc`j simeo` ; X . {Mr} . que me habeat` i` me`te i`\_ suas orationes . ho\_ casal d(e)\_ le`te iacet . por . X . {Mr} . qlilte-no .
- L11 loguo . p(er) noso auer . &\_ ho\_ casal de\_ rjba d\_a+heste qlilteno d(e) . viiij . {Mr} p(er)\_ ho\_ noso . & Ma`do que jaca
- L12 uo casal d(e) petlol {jhns} . por hos\_ morauedios . <...> que jacet . ho que\_ ma`do a\_ sa` simeo` .

L13 a\_ sa~ simeo~j una almozala . &\_ uno\_ plomazo . una\_ faceroa' a' .

### Testamento de *Petrus Fafiz/Fafila* de 1210 – Testemunho B

L01 Svb . elal . mlal . cclal . x'lal . viijlal . Ego Petrus fafila timens die~ mortis me' e' . facio manda de\_ m(e)a

L02 h(er)editate & de m(e)o censu in remissione m(e)o(rum) peccaminu~ . Jn pl'mis mando monast(er)io {sci}

L03 symeonis . ilml . casale i~ a\_ poboacion . {qd} fui de\_ suerio fafiz cu~ qlalnto ad illu~ p(er)tinet . {vdlc&} . arroteas

L04 quas mlol hab(e)t . & in rippa d\_ aliste ; aliud casale . tali pacto . ut nu~qlalm plilor nec aliqlils

L05 habeat potestate~ uendendi nlcl pignorandi ipsos p(re)dictos casales . S(ed) semp(er) teneat~ illos duo

L06 {fres} ad utilitate~ p(re)dicti monast(er)ij . {vidlc&} . in libris & i~ calicis & in alia p(ro)fectancia huius mo-nast'i'j' .

L07 Et mando . i . casale in\_ leenti Martino nuniz . A\_ cedofecta in\_ gontemir de go~demar

L08 qlalnta~ h(er)editate~ ibi habeo . & p(er)soluat~ &\_ habeat~ . Ad po~te d\_ a+hu'm . &\_ Crines . i . {mrb} . Ad

L09 ponte de don\_ zameiro . & d(e) dona go~cina . i . {mrb} Ad co~fraria d(e) canaueses . i . {mrb} A\_ gafos

L10 i . {mr} . Ad\_ brachara qliltam(e)tu~ . & dent tantu~ de m(e)o censu p(er)\_ que~ teneat~ . i . anale

L11 & p(er)\_ que~ co~paret~ unu~ monum(en)tu~ pedrinu~ . A\_ me~do lousado . i . uaca . Ad petru~ martiniz

L12 ilal . iuuencula . Ad\_ {fres} {sci} symeonis . X . {mr} . qlil me habeat~ i~ mente i~ suis {oronibus} .

L13 Casale de\_ leenti p(er)soluat~ de {nro} censu . que iacet p(ro)\_ dece~ aureis . Casale de rippa d\_ aliste iacet

L14 p(ro) viijj . & p(er)soluat~ illu~ de {nro} . & ma~do ut mittat~ in pignoribus casal d(e) petlol {iohnes} p(ro) xx {mrb}

- L15 & p(er)soluat̃ da poboaciõ . & aut interim /casal/ de petro {ihis} seruiat  
{sco} symeone . Et {sco} syme/onẽ /
- L16 i . almutala . & i . plumacio . & i . faceiroa . Et Rogo &\_ Mando plilorẽ  
{sci} simeonis &\_ {mm}
- L17 suplilnũ Menẽdũ petlil qlil faciat̃ om̃ia mea mãda ĩpleri . & si forte mea  
mulier &\_ fili j' mĩ ea
- L18 noluerint ĩpleri ; plilor . &\_ Menẽdus petlil p(er)\_ regẽ & p(er)\_  
archi{epm} ® faciat̃ ĩplere .
- L19 ® aut p(er) se

#### 2.4. Edição de Tipo IV – interpretativa

A edição interpretativa apresenta um máximo de intervenções editoriais com o propósito de apresentar um texto facilmente legível a um leitor não especialista em questões filológicas ou linguísticas, ou a um linguista interessado em aspectos linguísticos para os quais o acesso à aparência gráfica original não é fundamental, como aspectos do léxico<sup>10</sup> e da sintaxe.

A transcrição, realizada a partir de uma série de operações de transliteração que modificam profundamente a “fisionomia” gráfica e grafémica do texto, é feita de forma a permitir a apresentação do texto com uma aparência modernizada, i.e normalizada e regularizada relativamente a certas convenções gráficas.

Em meu entender, a “fixação” de um texto medieval a partir de um tipo interpretativo de edição como o Tipo IV aqui apresentado só faz sentido e só se justifica se a edição interpretativa se basear num tipo mais conservador de edição realizado previamente, idealmente uma edição de Tipo I, como foi acima descrito.

#### Convenções editoriais:

É introduzida pontuação modernizadora, de forma a facilitar a compreensão do texto. A introdução de pontuação não implica necessariamente a completa supressão da pontuação original: de facto, em muitas ocasiões a pontuação do

---

<sup>10</sup> Numa edição destinada especificamente a tratamento lexical poderá haver outros tipos de intervenção editorial, como a uniformização gráfica para efeitos léxico-estatísticos, ou a união de formas que compõem lexias complexas para estudo da toponímia e das terminologias medievais (cf. os diversos trabalhos de análise léxico-estatística de Olinda Santana da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

manuscrito corresponde a pontuação forte moderna, ou seja, aquela pontuação que separa grandes unidades do texto, como frases ou períodos, e até parágrafos.

A capitalização é normalizada de acordo com as convenções modernas, ou seja, todos os nomes próprios são capitalizados, bem como alguns termos referentes a cargos e instituições públicas, como ‘Rei’; ‘Rainha’, ‘Reino’, ‘Sé’. A identificação de topónimos para efeitos da sua capitalização, e eventual lematização no âmbito da realização de um léxico ou da codificação dos textos, não é uma operação simples ou linear: muitos nomes de lugar derivam de expressões complexas com nomes comuns (por ex.<sup>o</sup> ‘vila de X’, em que X é um antropónimo ou um título de um cargo público), e não é fácil avaliar num texto medieval se determinada expressão é simplesmente uma designação ou se constitui já uma lexia complexa cristalizada num nome próprio<sup>11</sup>.

A intervenção editorial numa edição interpretativa é profunda no tratamento das abreviaturas. Sendo o braquigrafismo um das características mais marcantes dos textos medievais, a sua transliteração sem qualquer indicação de desabreviamento vai inevitavelmente introduzir importantes modificações na aparência original do texto.

Todas as abreviaturas são “desabreviadas”, ou seja, transliteradas através de sequências literais, com excepção da nota tironiana e do ‘et’, que são transliterados como ‘&’, e das abreviaturas ‘ts.’ (= ‘testis’), ‘conf.’ (= ‘confirmans/confirmando/confirmando’) e ‘mr./mrb.’ (= ‘morabitino(s)/morauedio(s)/etc.’).

O sinal geral de abreviação com valor de letra consonântica nasal em posição final é transliterado por ‘n’ ou ‘m’, de acordo com o contexto ou, eventualmente, com formas extensas presentes no texto. Esta não é uma questão simples, devido à peculiaridade da ocorrência, em textos portugueses ou textos latino-portugueses muito romanceados, de ‘m’ final para representar a nasalidade da vogal precedente em contextos gráficos que tinham ‘n’ na tradição latina. A opção por ‘m’ final ou ‘n’ final tem consequências significativas para a “aparência” gráfica da edição interpretativa, uma vez que a adopção de ‘m’ final dará ao texto um carácter graficamente portuguêsado que ele, de facto, pode não ter.

Certas alografias, presentes ainda no Tipo III, são eliminadas: ‘i caudato’ é transcrito como ‘i’, ‘V/v’ são transcritos como ‘U/u’, excepto nos numerais. A distinção entre ‘i/u’ “consonânticos” (i.e. representando [dʒ] e [v] respectivamente) e ‘i/u’ “vocálicos”, praticada por muitos editores, não é, no entanto, feita.

---

<sup>11</sup> Sobre este assunto veja-se o artigo de Clara Nunes Correia (2000) para uma perspectiva semântica sobre os nomes próprios em português.



É introduzida acentuação para distinguir palabras homógrafas, e clarificar o sentido do enunciado.

As plicas (sobre letras vocálicas) são eliminadas.

O texto anulado não é transcrito.

O texto restituído, quer para suprir lapsos escribais, quer para clarificar o sentido do enunciado, é indicado entre [ ].

A separação de palabras é normalizada sem qualquer indicación. Os pronomes clínicos são separados das formas verbais por hífen. Quando a junção de palabras no manuscrito corresponde a crase vocálica a separação é feita com apóstrofe, exceptuando-se os casos de contracção de preposición e artigo ou pronome.

O texto é dividido em parágrafos numerados, mantendo-se a indicación das linhas numeradas.

### Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho A

P01 <sup>L01</sup> Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> XL<sup>a</sup> VIII<sup>a</sup>.

P02 Ego Petrus Fafiz, timens diem mortis mee, ita meum habere mando diuide-re.

P03 In primis, <sup>L02</sup> uno casal na poboazon que fuit de Sueiro Fafiz con sua herda, & con roteas que modo habet, & ho casal de riba <sup>L03</sup> d' Aheste Sancto Simeoni.

P04 Tali pacto ut nunquam prior nec prepositus nec abade habea potestatem uendendi <sup>L04</sup> nec apenorandi ipsos casales, sed semper tenant illos duos fratres, ad seruiendum ipsum monasterium in calices, <sup>L05</sup> in liuros, & in prol que uideant do moesteiro.

P05 & mando uno casal in Lenci Martino Nuniz.

P06 A Cedofeita <sup>L06</sup> in Gotemir de Gondemar quanta hereditatem ibi habeo; saquen-a & habeant illam.

P07 À ponte d' Ahon <sup>L07</sup> & à de Crinis, I mr.

P08 À ponte de Don Zameiro & à de Dona Gonzina, I mr.

P09 À confr[ar]ia de Canaueses, I mr.

- P10 Hòs gafos, /<sup>L08</sup> I mr.
- P11 A Bracala, quitamento; & dent meu auer tantum per que tenant unum anal, & per que compariet /<sup>L09</sup> unum muimento pedrino.
- P12 A Men Lousado, una uaca.
- P13 A Petro Martiniz, una iuuenca.
- P14 Hous fratres /<sup>L10</sup> Sancti Simeon, X mr., que me habeant in mente in suas orationes.
- P15 Ho casal de Lente iacet por X mr.; quiten-o /<sup>L11</sup> loguo per noso auer.
- P16 & ho casal de riba d' Aheste quiten-o de VIII mr. per ho noso.
- P17 & mando que iaca /<sup>L12</sup> uo casal de Petro Johanis por hos morauedios que iacet ho que mando a San Simeon. /
- P18 <sup>L13</sup> A San Simeoni una almozala, & uno plomazo, una faceroaa.

### Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho B

- P01 <sup>L01</sup> Sub Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> XL<sup>a</sup> VIII<sup>a</sup>.
- P02 Ego Petrus Fafila[z], timens diem mortis mee, facio manda de mea /<sup>L02</sup> hereditate & de meo censu in remissione meorum peccaminum.
- P03 In primis, mando Monasterio Sancti /<sup>L03</sup> Symeonis I<sup>m</sup> casale in a poboacion quod fui de Suerio Fafiz cum quanto ad illum pertinet, uidelicet arroteas /<sup>L04</sup> quas modo habet, & in ripa d' Aliste, aliud casale.
- P04 Tali pacto ut nunquam prior nec aliquis /<sup>L05</sup> habeat potestatem uendendi nec pignorandi ipsos predictos casales, sed semper teneant illos duo /<sup>L06</sup> fratres ad utilitatem predicti monasterii, uidelicet, in libris, & in calicis, & in alia profectancia huius monasterii. /
- P05 <sup>L07</sup> Et mando I casale in Leenti Martino Nuniz.
- P06 A Cedofecta in Gontemir de Gondemar, /<sup>L08</sup> quantam hereditatem ibi habeo, & persoluant & habeant.
- P07 Ad ponte d' Ahum & Crines, I mrb.
- P08 Ad /<sup>L09</sup> ponte de Don Zameiro & de Dona Goncina, I mr.

- P09 Ad confraria de Canaueses, I mr.
- P10 A gafos, /<sup>L10</sup> I mr.
- P11 Ad Brachara, quitamentum; & dent tantum de meo censu per quem teneant I anale, /<sup>L11</sup> & per quem comparent unum monumentum pedrinum.
- P12 A Mendo Lousado, I uaca.
- P13 Ad Petrum Martiniz /<sup>L12</sup> I<sup>a</sup> iuencula.
- P14 Ad fratres Sancti Symeonis X mr., qui me habeant in mente in suis orationibus. /
- P15 <sup>L13</sup> Casale de Leenti persoluant de nostro censu, que iacet pro decem aureis.
- P16 Casale de rippa d' Aliste iacet /<sup>L14</sup> pro VIII, & persoluant illum de nostro.
- P17 & mando ut mittant in pignoribus casal de Petro Iohanes pro XX mrb., /<sup>L15</sup> & persoluant da poboacion, & aut interim casal de Petro Iohannis seruiat Sancto Symeone.
- P18 Et Sancto Symeonem, /<sup>L16</sup> I almutala, & I plumacio, & I faceiroa.
- P19 Et rogo & mando priorem Sancti Simeonis & meum /<sup>L17</sup> suprinum Menendum Petri qui faciant omnia mea manda impleri.
- P20 & si forte mea mulier & filii mei ea /<sup>L18</sup> noluerint impleri, prior & Menendus Petri per regem & per archiepiscopum /<sup>L19</sup> aut per se /<sup>L18</sup> faciant implere.

## Referências bibliográficas

- Brocardo, M. T. / Emiliano, A. (no prelo): “Considerações sobre a edição de fontes para a história da língua portuguesa”, *Santa Barbara Portuguese Studies*.
- Castro, I. / Ramos, M. A. (1986): “Estratégia e tática da transcrição”, em *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*: 99-122 (Paris: Centre Culturel Portugais / Fondation Calouste Gulbenkian).
- Correia, C. N. (2000): “Os Nomes Próprios em português e as classes nominais”, em Englebert / Pierrard / Van Raemdonck (eds.): *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Bruxelles, 23-29 juillet 1998)*. Volume VII: *Sens et fonctions — Travaux de la section «Sémantique et pragmatique»*, (Tübingen: Max Niemeyer Verlag), pp. 127-133.
- C.S.I.C. (1944): *Normas de transcripción y edición de textos y documentos* (Madrid:

Consejo Superior de Investigaciones Científicas).

- Duarte, L. Fagundes (1997): “Para uma edição interactiva de textos antigos”, em Castro, I. (ed.): *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996). Volume II — Linguística Histórica, História da Linguística*: 411-417. (Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística)
- Ferreira, J. de Azevedo (1986): “Uma edição do Fuero Real de Afonso X, o Sábio”, em *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*: 55-64 (Paris: Centre Culturel Portugais / Fondation Calouste Gulbenkian).
- Ferreira, J. de Azevedo (1987): *Afonso X. Foro Real – Volume I: Edição e estudo linguístico* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica).
- Neto, S. da Silva (1956): *Ensaio de Filologia Portuguesa* (São Paulo: Companhia Editora Nacional).
- Nunes, E. Borges (1999): Apostila a J. Sampaio “Um método de transcrição paleográfica de impressão omnimutável sem alteração do texto transcrito”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 38: 484-487 (Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian).
- Parkinson, S. (1983): “Um arquivo computadorizado de textos medievais portugueses”, *Boletim de Filologia*, 28: 241-252.
- Pedro, S. (1994): *De notícia de torto* (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática).
- Ribeiro, M. J. (1995): *Edição dos documentos medievais do cartório de Santa Eufêmia de Ferreira de Aves* (Lisboa: Faculdade de letras da Universidade Lisboa, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática).
- Robinson, P. (1994): *The transcription of primary textual sources using SGML* (Oxford: Office for Humanities Communication Publications, Oxford University Computing Services).
- Sampaio, J. (1999). “Um método de transcrição paleográfica de impressão omnimutável sem alteração do texto transcrito”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 38: 469-483 (Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian).

**Anexo: tabela de caracteres ASCII do tipo medieval criado por Maria José Ribeiro**

Nº hex	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	A	B	C	D	E	F
<b>0</b>	0 nul	16 dle	32 sp	48 0	64 @	80 P	96 `	112 p	128 Ā	144 ê	160 †	176	192 ÷	208 -	224 ‡	241 Ò
<b>1</b>	1 soh	17	33 !	49 1	65 Å	81 Q	97 a	113 q	129 Ą	145 ë	161 °	177 ±	193 i	209 -	225 ·	242 Ū
<b>2</b>	2 stx	18	34 "	50 2	66 B	82 R	98 b	114 r	130 Ç	146 í	162 φ	178	194 ¬	210 "	226 ,	243 Ū
<b>3</b>	3 etx	19	35 #	51 3	67 C	83 S	99 c	115 s	131 Ę	147	163 £	179	195	211 "	227 "	244 Ū
<b>4</b>	4 eot	20	36 \$	52 4	68 D	84 T	100 d	116 t	132 Ń	148 î	164 §	180 ¥	196 f	212 '	228 %	245
<b>5</b>	5 enq	21 nak	37 %	53 5	69 E	85 U	101 e	117 u	133 Ö	149 ·	165	181 μ	197	213 '	229 Â	246 ~
<b>6</b>	6 ack	22 syn	38 &	54 6	70 F	86 V	102 f	118 v	134 Ŭ	150 ñ	166 ¶	182	198	214 ÷	230 Ę	247
<b>7</b>	7 bel	23 etb	39 '	55 7	71 G	87 W	103 g	119 w	135	151	167 β	183	199 «	215	231	248
<b>8</b>	8 bs	24 can	40 (	56 8	72 H	88 X	104 h	120 x	136 à	152	168 ®	184	200 »	216 ŷ	232 Ę	249 ~
<b>9</b>	9 ht	25 em	41 )	57 9	73 I	89 Y	105 i	121 y	137	153	169 ©	185	201	217	233 Ę	250 ·
<b>A</b>	10 lf	26 sub	42 *	58 :	74 J	90 Z	106 j	122 z	138 ä	154 ö	170	186 nbsp	202	218	234 í	251 ·
<b>B</b>	11 vt	27 esc	43 +	59 ;	75 K	91 [	107 k	123 {	139 ã	155 õ	171 ´	187 ª	203 Å	219	235 î	252 ,
<b>C</b>	12 ff	28 fs	44 ,	60 <	76 L	92 \	108 l	124	140 à	156	172 ~	188	204 Ā	220	236 ï	253 ~
<b>D</b>	13 cr	29 gs	45 -	61 =	77 M	93 ]	109 m	125 }	141 ç	157	173	189	205 Õ	221	237 ï	254 .
<b>E</b>	14 so	30 rs	46 .	62 >	78 N	94 ^	110 n	126 ~	142 é	158	174 Æ	190 æ	206 Œ	222	238 Ó	255 ~
<b>F</b>	15 si	31 us	47 /	63 ?	79 O	95 _	111 o	127 del	143	159	175 Ø	191 ø	207 œ	223	239	256

---

## O elemento árabe en galego (II)

---

Xavier Frías Conde  
Universidade Complutense de Madrid

**Resumo:**

A influencia do árabe sobre o galego é unha das cuestións pendentes da lingüística galega actual. Tense pensado a miúdo que o árabe non tivo influencia ningunha sobre o galego, mais isto é falso. Ducias de topónimos árabes están presentes por todo o dominio galego. Doutra banda, o galego posúe os seus propios empréstimos árabes, diferentes dos que se achán nas linguas veciñas. Porén, debe entenderse que a presenza destes arabismos en galego é debida a un complexo proceso onde os mozárabes desempeñaron un papel fundamental.

**Palabras chave:**

Empréstimos árabes, toponimia árabe, mozárabes, arabo-galego.

**Abstract:**

*The influence of Arabic upon Galician is one of the unresolved matters of the current Galician Linguistics. It has often been believed that Arabic did not have any influence upon Galician, but this is false. Dozens of Arabic place names can be found all over the Galician-speaking area that show a clear Arabic origin. Moreover, Galician even possesses its own Arabic loanwords, different from those of the surrounding languages. Anyway it must be understood that the presence of these Arabic loanwords in Galicia were due to a complex process in which Mozarabs played an outstanding role.*

**Key words:**

*Arabic loanwords, Arabic place name, Mozarabs, Arabic-Galician.*

## II. Aspectos léxicos dos arabismos galegos

### Introdución

15. Xa anteriormente tratamos das distintas posibilidades de entrada do arabismo (§7). Isto supón que, nos máis dos casos, a entrada de arabismos produciuse na lingua oral, até seren aceptados pola lingua literaria.

Mais non todos os arabismos son desta caste, senón que houbo unha vía culta de penetración, de tipo libresco, segundo xa vimos, que creou formas baixo-latinas de

moitos destes arabismos, que despois pasaron ao románico. Tal é o caso de CAMPHORA, sobre o árabe KĀFŪR, que explica o portugués *cânfora* e o catalán *càmfora*, fronte ao galego e castelán *alcanfor*, que é árabe. Tamén por esta razón levan acentuación proparoxítona os termos *álcali* ou *álxebra* en todo o iberorromance, cando tal acentuación resulta de todo allea ao árabe (o artigo sempre é átono).

A grande maioría dos arabismos que entraron en iberorromance foron substantivos. Son escasos os adxectivos (e nalgún caso mesmo se substantivaron, como en *jabalí* [= do monte] > *xabarín*), máis aínda os verbos (coma *xalaq* > *afagar* [en eonaviego aínda *afalagar*], aínda que secundariamente, xa desde o romandalusí, ou aínda en galego, certas raíces foron verbos).

É chocante encontrar outros elementos, mais non repararemos niso agora<sup>1</sup>. Algúns casos serán analizados á fin deste traballo. En calquera caso, tamén houbo outra vía de penetración de arabismos, tales como os calcos semánticos e as influencias secundarias.

### Calcos semánticos

**16.** O calco semántico tivo unha grande aceptación na formación de abondos termos novos. Talvez o galego non é a lingua en que a súa presenza sexa máis notoria, mais en calquera caso podemos achar algunhas mostras.

O uso dos calcos débese ao prestixio do árabe coma lingua de cultura durante moito tempo na Idade Media, como hoxe en día se fan calcos semánticos sobre o inglés. Neste caso, frecuentemente o árabe axe como adstrato, tomando como referencia, na maioría das ocasións, o árabe literario. Eis algúns exemplos:

**adiantado** (ga. e pt.): significaba ‘xefe de tropa’ e é calco de *muqaddam*, que ao mesmo tempo deixou *almocadén* (ga.), *almocadém* (pt.).

**caer**: co sentido de ‘encontrarse’ é outro calco do uso secundario do árabe *wāqa3* (= caer). Non obstante, aínda que cun sentido máis restrito, encóntrase tamén en francés.

**de bruces** (ga.); **de bruços** (pt.): é un curioso cruce basco-arábigo, onde se combinan o eusquera *buruz* (= de cabeza) co árabe *būs* (reverencia, que deu xacando o español *buz*). Do cruzamento e fusión coa forma basca saíu a expresión anterior, cun derivado *debruzar* [*debruçar*].

**fidalgo**: baséase na construción árabe con *ibn* (= fillo) máis un substantivo. Así, dicíase *ibn allayl* (= fillo da noite) para referirse aos ladróns o *ibn yáwmih* (=

<sup>1</sup> Citaremos apenas a preposición *até*, derivada do árabe *hattà*.

fillo do seu día) (Coromines 1987: 320). Canto á forma románica, non é a única que se coñecía na Idade Media, posto que, daquela, á imitación do modelo árabe, dicíase en castelán con *fi* o *hi* (ou a forma completa) *fi de puta*, *fi de perra* (este tamén en árabe *ibn kálba*), *hijo de la caridad*, *hijo del naípe*, etc. O noso *fidalg* deriva, por tanto de *fillo d'algo*, que significaba 'home de diñeiro'. Neto (1992: 344) engade que o calco está feito sobre *ibn alxums*, onde *alxums* (= a quinta parte) se refire a que un quinto das terras conquistadas eran gardadas para fins benéficos. Téñase en conta que en galego son comúns expresións como *fillo da cadela*, calcada da fórmula árabe enriba citada.

***pía madre, dura madre***: as dúas membranas chámanse tal cal en árabe: *alúmm alḥanûn* (= nai misericordiosa) e *alumm aljâfiyya* (= nai dura). En portugués úsanse as formas latinizadas *pia mater* e *dura mater*.

**res**: segundo Corrientes e Coromines, o termo non pode provir etimoloxicamente do árabe *rás* [=cabeza] (< cl. *râ's*), mais do latín RES. Sen pormos en dúbida a opinión deles a respecto do étimo, si cremos, non obstante, que se trata dunha influencia secundaria, pois que sobre o latín RES (= propiedade) influíu a avanzada voz árabe, que seguramente tiña unha pronuncia /'re:s/ con imala de segundo grao. En galego e castelán a voz ten xénero feminino, mais en conavego (e tamén en asturiano) teno masculino, o cal viría apoiar esta nosa teoría.

## Influencias secundarias

**17.** Entendemos por arabismos secundarios aqueles en que a orixe dun fenómeno non é árabe (xeralmente será latina), mais é previsíbel ou seguro que o árabe favoreceu o seu desenvolvemento en galego (e iberorrománico), xa sexa no campo léxico ou morfosintáctico. Segundo esta teoría, unha tendencia románica vese reforzada por un fenómeno igual ou equivalente en árabe e que favorece que se reforce ou se desenvolva máis amplamente nas linguas iberorrománicas do que noutras familias románicas.

**18.** A adición de *a-* a abondos verbos con sentido causativo ten o seu equivalente na cuarta forma verbal árabe: *afa3al*, é dicir, unha estrutura {aKKvKa}, fronte á primeira {KvKvKa}. Salomonski (1944) chegou a afirmar que era unha influencia árabe, baseándose no funcionamento comparado que ten o prefixo árabe a respecto do español (e neste caso podemos amplialo ao galego-portugués igualmente):

1ª forma		4ª forma
<i>ḥázina</i> (= estar triste)	>	<i>âhzana</i> (= entristecer)
<i>káruma</i> (= ser honrado)	>	<i>âkrama</i> (= honrar)
<i>mât</i> (= morrer)	>	<i>amâta</i> (= matar)
<i>dâxala</i> (= entrar)	>	<i>âdxala</i> (= introducir)



Salomonski fixouse en *matar* e *amatar* do castelán antigo para chegar a tal conclusión, apoiándose ademais noutros verbos como *aminorar*, *acalorar*, *abrandar*, mais tal *a-* ten a súa orixe no AD- latino. En todo o caso, a súa maior frecuencia nas linguas iberorrománicas pode perfectamente estar favorecida polo uso causativo árabe de {*a-*}. De calquera modo, non nos parece descartábel que o propio verbo *matar*, propio das linguas iberorrománicas, proceda do verbo árabe *mât* ou o seu derivado *amât* (de feito en asturiano úsase aínda *amatar*), que probablemente provén de *mât*, a voz utilizada no xadrez. Coromines, porén, propónlle un étimo latino \*MATTARE, derivado de MATTUS. Para nós, *mât* combínase con prefixos e sufixos románicos en romandalusí e presenta (A)MAT-ARE, con perfecta explicación semántica.

**19.** Os plurais duais típicos das linguas iberorrománicas do tipo *os pais*, *os reis*, *os fillos*, *os irmáns* son posíbeis nas demais linguas románicas, ao menos nas occidentais (e tamén comúns en sardo), mais son especialmente frecuentes nas ibéricas. En latín xa se coñecía este uso en PATRES (POR PARENTES), FILII, FRATRES. O árabe emprega o mesmo recurso, onde o masculino é unha forma non marcada que se refire a ambos os xéneros en plural, de maneira que a súa influencia ben puido reforzar este uso xa latente desde o latín.

**20.** Os días da semana galego-portugueses, mellor conservados en portugués do que en galego, poden terse afianzado na súa forma actual por posuíren unha estrutura paralela á dos días da semana árabes, que se saen, como é de esperar, do esquema típico das linguas europeas, especialmente as románicas, que seguen o vello padrón latino das deidades pagás<sup>2</sup>. Obsérvese este curioso paralelismo, onde, ademais, o primeiro día da semana é o domingo.

<i>yawm alḥad</i> <sup>3</sup>	<i>domingo</i>
<i>yawm al'īḥḡayn</i>	<i>segunda-feira</i>
<i>yawm aḡḡalâḡâ'</i>	<i>terza-feira</i>
<i>yawm al'arbaḡâ'</i>	<i>cuarta-feira</i>
<i>yawm alxamîs</i>	<i>quinta-feira</i>
<i>yawm aljûmaḡ</i>	<i>sexta-feira</i>
<i>yawm assâbt</i>	<i>sábado</i>

**21.** Os verbos *amencer* / *anoitecer* empréganse na primeira e segunda persoas en todo o iberorrománico para indicaren que o falante ou o ouvinte apareceron na primeira ou na derradeira hora do día en tal lugar ou circunstancia. Esta utilización é

<sup>2</sup> A denominación cristiá foi imposta polo papa Silvestre no 316 .

<sup>3</sup> O significado dos nomes arábigos son: o día primeiro, o día segundo, o día terceiro, o día cuarto, o día quinto, o día da asemblea (islámica, día santo musulmán), o día do sábado.

habitual en árabe, mais non é descoñecida en francés e occitano, aínda que ten un uso máis desenvolvido en romeno (e aquí tampouco é descartábel unha remota influencia árabe por medio do turco).

**22.** As respostas eco do galego-portugués son coñecidas tamén en árabe, utilizándose para contestar afirmativamente tamén o mesmo verbo con que se pregunta:

En árabe:

– *Hal turídu ‘an tâ’ti?*

– *Urídu*

En galego:

– *Queres vir?*

– *Quero*

**23.** Nas linguas iberrománicas é normal utilizar o xiro *que vén* (ga.), *que vem* (pt.), *que viene* (es.), no canto dun adxectivo para se referir a períodos de tempo do futuro, do tipo *o ano / mes que vén* (convivindo con *vindeiro*, igual que o sardo *benidore*). Tal estrutura utilízase igualmente en árabe:

*al-yawm allâdi jâ’iy* (literalmente: ‘o día que está vindo’)

En árabe emprégase tamén para se referir ao pasado: *alusbû3 allâdi fât* (= a semana que pasou).

**24.** A orde de palabras en iberromance é bastante máis libre que noutras linguas románicas. Admite Lapesa (1984: 151) que o influxo árabe é posíbel (en castelán), endebén, reconece que faltan estudos ao respecto. Non desbota que a frecuente inversión de suxeito e verbo sexa unha influencia arábica nas nosas linguas, dado que en árabe antigo –porén non nos dialectos modernos (Frías Conde 1998)– a orde normal é V + S. Non hai unha razón clara en galego –e en xeral en iberrománico– para que abunden as oracións en que se dá a orde V + S (nas carxas hai algunhas mostras diso), polo que non tería nada de estraño que por medio do romandalusí esta tendencia callase en galego. Iso explicaría (ao menos parcialmente) por que son máis comúns as construcións do tipo:

Galego: *Góstame o pan*

Árabe: *Tu3ajibuniy alxubz*

Non cremos que o fenómeno teña orixe árabe, mais insistimos no aspecto de influencia secundaria. Obsérvase que tal construción é o normal en italiano, *Mi piace il pane*, mentres que o portugués desenvolveu unha construción con suxeito actor, *Gosto do pão*, que resulta xa arcaica en castelán: *Gusto del pan* fronte a *me gusta el pan*, que, en troque, é a estrutura favorita do francés (*J’aime le pain*).

**25.** A grande tendencia á impersonalidade do verbo (trazo non só iberorrománico, mais tamén propio do occitano, do italiano e do sardo) vese favorecido polo árabe, especialmente no uso da 3PP para esta finalidade:

Galego: *Venden melóns no mercado*

Árabe: *Yabî3ûna baṭṭix fi-ssûq*

Sardo: *Vendent melones in su mercadu*

**26.** Poderíamos pensar que as construcións tan frecuentes de oracións sen cópula teñen tamén un apoio no árabe (este é outro fenómeno pan-iberorrománico). Oracións como

1. *Os nenos, na cama* (ár. *alwilâd fi-ssarîr*)

2. *Eu, de momento ben* (ár. *ana jayid al'ân*)

3. *O partido, este xoves* (ár. *almubârah fi hâḍa yawm alxamîs*)

son habituais, e úsanse nas mesmas condicións que en árabe, é dicir: a) para indicar estado e posición, e b), normalmente en presente (a cópula vai non marcada). É ben certo que en latín xa existían construcións iguais, mais non están moi espalladas en románico, agás na Península Ibérica, polo que podemos acudir ao árabe para explicar a súa frecuencia.

**27.** Canto á orixe do infinitivo flexionado galego-portugués, sobre o que tanto se ten especulado, ten, sen dúbida, unha xénese románica, tal como se entende polas desinencias e porque aparece en áreas dispares da Rumania, como Galiza-Portugal e Sardeña. Mais podería existir unha influencia secundaria arábiga en galego-portugués que favoreceu o seu desenvolvemento neste diasistema e non no resto do iberorrománico. Non posuímos datos que nos aclaren se o infinitivo flexionado ou algo semellante xa existía en romandalusí, mais, debido á forte grao de penetración árabe, puido darse un sistema mixto de infinitivo (que si coñecía o romandalusí á diferenza do árabe, que non o ten) con desinencias, é dicir, que o uso constante de desinencias do árabe pasase ao romandalusí.

Obsérvese como nas seguintes oracións árabes se utiliza unha forma flexionada, mentres que en español se emprega ora un infinitivo, ora unha forma de conxuntivo, en dous casos en que o galego-portugués (e sardo) non hesita en utilizar o infinitivo flexionado:

(a): Adxacente do N no SN:

árabe: *Al'ân sâ3at tadḥab li-lbayt* (lit.: 'agora (é) hora de vas á casa')

español: *Es hora de ir a casa / de que te vayas a casa*

galego-portugués: *É hora de ires para a casa*

sardo: *Est ora d'andares a domo (tua)*

(b) SP de finalidade:

árabe: *Naštaḡilu litadrus* (lit.: ‘traballamos para estudias’)

español: *Trabajamos para que estudies / para tú estudiar*<sup>4</sup>

galego-portugués: *Traballamos {trabalhamos} para ti {tu} estud(i)ares.*

sardo: *Traballiamus pro istudiales (tue)*

Sicilia foi zona de influencia árabe, non tan intensa coma na Península Ibérica, mais si o suficiente como para que esta lingua tamén favorecese o desenvolvemento. A respecto de Sardeña, dificilmente poderíamos acudir á influencia secundaria do árabe.

## O arabismo en galego e en portugués

**28.** Anteriormente comentamos que o galego e o portugués presentan unha serie de semellanzas e de diferencias. Malia estarmos no mesmo diasistema, ambos os codialectos tiveron unha época –a da unidade lingüística galego-portuguesa– en que os arabismos son basicamente coincidentes, mais posteriormente existen importantes diferencias entre os falares de alén e aquín Miño.

Un dos aspectos que resulta máis interesante é a distribución dos arabismos por zonas. En portugués, Cintra (1983: 173-178) estudiou a distribución do arabismo en Portugal<sup>5</sup>, establecendo unha longa lista de dobretes arabo-románicos. Tal lista, aínda que máis curta, é tamén propia do galego, embora non sempre se trata de sinónimos, mais por veces ambos os termos, o románico e o arábico, teñen arestora significados diferentes. Neto (1992: 380) tamén se ocupou do asunto, chegando á conclusión de que a influencia do romandalusí sobre o portugués foi maior que sobre o castelán (e, loxicamente, sobre o galego).

Reproducimos unha parte da lista de Cintra, incluíndo as parellas que existen tamén en galego e engadindo algúns termos que non foron tomados en consideración polo mestre portugués, así como outros termos que faltan nunha parte do repertorio, xeralmente en galego:

<sup>4</sup> Esta construción atópase en certas zonas do español americano, como Colombia. No español europeo é estraña, mais é normal en asturiano.

<sup>5</sup> Cando os termos sinalados si son sinónimos, Cintra demostra como nos máis dos casos o termo románico aparece no norte, mentres o arábico é común no sul.

Románico		Árabe	
Portugués	Galego	Portugués	Galego
<i>cabaz</i>	<i>capazo</i>	<i>açafate</i>	<i>azafate</i>
<i>cesto</i>	<i>cesto</i>	<i>alcofa</i>	
<i>represa, poça</i>	<i>represa, poza</i>	<i>albufeira</i>	<i>albufeira</i>
<i>castelo</i>	<i>castelo</i>	<i>alcaçova</i>	
<i>sobrenome</i>	<i>nomeada, sobrenome</i>	<i>alculha</i>	<i>alculña, alculño</i>
<i>vazio</i>	<i>baleiro</i>	<i>alfeire</i>	<i>baldeiro</i> <sup>6</sup>
<i>cisterna</i>	<i>cisterna</i>	<i>algibe</i>	<i>alxibe</i>
<i>lagoa</i>	<i>lagoa</i>	<i>alverca</i>	<i>alberca</i>
<i>apogeu</i>	<i>apoxeo</i>	<i>auge</i>	<i>auxe</i>
<i>vigra, esculca</i>	<i>esculca</i>	<i>atalaia</i>	<i>atalaia</i>
<i>moinho-de-água</i>	<i>muíño de auga</i>	<i>azenha</i>	<i>acea</i>
<i>fonte</i>	<i>fonte</i>	<i>chafariz</i>	<i>chafariz</i>
<i>lande</i>	<i>landra</i> <sup>7</sup>	<i>bolota</i>	
<i>feito</i>	<i>feito</i>	<i>façanha</i>	<i>fazaña</i>
<i>sujeito</i>	<i>suxeito, individuo</i>	<i>fulano</i>	<i>fulano</i>
<i>lenço</i>	<i>lenzo, pano</i>	<i>mandil</i>	<i>mandil</i>
<i>porco-montês</i>	<i>porco bravo</i>	<i>javali</i>	<i>xabarán</i>
<i>queira Deus</i>	<i>queira Deus</i>	<i>oxalá</i>	<i>oxalá</i>
	<i>canteiro</i>	<i>alvanel</i>	<i>albanel</i>
<i>espiga</i>	<i>espiga</i>	<i>maçaroca</i>	<i>mazaroca</i>
<i>solto</i>	<i>solto</i>	<i>ceive</i>	<i>ceibe</i>
<i>segada</i>	<i>colleita, sega</i>	<i>saфра (Brasil), ceifa</i>	<i>ceifa</i> <sup>8</sup> , <i>zafra</i>
<i>quarto</i>	<i>cuarto</i>	<i>alcova</i>	<i>alcoba</i>
<i>bigorna</i>	<i>bigornia</i>	<i>saфра</i>	<i>zafra</i>
<i>decrua</i>	<i>barbeito, decrúa</i>	<i>alqueire</i>	<i>alqueive</i>
	<i>leituga</i>	<i>alface</i>	<i>(alface)</i> [antigo]
	<i>xastre</i>	<i>alfaiate</i>	<i>(alfaiate)</i> [antigo]
	<i>peto</i>	<i>algibeira</i>	
<i>livro velho</i>	<i>libro vello</i>	<i>alfarrábio</i>	
<i>dedal</i>	<i>dedal</i>	<i>alferga</i>	<i>alferga</i>
<i>cavaleiro</i>	<i>cabaleiro</i>	<i>alferez</i>	<i>alférez</i>
<i>povoação</i>	<i>lugar, vila</i>	<i>aldeia</i>	<i>aldea</i>
<i>presidente da câmara</i>	<i>rexedor</i>		<i>alcalde</i>
<i>poupar</i>		<i>faca</i>	<i>aforrar</i>
	<i>coitelo</i>		

Como se pode apreciar, existen casos de arabismos galegos descoñecidos en portugués.

<sup>6</sup> Non debe ser propiamente un arabismo, mais sobre *baleiro* houbo un cruzamento con *balde*, que si é árabe, e xurdiu *baldeiro*.

<sup>7</sup> Eonaviego *lande*.

<sup>8</sup> Neto (1992: 380) non consigna este termo no portugués do Norte, mais só no do Sul. Porén, existe en galego, onde está perfectamente documentado. Alén diso, é curiosa a mudanza de significado que ten o termo en castelán *aceifa*, que significa ‘campana militar do verán’. En ambos os casos, o galego-portugués e o castelán, o seu étimo é AṢṢĀʿIFA (véxase máis abaixo).

### III. Estudos léxicos e toponímicos

**29.** Nesta última parte estudiaremos algúns elementos léxicos individualizadamente. Incluímos voces de todo o dominio galego, mesmo do galego de Asturias ou eonaviego. Tamén faremos referencia a topónimos. Usaremos constantemente as abreviaturas and. para andalusí e cl. para clásico (referido sempre ao árabe).

**aba:** ‘antiga medida’. Provéen do andalusí *ḥábba* (= gran, anaco, parte miúda de algo). Deste mesmo étimo deriva tamén *faba*, que resulta homófono co legume, mais trátase dunha derivación máis antiga pola conservación de /f-/ proveniente de /h/. Esta *faba* significa ‘vulto baixo da pel’ e tamén ten referente no castelán *haba* (coa mesma homofonía) e no portugués *fava* (ídem).

**Abuzalema:** topónimo de Ourense derivado do antropónimo *Abū Salāma*.

**aceal:** ‘tenaces do albeite’, do and. *azziyār* < cl. *ziyār*. En castelán *acial* ou *aciar*, en port. *aziar*.

**acensalí:** ‘mofo que sae nas pedras, lique’. Pode vir do and. *assalsalí* < cl. *salsalí* (=en cadea).

**achaque:** do and. *aššákiya* (= queixa) < {škw}. É curioso o tratamento de /j/ como /tʃ/.

**aderado:** atendendo ao seu significado de ‘ponderado, xusto’, pode vir do and. *3ádil* < cl. *3ádil* (= xusto), cun incremento románico.

**adramán:** ‘home corpulento e mal composto’, deriva do antropónimo árabe *3abd arrāḥmān*, tradicionalmente transcrito como *Abderramán*.

**agarimo:** do and. *g’arím* < cl. *g’arīm* (= debedor).

**albaiar:** ‘estear’. É un posverbal sobre \**albai*, do and. *albañí* < cl. *bañí* (= brillante); en castelán existe *albahío*, do mesmo étimo.

**alcatifa:** do and. *alqatífa* < cl. *qatífah* (= cobertor). En castelán é raro *catefa*, mais en catalán o único termo común é *catifa*, como en galego-portugués, sen artigo asimilado, que é máis frecuente nesta lingua.

**alcouce:** ‘ángulo ou recanto abeirado que forman as casas’. En portugués, porén, é ‘lupanar’ e presenta tamén a forma *alcoice*. As dúas voces poden ter a mesma orixe, aínda que con significados distintos. Para a voz portuguesa propónse o étimo andalusí *alqáws* (= arco) e tamén *assúq* (= o mercado), cunha metátese debida aos mouriscos bilingües.

**alcucifar:** ‘fregar o chan cun pano’. A voz galega é irmá da castelá *aljofifar* e da portuguesa *alcufifa*. Vén do *aljaffafa* (cunha variante con imala *aljufffa*).

**Aldurfe:** topónimo de Riotorto, Lugo. Ten a súa orixe no andalusí *adduff* < cl. *duff* (= tamboriño). Na fala áchase o arabismo *adufe*, existente tamén en portugués, castelán e catalán (neste último *alduf* con restitución ultracorrecta do /l/ do artigo que non existe en árabe, como tamén ocorre no topónimo). O topónimo galego levaría, ademais, un /r/ parasito, algo moi frecuente nos arabismos.

**alferga:** do and. *alhilqa* < cl. *hilqa*. En portugués evoluiu o significado para 'medida de xunco para grans'. En eonaviego, alén do dedal, é un vaso pequeno para tomar augardente.

**alfolín:** 'almacén de sal', do and. *alhúry* < cl. *hurí* (= celeiro). En eonaviego ten ademais o significado de 'alocado', por algunha estraña evolución semántica.

**alfombra:** provén do and. *alhánbal* < árabe occ. *hánbal* (= cobertor groseiro de la), que deu orixinariamente a forma aínda portuguesa *alfâmbara*, orixe da actual *alfombra*. A voz é sinónima en galego e portugués de *alcatifa* (véxase antes).

**alforfa:** do and. *alhúlba* < cl. *húlbah*.

**algarabear:** 'berrar', derivado de *algarbía*, que vén do andalusí *al3arabíya* < cl. *al3arabíyya* (= a lingua árabe).

**algarife:** 'certa embarcación e rede do Miño'. Esta voz é *algerife* en portugués. É curioso o distinto tratamento de /d3/ en galego e portugués, onde a forma galega é máis antiga pola vocal /a/ e pola pronuncia /g/, mentres que a portuguesa se mostra máis evoluída. En troque, en castelán aparece como *aljarfa* e *aljerife*. Vén do ár. *aljârifah* (= instrumento de arrastre).

**alicates:** do and. *hâdiqât* (= hábiles, sutís)

**alicereces:** and. *al'isás* < cl. *isâs* (= fundamentos). Ten un /r/ parasito que é abondo frecuente.

**almorábide:** vid. *Rábade*.

**alxaba:** do and. *alja3ba* < cl. *ja3abah*. En eonaviego *alxaba* significa o mesmo que o portugués *algibeira*.

**alxibe:** esta voz, como outras cantas, teñen a súa orixe nos distintos derivados de {jbb}. Así, *alxibe* vén do and. *aljîb* < cl. *jîb*.

**ámago,** coa variante *sámago* e *magolo*, e en port. *âmago*. Vén do and. *xámaj* < cl. *xamj* (= balor).

**andoriña:** a etimoloxía árabe que propón Corrientes para este termo é inviábel. Deriva do latín HIRUNDINE, como se mantivo sempre, con influencias secun-

darias, especialmente do verbo *andar*. A forma eonaviega *andolía* e a asturiana *andarina* apoian a romanidade do termo.

**atalaia:** é voz común e tamén topónimo moi espallado por Galiza e a Asturias de fala galega; non ofrece ningún problema etimolóxico: vén do and. *aṭṭalāya3* < cl. *ṭalāyi3* (pl. de *ṭalī3ah*, ‘avanzada’).

**ataúde:** esta voz galego-portuguesa deriva do and. *atabút* < cl. *tâbût*. En eonaviego existe *ata(b)ul*, como en aragonés, cun tratamento de /-t/ final que non é frecuente.

**axacar:** Corriente deriva a voz *desaxacado* do árabe *šakl* (= forma), mais podería provir da raíz {šky}, que si deixa abondos derivados en iberorrománico.

**axóuxure:** do and. *aljúljal* < cl. *juljul*. Ten a variante *alxóuxere* e existe tamén en portugués como *aljorge*, *aljorce*.

**azabal:** ‘cagallón da lebre, coello ou perdiz’; segundo Corrientes, esta é unha voz única en iberorrománico que el deriva do and. *zabl* < cl. *zibl* (= excremento).

**azafate:** ‘bandexa’, do and. *safát* < cl. *safaṭ*.

**azamelar:** ‘secar os cereais no verán’. Pode vir do ár. *samal* (= resistir, pola lentitude en secaren), aínda que tamén podería provir de *zamân* (= ‘tempo’, convertido en verbo en románico co sentido de ‘apurar o tempo’).

**bandougo:** é voz eonaviega. Sobre *bandullo* debeu sufrir un cruzamento co derivado do termo árabe *búnduqa* (= abelá) > *albóndega*.

**baraza:** do ár. *marasah* (= corda).

**Barxa:** topónimo espallado por toda a Galiza e que mesmo se encontra no Baixo Bierzo e As Portelas (Zamora). Debe derivar dunha forma andalusí *\*barj(a)* < cl. *burj* (= torre), probabelmente por ter unha función de vixilancia. É un topónimo de orixe militar como *atalaia* e *mántaras*.

**batán:** xeralmente esta voz é dada como de orixe románica, derivándoa do verbo *bater*. Porén, en árabe andalusí documéntase *baṭṭan* como verbo, o cal permítenos derivar a voz románica do árabe.

**botefa:** ‘caste de melón para o caldo’, do and. *baṭṭixa* < cl. *biṭṭīḫah* (= melón).

**cáceres:** termo que é exclusivo do galego. Refírese ás oscas no xugo e na moa do muíño. Provéen do ár. *kasr* (= corte).

**caraba:** ‘xuntanza’, do and. *qarāba* < cl. *qarābah* (= os parentes).

**caraxe:** do ár. *ḥarāj* (= noxo).



**cazo:** a forma masculina está formada sobre unha feminina *caza* perdida nos romances, mais que deriva do árabe andalusí *qás3a* < cl. *qis3a* (= cunca).

**Ceide:** topónimo que se encontra en varios puntos da Galiza. Provéen de *Zayd* (antropónimo). Presenta tamén a variante máis arcaica *Zaide* en Guntín, Lugo.

**ceibe:** do and. *sâyib* < cl. *sâ'ib* (= solto).

**ceifa:** do and. *şâyfa* < cl. *şâ'ifa* (= tempo de recolleita, de ceifa, no verán)

**cibico:** é voz do galego oriental que ten a mesma orixe que *cibica* do castelán e *sibica* do portugués consignadas por Corrientes (1999). Provéen de *sabika* (= banzo da cadea) < cl. *sabîkah* (= lingote fundido, barra). Existe un *cibique* en castelán de Estremadura que significa 'anaco grande de pan'.

**cide:** hai varios topónimos que levan esta base *Sîd* (=señor) < cl. *Sayyid*. Eis os exemplos, algúns deles híbridos arabo-románicos: Vilacide (Xermade, Lugo), Vilacide de Arriba e de Abaixo (Oroso, A Coruña), Abucide (Toques, A Coruña < *abu sîd*), Cedelo (Valga, Pontevedra).

**cofaina:** tense por castelanismo en galego, explicando que o /x/ castelán foi adaptado como /k/ en galego, mais non é así. Trátase dun arabismo antiquísimo do galego, con /g/ que inicialmente se deu en pronunciar /k/. En Corrientes (1999, s.q.) pódense ver outras variantes iberorrománicas con /k/ ou /g/.

**eis:** a primeira parte deste deíctico galego-portugués é árabe, como ocorre co castelán *he aquí* (moderno, mais antigo só *he*) e o catalán *heus*. O deíctico andalusí *há* (< cl. *hâ*) deixou, xa que logo, pegada en todos os romances ibéricos.

**faragán:** está documentado o dito *xará kán* en andalusí, que quere dicir 'merda foi', e tal parece a orixe do vocábulo galego.

**farrapo:** podería vir do and. *xar(r)áb* < cl. *xar(r)ab* (= estragar). A hesitación verbo de /t/ e /t/ explica o galego *farrapo* fronte ao castelán *harapo*. Corrientes explica o /p/ como unha influencia abondo lóxica de *trapo*. O que resulta ben interesante é comprobar a familia de derivados galegos sobre a mesma raíz, onde Corrientes cita *farramalla* e poderíamos incluír *furramalla*, voz tamén astur-leonesa, e seguramente tamén a eonaviega *zarapalla*, que provén de *farapalla*, e que se deriva doadamente de *farrapo*.

**farruco:** do and. *farrúj* < cl. *fârrûj* (= polo). A pronuncia de /d3/ coma /k/ dá conta da antiguidade do empréstimo.

**foula:** Corrientes recolle varios significados desta voz galega: 'farrapo de neve' e 'escuma', mais non 'onda', que é a máis espallada e a que comparte co astur-leonés *folá* e o castelán *ola*. Provéen de *ñáwla* (= turbón).

**furrica:** do and. \**alxurr* (máis seguramente sufixación románica) < cl. *xurr'* (= excremento).

**galbana:** a terminación románica vai cunha raíz árabe *ġalb*. A forma eonaviega é *galbá*, con tratamento de *-ana* > *-á*.

**Gándara:** Corrientes trata de xustificar este termo desde o árabe, mais faise difícil pola raíz *ganda* que se ten tradicionalmente coma prerromana. Doutra banda, o incrementativo *-ra* é frecuente en moitos outros termos prerromanos.

**garfo:** do and. *ġárfa* < cl. *ġarfah* (= puñado). Derivado intrarrománico é *garfela* e provén do mesmo étimo *garra* (co seu posverbal *agarrar* –cf. o catalán *agafar*, que ten igualmente este étimo).

**gato:** vén do and. *qaṭṭ* < cl. *qiṭṭ*. O propio latín *CATTUS* é voz semítica, concretamente aramea segundo Corrientes (1999, s.q.), mais a románica só pode estar tomada do árabe, cun tratamento /q/ > /g/, pois que outramente teríamos en galego \**cato*.

**laczán:** provén dun anterior \**calazán*, que á vez provén do and. *kaslân* < cl. *kaslân* (= folgazán). Segundo Corrientes (1999), o sufixo {-án} adxectivo provén do árabe. Probablemente é moi esaxerado afirmar talmente e ten orixe latina (< -ANE), mais non hai dúbida de que a súa presenza en romance e tamén en árabe, cun valor semellante, favoreceu a súa difusión, seguramente desde o romandalusí. Por tanto, por influxo árabe si aparecería, na nosa opinión, en *folgazán* (como xa sostén Corrientes), *batán*.

**louca:** a voz feminina é a orixinaria, mentres que o masculino *louco* é voz analóxica. Prové do and. *lawqa* < *lawqâ'*.

**Maimón** ou **Meimón:** topónimo de Irixoa, A Coruña. Existe tamén o topónimo Pozo Maimón no río Miño perto de Ourense. Prové do antropónimo *Maymûn*.

**maluco:** voz eonaviega con que se chama ao furuncho. Debe estar relacionada etimoloxicamente coa catalana (*a*)*maluc* (= óso da cadeira), do árabe *3azm alhuqq*. Trataríase dunha identificación da prominencia da cadeira por mor do óso con outras prominencias máis pequenas, aínda que perfectamente visíbeis, especialmente no rostro.

**Mántaras:** topónimo de Irixoa, A Coruña, e de Tapia de Casarego, Eonavia. Prové de \**mántara* < cl *manṭarah*. (= atalaia).

**maquía:** do and. *makîla* < cl. *makîlah* (= cousa medida).

**marabedí:** vid. *Rábade*.

**Marbán:** topónimo de Castrelo (Ourense), derivado do antropónimo árabe *Marwân*.

**Názara:** topónimo de Cenlle, Ourense, derivado do antropónimo *Nâsir*.

**Outes:** topónimo da Coruña. Antigamente tiña a forma *Doutes*, o cal permite identificala cun topónimo irmán, *Doude*, en Viseu. A súa orixe é o antropónimo *Dâwûd* (equivalente ao hebreo *David*).

**papoula:** do andalusí *ḥappapáwr*.

**Rábade:** topónimo de Lugo. Este nome de lugar vén dunha raíz {*rbṭ*} cun significado de ‘ligar, ligazón; amarre’ (obsérvese que a capital actual de Marrocos é Rabat, da mesma orixe). A forma de que provén é *râbaṭ* (= posto de fronteira), e un derivado desta voz é *almorábide* (= acantoado na fronteira) e tamén a moeda *marabedí*. O tratamento de /ṭ/ como /d/ en románico non é frecuente, mais dáse nalgunhas ocasións, especialmente nos empréstitos máis antigos.

**rexelo:** formado sobre o and. *raşá* (= cría de gando) > cl. *raşâ*’ cun sufixo románico. Existe a variante *rixelo*.

**risco:** do and. *rîzq*, cl. > *rizq* (= fado divino).

**Sada:** topónimo de Sada (A Coruña), do antropónimo *Sa3d*.

**San Mamede:** topónimo moi espallado en toda a Galiza. Provéen de *Maḥammad* < *Muḥammad* (o nome do profeta), seguramente propio de mozárabes.

**tabán:** é voz románica, mais penetrada polo árabe, que á súa vez a tomou do romandalusí (o castelán tomouna dereitamente do latín: *TABANU* > *tábano*). A forma andalusí e romandalusí é *aṭṭabán*, que explica tamén perfectamente o portugués *atabão*. En eonaviego é *tabanón*, cun sufixo aumentativo, mais da mesma orixe.

**taleiga:** a forma *talega* non é castelanismo, mais explícase sinxelamente por analogía co sufixo habitual *-ego/a*. Existe variante con /l/ caedizo, *teiga*, que dá lugar ao verbo *ateigar*. Igualmente, en portugués existe a mesma hestiación: *taleiga*, *teiga*. Vén do and. *ta3líqa* < cl. *ta3líqah* (= acción de pendurar).

**tixela** ou **tixola:** palabra formada coa axuda do sufixos románicos unidos á raíz andalusí *tajín* ou *tayjín* (= ola de barro).

**Viavélez:** El Franco, Asturias. Popularmente é chamada El Porto, mais non pensamos que se trate dun topónimo de recente acuñación, dado a súa estraña forma. Está relacionado con outros varios *vélez* da Península. Proviría de *vía*, deformación de *bi* < and. *bîb* (= porta) con imala < cl. *bâb* e and. *bálad* (= país, poboación) > cl. *balad*. A sílaba /bi:/ é idéntica á que aparece na *Puerta*

*de la Visagra* en Toledo, co mesmo significado. O nome completo significaría algo así como ‘Porta de entrada ao país’, entendendo como tal a entrada desde o mar para a Península.

**zuna:** do and. *súnna* < cl. *sunnah* (= tradición). Obsérvase como existe o culto a *sunmita* para facer referencia a un dos grupos maioritarios do islamismo.

## Referencias bibliográficas (I e II)

- Alonso, A. (1947): “Árabe -st- esp -ç-, español -st- árabe ch-” [reimpreso en *Estudios Lingüísticos*, Gredos : Madrid, 1967], *Publications of the Modern Association of America*, 62: 325-338
- Alonso, A. (1957): “Las correspondencias árabe-españolas en los sistemas de sibilantes”, *Revista de Filología Hispánica*, 8: 12-76.
- Cintra, L.F. (1983): *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, (Lisboa: Sá da Costa).
- Corominas, J (1987): *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana* (Madrid: Gredos).
- Corral Díaz, E. (2000): “As cantigas de amigo”, en Brea, M. (coord.): *Galicia: Literatura*. Tomo I. *A Literatura Medieval*: 118-121 (A Coruña: Hércules de Edicións).
- Corrientes, F. (1966): “Hacia una revisión de los arabismos y otras voces con étimos del romance andalusí o lenguas medio-orientales en el Diccionario de la Real Academia Española”, *Boletín de la Real Academia Española*, 86: 55-18.
- Corrientes, F. (1977): *A Grammatical Sketch of the Spanish Arabic Dialect Bundle* (Madrid: Instituto Hispano Árabe de Cultura).
- Corrientes, F. (1999): *Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance* (Madrid: Gredos).
- Cunha Serra, P. (1967): *Contribuição Topo-antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular* (Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos).
- Eguilaz, L. (1886) [reimpresión, Madrid, Atlas, 1974]: *Glosario etimológico de las palabras españolas (castellanas, catalanas, gallegas, mallorquinas, portuguesas, valencianas y bascongadas) de origen oriental (árabe, hebreo, malayo, persa y turco)*, (Granada: La Libertad).
- Frías Conde, F. X. (2000): “Algunos paralelismos evolutivos entre el árabe vulgar y las lenguas románicas”, *Ianua*, 1. <http://www.iaga.com/ianua/araborromanico.htm>
- Galmés Fuentes, A. (1983): *Dialectología mozárabe* (Madrid: Gredos).

- Iordanu, I. / Manoliu M. (1989): *Manual de Lingüística Románica*. Vol II. (Gredos: Madrid).
- Lanciani, G. / Tavani, G. (1993): *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Caminho).
- Lapesa, R. (1984): *Historia de la Lengua Española* (Madrid: Gredos).
- Machado, J.P. (1991): *Vocabulário Português de Origem Árabe* (Lisboa: Notícias).
- Maíllo Salgado, F. (1983) *Los arabismos del castellano en la Baja Edad Media (Consideraciones históricas y filológicas)* (Salamanca: Universidad de Salamanca).
- Menéndez Pidal, R. (1950): *Manual de Gramática Histórica Española* (Madrid: Espasa-Calpe).
- Neto, S. da Silva (1992): *História da Língua Portuguesa* (Presença: Rio de Janeiro).
- Noll, V. (1996): “Der arabische Artikel *al* und das Iberoromanische”, *Romania arabica. Festschrift für Reinholdt Kontzi zum 70 Geburtstag*, 299-313 (Tübingen: Narr).
- Sabbagh, M. (1932): *Diccionario árabe-español* (México).
- Salomonski, E. (1944): *Funciones formativas del prefijo a-, estudiadas en el castellano antiguo* (Zúrich) [reseñada por Eva Seifert, *Vox Romanica*, 10: 306-309].
- Solá-Solé, J. M. (1968): “El artículo *al-* en los arabismos del iberorrománico”, *Revue de Philologie*, 21, 275-278.
- Vasconcelos, C. Michaëlis de (1946): *Lições de Filologia Portuguesa* (Lisboa).

---

# O tratamento da opcionalidade no programa minimalista\*

---

Víctor M. Longa

Universidade de Santiago de Compostela

## Resumo:

A noción de opcionalidade tense aplicado tradicionalmente en Gramática Xerativa cando un mesmo conxunto léxico inicial pode orixinar libremente derivacións alternativas, obtendo cada unha delas unha diferente representación gramatical, independentemente do número de pasos precisados para chegar a cada representación. Dende o comezo da Gramática Xerativa formuláronse análises opcionais de moitas construcións alternativas. Non obstante, esta óptica cambiou drasticamente co Programa Minimalista. No presente artigo, indagarase nas razóns do tratamento tan restritivo da opcionalidade que fai este modelo.

## Palabras chave:

Opcionalidade, derivación, Programa Minimalista, economía.

## Abstract:

*Within Generative Grammar, the notion of optionality traditionally applies when the same initial lexical array can freely develop along alternative derivations, in such a way that different grammatical representations are obtained, no matter how many steps are needed to reach each representation. From the very beginning of Generative Grammar, optional accounts of many alternative constructions were crucially involved in the grammar. However, this view has been dramatically questioned by the Minimalist Program. In this paper, an account will be offered about the reasons and assumptions at work for the highly restrictive treatment of optionality within this framework.*

## Key words:

*Optionality, derivation, Minimalist Program, economy.*

## 1. Introducción

O Programa Minimalista da Gramática Xerativa (dende agora, PM; véxase Chomsky 1993, 1995, 2000) ten suposto unha profunda reformulación do anterior modelo, ‘Government & Binding’ (en diante, GB), primeira etapa da Teoría de

---

\* Este artigo realizouse no marco do Proxecto de Investigación “Linguas do mundo. O inventario da linguo-diversidade”, desenvolvido na Universidade de Santiago de Compostela e financiado pola Xunta de Galicia (ref. PGIDTOOPXI20406PR; investigadora principal: Dra. Teresa Moure).

Principios e Parámetros (Chomsky 1981). Esta reformulación atinxe, entre outros moitos aspectos, especialmente a tres, que teñen repercusións moi acusadas: por unha banda, a reconsideración da natureza paramétrica, dende macroparámetros, predominantes en GB, que tentaban caracterizar fenómenos sintácticos de amplo alcance en moitas linguas, a microparámetros no PM, centrados en pequenas diferencias localizadas no léxico e na morfoloxía; ademais, o PM supón unha aposta decidida pola indagación nos universais substantivos, fronte aos modelos previos, caracterizados por se dedicaren sobre todo aos universais formais<sup>1</sup>. En último lugar, e máis importante, o modelo minimalista defende que un enfoque representacional como o de GB non tiña a forza explicativa que se lle supuxera, adoptando no seu lugar unha visión predominantemente derivacional da gramática<sup>2</sup>.

Esta perspectiva derivacional sostida polo PM, restrinxida por condicións moi estritas sobre as derivacións posibles, dispón de moitas repercusións en todos os eidos da gramática; unha delas, especialmente interesante, atinxe ao tratamento da opcionalidade nas construcións que a gramática lexítima. Tal noción de opcionalidade é intuitivamente clara: prodúcese cando unha mesma base inicial (entendida no sentido dunha mesma colección inicial de pezas léxicas, sobre as que se aplicarán os diferentes procedementos xerativos) pode tomar libremente vías derivacionais alternativas, de maneira que a partir da mesma colección léxica inicial se chega a resultados (isto é, representacións) distintos, producidos cada un deles por unha derivación diferente, ben aplicando operacións de movemento de diferente xeito en cada unha, ou ben movendo elementos nunha derivación pero non na outra. Tales posibilidades, vixentes nos modelos anteriores, son non obstante prohibidas no seo do PM, debido á alta restrición dos principios sobre os que se asenta e á propia concepción da arquitectura da teoría lingüística propugnada polo devandito modelo. Por esta razón, a liberdade de antano das derivacións, resumida na noción de opcionalidade, queda vetada, exceptuando algúns casos que non atacan a economía das derivacións pretendida polo marco.

---

<sup>1</sup> Tal diferenza é sinalada en Chomsky (1965: 27 e ss.). Tal como foron formulados, os universais formais consistían en condicións abstractas satisfeitas por todas as gramáticas; por exemplo, que as gramáticas de todas as linguas teñen regras transformacionais ou regras de rescritura, etc. Pola súa parte, os universais substantivos caracterizaban o feito de que os elementos de certo tipo en calquera lingua se extraen a partir dunha lista de elementos, como as categorías sintácticas ou os trazos distintivos en fonoloxía. Na visión actual, a importancia dos universais substantivos apréciase principalmente na investigación sobre as diferentes categorías funcionais.

<sup>2</sup> Un enfoque derivacional caracterízase por pretender ofrecer un modelo das diferentes operacións necesarias para a xeración de secuencias, de maneira que tenta chegar dende un nivel de estruturación ou representación inicial a un resultado diferente, centrándose primordialmente nos mecanismos necesarios para acadar ese produto final; noutras palabras, céntrase nos mecanismos que relacionan os diferentes niveis de representación, conformando tales mecanismos as derivacións. Polo contrario, un modelo representacional baséase na atención preferente ao produto final das derivacións (as representacións gramaticais) máis que na relación (ou derivación) establecida entre os diferentes niveis de representación. Véxase Longa / Lorenzo (2001) para un estudo da alternancia entre o enfoque derivacional e o representacional en Gramática Xerativa.

O obxectivo primordial do presente traballo consiste no estudo do aspecto sinalado, o tratamento da noción de opcionalidade no PM, especificando as asuncións e premisas segundo as cales os fenómenos opcionais non están permitidos e exemplificando as condicións que posibilitan os únicos residuos de opcionalidade (ben afastada na súa natureza, de todos os xeitos, da total liberdade de modelos previos). Ao tempo, analizaranse diferentes condicións iniciais que desbotan procesos dunha aparente opcionalidade (de feito, tratados con mecanismos opcionais en GB; véxase o apartado 2). En suma, tentarase amosar a visión tan restritiva resultante do PM, xunto aos problemas derivados dese tratamento, que fan que se afasten da facultade da linguaxe propiamente dita (do sistema computacional da linguaxe ou sintaxe) moitos aspectos que antano foran considerados no seu seo, remitíndoos a unha simple reordenación no nivel fónico.

A estrutura do artigo é a seguinte: no apartado 2 faise unha presentación xeral da noción de opcionalidade e da súa implementación, especialmente con relación ao modelo GB. O apartado 3 aborda as causas polas que o PM rexeita en xeral a opcionalidade, e no apartado 4 amósanse as únicas circunstancias que xustifican unha opcionalidade estrita (non libre, como sucedía no modelo anterior) para derivacións alternativas, xunto a outros casos de aparente opcionalidade que non é tal. Para rematar o artigo, o apartado 5 ofrece unhas reflexións sobre as consecuencias deste xiro para a teoría lingüística.

## 2. Opcionalidade no modelo GB

Dende o comezo da Gramática Xerativa, estableceuse unha clara distinción entre o *status* obrigatorio dalgunhas transformacións fronte ao *status* opcional doutras (véxase Chomsky 1956: 114, 1957: 63-64). As regras obrigatorias eran de necesaria aplicación se se quería acadar unha representación gramatical correcta (ou, noutros termos, o resultado final dunha derivación); con todo, a falta de aplicación das regras opcionais non provocaba un resultado representacional incorrecto. Vexamos un exemplo de cada tipo segundo as asuncións dos primeiros modelos xerativistas (en concreto, a Teoría Estándar e a Teoría Estándar Ampliada). Consideremos a secuencia

- (1) Brais comeuno

obtida mediante a derivación pertinente. A derivación que produce (1) pode ser estendida adicionalmente para acadar a contrapartida negativa da devandita secuencia:

- (2) Brais non o comeu

Para obter (2), cómpre aplicar unha regra transformacional de inclusión de negación. Posto que segundo os presupostos dos modelos sinalados (2) se obtén a par-



tir de (1), se non se aplica a regra de inclusión de negación, (1) e máis a súa derivación seguen, de maneira evidente, a ser perfectamente lexítimas, por gramaticais. Por tanto, a inclusión da negación vén ser unha regra opcional. Non obstante, se se opta por aplicar opcionalmente esa regra, terá que actuar, esta vez de maneira obrigatoria, unha transformación de subida de clítico que antepoña este elemento ao verbo co fin de acadar a orde correcta entre os dous elementos; se non actúa esta regra de subida do clítico, o resultado será claramente anómalo, como se aprecia en

- (3) \*Brais non comeuno

Velaí, por tanto, a diferenza entre transformacións opcionais e obrigatorias. Deste xeito, a tarefa das regras opcionais era importante, ao permitiren diferentes derivacións alternativas ou extensións de derivacións xa acadadas; polo tanto, ao acadaren diferentes representacións finais a partir dunha mesma estrutura profunda, en dous sentidos: movendo diferentes elementos en cada caso ou aplicando pasos transformacionais adicionais ou extra (como no exemplo previo) que dan lugar a outra representación.

Tomemos unha das transformacións máis representativas de fenómenos de reordenación, a regra de extraposición (véxase D’Introno 1979, 2001 para detalles). A partir de

- (4) Que veñas á escola cómpre

se actúa a regra sinalada, que dispón dun *status* opcional, a cláusula na posición de suxeito (‘Que veñas á escola’) é desprazada á dereita, ata acadar a posición final da secuencia:

- (5) Cómpre que veñas á escola

Incidindo no sinalado anteriormente, nótese que unha vez que, por medio da derivación oportuna, se obtén (4), tal representación pode ser estendida de xeito opcional coa regra de extraposición; se tal regra non actúa, o resultado segue a ser gramatical. Esta constitúe a esencia do fenómeno da opcionalidade.

A diferenza entre transformacións obrigatorias e opcionais mantívose cunha plena operatividade ata o final da década de 1970. Nesa época, algúns autores moi representativos propuxeron unha reformulación importante na natureza das transformacións (motivada por cuestións teóricas vinculadas coa factibilidade da adquisición da linguaxe; véxase Longa 1999 ao respecto). Tal cambio de perspectiva consistiu en propoñer a eliminación das operacións obrigatorias, defendendo un *status* opcional para todas as regras; coas palabras de Chomsky e Lasnik: “The transformational rules of the core grammar are unordered and optional” (Chomsky / Lasnik 1977: 431). Esta nova visión sobre o *status* das regras, que proclama a opcionalidade de todas elas, anticiparía plenamente a perspectiva do modelo GB, por teren todas as regras preci-

samente un claro *status* opcional no seu seo. De feito, como veremos, esta asunción concordaba por completo coa arquitectura gramatical proposta por GB.

Este modelo caracterizábase por defender unha organización altamente estruturada da facultade da linguaxe, organización baseada na mesma característica sostida para a propia relación entre a linguaxe e o resto de dominios cognitivos: a modularidade (véxase Longa / Lorenzo 1996: capítulo 1 ao respecto); do mesmo xeito en que a linguaxe tiña o *status* de órgano ou módulo mental, que respondía aos seus propios principios, específicos de dominio (órgano mental independente, por tanto, doutras capacidades cognitivas, aínda que interactuante con elas, en oposición clara, por exemplo, ás ideas do construtivismo de Piaget), a propia facultade lingüística era concibida como un conxunto de (sub)módulos, funcionando cada un deles como un bloque teórico encargado de dar conta, mediante diferentes principios e condicións, dun determinado aspecto da estruturación e da gramaticalidade das secuencias: por exemplo, proxección categorial (módulo X-barra), asignación de estrutura temática á estrutura sintáctica (Teoría Temática), correferencia entre frases nominais (Teoría do Ligamento), asignación de caso abstracto (Teoría do Caso) ou distancia susceptible de ser recorrida polo desprazamento dun elemento (Teoría da Acoutación), entre outros.

Respondendo ao carácter antes sinalado de aplicación opcional de operacións, cada un deses módulos tiña un *status* independente ata certo punto dos demais; isto significa que cada módulo era quen de sobrexerar nos seus resultados específicos, dispoñendo, polo tanto, dun poder local moi forte; con todo, esa sobrexeración local era eliminada na interacción co resto de módulos, á hora de acadar a integración de todos os aspectos que determinaban a boa formación das secuencias. Tal interacción obtiña no seu conxunto unha capacidade xerativa adecuada, rebaixando o poder local excesivo.

Isto mesmo pode aplicarse ao principal aspecto abordado neste traballo, as posibilidades ofrecidas pola operación de desprazamento “Móvase alfa”, conformadora de derivacións en que se alteraba a disposición de partida dos constituíntes (ditada polo compoñente léxico). Fronte a regras moi específicas empregadas en modelos anteriores<sup>3</sup>, “Móvase alfa”, a única (metar)regra transformacional de GB, tiña un

---

<sup>3</sup> Nes modelos previos (o exemplo paradigmático é a Teoría Estándar de Chomsky 1965), a competencia lingüística, coñecemento implícito da lingua por parte dun falante nativo ideal, era concibida como un conxunto de regras moi específicas e particulares, non só de cada lingua, senón de construcións concretas dentro de cada unha, co que se acadaba unha descrición precisa de tal coñecemento, coa contrapartida de que se imposibilitaban xeneralizacións significativas. Newmeyer (1996: 85) caracteriza ben o procedemento empregado en tales modelos: “In general, the author identified a construction, then formulated a transformational rule coming as close as possible to mimicking its surface characteristics: passives were derived by the passive transformation, relative clauses by the relative clause formation transformation, and so on”. Por iso, segundo Hadlich (1971: 35), o número de transformacións nunha gramática completa podería chegar a varios centos.

formato moi xeral, como se aprecia na súa propia formulación, posibilitando en principio o desprazamento de calquera constituínte a calquera posición: “muévase cualquier categoría a cualquier parte” (Chomsky 1982: 30). Non obstante, esta sobrexeración ou liberdade absoluta de actuación da regra limitábase cando a regra interactuaba co resto de módulos da facultade da linguaxe, de maneira que condicións independentes ás do propio movemento restrinxían os seus resultados, posibilitando só os gramaticais. Como sinala Radford a este respecto, “No hay nada intrínsecamente ‘erróneo’ en las reglas que sobregeneran, siempre y cuando esta sobregeneración sea debidamente tratada en alguna parte de la gramática. Lo único que debe preocuparnos es que la gramática global sobregeneren en forma no trivial” (Radford 1981: 301-302). Deste xeito, por exemplo, o movemento dunha frase nominal só quedaba lexitimado en tanto que se producía para acadar un trazo de Caso ou un papel temático, de maneira que a absoluta liberdade de acción de “Móvase alfa” quedaba limitada ata os seus xustos termos polo enfoque modular. Tal visión, polo tanto, respondía a unha opcionalidade intrínseca na aplicación do movemento.

Este tratamento opcional das operacións era ademais moi axeitado para dar boa conta da intuición dos falantes segundo a que existen moitas construcións opcionais en cada gramática, ou o que é o mesmo, diferentes posibilidades de derivación a partir dunha mesma colección de pezas léxicas, estando tales derivacións estreitamente emparentadas (como é o caso de (4)-(5)). Xa que o cometido da gramática era, respondendo ao carácter decididamente representacional do modelo GB, lexitimar os resultados derivacionais (as representacións acadadas), a opcionalidade das regras era o terreo máis axeitado para este fin, de modo que se asumía con total naturalidade a existencia de dúas ou máis derivacións alternativas que diferiran na súa lonxitude (véxase o exemplo anterior), sen que tales diferencias fosen unha traba, sempre que cada unha delas acadase unha representación gramatical correcta. Esta perspectiva, non obstante, sería drasticamente alterada coa chegada do PM.

### **3. Opcionalidade e natureza obrigatoria dos fenómenos no Programa Minimalista**

Previamente, sinalouse que o PM representa un importante cambio de énfase, dende a representación á propia derivación. Isto implica que, aínda que por descontado as representacións acadadas deben ser correctas (se ben moitas representacións gramaticais son afastadas da sintaxe; véxase o apartado 5), son os propios procesos derivacionais os que reciben no PM unha atención preferente. Deste modo, mentres en GB importaba sobre todo o resultado da derivación (chegando ás veces a lexitimarse unha derivación anómala que aínda así producía unha repre-

sentación correcta; véxase sobre este aspecto Longa / Lorenzo 2001: 64 e ss.), no PM a complexidade (mínima) da derivación é o principal obxectivo a satisfacer. Por esta razón, o sistema computacional da facultade da linguaxe é un mecanismo centralmente marcado por estar subordinado a cuestións de economía da derivación<sup>4</sup>. Esta concepción suprime radicalmente calquera tipo de opcionalidade libre entre derivacións alternativas, asumindo a obrigatoriedade de todas as operacións (opción contraria á sostida polo modelo GB). Vexamos as razóns.

No PM fórmulase unha diferenza entre trazos {±interpretables} en que descansa boa parte da concepción gramatical (véxase Chomsky 1995: 242 e ss., 2000: 75). Os trazos {+interpretables} son, entre outros, os categoriais, polos cales unha peza léxica dada se insire nun tipo categorial determinado (Nome, Verbo, etc.), mentres que os {-interpretables} son, por exemplo, trazos de Caso abstracto de elementos nominais, trazos de concordancia verbal, etc.

A diferenza entre ambos os tipos de trazos deriva das concepcións minimalistas sobre a facultade da linguaxe, fronte ás vixentes ata este modelo. No PM, a arquitectura da linguaxe concíbese do seguinte xeito: a facultade da linguaxe propiamente dita está conformada por un léxico e por un sistema computacional. O obxectivo do sistema computacional é conformar expresións (por medio de diferentes operacións de que resultan as derivacións<sup>5</sup>) que sexan lexibles por parte de dous niveis de interface, denominados Forma Lóxica e Forma Fónica, que constitúen os puntos de unión do sistema computacional da facultade da linguaxe cos módulos Conceptual-Intencional e Articulatorio-Perceptivo, módulos limítrofes coa linguaxe e, por tanto, externos a ela (módulos de actuación). Eses dous niveis de interface, Forma Lóxica e Forma Fónica, responden de maneira obvia a unha diferente natureza, xa que os elementos relevantes en Forma Lóxica non poden ser tratados en Forma Fónica e viceversa. Iso suxire que, nalgún momento, a compu-

<sup>4</sup> Tal economía vén motivada por diferentes condicións que vulgan a lonxitude e outros aspectos das derivacións. Esas condicións son (1) de tipo cuantitativo ou numérico, como “Movemento máis curto” (favorece o movemento á posición máis próxima do mesmo tipo) ou “Derivación máis curta” (favorece as derivacións que dispoñen dun menor número de pasos) e (2) de tipo cualitativo, como “Avaricia” (o movemento prodúcese para a satisfacción dalgún requisito da peza afectada) ou “Demora” (prima os movementos interpretativos, no nivel de Forma Lóxica, sen efectos visibles ou fónicos; véxase a nota 7 ao respecto). En Longa / Lorenzo (2001: capítulo 4) abórdanse tales condicións.

<sup>5</sup> Esas operacións realizadas sobre un conxunto determinado de elementos léxicos (colección léxica inicial) son basicamente: (1) Selección, pola que se toma un elemento léxico da colección e se introduce na derivación; (2) Ensamble, a misión da cal é fusionar dous elementos léxicos (por exemplo, ‘a’, ‘nena’) nun obxecto sintáctico; tal operación realízase recursivamente a vontade; (3) Concordancia, que establece unha relación de emparellamento e comprobación entre un elemento léxico concreto e un trazo nun espazo ou dominio de busca restrinxido; e (4) Movemento, operación que resulta dunha combinación de Ensamble e Concordancia, xa que establece concordancia entre un A e un B e os ensambla posteriormente mediante o movemento de B cara a A. Sobre tales operacións, véxase Chomsky (1995: 165 e ss., 2000: 82).

tación sintáctica (a derivación) se bifurca en dous camiños: un que corresponde á computación fonolóxica e outro que corresponde á computación conceptual-interpretativa.

Unha diferenza substancial con respecto á arquitectura de GB consiste en que no modelo minimalista as diferentes condicións e principios gramaticais non responden xa a factores internos á propia linguaxe, que xorden dende o seu seo, senón que veñen motivados directamente dende as interfaces (este aspecto desenvólvese en Longa 1999, 2001 e Lorenzo no prelo), debido a que a tarefa da linguaxe é facilitar expresións lexibles a esas interfaces. Polo tanto, a linguaxe é un mecanismo que serve para relacionar os dous módulos externos con que ela mesma está vinculada, Conceptual-Intencional e Articulatorio-Perceptivo. A linguaxe é, na perspectiva do PM, un sistema “designed to meet certain conditions imposed by other cognitive systems that the language faculty interacts with” (Belletti / Rizzi 1999: 6).

Precisamente, a diferenza entre os dous tipos de trazos, { $\pm$ interpretables}, relaciónase coa mencionada importancia das interfaces: o cometido do sistema computacional, da linguaxe, non é outro que o de ofrecer expresións ás interfaces que sexan lexibles por elas, onde por ‘lexible’ hai que entender tanto os aspectos articulatorios coma os conceptuais-interpretativos, co fin de seren tales expresións interpretadas polos dous módulos externos. A diferenza entre trazos { $\pm$ interpretables} ten que ver, por tanto, coas diferenzas xurdidas na súa interpretación: os trazos {+interpretables}, pola súa propia natureza, poden ser interpretados nas interfaces, non precisando de comprobación con respecto a nada. Por exemplo, cando unha expresión é ofrecida ao nivel de interface de Forma Lóxica, a interpretación categorial (o feito de que un elemento pertence á clase Verbo, outro á clase Nome, etc.) é outorgada directamente. Polo contrario, dado que os trazos {-interpretables} non poden ser interpretados nas interfaces, necesitan ser comprobados con respecto ao trazo equivalente do obxectivo (véxase a nota 5, e *infra* para un exemplo) e eliminados, satisfacendo así o Principio de Interpretación Plena (Chomsky 1986), que precisamente esixe que todo elemento que chegue ás interfaces poida recibir unha interpretación neles.

Polo tanto, se unha derivación en que se atopa un trazo {-interpretable} chega á interface de Forma Lóxica (contacto co módulo Conceptual-Intencional), a derivación creba, ao non poder ser interpretada, ou lida, polo módulo sinalado (o mesmo sucede con respecto ao outro módulo, Articulatorio-Perceptivo). Non obstante, se todos os trazos poden ser interpretados, a derivación converxerá nas interfaces, o que significa que o sistema computacional ofrece unha derivación plenamente acorde coas esixencias dos módulos limítrofes coa linguaxe.

A comprobación e posterior eliminación dos trazos {-interpretables} antes de chegaren aos niveis de interface efectúase mediante o movemento dos elementos

(ou trazos, en Chomsky 1995) cara ao seu dominio de comprobación (o obxectivo que teñen que acadar, ou posición de destino). Tanto o elemento afectado coma o obxectivo comparten o trazo en cuestión, quedando vinculados por medio da operación de Concordancia (véxase a nota 5) e posteriormente, mediante o movemento do primeiro (elemento afectado) á posición do segundo (destino ou obxectivo) é posible cotexar o trazo e eliminalo. Tomemos o seguinte exemplo; a estrutura

(6) *Que dixeches que fixo* \_\_\_\_

fórmase mediante un ascenso do ‘que’ obxecto de ‘fixo’ (xerado como complemento do verbo, no seo, polo tanto, da Frase Verbal; ese lugar márcase en (6) cunha raia) cara á posición inicial. O obxectivo deste ascenso é cotexar o trazo {+qu-} do obxecto (‘que’) con respecto á posición de especificador da Frase Complementante, que dispón dese mesmo trazo {+qu-} (tal posición é a receptora de elementos interrogativos). Mediante o movemento, o trazo do obxecto, de natureza {-interpretable}, queda cotexado e eliminado (a mesma dinámica repítase no resto de casos en que está envolvida un cotexo e eliminación de trazos).

Chegamos deste xeito á causa do veto da opcionalidade no PM: o movemento neste marco, como temos comprobado co exemplo de (6), non se pode concibir nin aplicar de maneira libre ou opcional, senón unicamente de maneira guiada pola necesidade de comprobar e eliminar trazos<sup>6</sup>. Polo tanto, os movementos non poden baixo ningún concepto ser opcionais, senón que están forzados pola necesidade aludida: ou ben se produce tal movemento se existe un disparador para el (se algún trazo {-interpretable} ten que ser eliminado, previo cotexo) ou ben non se pode producir (se todos os trazos relevantes son {+interpretables}).

Deste modo, o movemento é concibido no PM como un mecanismo cunha motivación que non é especificamente interna á facultade da linguaxe (tal como era a situación en GB); de feito, o papel do movemento é o de resolver deficiencias interpretativas dende a perspectiva dos sistemas limítrofes coa facultade da linguaxe, acadando unha lexibilidade plena para as expresións ofrecidas aos niveis de interface. Tal como sinala Chomsky, “la propiedad de desplazamiento está entonces impuesta del todo por las condiciones de legibilidad: la producen los requerimientos interpretativos forzados externamente por nuestros sistemas de pensamiento” (Chomsky 1998: 79).

<sup>6</sup> Para a perspectiva sinalada, son irrelevantes as sucesivas concepcións na implementación do movemento e do seu motor: por exemplo, movemento provocado polo elemento afectado (Chomsky 1993), polo elemento afectado e máis a posición de destino (Chomsky 1995) ou pola posición de destino (mediante unha “sonda” (*probe*) que busca o emparellamento en relación a un obxectivo, neste caso, o elemento susceptible de ser afectado polo desprazamento) como se expón en Chomsky (2000).

Este movemento ou desprazamento ten carácter universal, se ben as linguas difiren con respecto ao momento en que se aplica: ou ben na sintaxe aberta, con efectos visibles (por se producir antes do punto de materialización ou *spell-out* en que a derivación se bifurca na computación fonolóxica e na conceptual) ou ben na sintaxe encuberta, no nivel de Forma Lóxica, de maneira que os seus efectos non son apreciables fonicamente, por se producir tal movemento despois da devandita bifurcación, co cal a computación fonolóxica non se pode ver afectada<sup>7</sup>. Segundo Chomsky (1993, 1995), os desprazamentos sen efectos fónicos son preferibles por dispoñeren dun carácter máis económico (xa que non implican o paso extra de arrastre de material fónico).

Non obstante, posto que non todas as operacións son encubertas (lembramos a secuencia (6), en que se produce un movemento visible, cun desprazamento en sintaxe aberta do ‘que’), ten que haber algunha razón para a existencia das operacións

---

<sup>7</sup> A diferenza entre movementos visibles e non visibles pode apreciarse cun exemplo clásico referido ao ámbito (*scope*) dos cuantificadores; tomemos

Alguén coñece cada lingua humana

Esta secuencia é ambigua, porque pode ter dúas lecturas: (1) hai alguén tal que ese alguén coñece todas as linguas (un só individuo), e (2) para cada lingua, hai polo menos unha persoa (diferente en cada caso) que coñece esa lingua. Cada unha das dúas interpretacións depende de que elemento (ben ‘alguén’, ben ‘cada lingua humana’) ten un ámbito máis amplo, quedando o outro cun ámbito máis restrinxido. Pero debe notarse que só existe unha estrutura superficial, que corresponde á lectura (1). A lectura (2) acádase precisamente no nivel de Forma Lóxica, mediante un movemento (ascenso de cuantificador) de ‘cada lingua humana’, de maneira que se sitúa á esquerda de ‘alguén’, obtendo así un ámbito máis amplo. Ao se producir tal movemento no nivel de Forma Lóxica, é encuberto.

Este mecanismo de movemento encuberto é en esencia o mesmo que sucede en linguas como o chinés cos elementos interrogativos (fenómeno coñecido como ‘*qu- in situ*’). Fronte a linguas como o galego, onde os pronomes interrogativos deben moverse en sintaxe aberta (lémbrese o caso de (6)), en chinés os elementos interrogativos non abandonan a posición en que son xerados, como se aprecia en

Zhangsan yiwei Lisi mai-le shenme?

Zhangsan pensa Lisi mercar-PAS que

‘¿Que pensa Zhangsan que mercou Lisi?’ (Huang 1995: 149)

Tomemos agora estoutra secuencia:

Zhangsan xiang-zhidao Lisi mai-le shenme

Zhangsan pregúntase Lisi mercar-PAS. que

‘Zhangsan pregúntase que mercou Lisi’ (Huang 1995: 149)

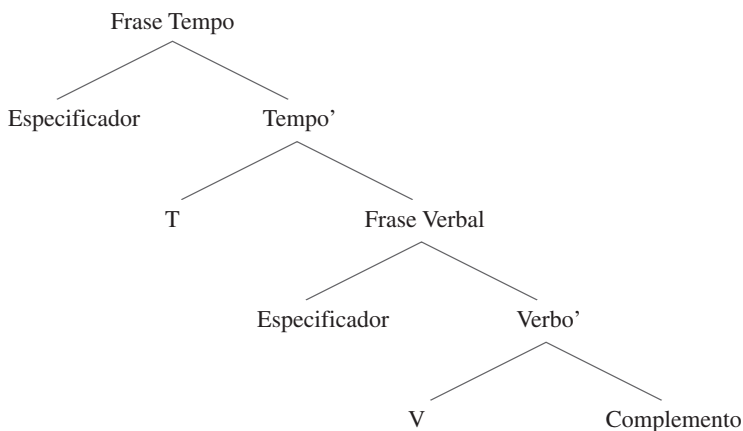
A pesar da aparencia moi semellante de ambas as secuencias chinesas (o mesmo elemento interrogativo ‘shenme’ aparece na mesma posición nas dúas secuencias, como obxecto de ‘mai’), a interpretación é moi diferente en cada caso: tal diferenza débese precisamente ao diferente ámbito de ‘shenme’. Na primeira secuencia, o seu ámbito esténdese sobre toda a oración, pero na segunda o ámbito restrínxese á secuencia incrustada (‘...Lisi mai-le shenme’). Para dar conta desa diferenza, propónse un movemento do elemento tal que se sitúa en cada caso na posición dende a que poida tomar o ámbito axeitado: posición inicial da secuencia matriz e posición inicial da incrustada respectivamente. Como se apreciará, ese movemento non é visible, senón encuberto, acadado precisamente no nivel de Forma Lóxica.

visibles. Chomsky (1993, 1995, 1998) defende que esa razón atinxe á diferente natureza dos trazos vinculados co movemento: natureza fraca fronte a forte. Os trazos fracos non son visibles no nivel de Forma Fónica, polo que non estorban as operacións feitas nese nivel e non precisan ser eliminados. Pola contra, os trazos fortes son visibles en Forma Fónica, razón por que deben ser eliminados antes de que a derivación entre na fase de computación fonolóxica; en caso contrario, a derivación crebaría ao chegar á interface.

Tomemos un exemplo que amose esa diferente natureza fraca/forte, vinculado coa diferenza entre linguas que amosan unha orde básica suxeito-verbo-objeto (como o galego) fronte a outras cunha orde básica verbo-suxeito-objeto (tal é o caso do galés). Consideremos as seguintes secuencias, tiradas de Hendrick (1994: 179):

- (7) Brais viu a nena  
 (8) Gwelodd Gareth y ferch  
 ver-PAS. Gareth a nena  
 ‘Gareth viu a nena’

A diferenza entre (7) e (8) pódese atribuír á natureza forte e fraca respectivamente do trazo presente na Flexión (no nodo Tempo), que debe comprobar o cumprimento do Principio de Proxección Ampliado, segundo o cal toda secuencia debe ter un suxeito (véxase Chomsky 1982: 24). Asumindo a seguinte estrutura para esas secuencias (de que se omite, para simplificar, a proxección categorial do verbo lixeiro (*light verb*); véxase Chomsky 2000: 82):





en galego o trazo sinalado dispón dun carácter forte, o que implica satisfacer o Principio de Proxección Ampliado mediante un movemento visible do argumento externo ('Brais', xerado na posición de especificador da Frase Verbal; véxase o esquema) á posición de suxeito da secuencia (especificador de Frase Tempo), suprimíndose o trazo tras ser cotexado. En caso contrario, crebaríase o Principio de Interpretación Plena, ao chegar á interface un elemento que non podería recibir interpretación. Non obstante, no exemplo galés ese mesmo trazo é fraco, co cal o argumento externo ('Gareth') se move á posición de suxeito para comprobar o trazo non na sintaxe aberta, senón no nivel de Forma Lóxica, de maneira encuberta, sen que exista un arrastre fónico; noutras palabras, só con efectos interpretativos.

Tras esta exposición, e retomando o aspecto previo, independentemente da natureza fraca ou forte do trazo en cuestión, o movemento está motivado pola necesidade de comprobar un trazo: se nos dous exemplos o movemento (ben aberto, ben encuberto) non se aplica, a derivación fracasa<sup>8</sup>. Por isto, no PM o movemento concíbese como un proceso obrigatorio, disparado ou provocado por un trazo, polo que se exclúe a posibilidade de movementos opcionais libres. Como sinala Zwart, "Ideally, a trigger "forces" movement, excluding the possibility of optional movement" (Zwart 1998: 367).

#### 4. Lexitimidade de fenómenos opcionais no PM

Así pois, a situación con respecto á opcionalidade no PM é ben diferente da que se producía en GB; neste modelo, a opcionalidade abrangue tanto as propias regras como as derivacións por elas conformadas: había liberdade absoluta para aplicar ou non unha regra, co que tamén existía esa mesma liberdade para conformar derivacións alternativas, o único requisito das cales era conducir a un resultado representacional correcto. Pola contra, no PM as regras non son opcionais, como se expuxo, senón de forzada aplicación, polo que se elimina a propia esencia do fenómeno de opcionalidade. A facultade da linguaxe vólvese como consecuencia moito máis restritiva (véxase o apartado 5) porque só se posibilitan aquelas derivacións en que está envolvida a comprobación e eliminación dun trazo do sistema de Concordancia. Tal concepción resulta nunha eliminación da maior parte das derivacións alternativas para unha mesma estrutura profunda; ademais do aspecto sina-

---

<sup>8</sup> Ao igual que outras linguas románicas, o galego é unha lingua de inversión libre suxeito-verbo, o que significa que en principio a existencia de derivacións alternativas con e sen inversión (do estilo de 'chamou o rapaz' e 'o rapaz chamou') semella cuestionar a obrigatoriedade sinalada para o movemento en secuencias como (7). Non obstante, no apartado 4 ofrécese unha análise que non compromete a aplicación obrigatoria do desprazamento, baseándose tal análise nunha colección diferente de pezas léxicas para a inversión e a non-inversión.

lado de perda de liberdade nas derivacións, esta visión implica igualmente que se perde (de xeito consciente) a captación por parte do modelo da intuición dos falantes sobre a estreita relación existente entre moitas parellas de construcións, como (4)-(5). Naturalmente, o sinalado non significa caracterizar como agramaticais secuencias claramente pertencentes ao coñecemento da lingua, como (5); aínda así, tales secuencias son afastadas do sistema computacional, sendo remitidas a unha simple reordenación no nivel de Forma Fónica.

Deste modo, no PM non poden producirse derivacións sintácticas alternativas libres a partir dunha mesma colección léxica inicial (e se se produciren, son afastadas da sintaxe propiamente dita). Dadas as premisas estritas do modelo, as únicas posibilidades que lexitiman derivacións alternativas no PM (opcionalidade matizada, pero non libre) son as seguintes:

- A. Partir de diferentes coleccións léxicas iniciais, de modo que ao estaren implicados dous conxuntos de pezas léxicas, a opcionalidade non é senón aparente, porque cada unha das derivacións ten o seu propio *input*.
- B. No caso de que dúas derivacións partan dunha mesma colección léxica inicial, a opcionalidade só estaría lexitimada sempre que existisen dous trazos alternativos (ou dúas maneiras diferentes de comprobar o mesmo trazo) e que a comprobación fose igualmente económica, dende unha destas dúas premisas:
  - B.1. A derivación *W* que parte da colección léxica *Y* ten exactamente o mesmo número de pasos que a derivación alternativa *Z*, o *input* da cal é tamén esa mesma colección léxica inicial *Y* (economía global).
  - B.2. As dúas derivacións dispoñen dun diferente número de pasos, se ben cada un destes pasos satisfai estritamente os criterios de economía para o movemento (economía local).

A continuación desenvolveranse estas diferentes posibilidades, exemplificándoas mediante fenómenos ben coñecidos da nosa lingua.

#### 4.1. Diferentes coleccións léxicas iniciais

Unha lingua é basicamente un medio de relacionar sons con significados, pero, de xeito evidente, a relación entre ambos os planos debe ser compatible, polo que, segundo Chomsky (1995: 164), cada un deles ten que se basear nunha mesma elección de elementos léxicos. Por esta razón, tal elección é o primeiro paso do procedemento xerativo: o conxunto inicial dos elementos léxicos, ou colección léxica, será entregado posteriormente ás diferentes operacións do sistema computacional (véxase a nota 5).

Tal como se sinalou antes, no modelo GB unha mesma colección léxica podía optar libremente por vías derivacionais diferentes, podendo mesmo tal colección ser modificada no transcurso da derivación (engadindo ou suprimindo elementos; véxase *infra*). Tal capacidade é inviable no PM, xa que moitas derivacións alternativas quedan desbotadas. Con todo, se tales derivacións alternativas parten de dúas coleccións léxicas diferentes, os criterios de economía non se verán obrigados a decidir entre ambas, polo que non sancionarán ningunha delas como susceptible de ser rexeitada ou remitida fóra da sintaxe, ao non ser a súa base a mesma. Consideremos as derivacións alternativas, aparentemente opcionais, da nota 8:

(9) O rapaz chamou

(10) Chamou o rapaz

Lembremos que en relación a (7) (o cal se pode estender a (9)), o trazo que se debe comprobar para satisfacer o Principio de Proxección Ampliado ten carácter forte en galego, razón pola que o suxeito ('Brais' e 'o rapaz' respectivamente en (7) e (9)), xerado na posición de especificador da Frase Verbal, debe ascender ata a posición de especificador de Frase Tempo, onde se realizará a comprobación e eliminación do trazo.

Non obstante, o galego, coma outras linguas románicas (italiano, castelán, catalán, entre outras) é unha lingua de inversión libre (véxase Rizzi 1982), polo cal tamén (10) ten un *status* perfectamente gramatical. As linguas que amosan este fenómeno coñécense como '*pro-drop*', caracterizándose, ademais de pola sinalada inversión, pola posibilidade de que exista un suxeito fonoloxicamente nulo ou polo feito de que o suxeito dunha secuencia pasiva poida estar en posición posverbal, como se amosa en:

(11) chamou

(12) foi chamado o rapaz polo seu pai

Tales características, pola contra, son inaccesibles a linguas como inglés ou francés.

Tendo en conta que o modelo GB era o dominio por excelencia da opcionalidade, segundo as súas premisas asumíase unha mesma base ou colección léxica para as dúas construcións alternativas con e sen inversión ((9)-(10)), derivándose os casos con inversión (orde verbo-suxeito, como (10)) a partir da orde suxeito-verbo, como (9). Segundo Rizzi (1982) as propiedades sinaladas poden ser explicadas mediante o parámetro do suxeito nulo: tal parámetro especifica a posibilidade en linguas como o galego (e imposibilidade respectiva en inglés) de que o verbo, máis concretamente a súa flexión, lexitime un pronome baleiro de contido fonolóxico (pero

activo sintáctica e interpretativamente) en posición de suxeito cando esta posición non está ocupada por un suxeito léxico; esta é a razón de que o suxeito léxico poida abandonar a súa posición orixinal preverbal, desprazándose ata ocupar a posición posverbal por medio dunha adxunción á dereita da Frase Verbal, como se amosa en:

(13)  $_{\text{FRASE FLEXIÓN}}$  [o rapaz  $_{\text{FLEXIÓN}}$   $_{\text{FRASE VERBAL}}$  [chamou]]

(14)  $_{\text{FRASE FLEXIÓN}}$  [pro  $_{\text{FLEXIÓN}}$   $_{\text{FRASE VERBAL}}$  [ $_{\text{FRASE VERBAL}}$  [chamou] o rapaz]

A análise exposta baseábase na opcionalidade das dúas secuencias (con e sen inversión), do seguinte xeito: se o suxeito léxico é invertido, a súa posición queda ocupada polo pronome baleiro, lexitimado pola riqueza da flexión, polo cal se pode comprobar que a colección léxica inicial pode ser alterada mediante a introdución dese pronome cando o suxeito léxico abandona a posición preverbal.

Non obstante, tal análise está vetada no PM. Dende as premisas deste modelo, as bases iniciais das dúas estruturas están conformadas por unha colección léxica diferente en cada caso; tales coleccións son, respectivamente para a secuencia sen e con inversión, as seguintes (simplificadas en detalles para maior claridade, omitíndose a numeración correspondente; por outro lado, téñase en conta que as coleccións non están ordenadas, producíndose a ordenación con posterioridade á sintaxe, no compoñente fonolóxico):

(15) {o, rapaz, chamar}

(16) {pro, chamar, o, rapaz}

As dúas coleccións léxicas expostas, aínda que coincidentes na súa meirande parte, diverxen na ausencia e presenza respectiva do pronome 'pro', co que existe unha diferenza (non só sintáctica, senón tamén a efectos interpretativos) que lexitima cada derivación, impedindo que entren en conflito. Deste modo, ao non existiren dúas derivacións conformadas dende unha mesma colección léxica inicial, non hai senón aparencia de opcionalidade<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Aínda así, as conclusións ao respecto poden variar moito dependendo das asuncións manexadas nas diferentes análises. Por exemplo, Barbosa (1997), seguindo as liñas xerais desenvolvidas na súa (1995), propón unha análise en que a posición subxacente real do suxeito léxico é a posverbal, o que dá conta da orde verbo-suxeito (inversión); polo tanto, na posición preverbal está presente o pronome baleiro 'pro'. Pola súa parte, as construcións con orde suxeito-verbo, sen inversión, son obtidas ben mediante a xeración do suxeito léxico nunha posición (non canónica) de adxunto á Frase Flexión (semellante á dislocación de clítico á esquerda) ou ben mediante movemento de foco do suxeito dende a posición base, posverbal, ata quedar situado na preverbal. Debe notarse que, nestes casos, a orde suxeito-verbo non se pode obter no propio sistema computacional, senón como un proceso de reordenación fonolóxica.

Outro caso que segue as mesmas liñas é o dos expletivos; Chomsky (2000) propón en relación á alternancia entre presenza e ausencia do expletivo en certas construcións inglesas unha análise baseada en diferentes coleccións léxicas en cada caso; considérese

(17) I expected there to be a proof discovered  
eu esperaba expl. inf. haber unha proba descuberta

(18) I expected a proof to be discovered  
eu esperaba unha proba inf. haber descuberta  
'esperaba que se descubrise unha proba'

(Chomsky 2000: 85)

A diferenza entre estas dúas secuencias reside en que en (17) se ensambla o expletivo, mentres que en (18) se despraza 'a proof' dende a súa posición orixinal (véxase (17)) ata se colocar á esquerda do infinitivo 'to be'. Pois ben, o importante consiste en que esa elección non é libre, senón que "depende de que esté o no dispoñible un expletivo en la colección léxica inicial" (Chomsky 2000: 85). Tal análise pode ser aplicada aos elementos expletivos do galego (véxase Álvarez / Regueira / Monteagudo 1986: 169, e Silva-Villar (1998) para unha análise de expletivos de diferentes linguas, galego incluído, dende presupostos minimalistas). Aínda que, tal como indican Álvarez / Regueira / Monteagudo (1986: 521), en galego non existe normalmente este tipo de elementos, a diferenza do inglés, onde o seu uso está xeneralizado, en certos casos e contextos os expletivos poden aparecer; por exemplo,

(19) E el é sabido que para que esta planta teña todo o seu poder é preciso (...)

(20) El chove

(Álvarez / Regueira / Monteagudo 1986: 169)

A alternancia entre (19)-(20) e os seus correlatos sen expletivo non é libre, seguindo as liñas esbozadas na análise de Chomsky, senón que depende da escolla léxica inicial; en (20), o expletivo, ao estar dispoñible nesa escolla inicial, pode ensamblarse co resto de elementos para conformar a devandita secuencia; non obstante, na variante sen expletivo ('chove') tal opción non se pode producir. Polo tanto, como sucedía no exemplo previo da orde suxeito-verbo, a opcionalidade que mostran as variantes con e sen expletivos é só aparente.

## 4.2. Derivacións igualmente económicas

Se en 4.1 se amosaron derivacións aparentemente opcionais, pero que en realidade remitía cada unha delas a un diferente *input*, neste subapartado analizaranse os únicos casos de opcionalidade permitidos polo modelo PM, dadas as súas premisas

(opcionalidade que, como xa sinalei, non é libre, senón estritamente dependente da comprobación de trazos). Nestes casos, teñen que existir dous trazos alternativos, un para cada unha derivación, ou dúas maneiras distintas de comprobar o mesmo trazo. Con todo, para seren lexitimadas tales derivacións alternativas, a comprobación deses trazos debe ser igualmente económica dende a perspectiva da complexidade computacional da derivación, polo que deben aterse a férreos mecanismos de control. Tal control ten que ver con dúas posibilidades, anticipadas antes (véxase a nota 4): economía global (dúas derivacións co mesmo número de pasos en cada unha delas) ou economía local (dúas derivacións que poden diverxer no respectivo número de pasos, aínda que cada paso ten que se ater a estritos criterios de economía, como fundamentalmente ‘Movemento máis curto’). A continuación veremos un exemplo de cada un destes enfoques<sup>10</sup>.

#### 4.2.1. Economía global

A primeira posibilidade para lexitimar derivacións alternativas para unha mesma colección léxica inicial consiste en que cada unha desas derivacións teña exactamente o mesmo número de pasos que o resto de derivacións. Como exemplo de economía global, tratarase a análise da orde entre clítico e elemento verbal en galego en secuencias de infinitivo invariable, desenvolvida en Longa / Lorenzo (no prelo) (e simplificada nos aspectos non directamente relevantes para a argumentación).

Como é ben sabido, a posición por defecto dos clíticos nas oracións temporalizadas (matrices) en galego é a énlise (orde verbo-clítico) pero a mediación dalgúns factores (como a presenza dunha partícula negativa ou interrogativa, de certos adverbios ou a inserción do clítico nunha secuencia incrustada) leva necesariamente á anteposición do clítico con respecto ao verbo, ou próclise (orde clítico-verbo; véxase Álvarez / Regueira / Monteagudo 1986: 183 e ss.).

En Rouveret (1992) analízase a orde dos clíticos en portugués europeo, propoñendo unha posición específica de xeración de clíticos, a proxección W(ackernagel), situada por enriba da proxección de concordancia (tal análise é estendida en Longa / Lorenzo (no prelo) ao asturiano e ao galego). Segundo Rouveret, dada a natureza verbal e nominal dos clíticos, o núcleo desa proxección, W, proxecta un dominio que serve para efectuar a comprobación dun elemento de carácter verbal e outro de carácter nominal. A comprobación do elemento de carácter verbal faise coa adxun-

---

<sup>10</sup> As dúas alternativas, economía global e local, están actualmente en loita, existindo argumentos para as dúas ópticas, se ben, moi recentemente, Chomsky (2000: 79-80) ten defendido a preferencia pola economía local, que permite unha simplificación da natureza dos procedementos gramaticais (véxase Longa / Lorenzo 2001: 95 e ss. sobre as repercusións desa simplificación). Por outro lado, véxanse Kitahara (1997) e Collins (1997) como traballos máis representativos do enfoque global e local respectivamente.

ción do complexo verbal (producido tal complexo polo ascenso sucesivo da peza léxica verbal, xerada como núcleo da Frase Verbal, ás proxeccións de tempo e concordancia, co fin de ir recollendo os trazos propios desas proxeccións), adxuntándose o complexo á esquerda do clítico. Pola súa parte, por medio da comprobación do elemento de natureza nominal, o suxeito oracional (xerado internamente á Frase Verbal, na posición de especificador) elévase cara á posición de especificador da proxección máxima, Frase W. Deste xeito, obtense a énclise (verbo-clítico).

Non obstante, cando por riba dos núcleos flexivos (concordancia e tempo) existen outros núcleos, como negación, foco ou o complementante introdutor de secuencias subordinadas entre outros, W non se xera, polo que este núcleo non proxecta o seu dominio. Neste caso o complexo verbal adxúntase ao núcleo de concordancia, facendo o propio o clítico de seguido (ascendendo dende posicións argumentais), de maneira que este elemento se adxunta á esquerda do complexo (verbo-tempo-concordancia), co que resulta a próclise (orde clítico-verbo). Do referido contraste deriva a orde relativa producida en secuencias como

(21) Fíxoo

- (22) a Non o fixo  
b. Xa o fixo  
c. Dígolle que o fixo

No que respecta ás secuencias sen tempo, de infinitivo, a posición do clítico é máis libre, mesmo en presenza dos factores que levan obrigatoriamente á próclise nas secuencias con tempo. É o caso, por exemplo, da alternancia producida en

(23) É mágoa non facelo

(24) É mágoa non o facer

Segundo o dito antes, dada a presenza en (23)-(24) dunha partícula negativa, W non se proxecta, polo que a diferenza entre as dúas secuencias non pode ser atribuída a diferentes coleccións léxicas iniciais en cada caso; só é posible unha mesma colección léxica, en que W non está presente. Polo tanto, xa que as dúas derivacións deben partir do mesmo conxunto de elementos, esas derivacións, segundo as premisas do PM, deben ser igualmente económicas.

A análise desenvolvida en Longa / Lorenzo (no prelo) para lexitimar as dúas computacións alternativas baséase na economía global, de maneira que ambas teñen un mesmo número de pasos. No caso de (24), prodúcese un movemento do complexo verbal (verbo-tempo) de modo que se adxunta ao núcleo de concordancia, facendo de seguido o mesmo o clítico. Posteriormente, o núcleo de concordancia, xunto aos elementos adxuntados a el, ascende ata o de negación, onde o complexo comproba o

trazo correspondente. Mediante esta derivación obtense a próclise (clítico-verbo; a adxunción do clítico, como no resto de adxuncións, sitúa o clítico á esquerda do complexo). Pola súa parte, no que atinxe a (23), prodúcese un movemento do complexo verbal, como no caso anterior, cara á posición nuclear de concordancia (con posterior subida á posición de negación); a diferenza reside en que o clítico non se adxunta ao complexo, co que permanece en posición posverbal, derivándose a énclise (verbo-clítico). A diferenza entre ambas as derivacións pode reducirse á contraposición que Roberts (1991) establece entre o ‘dominio morfolóxico’ e o ‘dominio sintáctico’ dunha proxección. A adxunción ao dominio morfolóxico serve para lexitimar a forma dunha palabra, mentres que o movemento ao dominio sintáctico é independente desa lexitimación. A opcionalidade de (23)-(24) deriva precisamente de que o infinitivo invariable non precisa comprobar a súa forma con relación aos trazos propios da concordancia, co que xorden dous itinerarios alternativos para comprobar o trazo derivado da negación: ou ben adxuntarse ao dominio morfolóxico do núcleo de concordancia, a que despois se adxunta o clítico (próclise), ou ben adxuntarse ao dominio sintáctico dese núcleo, por enriba da posición que ocupa o clítico, que queda no dominio morfolóxico da concordancia. Do sinalado deriva a alternancia entre as dúas derivacións, que, segundo as premisas discutidas, son igualmente económicas, precisando do mesmo número de pasos (dous) en cada caso.

#### 4.2.2. Economía local

A segunda posibilidade de lexitimar derivacións alternativas para unha mesma colección léxica inicial consiste na asunción de que non é estritamente necesario que dúas derivacións amosen o mesmo número de pasos. Segundo Collins (1997), a gramática non ten que computar o número de pasos das derivacións alternativas, rexeitando posteriormente a menos económica. No seu lugar, propón unha economía estritamente local, consistente en que cada paso derivacional en si mesmo ten que ser o máis económico posible. Ofrezco un exemplo tratado en Collins (1997) e adaptado para o galego.

A construción coñecida como ‘inversión de locativo’ caracterízase polo feito de que cando un argumento locativo aparece en posición preverbal (en primeira posición) cómpre facer a inversión suxeito-verbo; véxase o seguinte contraste:

(25) As mulleres estaban xunto á figueira

(26) Xunto á figueira estaban as mulleres

Se non se produce a inversión, o resultado é claramente anómalo, como amosa (27):

(27) \*Xunto á figueira as mulleres estaban



Para (25) e (26) hai que asumir unha mesma colección léxica; non obstante, a derivación non invertida de (25) e a invertida de (26) amosan unha diferente lonxitude derivacional. Con respecto a (25), simplificando detalles, o suxeito, xerado como no resto de casos no seo da Frase Verbal, debe ascender para ocupar a posición máis alta de especificador (correspondente á proxección Frase Tempo). Tal ascenso satisfai ao tempo dous diferentes requisitos: por un lado, a necesidade, ditada polo Principio de Proxección Ampliado, de que a posición de suxeito oracional quede enchida na sintaxe aberta; por outro, mediante ese mesmo ascenso do argumento externo, tal argumento comproba e elimina o seu trazo de caso nominativo con respecto ao núcleo flexivo da oración. Por tanto, un mesmo paso computacional serve para a satisfacción de dous requisitos. Diferente é a situación de (26): a anteposición do argumento locativo serve para encher a posición de suxeito oracional na sintaxe aberta, pero ese movemento non serve para comprobar e eliminar o trazo de caso nominativo; para iso, cómpre un movemento do argumento externo ('as mulleres') no nivel de Forma Lóxica (movemento non visible, interpretativo).

Polo tanto, a derivación invertida (26) está conformada por un paso máis que a non invertida (25), co cal se esperaría que a economía global vetase a menos económica (26) por agramatical, o que evidentemente non é o caso. Polo contrario, o criterio de economía local serve para dar conta deste contraste; aínda que unha das derivacións envolve un paso máis, cada paso respecta os principios en que se basea a economía local (fundamentalmente, aquel que impón que cada movemento sexa o máis curto posible; véxase a nota 4).

## 5. Repercusións para a facultade da linguaxe

Facendo unha recapitulación, no modelo GB as regras de desprazamento eran de aplicación totalmente libre, polo que tamén as derivacións amosaban unha liberdade absoluta. Non obstante, o PM cambia drasticamente esta situación, de xeito que se abandona a opcionalidade nun dobre nivel: por un lado, na propia natureza das operacións de movemento, forzadas pola comprobación de trazos; por outro, esa falta de liberdade na aplicación das regras recorta fortemente a liberdade das derivacións. Polo tanto, pásase dunha situación en que derivacións alternativas quedaban lexitimadas sen importar o número de pasos de cada unha con tal de que acadasen unha representación correcta a outra en que dúas derivacións alternativas só estarán lexitimadas (1) se hai en cada unha un trazo {-interpretable} que debe ser comprobado, e (2) se amosan a mesma economía computacional (ben global, ben local).

Como se mencionara, nunha lingua existen moitos pares de secuencias moi relacionadas (lémbrese (4)-(5)) en que, na maior parte de casos, unha das derivacións é conformada estilisticamente a partir da outra, co que non hai un trazo nela que precise comprobación: isto envolve a maior parte das construcións que semellan ter

dúas derivacións posibles que parten da mesma estrutura léxica inicial. É o caso, por exemplo, de (5), en que se aplica unha extraposición (movemento á dereita) a misión da cal non atinxe á comprobación de ningún trazo no sistema computacional. Podemos pensar noutros moitos exemplos:

(28) Regalei as flores a María

(29) Regalei a María as flores

(30) Fuches a Cangas no barco

(31) Fuches no barco a Cangas

(32) Os meus dous curmáns

(33) Os dous meus curmáns

((32)-(33): Álvarez / Ragueira / Monteagudo 1986: 217)

A primeira parella amosa unha alternancia de orde entre o obxecto directo e o indirecto, mentres que a segunda fai o mesmo entre un locativo e un adxunto. Pola súa parte, (32)-(33) mostra a liberdade de colocación dun posesivo con respecto a un numeral. Nestes casos, unha das derivacións confórmasse estilisticamente, non habendo ningunha comprobación de trazos implicada. A conformación de tales estruturas ten que ver unicamente con factores de tipo pragmático, independentes do sistema computacional da linguaxe (véxase non obstante Zwart 1998, onde se formula unha crítica a esa visión, segundo a que o cotexo de trazos pode estar implicado nalgúns fenómenos discursivos). Lembremos que, segundo Chomsky (1995, 2000), os trazos non interpretables son o mecanismo que dispara o movemento producido no sistema computacional. Por tanto, na maior parte de derivacións alternativas, en que non existe comprobación de trazos, tales movementos non son tratados na facultade da linguaxe, ao non responderen á idea do que é computacionalmente simple. Non estraña, así, a seguinte reflexión de Culicover: “According to the approach of Chomsky’s abstract minimalism, the scope of “syntax” is highly restricted, and much of what appears to be uncontroversially syntactic turns out no to be syntactic at all” (Culicover 1998: 52).

Esa distinción entre fenómenos sintácticos e outros que non o son aparece de feito explicitamente tratada en Chomsky:

En la primera gramática transformacional se hacía a menudo una distinción entre las reglas «estilísticas» y las otras. La distinción parece ser cada vez más real. [...] las propiedades computacionales centrales difieren en su carácter de una manera muy marcada de otras muchas operaciones de la facultad del lenguaje, y [...] puede ser un error integrarlas dentro de la misma estructura de principios (Chomsky 1995: 315).

Tendo en conta isto, xorde unha cuestión obvia: tomando o caso da extraposición, ou as parellas recollidas en (28)-(33), as reordenacións de cada par non entran na sintaxe propiamente dita; con todo, non é menos certo que non deixan de ser secuencias correctas, que un falante recoñece inequivocamente como pertencentes á súa lingua. A solución de Chomsky consiste en remitir tales secuencias ao compoñente fonolóxico, sendo meros fenómenos de reordenación no nivel fónico<sup>11</sup>, interface co módulo Articulatorio-Perceptivo.

Unha idea central do PM consiste na súa defensa dun deseño perfecto para a linguaxe (sistema computacional). De feito, Chomsky (2000: 76) propón a Tese Minimalista Máis Forte: “El lenguaje es una solución óptima a las condiciones de legibilidad”. A tese defende que o deseño da linguaxe pode achegarse a unha solución perfecta a especificacións mínimas de deseño (isto é, a solución conceptualmente máis sinxela como medio de unión entre os módulos Conceptual-Intencional e Articulatorio-Perceptivo). Esa perfección significa que a facultade debe amosar condicións de lexibilidade, de maneira que outros módulos (os dous externos sinalados) poidan acceder ás expresións xeradas, mediante a lexibilidade de tales expresións nos niveis de interface.

Como se sinalou, os desprazamentos débense á necesidade de comprobar e eliminar trazos non interpretables. Isto implica que se non se cumpren as condicións tan restritivas que poden permitir a opcionalidade (non libre, como en GB, senón dispareada pola necesidade de eliminar un trazo), os movementos do estilo da extraposición non están motivados pola necesidade de lexibilidade nas interfaces; esta é a verdadeira razón de que tales movementos e, polo tanto, a opcionalidade libre, sexan rexeitados na visión estrita da sintaxe: reordenacións como as sinaladas, a maior parte dos casos de opcionalidade, atentan precisamente contra ese deseño perfecto ansiado, ao non responderen ás especificacións mínimas de deseño.

Tal perspectiva semella extrema, tendo en conta a contraposición establecida entre a linguaxe propiamente dita (léxico e sistema computacional) por un lado e os módulos limítrofes coa linguaxe por outro. Mentres a linguaxe amosa segundo o PM un deseño perfecto, xa que nada é redundante, os dous módulos externos teñen un carácter moi imperfecto. Neste sentido, estes módulos serían unha especie de recipiente do lixo aos cales se remite todo aquilo que compromete a perspectiva desa suposta perfección. En suma, a opcionalidade representa unha desviación máis con respecto ao deseño perfecto; por tal razón é rexeitada.

---

<sup>11</sup> Como sinala Culicover (1998: 74, n. 6), defender que operacións como a extraposición son dende a óptica do PM meras reordenacións xestadas no nivel de Forma Fónica, non na sintaxe, non altera ningunha das propiedades de tales construcións, senón que só cambia o que se entende por sintaxe ou por Forma Fónica.

## Referencias Bibliográficas

- Álvarez, R. / X. L. Regueira / H. Monteagudo (1986): *Gramática galega* (Vigo: Galaxia).
- Barbosa, P. (1995): *Null Subjects*, Tese de Doutoramento (Cambridge, Mass: MIT).
- Barbosa, P. (1997): “Subject Positions in the Null Subject Languages”, *Seminarios de Linguística*, 1: 39-63 (Faro: Universidade do Algarve).
- Belletti, A. / L. Rizzi (1999): “An interview on Minimalism. Noam Chomsky”, University of Siena, Nov. 8-9.
- Chomsky, N. (1956): “Three Models for the Description of Language”, *IRE Transactions on Information Theory*, II: 113-124.
- Chomsky, N. (1957): *Syntactic Structures* (The Hague: Mouton). Cit. pola trad. de C. Otero, *Estructuras sintácticas* (Méjico: Siglo XXI, 1974).
- Chomsky, N. (1965): *Aspects of the Theory of Syntax* (Cambridge, Mass.: The MIT Press). Cit. pola trad. de C. Otero. *Aspectos de la teoría de la sintaxis* (Madrid: Aguilar, 1971).
- Chomsky, N. (1981): *Lectures on Government and Binding* (Dordrecht: Foris).
- Chomsky, N. (1982): *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding* (Cambridge, Mass.: The MIT Press). Cit. pola trad. de S. Alcoba / S. Balari, *La nueva sintaxis. La teoría de la rección y el ligamiento* (Barcelona: Paidós, 1988).
- Chomsky, N. (1986): *Knowledge of Language: Its Nature, Origins and Use* (New York: Praeger). Cit. pola trad. de E. Bustos, *El conocimiento del lenguaje. Su naturaleza, origen y uso* (Madrid: Alianza, 1989).
- Chomsky, N. (1993): “A Minimalist Program for Linguistic Theory”, en Hale, K. / Keyser, S. J. (coords.): *The View from Building 20. Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*: 1-52 (Cambridge, Mass.: The MIT Press). Trad. de J. Romero, “Un programa minimalista para la teoría lingüística”, en *El Programa Minimalista*: 81-152 (Madrid: Alianza, 1999).
- Chomsky, N. (1995): *The Minimalist Program* (Cambridge, Mass.: The MIT Press). Cit. pola trad. de J. Romero, *El Programa Minimalista* (Madrid: Alianza, 1999).
- Chomsky, N. (1998): *Una aproximación naturalista a la mente y al lenguaje* (Barcelona: Prensa Ibérica).
- Chomsky, N. (2000): “Minimalist Inquiries: The Framework”, en Martin, R. / Michaels, D. / Uriagereka, J. (coords.): *Step by Step. Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*: 89-155 (Cambridge, Mass.: The MIT Press). Cit. pola trad. de V. M. Longa, “Indagaciones minimalistas: el marco”, *Moenia. Revista Lucense de Lingüística & Literatura*, 5, 1999: 69-126.

- Chomsky, N. / H. Lasnik (1977): “Filters and Control”, *Linguistic Inquiry*, 8: 425-504.
- Collins, C. (1997): *Local Economy* (Cambridge, Mass.: The MIT Press).
- Culicover, P. (1998): “The Minimalist Impulse”, en Culicover, P. / McNally, L. (coords.): *The Limits of Syntax. Syntax and Semantics* 29: 47-77 (San Diego: Academic Press).
- D’Introno, F. (1979): *Sintaxis transformacional del español* (Madrid: Cátedra).
- D’Introno (2001): *Sintaxis generativa del español: evolución y análisis* (Madrid: Cátedra).
- Hadlich, R. L. (1971): *A Transformational Grammar of Spanish* (New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs). Cit. pola trad. de J. Bombín, *Gramática transformativa del español* (Madrid: Gredos, 1973).
- Hendrick, R. (1994): “The Brythonic Celtic copula and head raising”, en Lightfoot, D. / Hornstein, N. (coords.): *Verb Movement*: 163-188 (Cambridge: Cambridge University Press).
- Huang, C.-T. (1995): “Logical Form”, en Webelhuth, G. (coord.): *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*: 127-175 (Oxford / Cambridge, Mass: Blackwell).
- Kitahara, H. (1997): *Elementary Operations and Optimal Derivations* (Cambridge, Mass.: The MIT Press).
- Longa, V. M. (1999): “The status of transformations in the Minimalist Program and the logical problem of language acquisition: an apparent disagreement”, *Theoretical Linguistics*, 25: 161-178.
- Longa V. M. (2001): “Minimalismos y Gramática Universal: un nuevo carácter para la facultad del lenguaje”, en Abuín, A. / Casas, J. / González Herrán, J. M. (coords.): *Homenaje al Profesor Benito Varela Jácome*: 321-345 (Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións).
- Longa, V. M. / G. Lorenzo (2001): *Derivación y representación: su alternancia cíclica en la teoría de la gramática* (Noia: Toxosoutos).
- Longa, V. M. / G. Lorenzo (no prelo): “Movimiento nuclear y economía: valor de la concordancia y movilidad de los clíticos en los Romances Occidentales”, *Verba*.
- Lorenzo, G. (no prelo): *Comprender a Chomsky. Introducción y comentarios a la filosofía chomskyana sobre el lenguaje y la mente* (Madrid: Antonio Machado Libros).
- Lorenzo, G. / V. M. Longa (1996): *Introducción a la sintaxis generativa* (Madrid: Alianza).
- Newmeyer, F. (1996): *Generative Linguistics. A Historical Perspective* (London / New York: Routledge).

- Radford, A. (1981): *Transformational Syntax* (Cambridge: Cambridge University Press). Cit. pola trad. de R. Cerdà, *Introducción a la sintaxis transformativa* (Barcelona: Teide, 1988).
- Rizzi, L. (1982): *Issues in Italian Syntax* (Dordrecht: Foris).
- Roberts, I. (1991): “Excorporation and minimality”, *Linguistic Inquiry*, 22: 209-218.
- Rouveret, A. (1992): “Clitic Placement, Focus and the Wackernagel Position in European Portuguese”, relatorio presentado no *ESF Workshop on Clitics*, Donostia.
- Silva-Villar, L. (1998): “Subject positions and the roles of CP”, en A. Schwegler, A. / Tranel, B. / Uribe-Extebarria, M. (coords.): *Romance Linguistics: Theoretical Perspectives*: 247-270 (Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins).
- Zwart, J.-W. (1998): “Where is Syntax? Syntactic Aspects of Left Dislocation in Dutch and English”, en Culicover, P. / McNally, L. (coords.): *The Limits of Syntax. Syntax and Semantics* 29: 365-393 (San Diego: Academic Press).

---

# Existe rima de vogal aberta com vogal fechada na poesia trovadoresca galego-portuguesa?<sup>1</sup>

---

*José-Martinho Montero Santalha*  
*Universidade de Vigo*

## **Resumo:**

Alguns estudiosos da poesia trovadoresca galego-portuguesa sugeriram que existem nela casos de rima de vogais *e* ou *o* abertas com as respectivas fechadas. O artigo analisa as possíveis ocorrências de tal rima e conclui que não há fundamento seguro para tal afirmação.

## **Palabras chave:**

Poesia trovadoresca, rima, fonética histórica.

## **Abstract:**

*Some scholars suggested that in the medieval Galician-Portuguese poetry appear some cases of rhyme of open and closed e and o vowels. The article analyses the possible cases of such a rhyme and concludes that there is no sure basis for that assertion.*

## **Key words:**

*Mmedieval Galician-Portuguese poetry, rhyme, historical phonetics.*

## **1. Introdução**

Uma das mais conhecidas aplicações filológicas da análise do artifício das rimas na poesia trovadoresca é a que diz respeito ao estado em que se achava nos séculos XIII-XIV o vocalismo de grau médio; isto é, as duas parelhas de fonemas vocálicos conhecidos comumente como *e* e *o* abertos e fechados (que em transcrição fonológica se representam habitualmente como /ɛ/, /e/, por uma parte, e, por outra, /ɔ/, /o/, signos que correspondem, no sistema ortográfico português, às grafias *é*, *ê*, *ó*, *ô* respectivamente quando claramente caracterizadoras)<sup>2</sup>.

Em geral, a gramática histórica permite-nos conhecer, partindo dos étimos latinos, qual deveu de ser, para essas vogais de grau médio, o timbre vocálico primitiva-

---

<sup>1</sup> Recolho aqui sinteticamente os pontos principais relativos a este tema que aparecem em diversos apartados da minha tese de doutoramento sobre as rimas da poesia trovadoresca (Montero Santalha 2000).

<sup>2</sup> Para a época medieval careceria de sentido pôr-se a questão da distinção entre os dous fonemas /a/ e /ɑ/ existentes hoje no português de Lisboa e do centro de Portugal (e, por influxo da língua da capital,

mente resultante, aberto ou fechado. Mas se dermos um salto desde essa situação originária até a época moderna, descobriremos que a língua actual nos oferece abundantes modificações do timbre que se supõe primitivo: algumas vogais que deveram de ser originariamente abertas passaram a fechadas, e viceversa.

Por exemplo, o substantivo *medo*, hoje com ê tónico fechado /e/ na maior parte do nosso território lingüístico, deveu de ser primitivamente com é /é/, pois assim corresponde ao étimo latino *MĒTUM* e assim se mantém ainda no falar conservador da zona oriental da Galiza (cfr. igualmente o resultado ditongado castelhano *miedo*); houve, pois, no decurso da história da língua um fechamento do timbre aberto originário.

Inversamente, o pronome pessoal *ela* apresenta hoje é tónico aberto /e/ na língua comum, mas originariamente deveu de possuir ê /e/ de acordo com a etimologia (< lat. *ĪLLAM*) e com a actual pronúncia de algumas zonas mais conservadoras.

O interesse das rimas trovadorescas a este respeito reside em que a análise comparativa das diversas palavras rimantes de uma mesma rima pode permitir-nos deduzir o grau de abertura vocálica então existente, e consequentemente pode ajudar-nos a estabelecer a cronologia dessas mudanças fonéticas.

Ora, uma dedução dessa natureza parte do pressuposto de que as rimas trovadorescas mantinham escrupulosamente, para as palavras rimantes de uma mesma rima, a identidade de timbre das vogais de grau médio; isto é, que os trovadores não admitiam a rima de vogal aberta com vogal fechada, contrariamente ao que vem acontecendo na poesia moderna.

Eis, pois, o problema que nos pomos aqui: merecem confiança as rimas trovadorescas neste ponto? Dito com outras palavras: mantinham os trovadores a plena homofonia rimática ou, pelo contrário, faziam rimar vogal aberta com vogal fechada?<sup>3</sup>

também na fala culta de falantes do resto do país), mediante os quais se distinguem as desinências *-amos* da P4 do presente de indicativo e do perfeito dos verbos da 1ª conjugação (por exemplo, *amos* e *amámos*, respectivamente): na poesia trovadoresca rimam todas elas indistintamente em *amos*, o que parece indicar que na língua da época ambas as formas possuíam o mesmo timbre da vogal tónica. Tratava-se seguramente do timbre aberto, etimológico, conservado ainda na pronúncia popular das áreas mais conservadoras (Galiza e Norte de Portugal). Veja-se, por exemplo, Maia (1986: 313-319).

<sup>3</sup> A este respeito, algo de dúvida pode suscitar nas *Cantigas de Santa Maria* o facto de o rei Afonso X não ter como língua nativa o galego-português (e talvez nem sequer como língua de infância, pois a estadia infantil em terras galegas que se tem suposto não está confirmada documentalmente; e, mesmo no caso de ter existido, deveu de ser breve, talvez não superior a um ano). Do mesmo modo que os trovadores catalães e italianos em provençal se sentiam desviados na sensibilidade perante a abertura vocálica pela sua língua nativa, do mesmo modo a um falante de castelhano tinha que resultar embaraçosa, já no século XIII, a diferença galego-portuguesa entre as vogais de grau médio. De resto, como se sabe, é incerto em que medida o próprio rei foi autor das composições (assim das *CSM* como das cantigas profanas que aparecem sob o seu nome); parece lógico atribuir a maior parte do trabalho de redacção, pelo menos no seu aspecto mais directamente lingüístico, aos trovadores de fala galego-portuguesa presentes na sua corte, entre os quais deviam de ser especialmente numerosos os galegos, por ser o território da Galiza um "reino" englobado nos seus domínios.



Antes de mais será conveniente revisar as principais opiniões que se têm manifestado sobre o assunto, o que nos permitirá advertir alguns erros que é preciso evitar, para logo intentar descobrir se da análise do conjunto das rimas dos nossos trovadores se podem deduzir alguns indícios de qual devia de ser a sua atitude geral ao respeito.

## 2. Algumas opiniões

Vejamos que opiniões se têm manifestado acerca deste assunto pelos estudiosos do nosso trovadorismo.

**Rodrigues Lapa.** Rodrigues Lapa, no seu estudo «O texto das cantigas d' amigo», aparecido em 1929 –que é uma pormenorizada recensão da edição das cantigas de amigo de Nunes publicada nos anos precedentes (Nunes 1926-1928)–, fala, embora de passagem (pois está tratando da “mistura de vogais nasais com orais”), de “um facto, que deveria arrepiar a susceptibilidade métrica dos trovadores: a rima de vogais abertas com fechadas” (Lapa 1982: 150).

Como se pode ver, Lapa parece dar por seguro que os trovadores de nenhum modo admitiam a rima de abertas com fechadas.

**Celso Cunha.** Neste ponto, como noutros relativos à técnica versificatória dos nossos trovadores, tem exercido especial influxo a opinião do investigador brasileiro Celso Cunha, que estudou demoradamente alguns aspectos da versificação trovadoresca. Manifestando o seu desacordo com essa breve afirmação de Lapa, Cunha, no seu estudo «Rima de vogal oral com vogal nasal», afirmou –ainda que também de passagem e em nota de rodapé– que na nossa poesia trovadoresca ocorria a rima de vogal aberta com vogal fechada, embora não muito frequentemente:

Embora não muito frequentes, não faltam, na poesia trovadoresca, exemplos de rima de vogal aberta com vogal fechada, como em boa hora mostrou A. Mussafia, em Sull' antica metrica portoghese (Cunha 1982: 172, nota 7).

Cunha não assinala aí exemplos ou referências precisas às cantigas em que se daria esse fenómeno, e limita-se a enviar o leitor, como se vê, para o clássico artigo de Adolfo Mussafia sobre a antiga métrica portuguesa publicado originariamente em 1896 (Mussafia 1983). Este trabalho de Mussafia tornou-se, merecidamente (e apesar da sua relativa brevidade), um dos estudos clássicos sobre alguns aspectos formais do nosso trovadorismo (nomeadamente sobre a conhecida ainda hoje como «lei de Mussafia»). Ora, afirma Mussafia realmente que na nossa poesia trovadoresca se dá rima de vogal aberta com vogal fechada?

Na verdade, cumpre antes de mais advertir que Mussafia se ocupou só incidentalmente deste aspecto (que não era o objecto central do seu artigo, mas um ponto marginal): tratou dele no primeiro dos dous apêndices com que enriqueceu o trabalho, com o ensejo de fazer notar a chamada “rima partida” (“Appendice Iª: Rima spezzata. Vocali aperte e chiuse”: Mussafia 1983: 330-335; sobre este ponto, 332-335).

Em primeiro lugar, Mussafia ocupa-se da cantiga de amor de Dom Denis «Assi me trax coitado» (*Ba* 531, *V* [134]) [D’Heur 548 = *Tav* 25,16]<sup>4</sup>, corrigindo a leitura que dela dá Henry Lang na sua –então recente, e, em geral, excelente– edição das cantigas de Dom Denis (Lang 1894: 49): Lang não percebera que Dom Denis emprega nesta composição o artifício das palavras divididas em fim de verso a fim de fazer rimar uma sílaba interior; e Mussafia precisa que ocorrem na cantiga as rimas *ór* e *ôr*, independentes entre si<sup>5</sup>.

Como voltaremos a encontrar-nos ainda com esta cantiga mais adiante, pode ser útil apresentarmos aqui o seu texto completo<sup>6</sup>:

I	1	Assi me trax coitado	6’ a
		e aficad’ Amor,	6b
	3	e tam atormentado	6’ a
		que, se Nostro Senhor	6b
	5	a miã senhor nom met’ em cor	8c
		que se de mim doa, <b>da mor-</b> [do-a]	8c
	7	t’ haverei prazer e sabor.	8b
II	8	Ca viv’ em tal cuidado	6’ a
		como quem sofredor	6b
	10	é de mal aficado	6’ a
		que nom pode maior,	6b

<sup>4</sup> Uso como sistema de referência às cantigas trovadorescas a numeração do catálogo de D’Heur (1973), que considero preferível à de Tavani (1967), embora também indique habitualmente a equivalência nesta. Para integrar as *Cantigas de Santa Maria* nessa mesma série numérica das cantigas profanas, optei por assignar-lhes um número a partir do 2000 –não alcançado pelo catálogo de D’Heur, que chega só a 1683–, conservando nas três últimas cifras o seu número habitual (tal como aparece na edição de Mettmann).

<sup>5</sup> Essa cantiga foi depois correctamente editada por Nunes entre as cantigas de amor (Nunes 1932: 162-163, cantiga 80), e é lástima que os organizadores de *Lírica profana* (Brea 1996: 183, cantiga 25,16) optassem por reproduzir ainda a edição de Lang, claramente insatisfatória; logicamente, em correspondência com esse texto, as fórmulas rimáticas propostas (três diferentes, uma para cada estrofe) resultam também inadequadas.

<sup>6</sup> Assinalo em negrito o artifício da «palavra-rima» no sexto verso de cada estrofe (*da mor-*), já observado por Mussafia, o qual vem a confirmar a estrutura métrica da composição.

	12	se mi nom val a que em for-		8c
		te ponto vi, ca já <b>da mor-</b>		8c
	14	t' hei prazer e nem-um pavor.		8b
III	15	E faço mui guisado,		6'a
		pois são servidor	[sõ-o]	6b
	17	da que mi nom dá grado,		6'a
		querendo-lh' eu melhor		6b
	19	ca mim nem al; porém conor-		8c
		t' eu nom hei já senom <b>da mor-</b>		8c
	21	t', onde são desejador.	[sõ-o]	8b

A fórmula rimática é ]ababccb[. A rima ]b[ é *ôr*, enquanto a rima ]c[ é *ór*. Rimam em *ôr*: *Amor*; *Senhor*; *sabor*; *sofredor*; *maior*; *pavor*; *servidor*; *melhor*; *desejador*. Rimam em *ór*: *cor* e as palavras divididas *mor-[te]* (que aparece como palavra rimante em todas as estrofes no mesmo verso: o artifício poético conhecido como «palavra-rima»), *for-[te]* e *conor-[te]*.

Em segundo lugar, aproveitando a oportunidade oferecida por esse texto, Mussafia ocupa-se do assunto da abertura vocálica em rima: “E qui viene in acconcio fare un'altra osservazione rispetto alla distinzione in rima delle vocali aperte dalle chiuse” (Mussafia 1983:332). E assim rectifica algumas fórmulas rimáticas de Lang, notando como confundira as rimas *ér* e *êr*, e *êsse* e *êsse*, sem distinguir entre vogais abertas e fechadas; e a este propósito, centrando a sua atenção nas formas verbais fortes e débeis, observa como os nossos trovadores mantinham nas rimas a homofonia do timbre vocálico, em contraste com o que fazem os poetas modernos:

nell' antica poesia portoghese le forme forti non rimano mai con le deboli, mentreché nella poesia posteriore questa distinzione non viene piú osservata. E ciò non avviene perché in via fonetica la diversità di pronuncia sia cessata [...], ma perché la poesia moderna rinunciò alla distinzione fra le due *e* e le duo *o*. E poiché si tratta di fonetica, e non di morfologia, s' intende da sé che nell' antica poesia la distinzione non si restringa alle forme verbali (Mussafia 1983: 333).

Mussafia aduz logo os testemunhos doutras cantigas em que segundo as edições de Varnhagen e Teófilo Braga podia haver dúvidas a esse respeito, e faz observações de grande inteligência filológica, tomando como ponto de referência as rimas das *CSM* e perguntando-se se nalguma passagem dessas edições em que parece não coincidir o timbre vocálico das rimas não haveria erro (como efectivamente aconteceu).

Em conclusão, Mussafia não afirma que existam na nossa poesia trovadoresca rimas de vogal aberta com vogal fechada; antes ao contrário, perante as dúvidas suscitadas por alguma passagem esporádica, põe de manifesto a regularidade da distinção entre os nossos trovadores. E acaba exprimindo o seu desejo de que alguém se decida a estudar exaustivamente esse assunto: “Farebbe opera utile chi studiasse la questione concernente le rime di vocali aperte e chiuse dai primordi della poesia portoghese fino ai dí nostri” (Mussafia 1983: 335).

Parece, pois, que Celso Cunha deveu de sofrer alguma confusão ao pretender fundamentar no artigo de Mussafia a afirmação de que existe rima de vogal aberta com fechada na poesia trovadoresca, ou talvez formulou a sua afirmação de maneira excessivamente esquemática: como vemos, Mussafia diz mais bem o contrário do que Cunha parece querer atribuir-lhe.

A reedição do estudo de Cunha em que aparecia a frase comentada, na sua miscelânea sobre a versificação medieval (Cunha 1982), tornou bem conhecido esse texto entre os interessados pelos problemas da técnica versificatória dos trovadores. E a partir daí, outros estudiosos do nosso trovadorismo, fiados no bem fundado prestígio intelectual de Cunha, e baseando-se somente na citada frase marginal, têm assumido como segura a afirmação de que existe na nossa poesia trovadoresca rima de vogal aberta com vogal fechada<sup>7</sup>.

Ora, Cunha parece ter mudado de opinião sobre este assunto posteriormente, pois num artigo publicado em 1988 (faleceu em 1989) diz partir “do pressuposto, pacificamente aceito pelos especialistas, de que na versificação dos séculos XIII e XIV a homofonia rímica era rigorosa” (Cunha 1988: 221), e declara que o hábito de rimar na nossa língua vogais abertas com fechadas surgiu só no século XVI com Gil Vicente, provavelmente sob influência castelhana<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Assim, Antonia Vñez e Juan Sáez no anúncio do seu rimário das cantigas de amigo (Vñez / Sáez 1997) declaram ter reservado uma atenção diferenciada para as rimas de vogal aberta com vogal fechada. Eis algumas expressões que dizem respeito a este tema: “para el primero [isto é, Celso Cunha], la alternancia de vocales orales / nasales, al igual que la de vocales abiertas / cerradas en posición de rima, son recursos [...]” (Vñez / Sáez 1997: 1592), “[...] cantigas de amigo presentan casos de asonancia, excluyendo los casos de rima oral / nasal y los que presentan rimas de vocales abiertas con cerradas” (Vñez / Sáez 1997: 1592, nota 14), “hay casos de asonancia, de rimas entre orales y nasales o entre vocales de distinto timbre, como ya ha sido señalado” (Vñez / Sáez 1997: 1595).

<sup>8</sup> “A partir da obra de Gil Vicente (1502-1536?), o estudo da ortoépia baseado na rima dos poetas exige a maior cautela, pois o grande dramaturgo português introduziu o hábito de rimar vogais abertas com fechadas, provavelmente por influência do castelhano, em que, ao contrário do nosso idioma, tais vogais não se opõem fonologicamente” (Cunha 1988: 229-230). Reafirma a mesma ideia em artigo aparecido postumamente: “Foi, em verdade, o grande dramaturgo português –provavelmente influenciado pelo sistema fonológico do espanhol, que não opõe /e/ a /e/ nem /o/ a /o/– quem introduziu na versificação portuguesa a liberdade de rima entre vogais tônicas abertas e fechadas, liberdade que se estendia também aos ditongos” (Cunha 1991: 923).

**Mattoso Câmara.** Também Mattoso Câmara, analisando a aplicação da fonologia ao fenómeno da rima, admitiu que na poesia trovadoresca se dava pelo menos algum caso de rima de vogal aberta com fechada, embora reconhecesse que esse tipo de rimas eram “de todo esporádicas na lírica arcaica portuguesa dos séculos XIII e XIV”; e acrescentava:

o exemplo menos discutível é a cantiga nº. 134 do Cancioneiro da Vaticana (nº 531 do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa), onde D. Dinis rima *cor*; *mor(te)*, *for(te)* –com /ó/ aberto, porque saídos de um /o/ breve latino– com *senhor*; *sabor*; *maior*, onde /ô/ fechado corresponde a /o/ longo latino (Câmara 1977: 112).

Como se vê, o exemplo que Mattoso Câmara aduz como “menos discutível” sabemos já que é falso: trata-se da mesma cantiga de Dom Denis que antes vimos, cuja estrutura rimática Mussafia já determinara, advertindo que os dous grupos de rimas citados, *ór* e *ôr*, são independentes entre si.

A conclusão geral que pode deduzir-se destas opiniões é que, na poesia trovadoresca, a rima de vogais abertas com fechadas, em caso de realmente existir, é fenómeno excepcional.

Com efeito, a impressão óbvia que a leitura dos trovadores produz é que a grande maioria das rimas guardam a coincidência de timbre. Mas também é verdade que, de uma análise mais demorada, em algumas rimas trovadorescas podem surgir dúvidas a respeito da estrita homofonia no timbre vocálico. Será preciso, pois, que prestemos atenção a esses casos problemáticos.

### 3. Duas bases falsas

Começaremos advertindo que alguns argumentos que poderiam levar a defender a existência de rima de vogal aberta com vogal fechada partem de falsos supostos e carecem de fundamento. Podemos referir-nos brevemente a duas dessas fontes de erro:

- 1) leituras erradas dos textos, e
- 2) fórmulas rimáticas incorrectas por errónea interpretação fonológica das rimas.

#### 3.1. Leituras erradas

Já vimos que alguma das afirmações de que na poesia trovadoresca existia rima de vogal aberta com vogal fechada baseava-se na edição errada de uma cantiga de Dom Denis.

Pode ainda citar-se algum outro exemplo de edição incorrecta que poderia induzir à mesma falsa conclusão. A cantiga de escárnio do rei Afonso X o Sábio «Senhor,

justiça vímos pedir» (Bb 483, V [66]) [D’Heur 481 = Tav 18,41] apresenta vários problemas textuais, para os quais, como sempre, Rodrigues Lapa na sua edição das cantigas burlescas propõe leituras bem fundadas, embora possam ser naturalmente discutíveis (Lapa 1970: 21-22). Ora, na terceira estrofe, nos versos 19-20 as palavras rimantes seriam respectivamente *despendeu* (que, como todas as formas de P3 do perfeito dos verbos da 2ª conjug., possui rima em *êu /ew/*) e o pronome pessoal *eu* (que na época trovadoresca possuía rima em *êu /ew/*):

19           ca todo quanto ele despendeu  
20           e deu, dali foi, – tod’ aquesto sei eu

Porém, esta combinação rimática seria tanto mais surpreendente quanto que, sendo a cantiga de rima unissoante, nos correspondentes versos (isto é, quinto e sexto) das outras duas estrofes as palavras rimantes são *judeu* (v. 5) e *romeu* (v. 6) na estrofe primeira, e, na segunda, *lheu* (v. 12) e *seu* (v. 13): todas palavras com rima *êu /ew/*. Daqui temos de concluir, como já notou Celso Cunha (Cunha 1991: 914-915), que a palavra rimante do v. 19 não pode ser *despendeu*; deve de ser *deu*, pois Lapa fez erradamente a partição dos versos (a qual nos mss. aparece também confusa nessa passagem). Eis, para que possa ver-se a cantiga no seu conjunto, a minha edição completa:

I	1	Senhor, justiça vímos pedir	[vi-í]	10a
		que nos façades, e faredes bem:		10b
	3	a Gris furtar[o]m tanto que porém nom lhi leixarom que possa <b>cobrir</b> .		10a
	5	Pero atant’ aprendi dum judeu: que este furto fez ùu romeu	[ũ-u]	10c
	7	que foi já [ante] outros escarnir.		10a
II	8	E tenho que nos nom veo mentir,	[ve-o]	10a
		pelos sinaes que nos el diss’ é[m],	[na-es]	10b
	10	ca eno rostr’ o[s] trage, [e] nom tem por dereito de s’ end’ el <b>encobrir</b> .		10a
	12	E se aquesto sofredes, bem lheu querrám a outros i furtá-lo seu,		10c
	14	de que pode mui gram dano viir.	[vĩ-ir]	10a
III	15	E romeu que Deus assi quer servir		10a
		por levar tal furt’ a Je[r]usalém,		10b
	17	e sol nom cata como Gris nom tem nunca [mais] cousa de que se <b>cobrir</b> ,		10a
	19	ca todo quanto_el despendeu e deu, dali foi tod[o] –aquesto sei eu–		10c
	21	e quant’ el foi [i] levar e vistir.		10a

### 3.2. Fórmulas rimáticas erradas

Tem havido também outro tipo de erro que, embora sem afectar agora o texto das cantigas, poderia igualmente fazer crer que os trovadores misturavam em rima vogal aberta com vogal fechada. Neste caso trata-se de uma incorrecta análise da estrutura rimática: alguns estudiosos têm oferecido, para algumas cantigas, esquemas rimáticos que incorrem na mesma confusão que Mussafia denunciava em Lang: identificar como uma única rima parselhas de rimas que se distinguem somente pelo timbre vocálico, aberto e fechado.

Vejamos algumas amostras.

Já foi atrás assinalado que Nunes editou correctamente a cantiga de amor de Dom Denis antes comentada; no entanto, oferece uma fórmula rimática incorrecta, com confusão das duas rimas *ôr* e *ór*: *ababbbb* (Nunes 1932: 163)<sup>9</sup>.

Outros editores, especialmente italianos, caem no mesmo erro ao catalogar as rimas. Por exemplo, Valeria Bertolucci, na sua edição das poesias de Martim Soárez (Bertolucci 1963), confunde numa única rima *er* a parselha bem diferenciada *ér* e *êr*, e igualmente em *eu* a parselha *éu* e *êu*<sup>10</sup>.

Na enumeração das rimas que faz no seu *Repertorio metrico* Tavani distingue bem entre as rimas *ér* e *êr*, mas não entre outras parselhas de rimas como *éu* e *êu*, ou *ór* e *ôr*; a consequência desta confusão é que as fórmulas rimáticas resultantes são por vezes erradas<sup>11</sup>.

Antonia Víñez, no seu rimário do Cancioneiro da Ajuda (Víñez 1989), confunde numa única rima as parselhas *ésse* e *êsse*, *éu* e *êu*; e, apesar de distinguir *ér* e *êr*, introduz na primeira palavras rimantes que pertencem à segunda (*sofrer*, *viver*), e, à inversa, em *êr* outras que pertencem a *ér* (*disser*, *fezer*, *mester*, *qualquer*, *quiser*, *segrer*).

<sup>9</sup> Uma advertência sobre a representação gráfica das rimas: conforme o princípio geral do actual sistema ortográfico português, emprego acento agudo para *é*, *ó* abertos (*é*, *ó*), e acento circunflexo para *ê*, *ô* fechados (*ê*, *ô*). Como todas as rimas são tónicas pela sua mesma natureza, estes acentos gráficos usam-se aqui, pois, independentemente das normas de acentuação seguidas na transcrição habitual das correspondentes palavras rimantes (normas que são, no substancial, as mesmas da ortografia portuguesa actual). Assim, aparecerá acentuada graficamente uma rima (*ôr*, por exemplo) sem que as palavras em que tal rima entra devam levar acento (por exemplo, *amor*, *lavor*, *pecador*, *senhor*, etc.).

<sup>10</sup> Essas confusões de rimas mantêm-se igualmente na versão galega (Bertolucci 1992).

<sup>11</sup> Assim acontece na citada cantiga de Dom Denis, à qual Tavani assigna a mesma fórmula rimática indicada por Nunes (Tavani 1967: 103, fórmula 88:1), que unicamente se daria nessa composição; na realidade, essa fórmula deve ser suprimida, e a cantiga em foco deve ser integrada na fórmula número 101 ([*ababccb*]), muito frequente.

Ainda dous exemplos mais de interpretación rimática errada, esta vez da edición (magnífica, aliás) das *Cantigas de Santa Maria* por Mettmann.

Na CSM 423 Mettmann, depois de ofrecer a fórmula rimática (que, de acordo com o sistema por ele seguido –o qual inicia pelas rimas do refrão–, é ]AAbccb[, equivalente portanto ao esquema indicado abaixo ]abbaCC[, adverte: “En la primera estrofa la rima *c* es igual a *A*” (Mettmann 1989: 351, nota). Mas vejamos o começo da cantiga (refrão inicial e estrofe primeira):

R		<i>Como podemos a Deus agradecer</i>		10C
	2	<i>quantos bñes El por nós foi fazer?</i>	[bñ-es]	10C
I		Por nós fez El ceo, terra e mar,	[ce-o]	10a <sub>1</sub>
	4	ca pera si no-n’ havia mester;	[vi-a]	10b <sub>1</sub>
		e quem aquesto creer nom quiser,	[cre-er]	10b <sub>1</sub>
	6	a piedade de Deus quer negar.	[pi-e]	10a <sub>1</sub>

Temos aqui a parelha de rimas *êr* e *ér*, perfeitamente distintas e independentes: os dous versos do refrão rimam entre si em *êr*, por terem como palavras rimantes infinitivos da segunda conjugação (*gradecer*, *fazer*), enquanto os versos segundo e terceiro da primeira estrofe apresentam palavras rimantes (*mester* e *quiser*) que possuem rima em *ér*, com *é* aberto, e rimam entre si mas não com o refrão. Deste modo, a cantiga não apresenta uma irregular repetição de rimas na primeira estrofe, mas todas as estrofes possuem regularmente a mesma fórmula rimática: ]abbaCC[.

Um segundo exemplo. Para a CSM 427 Mettmann dá o seguinte esquema métrico-rimático (Mettmann 1989: 360): A8 B8 A8 B8 B4 / c10 c10 c12 b15 (iniciando pelo refrão, como sempre faz, o que equivaleria, no sistema que adopto, a este: 10a 10a 12a 15b 8C 8B 8C 8B 4B). Supõe, pois, que os versos 2, 4 e 5 do refrão inicial possuem idêntica rima (]B[), coincidente com a do último verso de cada estrofe (]b[). Mas vejamos o início da composição (refrão inicial e estrofe primeira):

R	1	<i>Todo-los bñes que nos Deus</i>	[bñ-es]	8C
		<i>quis fazer polo Filho seu,</i>		8D
	3	<i>nos compriu quando aos seus</i>	[a-os]	8C
		<i>o seu Sant’ Espírito deu</i>		8D
	5	<i>que prometeu.</i>		4B
I		Ca per El o sabemos conhocer,		10a
	7	e, conhocendo, amar e temer,		10a
		e, demais, dá-nos grand’ esforço de prender		12a
	9	morte por El, nembrando-nos de com’ El por nós morreu.		15b



Havia na língua trovadoresca duas rimas *eu*, perfeitamente distintas entre si: uma com *é* de timbre aberto (*éu*) e outra com *ê* fechado (*êu*). Pertenciam à primeira rima, com *é* aberto, entre outras palavras, os substantivos *judeu*, *romeu* e *vergeu*, os possessivos *meu*, *teu*, *seu* e a forma *deu* do verbo *dar*. À segunda, com *ê* fechado, pertenciam as formas da terceira pessoa de singular do pretérito dos verbos da segunda conjugação (como *morreu*), e o adjectivo *sandeu*. Neste caso temos, pois, que rimam entre si os vv. 2 e 4 do refrão (*seu - deu*), por uma parte, e, pela outra parte, rimam entre si o v. 5 do refrão e o v. 4 de cada estrofe (sempre com formas verbais em *-êu*: *prometeu*, *morreu*, *recebeu*, *aprendeu*, *conteceu*, *encendeu*, *ensandeceu*, *leeu*, *cofondeu*, *entendeu*, *converteu*, *conquereu*, *naceu*). Portanto, segundo o sistema seguido por Mettmann, o esquema métrico-rimático da presente cantiga seria este: A8 B8 A8 B8 C4 / d10 d10 d12 c15, equivalente ao que dou acima.

#### 4. Três factos filológicos

Evitadas essas fontes de error na consideração das rimas, podemos dar um passo mais. Para não chegarmos a uma conclusão que pode ser errónea, convém termos em conta três factos de índole filológica que afectaram a diferença de timbre das vogais de grau médio; a saber:

- 1) que no sistema vocálico medieval se davam neutralizações fonológicas do timbre em determinadas circunstâncias;
- 2) que se deram já algumas mudanças de timbre ao longo dos 150 anos que compreende o período trovadoresco (aproximadamente 1200-1350);
- 3) que outras mudanças de timbre aconteceram depois da época trovadoresca.

##### 4.1. Neutralizações do timbre

Em posição tónica o sistema fonológico vocálico da língua trovadoresca apresenta normalmente 7 fonemas (como ainda hoje na maior parte do território lingüístico, particularmente na Galiza e no Brasil). Podemos distribuí-los em três grupos, correspondentes às três localizações articulatórias fundamentais (central, anterior e posterior):

- **Vogal central** aberta /a/: representada graficamente por *a*: *ave*, *canto*.
- **Série anterior (ou palatal)**: três fonemas vocálicos:
  - Vogal anterior semi-aberta /ɛ/: representada graficamente por *e*: *bela*, *donzela*, *mel*.
  - Vogal anterior semi-fechada /e/: representada também por *e*: *cedo*, *colherom*, *orelha*.
  - Vogal anterior fechada /i/: representada por *i*: *caminho*, *vi*, *vida*.

– **Série posterior (ou velar):** três fonemas vocálicos:

- Vogal posterior semi-aberta /ɔ/: representada por *o*: *chora, porta*.
- Vogal posterior semi-fechada /o/: representada também por *o*: *amores, esposa, valor*.
- Vogal posterior fechada /u/: representada por *u*: *ajuda, lume, tu*.

Ora, em determinados contextos fónicos, este sistema de 7 fonemas vocálicos em posição tónica vê-se reduzido a 5 fonemas, por neutralização da oposição entre as duas vogais de grau médio em cada uma das duas séries; isto é, entre /ɛ/ e /e/ na série anterior, por uma parte, e, por outra, entre /ɔ/ e /o/ na série posterior. Fica assim um único fonema vocálico de grau médio em cada série; a realização fónica desse único fonema resultante tende a ser fechada: anterior /e/, posterior /o/. Nesses casos, pois, o sistema do vocalismo tónico consta unicamente das seguintes 5 unidades: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

Este sistema de 5 fonemas vocálicos em posição tónica ocorre nas seguintes circunstâncias (pelo menos):

- 1) Em sílaba travada pelo arquifonema nasal /N/: portanto, /'eN/ e /'oN/: rimas *em, en-*, etc.
- 2) Quando *e* ou *o* tónicos vão seguidos pela consoante palatal /ʒ/: rimas *eja*, etc.
- 3) Quando *e* ou *o* tónicos vão seguidos pela nasal palatal /ɲ/: rimas *enha*, etc.
- 4) Quando *e* ou *o* tónicos vão seguidos pela nasal velar /ŋ/: rimas *em-e*, etc.
- 5) Quando *e* ou *o* tónicos formam sílaba com a semivogal da mesma série.

Em todas essas circunstâncias as rimas parecem demonstrar –de acordo aliás com princípios de natureza fonológica bem conhecidos– que a língua literária propendia para a neutralização do grau de abertura, apesar de que em falas locais devia de perviver nalguns desses casos uma distinção de abertura em conformidade com a etimologia (pois ainda perdura hoje).

De facto, a maioria dessas rimas não suscitam dúvidas sobre a sua coincidência de timbre vocálico.

À luz dessa perspectiva fonológica devemos interpretar também algumas aparentes rimas de vogal aberta com vogal fechada.

Por exemplo, muitas das palavras rimantes em *em* possuíam etimologicamente /ɛ/ aberto; assim, *bem* (< lat. BĒNE), *quem* (< lat. QUĒM), *vem* (< lat. VĒNIT)... (comparem-se as correspondentes formas castelhanas ditongadas *bien, quien, viene*). Em várias delas a realização fonética tende ainda hoje à abertura, sobretudo nalguns

falares mais conservadores, e provavelmente o mesmo acontecia já na época trovadoresca. Ora, entre essas palavras rimantes aparecem repetidamente algumas que possuíam por étimo /e/ fechado; por exemplo, o advérbio pronominal *ém* (< lat. ĪNDE ‘de ali’) e a forma composta *porém* (< lat. PROĪNDE ‘portanto’), e os advérbios *além* (< lat. ILLĪNC ‘de ali’) e *aquém* (< lat. vg. ECCUM HĪNC ‘de aqui’). Porém, o princípio de neutralização fonológica que vimos não nos permite concluir que existisse aí rima de vogal aberta com fechada.

## 4.2. Mudanças de timbre dentro do período trovadoresco

Nas rimas assomam indícios de que no decurso dos aproximadamente 150 anos (1200-1350) que abrange o período trovadoresco deram-se mudanças de timbre, que é preciso ter em conta para não deduzir daí que existe rima de vogal aberta com vogal fechada.

O exemplo que parece mais claro é o do nivelamento analógico que levou da forma *dé* a *dê*.

A forma de 3ª pessoa de singular do presente de subjuntivo do verbo *dar* aparece em duas rimas diferentes: com vogal tónica aberta (*dé*) e com vogal tónica fechada (*dê*).

A forma com tónica aberta (*dé*) é a etimológica: < lat. DĒT. Deve de corresponder, pois, a uma fase mais antiga que a forma *dê*, que é resultado do nivelamento analógico da vogal tónica com outras formas do mesmo tempo verbal e que perviveu na língua até os nossos dias.

Efectivamente, *dé* aparece em rima em textos do século XIII: nas *CSM* (2177.6), e em João Airas de Santiago (956.14). Ocorre também duas vezes em um trovador cuja fixação cronológica é ainda problemática: Martim Moxa (879.16; 886.9). A segunda destas composições (núm. 886), uma cantiga de amor, poderia datar também do século XIII, mas a outra (núm. 879), se é, como parece, uma tenção entre Martim Moxa e o conde Dom Pedro, deve ter sido composta no segundo quartel do século XIV, quando já parece ter-se estendido a forma *dê*. Teríamos então aqui uma confirmação da longevidade de Martim Moxa (que era um dos motivos de burla para Afonso Gómez na cantiga núm. 877 [= *Tav* 5,1], «Martim Moxa, a mià alma se perça» (*Bd* 886, V [470]), de escárnio): já ancião na altura, Martim Moxa teria conservado em *dé* uma forma tradicional da sua língua de mocidade.

A forma secundária *dê* ocorre em rima em *ê* em 3 composições dos tempos de Dom Denis (rei entre 1279 e 1325): em duas cantigas (573.12; 603.10) do próprio Dom Denis (1261-1325) e numa (862.16) de Dom João Meéndiz de Briteiros (aprox. 1270-1334...).

### 4.3. Mudanças de timbre depois da época trovadoresca

É já bem conhecido que a língua trovadoresca mantinha o grau de abertura vocálica primitivo ou etimológico em determinados casos que depois a língua comum mudou por diversas causas, pelo menos em amplas zonas do território actual de língua galego-portuguesa. As rimas trovadorescas foram precisamente o instrumento que permitiu estabelecer com segurança esse estágio fonético conservador<sup>12</sup>. Enumero seguidamente os casos mais típicos, seguindo a ordem alfabética das rimas afectadas:

**Ela, aquela.** O pronome pessoal feminino *ela* (2285.61; 2360.10; 2369.109; e igualmente *dela*: 1451.14; 2148.11; 2360.9) e o demonstrativo *aquela* (*daquela*: 2305.60) aparecem rimando em *êla* (por exemplo, com formas de infinitivo acompanhadas de pronome enclítico, como *prendê-la*) e não em *éla*. Conservavam pois o /e/ tónico fechado etimológico (como ainda hoje em alguns falares): *ela* < lat. ĪLLAM.

**Esta, essa.** Os demonstrativos *esta* (e *aquesta*) e *essa* mantinham o ê /e/ tónico etimológico (como ainda agora na Galiza): *esta* < lat. ĪSTAM, *essa* < lat. ĪPSAM<sup>13</sup>. O demonstrativo *essa* rima, por exemplo, com *abadessa* < lat. ABBATĪSSAM. A par da rima *êsta* existe a correspondente rima com tónica aberta *ésta*, com palavras rimantes como *festa* ou *sesta*: o demonstrativo (*aqu*)*esta* não ocorre nunca nestoutra série.

**Eu, meu, teu, seu.** O pronome pessoal *eu* e os possessivos *meu*, *teu*, *seu* aparecem na poesia trovadoresca rimando entre si e com outras palavras que possuíam *e* aberto etimológico, mas nunca com as formas em *-eu* de P3 do pret. perf. dos verbos em *-er*. Conservavam, pois, o é tónico aberto etimológico: *eu* < lat. ĒGO (cfr. cast. *yo*), *meu* < lat. MĒUM (cfr. cast. *mio*). As formas *teu* e *seu*, secundárias (formadas analogicamente sobre *meu*, a partir das etimológicas *tou* < lat. TŪUM, *sou* < lat. SŪUM), incorporaram-se desde o seu nascimento a essa mesma situação fonética<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Já Lapa recolheu vários destes caracteres fonéticos da língua trovadoresca (Lapa 1981: 232 no apartado intitulado «A língua dos trovadores»).

<sup>13</sup> Veja-se Maia (1986: 345-348), que adverte do valor indicativo das rimas *aquesta* com *comesta*, e *essa* com *abadessa*.

<sup>14</sup> Veja-se Lapa (1981: 232): “Palavras como *eu*, *meu*, *teu*, *seu*, *deu* < *dedit*, *Deus*, *judeu* e outras, correspondentes a *e* aberto latino, soavam ainda como tal, não sendo correcta a rima com a 3.ª pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos em *er*: *perdeu*, *temeu*”. Ademais da forma analógica *seu*, também a forma etimológica *sou* (< lat. SŪUM) ‘seu’ aparece em rima *ou*, em 4 passagens: 10.12; 2046.56; 2314.61; 2410.26.

**Maior, melhor, meor, pior.** As formas de comparativo *maior, melhor* (e *milhor*), *meor, pior* (e *peor*), documentadas em posição de rima muito frequentemente, aparecem rimando sempre em *ôr l'OR/* e não em *ór l'OR/*. O mesmo acontece com os plurais *maiores, melhores, meores*: rimam em *ôres l'ores/* e não em *ôres l'ores/*. Mantinham, pois, o *ô* tónico fechado *l'ol* etimológico (conservado ainda hoje na pronúncia geral da Galiza): *maior* < lat. MAIŌREM, *melhor / milhor* < lat. MELIŌREM, *meor* < lat. MINŌREM, *pior / peor* < lat. PEIŌREM<sup>15</sup>.

Essa é também a situação do advérbio *redor*, que ocorre repetidamente em rima nas suas formas compostas *arredor, derredor* e *enredor*, embora a sua etimologia seja discutida.

**Adjectivos em -osa.** Os adjectivos formados com o sufixo feminino *-osa* conservavam, como ainda hoje na Galiza e noutras partes, a vogal tónica fechada da etimologia (< lat. -ŌSAM), como nas formas masculinas em *-oso*<sup>16</sup>. Deduz-se do facto de aparecerem em rima com *esposa* (< lat. SPŌNSAM), que manteve sempre até hoje a tónica fechada.

## 5. Indícios de homofonia de timbre

Vimos até aqui alguns casos que poderiam interpretar-se erroneamente como rimas de vogal aberta com fechada.

Dando agora um passo mais, para comprovarmos se o tratamento que os trovadores davam ao timbre das vogais de grau médio nas rimas era cuidadoso, pode ser clarificador observar dous tipos de indícios que só parecem explicar-se como consequência de um respeito escrupuloso à diferença de timbre vocálico nas combinações de rimas. São:

- 1) a ausência de algumas palavras rimantes, e,
- 2) a existência de parilhas de rimas que se distinguem unicamente pelo timbre.

<sup>15</sup> Veja-se Lapa (1981: 232): “as terminações dos comparativos *maior, melhor, meor, pior*, eram fechadas, e muito naturalmente, pois provinham de um *o* fechado latino. Ainda hoje, em galego, se diz *melhôr, piôr, maôr*. Sabe-se o motivo por que a vogal é actualmente aberta no português: a forma *maôr* evoluiu para *moor* e depois para *môr*, e as outras formas tomaram, por analogia, a vogal aberta”.

<sup>16</sup> Veja-se Lapa (1981: 232): “Também, pelo motivo que acabamos de expor, isto é, pela existência de um *o* fechado em latim, os adjectivos terminados em *-osa* se liam ainda *ôsa: fremôsa*. Só no século XVI, devido a influências analógicas ou à metafofia, a vogal se tornou aberta”. Veja-se também Ferreiro (1997: 158-159).

### 5.1. Ausência de algumas palavras rimantes

Se analisamos a aparição de palavras rimantes, surpreende a ausência, em posição de rima, de alguns vocábulos muito frequentes na língua. Nalguns casos trata-se de vocábulos com uma estrutura fonética particular; a sua ausência em rima explica-se porque não existiam na língua outros vocábulos que possuíssem a mesma estrutura fonética. Mas em certos casos tal ausência parece dever-se unicamente a que era difícil achar no idioma palavras que tivessem o mesmo timbre vocálico aberto ou fechado, pois existem rimas com timbre vocálico diferente.

Fixemo-nos em dous casos: *cego* e *velho* (com as respectivas flexões de género e número). Estes vocábulos possuíam, como ainda hoje, vogal tónica aberta. Na poesia trovadoresca ocorrem as correspondentes rimas com timbre fechado (*êgo*, *êlho*), mas aí não foram incluídas, e parece lógico concluir que tal ausência se deve a que a diferença do timbre era obstáculo determinante.

O adjectivo (ou substantivo) *cego* aparece mais de 40 vezes na poesia trovadoresca (e a este número ainda poderíamos acrescentar as ocorrências rizotónicas do verbo *cegar*, que são 9). Aparece a rima *êgo l'ego!*, com as duas palavras rimantes *comego* pron. e *Galego* antrop. m. Mas nunca o vocábulo *cego*, que exigiria uma rima *êgo*. Esta ausência torna-se ainda mais notável nas *CSM*, visto que alguns milagres têm como protagonistas pessoas cegas. (Poderiam rimar com as formas rizotónicas do verbo *negar*, mas não resultaria fácil inserir tais formas num relato).

O mesmo acontece com *velho*, que, nas suas quatro variantes flexivas, ocorre mais de cem vezes na poesia trovadoresca. Mas nunca em rima. Aparecem quatro rimas em *elh-*:

**êlha l'eĸa!**: *aparelha* P3 pres., *orelha* s.f., *ovelha* s.f., *parelha* s.f., *semelha*<sub>1</sub> s.f., *semelha*<sub>2</sub> P3 pres., *sortelha* s.f., *Telha* antrop.f., *vermelha* adj. f.

**êlhas l'eĸas!**: *orelhas* s.f.pl., *semelhas* s.f.pl., *sobrancelhas* e *sobrenelhas* s.f.pl.

**êlho l'eĸo!**: *anelho* adj., *botelho* s.m., *Coelho* antrop. m., *cêlho* s.m., *concelho* s.m., *conselho* s.m., *espelho* s.m., *folhelho* s.m., *golpelho* s.m., *sedelho* (?) s.m., *selmelho* P1 pres., *trebelho* s.m., *vencelho* s.m., *vermelho* adj., *zarelho* s.m.

**êlhos l'eĸos!**: *cêlhos* s.m., *conselhos* s.m., *trebelhos* s.m.

Resulta, pois, significativa, neste grupo de quatro rimas em *elh-*, a ausência das correspondentes formas do adjectivo *velho*: tratando-se de um vocábulo frequente já na língua trovadoresca, parece evidente que a sua ausência em posição de rima se deve unicamente ao timbre aberto da sua vogal tónica.

Portanto, um indício que vem a confirmar a resistência dos trovadores a misturar em rima as vogais abertas com as fechadas.

Algo parecido poderíamos dizer do adjetivo *ledo*, embora ocorra uma vez em rima na forma masculina, como logo veremos: existe assim uma rima *édo*, mas não *éda*, *édos*, *édas*. Sim, pelo contrário, a fechada *éda* l'eda/, com as palavras rimantes *queda* adj. f. e *segreda* s.f. O grau fechado da vogal tónica é l'e/ desta rima deduz-se da etimologia das duas palavras rimantes, que tem em ambos os casos Ê longo na penúltima sílaba: *queda* adj. f. < lat. QUIĒTAM '≡'; *segreda* s.f. < lat. ecl. SECRĒTAM s.f. '≡'. Embora o número de palavras rimantes seja tão reduzido, podemos notar não só a ausência, entre elas, da forma adjectival feminina *leda*, mas a inexistência, propriamente falando, de uma rima *éda*: um indício mais de que os trovadores evitavam a mistura de palavras rimantes com diferente timbre vocálico.

## 5.2. Parelhas de rimas

Ocorrem na poesia trovadoresca as seguintes parelhas de rimas que se distinguem unicamente pelo timbre das suas vogais tónicas:

<i>é</i> l'ɛ/, <i>ê</i> l'e/	<i>és</i> l'ɛs/, <i>ês</i> l'es/
<i>édes</i> l'ɛdes/, <i>êdes</i> l'edes/	<i>ésse</i> l'ɛse/, <i>êsse</i> l'esel/
<i>édo</i> l'ɛdo/, <i>êdo</i> l'edo/	<i>éssem</i> l'ɛsen/, <i>êssem</i> l'esen/
<i>él</i> l'ɛl/, <i>êl</i> l'el/	<i>ésta</i> l'ɛstal/, <i>êsta</i> l'estal/
<i>éla</i> l'ɛlal/, <i>êla</i> l'elal/	<i>éstes</i> l'ɛstes/, <i>êstes</i> l'estes/
<i>élo</i> l'ɛlo/, <i>êlo</i> l'elol/	<i>éte</i> l'ɛtel/, <i>éte</i> l'etel/
<i>émos</i> l'ɛmos/, <i>êmos</i> l'emol/	<i>éu</i> l'ɛw/, <i>éu</i> l'ew/
<i>éol</i> l'ɛol/, <i>éol</i> l'ool/	<i>óme</i> l'ɔmel/, <i>óme</i> l'omel/
<i>ér</i> l'ɛr/, <i>êr</i> l'er/	<i>ór</i> l'ɔr/, <i>ór</i> l'or/
<i>éral</i> l'ɛral/, <i>éral</i> l'eral/	<i>óra</i> l'ɔral/, <i>óra</i> l'orsal/
<i>éram</i> l'ɛran/, <i>éram</i> l'eran/	<i>óres</i> l'ɔres/, <i>óres</i> l'ores/
<i>érom</i> l'ɛron/, <i>érom</i> l'erom/	

Ora, a análise das palavras rimantes nesses pares de rimas permite observar com que cuidado os trovadores mantinham a homofonia do timbre vocálico. Na maioria dos casos a homofonia do timbre é segura e não precisa de comentários. Porém, como nalguns casos podem surgir dúvidas sobre a regularidade do timbre, apresento esses casos seguidamente, acompanhados de um breve comentário.

### *édo* l'ɛdo/, *êdo* l'edo/

*édo* l'ɛdo/: *derredo* adv., *ledo* adj.m., *Ovedo* top.

*êdo* l'edo/: *Arnedo* top., *azedo* s.m., *cedo* adv., *dedo* s.m., *degredo* s.m., *medo* s.m., *Olmedo* top., *quedo* adj.-adv., *Toledo* top., *vedo* s.m.

Das palavras rimantes da rima *êdo*, a maioria possuíam etimologicamente *ê* tónico fechado /e/: *azedo* < lat. ACĒTUM, *cedo* < lat. CĪTO, *dedo* < lat. DĪGĪTUM, *quedo* < lat. QUIĒTUM, topónimos em *-edo* (*Arnedo*, *Olmedo*) < lat. -ĒTUM. Frente a esse conjunto maioritário, causa surpresa a presença de *medo*, que originariamente devia possuir *é* tónico aberto (< lat. MĒTUM; compare-se o cast. *miedo*, com ditongo /je/), tal como o apresenta ainda hoje em alguns falares mais conservadores do Leste da Galiza.

Perante estes factos, podemos sacar uma das duas conclusões seguintes: 1) ou a pronúncia na época trovadoresca era ainda a originária, com *é* tónico aberto, e portanto trata-se de um caso de rima de vogal aberta com vogal fechada; 2) ou já se dera na língua comum a mudança do timbre, de *é* aberto para *ê* fechado, tal como a vemos hoje na maior parte do território lingüístico.

Contra a primeira hipótese existem vários indícios que levam a considerar mais fundada a segunda; a saber:

- 1) *medo*, apesar de ser vocábulo muito frequente na poesia trovadoresca (por exemplo, *é*, na rima *êdo*, a palavra rimante que ocorre mais vezes), não aparece na rima *êdo*. Teria algo de *petitio principii* objectar que esta rima *êdo* ocorre unicamente uma vez em toda a poesia trovadoresca, e que portanto a ausência de *medo* aí não é significativa; antes ao contrário, visto o elevado número de ocorrências de *medo*, deveremos mais bem concluir que a sua ausência se deve à diferença de timbre vocálico, e que a escassa frequência da rima *êdo* se deve precisamente tanto ao escasso número de palavras com essa rima existentes na língua medieval, como, com excepção de *ledo*, à sua escassa vitalidade.
- 2) *medo* aparece rimando com palavras que tinham *ê* tónico fechado (como *azedo*, *cedo*, *dedo* ou *quedo*) em 10 trovadores diferentes (vários deles do século XIII). Eis uma perspectiva das cantigas e autores em que ocorre a rima *êdo*:

494 (Afonso X): 37 *medo* s.m., 38 *vedo* s.m.

655 (Paai Soárez de Taveiros): 8 *cedo* adv., 10 *medo* s.m.

832 (Pero da Ponte): 8 *medo* s.m., 9 *cedo* adv.

921 (Pero Gonçálvez de Portocarreiro): 3 *cedo* adv., 5 *medo* s.m.

937 (Pae de Cana): 5R *medo* s.m., 6R *cedo* adv.

969 (Joám Airas de Santiago): 15 *quedo* adj. m., 17 *medo* s.m.

1146 (Joám Servando): 7 *cedo* adv., 9 *medo* s.m.

1276 (Lourenço): 2 *cedo* adv., 3 *medo* s.m.

1329 (Estevam da Guarda): 8 *cedo* adv., 11 *medo* s.m., 14 *dedo* s.m.

1389 (Nuno Fernández Torneol): 3 *Toledo* top., 4 *Olmedo* top.



- 1440 (Joám Servando): 15 *Toledo* top., 17 *degrede* s.m., 19 *cedo* adv., 21 *vedo* s.m.  
 1476 (Joám Baveca): 22 *cedo* adv., 25 *quedo* adj. m., 28 *medo* s.m.  
 1551 (Gil Pêrez Conde): 9 *Olmedo* top., 11 *Toledo* top.  
 2002 (CSM): 38 *medo* s.m., 40 *Toledo* top.  
 2009 (CSM): 88 *medo* s.m., 90 *quedo* adj. m.  
 2054 (CSM): 70 *cedo* adv., 71 *medo* s.m., 72 *quedo* adj. m.  
 2065 (CSM): 100 *cedo* adv., 101 *Toledo* top., 102 *medo* s.m.  
 2075 (CSM): 163 *medo* s.m., 164 *cedo* adv., 165 *dedo* s.m.  
 2083 (CSM): 50 *cedo* adv., 51 *medo* s.m., 52 *quedo* adj. m.  
 2091 (CSM): 48 *medo* s.m., 50 *quedo* adj. m.  
 2094 (CSM): 75 *cedo* adv., 78 *medo* s.m.  
 2105 (CSM): 14 *medo* s.m., 16 *quedo* adj. m., 18 *cedo* adv.  
 2115 (CSM): 192 *cedo* adv., 193 *medo* s.m.  
 2195 (CSM): 183 *quedo* adj. m., 184 *medo* s.m., 185 *cedo* adv., 188 *degrede* s.m.  
 2231 (CSM): 55 *cedo* adv., 56 *medo* s.m., 57 *quedo* adj. m.  
 2320 (CSM): 25 *medo* s.m., 27 *cedo* adv.  
 2369 (CSM): 113 *dedo* s.m., 114 *medo* s.m.  
 2386 (CSM): 15 *cedo* adv., 16 *Toledo* top., 17 *Arnedo* top.  
 2422 (CSM): 43 *medo* s.m., 44 *azedo* s.m.

Tal variedade de autores, assim como o facto de que alguns desses trovadores apresentam uma obra poética muito depurada, assim no aspecto lingüístico como na técnica literária, torna improvável a mistura de timbre aberto com fechado em rima. Parece, pois, mais fundado concluir que a metafonía da vogal tónica de *medo* era já comum na época trovadoresca.

### *él l'ɛl, êl l'eɪ*

*él l'ɛl*: *Abel* antrop. m., *anel* s.m., *batel* s.m., *bel* adj. m., *chapel* s.m., *Cistel* top., *Conturbel* top., *cruel* adj., *Daniel* antrop. m., *donzel* s.m., *Emanuel* antrop. m., *fardel* s.m., *fiel*<sub>1</sub> s.m., *fiel*<sub>2</sub> adj., *froxel* s.m., *Gabriel* antrop. m., *Irrael* top., *Manuel* antrop. m., *mel* s.m., *Miguel* antrop. m., *Misael* antrop. m., *novel* adj., *pichel* s.m., *Raquel* antrop. f., *Samuel* antrop. m., *tropel* s.m.

*êl l'eɪ*: *daquel* contr. de *de* + *aquele* demonstr. m., *Reinel* antrop. m.

Os adjectivos *cruel* (< lat. CRŪDĒLEM) e *fiel* (< lat. FĪDĒLEM) apresentavam já *l'ɛl* tónico, como hoje, contrariamente à etimologia, qualquer que seja a explicação que deva dar-se a essa modificação.

Para a terminación *-el* do antropónimo *Reinel* seria mais bem de esperar *é* tónico aberto *l'el*, em linha com os vários nomes de origem hebraica terminados em *él* (alguns citados na rima *él*, mas há ainda outros; por exemplo, *Isabel*, *Ismael*, *Rafael*), e até com a tendência fonológica geral induzida pelo /L/ implosivo (que parece ser a causa de que o resultado da vogal tónica de *cruel* e *fíel* fosse aberto, e não fechado como lhes corresponderia pelo étimo latino). Como para a outra palavra rimante (o demonstrativo *daquel*), não podemos supor senão *l'el*, poderíamos ter aqui um caso de rima de vogal aberta *l'el* com vogal fechada *l'e/*. Porém, parece seguro que se trata de um nome estrangeiro, provavelmente de origem galorromânica (fr. *Reiner*, com as variantes *Rainer*, *Reinier*, *Rainier*), e é compreensível que a adaptação galego-portuguesa conservasse a tónica fechada da língua original.

### *éla l'ela/, êla l'ela/*

*éla l'ela/*: *alcavela* s.f., *almocela* s.f., *ancela* s.f., *bela* adj. f., *Biringela* antrop.f., *cadela* s.f., *capela* s.f., *Castela* top., *caudela* P3 pres., *cela* s.f., *Compostela* top., *donzela* s.f., *escudela* s.f., *Estela* top., *fivela* s.f., *gonela* s.f., *mazela* s.f., *mesela*<sub>1</sub> s.f., *mesela*<sub>2</sub> adj. f., *morcela* s.f., *pastorela* s.f., *poncela* s.f., *revela* P3 pres., *sela* s.f., *Sousela* top., *stella* s.f.lat., *Todela* top. e *Tudela* top., *Varela* antrop.m., *vela* P3 pres., *Vela* antrop.m.

*êla l'ela/*: *camela* s.f., *daquela* contr. de *de* + *aquela*, *ela* pron. pess., *estrela* s.f., *mesela* adj., *querela* s.f., e várias ocorrências de infinitivo com pron. encl. (*movê-la*, *põê-la*, *prendê-la*, etc.).

Em *alcavela*, que procede do ár. *al-qabîla*, esperaríamos /e/ tónico fechado, e isto é o que parece confirmar a forma castelhana *alcavera*, sem ditongo tónico. Mas é possível que sobre a forma primitiva *\*alcavêla* tenha agido o influxo do sufixo *-ela* (< lat. -ĒLLAM), como também na forma castelhana deveu de agir o sufixo *-era* (< lat. -ARIAM) mais que a tendência meramente fonética à dissimilação *-l-l-* > *-l-r-*.

### *éo l'eol/, êo l'eol/*

*éo l'eol/*: *aque* o = *aque* adv. + o art., *ceo* s.m., *hebre' o* = *hebreu* s.m. + o pron. pess., *veo* s.m.

*êo l'eol/*: *avangeo* s.m., *baraceo* s.m., *candeo* s.m., *creo* P1 pres., *esteo* s.m., *feo* adj.m., *receo* P1 pres.

Das três palavras rimantes que ocorrem na *CSM 75* (*avangeo*, *creo*, *receo*), somente *creo* aparece também nas cantigas profanas, mas isto parece suficiente para podermos assegurar o timbre fechado do e tónico. As duas formas verbais *creo* e *receo* tinham ê fechado etimológico: *creo* < lat. CRĒDO, *receo* < prefixo *re-* + lat. CĒLO; esse ê fechado conservou-se assim até hoje na maior parte dos territórios lusófonos, particularmente na Galiza e no Brasil: *creio*, *receio*.

A outra palavra rimante dessa cantiga 2075, *avangeo* mostra uma evolução algo irregular, semiculta, do lat. EVANGĒLIUM (cfr. it. (*e*)*vangelo*); apesar de que em latim o -E- tónico era breve (e, portanto, devia dar *é* aberto, e assim se conserva no it. (*e*)*vangelo*), em *avangeo*, como se vê pelas outras duas palavras que com ela rimam, o *ê* tónico devia de ser fechado, seguramente por influxo metafónico do -o final; a forma comum da língua actual, *evangelho*, de evolução mais regular mas quicá também semicultismo, apresenta igualmente *ê* tónico fechado, aqui talvez por efeito conjunto da metafonía e da palatal seguinte /k/. De qualquer modo, as restantes palavras rimantes desta rima, que a través de *creo* se ligam todas entre si, confirmam o grau fechado da vogal tónica de *avangeo*.

### *és l'ɛs/, ês l'ɛs/*

*és l'ɛs/*: *serventés* s.m.pl. [provençal], *vés* s.m.pl. [provençal].

*ês l'ɛs/*: *alfrês* s.m., *aprês* P3 perf., *atarês* s., *borgês* s.m., *burgês* s.m., *cortês* adj., *emprês* P3 perf., *francês* adj., *marquês* s.m., *medês* indef., *mês* s.m., *montês* adj., *pês* P3 pres. subj., *prês* P3 pret., *três* num., *Salnês* top., *vês* P2 pres.

A língua não oferecia outros vocábulos com rima *és* que a forma de P2 do verbo *seer*: *és*. Esta escassez será a causa de que tal rima *és* ocorra somente uma vez (e ainda, para isso, dando por suposto que seja correcta a nova leitura que proponho para a correspondente passagem da cant. 1431: dous vocábulos provençais, *serventés* e *vés*, ambos substantivos em plural, usados pelo trovador Picandom na sua tenção com Dom João Soárez Coelho).

### *ête l'ɛtɛ/, ête l'ɛtɛ/*

*ête l'ɛtɛ/*: *mete* P3 pres., *sete* num., *topete* s.m.

*ête l'ɛtɛ/*: *abete* s.m., *capeirete* s.m., *genete* s.m., *joguete* s.m., *Mafomete* antrop. m., *mete* P3 pres., *promete* P3 pres., *remete* P3 pres.

É duvidosa a existência desta parelha de rimas. O timbre aberto da vogal tónica da rima *ête* parece deduzir-se sobretudo de *sete* < lat. SĒPTEM (cfr. cast. *siete*), e em menor medida de *topete* < fr. ant. *topet*, hoje *toupet* (donde procedem o moderno cast. *tupé* e o al. *Toupet*). Mas a forma verbal *mete* ocorre também na rima *ête* (em passagem algo insegura, mas de qualquer modo a rima *ête* aparece também nos compostos *promete* e *remete*); originariamente teria /ɛ/ tónico (< lat. MĪTTIT). Neste caso, para explicar esse duplo uso rimático não podemos lançar mão de diferenças cronológicas, pois os trovadores que empregam tais formas procedem todos de meados do século XIII.

Deveremos supor que já começava a difundir-se a mudança de timbre que daria o resultado actual com /ɛ/? Ou talvez não existe uma rima *ête*, e todas as palavras rimantes que atribuí a esta rima possuíam realmente /ɛ/ tónico? Efectivamente, o

/ɛ/ tónico resulta explicável tanto nos arabismos *genete* e *Mafomete* como no sufixo de origem galo-românica *-ete*; então teríamos que concluir que tanto em *mete* como nos seus compostos estava já firmemente assentada a abertura do timbre.

### **ór /'ɔR/, ôr /'oR/**

*ór /'ɔR/*: *conor*[-/to] s.m., *cor* s.m., *for*[-/te] adj., *mor*[-/te] s.f.

*ôr /'oR/*: substantivos e adjectivos procedentes do lat. -ŌREM (*acabador* s.f., *açor* s.m., *agoirador* adj. m., *aguardador* s.f., *ajudador* adj. m. e f., etc.), comparativos (*maior*, *melhor* ou *milhor*, *mÊor*, *peior* ou *peor*), *for* P1 e P3 do fut. subj. dos verbos *seer* e *ir*, *por* prep., as formas adverbiais baseadas em *redor* (*arredor*, *derredor*, *enredor*), *Alcor* [O ~] top., *Almançor* antrop. m., *atambor* s.m., *Azamor* top., *Leonor* antrop. f., etc.

Vimos atrás a cantiga «Assi me trax coitado», de Dom Denis. A falta de palavras terminadas em *ór /'ɔR/* na língua trovadoresca (pois já antes ficou notado que os comparativos *maior*, *melhor*, *pior* conservavam, como ainda hoje na Galiza, o timbre etimológico fechado /'oR/: rimam em *ôr*) levou Dom Denis, para achar rimas com o provençalismo *cor*, a lançar mão do artificioso expediente de dividir vocábulos em fim de verso e poder assim usar como rima alguma das suas sílabas internas. Mas claro está que lhe teria sido fácil encontrar muitas palavras rimantes em *-or* se a homofonia do timbre vocálico não fosse uma condição considerada determinante.

## **6. Fenómenos de analogia e metafonia**

Analisaremos a seguir alguns outros casos de rimas que poderiam suscitar dúvidas a respeito da homofonia do timbre, nos quais estão implicados fenómenos de modificação diacrónica do timbre vocálico por analogia ou metafonia.

**Formas rizotónicas de verbos -ecer.** Observemos as rimas seguintes: algumas aparecem formas rizotónicas de verbos terminados em *-ecer* rimando com substantivos abstractos como *sandece* e *velhece* que, pelo seu sufixo, exigem ê tónico:

*êce /'etsel/*: *acaece* P3 pres., *agravece* P3 pres., *aparece* P3 pres., *avorrece* P3 pres., *contece* P3 pres., *crece* P3 pres., *dece* P3 pres., *escrarece* P3 pres., *escurece* P3 pres., *esmorcece* P3 pres., *esprandece* P3 pres., *estremece* P3 pres., *falece* P3 pres., *grãadece* P3 pres., *gradece* P3 pres., *guarece* P3 pres., *mancebece* s.f., *mece* P3 pres., *merece* P3 pres., *nodrece* P3 pres., *padece* P3 pres., *parece* P3 pres., *perece* P3 pres., *perte)ece* P3 pres., *rafece* adj., *rerece* P3 pres., *sandece* s.f., *velhece* s.f.

*êcem /'etsen/*: *gradecem* P6 pres., *merecem* P6 pres.

**êces /'etses/:** *avorreces* P2 pres., *couseces* P2 pres., *escaeces* P2 pres., *escrareces* P2 pres., *esterreces* P2 pres., *faleces* P2 pres., *grãadeces* s.f.pl., *mereces* P2 pres., *padeces* P2 pres., *pareces* P2 pres., *rafeces* adj. pl., *sandeces* s.f.pl.

**êscas /'eskas/:** *crescas* antrop. m. (ou s.f.pl. em função interjectiva?), *empeescas* P2 pres. subj.

**êsko /'esko/:** *padesco* P1 pres., *pareesco* P1 pres.

Estas rimas, especialmente *êce /'etse/*, *êcem /'etsen/* e *êces /'etses/*, parecem indicar que em todas as formas rizotónicas dos verbos constituídos mediante os sufixos incoativos latinos -ĒSCĒRE, -ĪSCĒRE > -*ecer* a língua trovadoresca conservava ainda a pronúncia etimológica com ê tónico fechado /'e/: -ĒSCĪT > -*êce*, etc. É sabido que a pronúncia actual com é tónico aberto /'e/ nalgumas dessas formas é fenómeno secundário, devido a influxos de natureza análogica.

**Rima *opem*.** Pode duvidar-se sobre o timbre do *o* tónico da rima *opem*. Com efeito, as duas palavras rimantes (*opem* e *hisopem*) não nos deixam sair de dúvidas; mas parecem existir mais razões em favor da pronúncia com *o* aberto /'ɔ/ em ambas.

Da forma latina *opem*, acusativo singular de *ops / opis*, deveremos esperar *o* aberto, não tanto porque o vocábulo tinha em latim *o* breve (isto é, ð) mas sobretudo porque na pronúncia romance de palavras latinas é comum a tendência à abertura do vocalismo tónico.

A outra palavra rimante, a forma verbal *hisopem*, pareceria opor-se a uma pronúncia com *o* aberto, pois procede em última instância do lat. HYSSŌPUS / HYSSŌPI s.m. 'hissopo (erva: *Hyssopus officinalis*)', que tinha *o* tónico longo (isto é, ō, o qual, como de regra, devia resultar fechado em romance), confirmado pelo étimo grego com ω (ἕσσωπος s.f.). A língua actual distingue entre *hissopo* s.m. 'erva' com ô tónico fechado /'o/ e *hissope* s.m. 'aspersório' com ó tónico aberto /'ɔ/; esta segunda forma parece ter origem galo-românica (provavelmente do fr. ant. *hys(s)ope*, hoje *hysope*; em provençal medieval documenta-se *isop*), e dela procede evidentemente o actual verbo *hissopar* 'aspergir com hissopo', que achamos aqui em rima. Hoje este verbo *hissopar* apresenta ó aberto /'ɔ/ nas formas rizotónicas dos presentes de indicativo e de subjuntivo (1 *hissopo*, 2 *hissopas*, 3 *hissopa*, 6 *hissopam*; 1 *hissope*, 2 *hissopes*, 3 *hissope*, 6 *hissopem*, forma esta que é a da presente rima); a abertura do ó na cantiga em foco indicaria que o substantivo de que deriva o verbo, isto é *his(s)ope* 'aspersório', antigo galicismo litúrgico, tinha já na época medieval ó aberto /'ɔ/<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Acerca da grafia, a hoje comum é com -*ss-* /*sl*/, de acordo com o étimo greco-latino, mas na época medieval parece ter sido geral a pronúncia com /*zl*/, e a correspondente grafia com -*s-* simples, que já aparece em latim tardio.

**Rima *ôsto*.** A rima *ôsto* /'osto/ apresenta as seguintes palavras rimantes: *agosto* s.m., *aposto* adj.m., *deosto* s.m., *desaposto* adj.m., *posto* part.m.

O timbre fechado da vogal tónica desta rima deduz-se da palavra rimante *agosto* s.m. < lat. AUGŪSTUM. Parece, pois, que era já habitual a metafonia em *posto* e nos seus compostos *aposto* e *desaposto*, que tiveram originariamente *ó* aberto (cfr. cast. *puesto*).

## 7. Outros problemas

**Rima *êem*.** A rima *êem* /'een/ apresenta estas 3 palavras rimantes: *creem* P6 pres., *teem* P6 pres., *veem* P6 pres.

Etimologicamente, as formas *creem* e *veem* tinham *ê* tónico fechado (< lat. CRĒDUNT; lat. VĪDENT), e assim o tiveram sempre, mas *teem* (< lat. TĒNENT) devia ter *é* tónico aberto /'e/ (cfr. cast. *tienen*). Se não queremos admitir rima imperfeita, temos que supor que na 3ª pess. plur. *teem* a vogal tónica se tinha fechado quer por efeito da anterior nasalidade interior (aqui já desaparecida) na forma originária *tēem*, quer por influxo analógico doutras formas do presente (assim, *tenho*, *temos*), nas quais, por efeito de diversos factores fonéticos, o resultado fora *ê* fechado /'e/.

Que a nasalidade etimológica em posição interior de *tēem* já desaparecera neste caso (*tēem* > *teem*), demonstra-o a rima com *creem* e *veem*, que nunca tiveram nasalidade interior, e confirma-o a grafia do ms. (dado este que por si só não pode considerar-se decisivo, porém, pois é bem sabido que em qualquer texto medieval se dão casos de falta do til por mero descuido do amanuense).

Poderíamos perguntar-nos se esta rima *êem* /'een/ não deveria ser interpretada como *êm*, monossilábica e oxítone (fonologicamente /'en/), sendo *eem* apenas uma grafia conservadora fictícia (como conjecturo que acontecia na CSM 282 com a rima *ê*). Mas neste caso parece que há que responder negativamente a tal hipótese: entre outras dificuldades, toda a cantiga em foco (CSM 340) consta exclusivamente de rimas graves; isto parece querer dizer que, não tanto por regularidade poética quanto por necessidade de acomodação do texto à melodia, também *-eem* tem que ser paroxítone, e portanto bissilábica. A verdade, porém, é que, se, pelo contrário, se puder confirmar que na realidade se trata da rima *êm* /'en/, monossilábica e oxítone, desapareceriam ambos os problemas que acabamos de comentar: o da diferença de abertura na vogal tónica e o da ausência de nasalidade interior na forma *teem*.

**Rimas *óá*, *óo*, *óos*.** A rima *óá* /'oa/ ocorre com 3 formas da P3 do perf. da 1ª conj. + a pron. pess. f. enclítico: *alçó-a*, *comungó-a*, *deitó-a*.

À vista das palavras rimantes (todas elas formas verbais de P3 do perf. de verbos da primeira conjugação com pronome pessoal enclítico: *alçó-a*, *comungó-a*, *deitó-a*) poderia duvidar-se de qual era nesta rima o grau de abertura da vogal tónica -o, procedente de -ou (< lat. vulg. \*-AUT < lat. cláss. -ĀVIT). Que era aberta /ʔɔ/, e não fechada /ʊ/, parece deduzir-se do confronto com as rimas *óos* e *óo* conjuntamente, visto que aí aparecem como palavras rimantes, ao lado de formas verbais similares às da rima que agora nos ocupa, vocábulos a que etimologicamente corresponde *ó* aberto /ʔɔ/, como *avoo(s)* (< lat. AVIŎLUM, AVIŎLOS; cfr. castelhano *abuelo(s)*) e *doo* (< lat. DŎLUM; cfr. cast. *duelo*):

*óo /ʔɔ/*: *avoo* s.m., *desseinó-o* P3 perf. + *o* pron. enclít., *doo* s.m., *enlinhó-o* P3 perf. + *o* pron. enclít., *feijoo* s.m., *negó-o* P3 perf. + *o* pron. enclít., *soo* adj.m.

*óos /ʔɔs/*: *avoos* s.m., *filhó-os* P3 perf. + *os* pron., *lançó-os* P3 perf. + *os* pron.

## 8. Conclusão

A análise das rimas trovadorescas mostra que a homofonia de timbre vocálico era um princípio fundamental.

No entanto, como nalguns vocábulos a abertura vocálica mudou da língua medieval à moderna por causa de influxos metafónicos ou analógicos, há casos em que resulta algo incerto estabelecer qual era a pronúncia na época trovadoresca. Mas à vista do comportamento que os trovadores mostram a respeito da homofonia do timbre vocálico no artifício das rimas, parece que estamos legitimados para aplicar, em princípio, também a esses casos incertos o que se pode constatar no grande número de casos seguros: que a rima era sempre perfeita e nunca se dava combinação rimática de vogal aberta com fechada<sup>18</sup>.

É um princípio geral, que corresponde ao ideal dos trovadores, realizado sistematicamente, mas que talvez não exige excluímos, como eventualidade extrema, a possibilidade de alguma rara exceção<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Assim acontecia também na poesia trovadoresca provençal, mas não todos os trovadores acertavam a manter com segurança este critério, como nota Martín de Riquer: “El manejo de la rima es riguroso e implacable. Excusado decir que no pueden rimar palabras en las que la tónica es una *e* u *o* abierta con otras de *e* u *o* cerrada, incorrección en que caen algunos trovadores catalanes” (Riquer 1983: 39, vol. 1, núm. 27 da «Introducción a la lectura de los trovadores»).

<sup>19</sup> De resto, cumpre ainda advertir que, se a minha análise é correcta, também nas rimas assonantes –das quais não me ocupei aqui– os trovadores mantiveram a homofonia do timbre vocálico: como na antiga poesia francesa, a assonância afectava unicamente o consonantismo (ou semiconsonantismo).

## Apêndices

### Apêndice 1: Lista das rimas iniciadas por *e* e por *o*

As rimas iniciadas por *e* e por *o* são, em ordem alfabética, estas:

1) **Rimas iniciadas pela vogal *e*** (que fonologicamente pode ser *é* /'ɛ/ ou *ê* /'e/ ou *e* /'e/): *é* /'ɛ/, *ê* /'e/, *êa* /'eal/, *êa* /'eɲal/, *êas* /'eas/, *êas* /'eɲas/, *êça* /'etsal/, *êce* /'etsel/, *êcem* /'etsen/, *êces* /'etses/, *êco* /'ɛkol/, *êço* /'etsol/, *êda* /'edat/, *êde* /'edel/, *êdes* /'edes/, *êdes* /'edes/, *êdo* /'edol/, *êdo* /'edol/, *êdra* /'ɛdra/, *êe* /'eel/, *êem* /'een/, *êes* /'ees/, *êes* /'eɲes/, *êgo* /'egol/, *êgua* /'egwal/, *ei* /'ej/, *eiga* /'ejgal/, *eira* /'ejral/, *eiras* /'ejras/, *eiro* /'ejrol/, *eiros* /'ejros/, *eis* /'ej/, *eita* /'ejtal/, *eite* /'ejtel/, *eito* /'ejtol/, *eitos* /'ejtos/, *eivos* /'ejvos/, *eixe* /'ejxel/, *eixo* /'ejjol/, *eja* /'eʒal/, *ejas* /'eʒas/, *ejo* /'eʒol/, *él* /'el/, *él* /'el/, *éla* /'elal/, *éla* /'elal/, *élas* /'elas/, *êlha* /'eʃal/, *êlhas* /'eʃas/, *êlho* /'eʃol/, *êlhos* /'eʃos/, *élo* /'elol/, *élo* /'elol/, *êlos* /'elos/, *em* /'en/, *em-e* /'eɲe/, *emos* /'ɛmos/, *êmos* /'emos/, *ênas* /'enas/, *ença* /'entsal/, *enda* /'endat/, *ende* /'endet/, *endo* /'endol/, *enha* /'eɲal/, *enho* /'eɲol/, *êno* /'enol/, *ens* /'ens/, *enta* /'ental/, *entas* /'entas/, *ente* /'entel/, *entes* /'entes/, *ento* /'entol/, *entos* /'entos/, *éo* /'eol/, *êo* /'eol/, *êo* /'eɲol/, *ér* /'er/, *êr* /'er/, *éra* /'eral/, *êra* /'eral/, *êram* /'eran/, *êram* /'eran/, *êrdes* /'erdes/, *êres* /'eres/, *êrmos* /'ermos/, *êrna* /'ernal/, *êrno* /'ernol/, *êro* /'erol/, *êrom* /'eron/, *êrom* /'eron/, *êrra* /'eral/, *êrro* /'erol/, *érta* /'ertal/, *érto* /'ertol/, *érva* /'erval/, *érvas* /'ervas/, *êrvia* /'ervjal/, *és* /'es/, *ês* /'es/, *êsa* /'ezal/, *êscas* /'eskas/, *êsco* /'eskol/, *êso* /'ezol/, *êssa* /'esal/, *êsse* /'esel/, *êsse* /'esel/, *êsem* /'esen/, *êsem* /'esen/, *êsses* /'eses/, *êsta* /'estal/, *êsta* /'estal/, *êste* /'estel/, *êstes* /'estes/, *êstes* /'estes/, *êta* /'etal/, *ête* /'etel/, *ête* /'etel/, *êu* /'ew/, *êu* /'ew/, *êus* /'ews/, *êva* /'eval/, *êz* /'edz/, *êza* /'edzal/, *êzas* /'edzas/.

2) **Rimas iniciadas pela vogal *o*** (que pode ser *ó* /'ɔ/ ou *ô* /'ol/ ou *o* /'o/): *ôa* /'oal/, *ôa* /'oɲal/, *ôas* /'oas/, *ôbre* /'ɔbrel/, *ôbres* /'ɔbres/, *ôces* /'otses/, *ôda* /'odal/, *ôde* /'odel/, *ôe* /'oel/, *ôes* /'oɲes/, *ôgo* /'ogol/, *ôi* /'oj/, *ôira* /'ojral/, *ôiro* /'ojrol/, *ôiros* /'ojros/, *ôita* /'ojtal/, *ôitas* /'ojtas/, *ôito* /'ojtol/, *ól* /'ol/, *ôlas* /'olas/, *ôle* /'ole/, *ôlhos* /'olhos/, *ôlo* /'olol/, *om* /'on/, *om-e* /'oɲe/, *ôma* /'omal/, *ômba* /'onbal/, *ôme* /'ome/, *ôme* /'ome/, *ômo* /'omol/, *onda* /'ondal/, *ondas* /'ondas/, *onde* /'ondel/, *ondo* /'ondol/, *ongo* /'ongol/, *onha* /'oɲal/, *ôno* /'onol/, *onta* /'ontal/, *onte* /'ontel/, *ontes* /'ontes/, *onto* /'ontol/, *ôo* /'ool/, *ôo* /'oɲol/, *ôos* /'oos/, *ôpem* /'open/, *ôr* /'or/, *ôr* /'or/, *ôra* /'oral/, *ôra* /'oral/, *ôram* /'oran/, *ôre* /'ore/, *ôres* /'ores/, *ôres* /'ores/, *ôro* /'orol/, *ôrre* /'ore/, *ôrta* /'ortal/, *ôrte* /'ortel/, *ôrto* /'ortol/, *ôrto* /'ortos/, *ôs* /'os/, *ôsa* /'ozal/, *ôsas* /'ozas/, *ôsco* /'oskol/, *ôso* /'ozol/, *ôsos* /'ozos/, *ôssa* /'osal/, *ôssos* /'osol/, *ôste* /'ostel/, *ôsto* /'ostol/, *ôta* /'otal/, *ou* /'ow/, *oua* /'owal/, *ouca* /'owkal/, *ouco* /'owkol/, *ouço* /'owtsol/, *oulhe* /'owxel/, *oume* /'owmel/, *ouro* /'owrol/, *ouros* /'owros/, *ous* /'ows/, *ouza* /'owzal/, *ouzas* /'owzas/, *ousses* /'owswel/, *ouve* /'owvel/, *ôvo* /'ovol/, *ôxa* /'oʃal/, *ôz* /'odz/, *ôzes* /'odzes/.

### Apêndice 2: Rimas com neutralização fonológica de timbre

1) Em sílaba travada pelo arquifonema nasal /N/; portanto, /'en/ e /'on/.

Deste modo, não apresentam diferente grau de timbre vocálico as rimas seguintes:



*em l'en/, ença l'entsa/, enda l'enda/, ende l'ende/, endo l'endol/, ens l'ens/, enta l'enta/, entas l'entas/, ente l'ente/, entes l'entes/, ento l'entol/, entos l'entos/, om l'on/, omba l'onba/, onda l'onda/, ondas l'ondas/, onde l'onde/, ondo l'ondol/, ongo l'ongol/, onta l'onta/, onte l'onte/, ontes l'ontes/, onto l'ontol/.*

Assinalo a seguir, para cada uma destas rimas, as principais palavras rimantes:

**em l'en/:** *além* adv., *alguém* indef., *almazém* s.m., *amém* adv., *aquém* adv., *argém* s.m., *avém* P3 pres., *Beleém* top., *bem*<sub>1</sub> s.m., *bem*<sub>2</sub> adv., *brem* s.m., *Çocodévém* (?) top., *convém*<sub>1</sub> s.m., *convém*<sub>2</sub> P3 pres., *dem* P6 pres. subj., *desavém* P3 pres., *destém* s.m., *destém* P3 pres., *detém* P3 pres., *ém* adv., *falimém* s.m., *feramém* adv., *gafém* s.f., *Jaém* top., *Jerusalém* top., *ligeiramém* adv., *mantém* P3 pres., *porém* adv., *quem*<sub>1</sub> relat., *quem*<sub>2</sub> interr., *rem*<sub>1</sub> s.f., *rem*<sub>2</sub> indef., *Santarém* top., *sém* s.m., *tem*<sub>1</sub> P3 pres., *tem*<sub>2</sub> P2 imperat., *tristém* s.f., *vem*<sub>1</sub> P3 pres., *vem*<sub>2</sub> P2 imperat., *veramém* adv., *veroyamen* adv. [provençal].

**ença l'entsa/:** *atrevença* s.f. (e outros substantivos em *-ença*), *mença* P3 pres. subj., *Oliveença* top., *Proença* top., *sença* P3 pres. subj., *vença* P3 pres. subj., etc.

**enda l'enda/:** *aprenda* P3 pres. subj., *atenda* P1 e P3 pres. subj., *comenda*, *comenda*<sub>2</sub> P3 pres., *comprenda* P1 pres. subj., *contenda* s.f., *defenda* P1 e P3 pres. subj., *emenda*<sub>1</sub> s.f., *emenda*<sub>2</sub> P3 pres., *emprenda* P1 pres. subj., *encomenda* s.f., *entenda* P1 e P3 pres. subj., *fazenda* s.f., *leenda* s.f., *merenda* s.f., *oferenda* s.f., *Ousenda* antrop. f., *prebenda* s.f., *prenda* P1 e P3 pres. subj., *quejenda* indef. f., *renda* s.f., *tenda* s.f., *venda*<sub>1</sub> s.f., *venda*<sub>2</sub> P3 pres. subj.

**ende l'ende/:** *alende* adv., *atende* P3 pres., *contende* P3 pres., *daquende* adv., *decende* P3 pres., *defende* P3 pres., *despense* P3 pres., *emende* P3 pres. subj., *ende* adv., *entende* P3 pres., *fende* P3 pres., *merende* P3 pres. subj., *porende* adv., *prende* P3 pres., *recende* P3 pres., *rende* P3 pres., *reprende* P3 pres., *revende* P3 pres.

**endo l'endol/:** *acomendo* P1 pres., *acorrendo* (e muitas outras formas de gerúndio da 2ª conjug.), *aprendo* P1 pres., *comendo* P1 pres., *defendo* P1 pres., *enmendo* P1 pres., *entendo* P1 pres., *Meendo* antrop. m., *rendo* P1 pres., *vendo* P1 pres.

**ens l'ens/:** *Cunctipotens* adj. lat., *Ourens'* = *Ourense* top.<sup>20</sup>

**enta l'enta/:** *acrecenta* P3 pres., *ementa* P3 pres., *enmenta* P3 pres., *escaenta* P3 pres., *escarmenta* P3 pres., *genta* adj. f., *Muimenta* top., *oitaenta* num., *parenta* s.f., *quaraenta* / *quareenta* num., *senta* P1 pres. subj., *sergenta* s.f., *sessenta* num., *setaenta* num., *setenta* num., *tenta* P3 pres., *tormenta*<sub>1</sub> s.f., *tormenta*<sub>2</sub> P3 pres.

<sup>20</sup> Na época trovadoresca a terminação *-ns* /*ns*/ não formava ainda parte do sistema fonológico da língua: não existiam palavras terminadas em *-ns*, pelo menos na língua comum. No entanto, a aparição desta rima numa cantiga de Afonso X justifica-se pela conjugação de vários factores: 1) foi forçada pelo vocábulo latino *Cunctipotens*, tomado da liturgia; 2) para isso o autor teve que praticar no topónimo *Ourense* a apócope da vogal final, fenómeno este que era normal em castelhano mas anómalo em galego-português: isto explica-se num trovador de fala castelhana como o rei Afonso X; 3) ocorre numa cantiga de escárnio, onde a contravenção das normas podia ajudar a aumentar o carácter lúdico do poema. Note-se ademais a pronúncia oxítónica da palavra latina, como acontece com outros latinismos em rima (*Brutus*, *Colistanus*, *Moysi* e *triclínium*, e igualmente nos grecismos *Aioz* e *kyrieleison*).

**entas l'entas/:** *quatrocentas* num., *quinhentas* num., *tormentas* s.f., *trezentas* num.

**ente l'ente/:** *abertamente* adv. (e outros advérbios em *-mente*), *arente* s.m., *argente* s.m., *Benavente* top., *caente* adj., *ciente* s.m., *Clemente* [*Sam ~*] antrop. m., *contenente* s.m., *Crecente* top., *creente* adj., *Cremente* antrop. m., *dente* s.m., *desmente* P3 pres., *doente* adj., *emete* adv., *emossente* (?) adj. (?), *enment' e = enmente + e* conj. copul., *entendente* part., *gente* s.f., *maldizente* part., *mantenente* adv., *mantentent' e = mantenente* adv. + *e* conj., *mente* P3 pres., *mente* s.f., *negrigente* adj., *niente* indef., *obediente* adj., *omnipotente* adj., *ouriente* s.m., *parente* s.m., *presente* adj., *pungente* adj., *remordente* s. (?), *repente* P3 pres., *sente* P3 pres., *sergente* s.m., *serpente* ablat. lat., *servente* s.m., *te)ente* adj., *Vicente* [*Sam ~*] antrop. m.

**entes l'entes/:** *ardentes* part., *creentes* part., *dentes* s.m., *descreentes* part., *doentes* s.m., *ferventes* part., *gentes* s.f., *maldizentes* part., *mentes* s.f., *obedientes* adj., *parentes* s.m., *presentes*<sub>1</sub> s.m., *presentes*<sub>2</sub> adj., *pungentes* part., *sergentes* s.m., *te)entes* part.

**ento l'ento/:** *apoderamento* s.m. (e outros substantivos em *-mento*), *arento* s.m., *Avento* s.m., *balorento* adj., *cento* num., *comprimento* s.m., *convento* s.m., *cousimento* s.m., *emento* P1 pres., *ongüento* s.m., *Sarmento* antrop. m., *tento* s.m., *vento* s.m., etc.

**entos l'entos/:** *acorrimentos* s.m. (e outros substantivos em *-mentos*), *duzentos* num., *medorentos* adj. m. pl., *oitocentos* num., *quinhentos* num., *trezentos* num., *ventos* s.m., *xermentos* s.m., etc.

**om l'on/:** *aguilhom* s.m., *algodom* s.m. (e muitos outros substantivos, masculinos e femininos), *bom* adj., *felom* adj., *nom* adv., *perdom* P3 pres. subj., *pom* P3 pres., *som* P6 pres., etc.

**omba l'onba/:** *comba* adj.f., *lomba* s.f., *Tomba* top.

**ondas l'ondas/:** *fondas* adj.f.pl., *ondas* s.f.pl.

**onde l'onde/:** *conde* s.m., *confonde* P3 pres.

**ondo l'ondo/:** *avondo* indef., *fondo*<sub>1</sub> s.m., *fondo*<sub>2</sub> adj.m., *redondo* adj.m.

**ongo l'ongo/:** *alongo* P1 pres., *Valongo* top.

**onta l'onta/:** *conta* s.f., *fronta* s.f.

**onte l'onte/:** *conte* P1 pres. subj., *fonte* s.f., *fronte* s.f., *monte* s.m.

**ontes l'ontes/:** *fontes* s.f., *montes* s.m.

**onto l'onto/:** *conto*<sub>1</sub> s.m., *conto*<sub>2</sub> P1 pres., *ponto* s.m.

- 2) Quando *e* ou *o* tónicos vão seguidos pela consoante palatal /ʒ/. Acontece isto nas rimas *eja l'eʒa/*, *ejas l'eʒas/*, *ejo l'eʒo/*:

**eja l'eʒa/:** *deseja* P3 pres., *egreja* s.f. (com as variantes *eigreja* e *igreja*), *enveja* s.f., *faroneja* P3 pres., *peleja*<sub>1</sub> s.f., *peleja*<sub>2</sub> P3 pres., *rabeja* P1 pres., *seja* P1 e P3 do pres. de subj., *sobeja* adj. f., *veja* P1 e P3 do pres. de subj., *veja[-/mo-la]* = *veja-mos* P4 pres. subj. + *la* art. def.f.

**ejas l'ezas/:** *envejas* s.f.pl., *igrejas* s.f.pl., *sejas* P2 pres. subj.

**ejo l'ezol:** *antejo* s.m. 'entejo', *desejo*<sub>1</sub> s.m., *desejo*<sub>2</sub> P1 pres., *entejo* s.m., *mejo* P1 pres., *sejo* P1 pres., *sobejo* adj., *vedejo* s.m. (castelhanismo) 'guedelha', *vejo* P1 pres.

- 3) Quando *e* ou *o* tónicos vão seguidos pela nasal palatal /ɲ/. Assim, nas rimas *enha l'ɛna/*, *enho l'ɛno/*, *onha l'ɔna/*:

**enha l'ɛna/:** *Belenha* top., *berengenha* s.f., *desdenha* P3 pres., *detenha* P3 pres. subj., *emprenha* P3 pres., *tenha* P3 pres. subj., *venha* P3 pres. subj.

**enho l'ɛno/:** *tenho* P1 pres., *venho* P1 pres.

**onha l'ɔna/:** *aponha* P3 pres. de sub., *besonha* s.f., *Bolonha* top., *çamponha* s.f., *Catalonha* top., *Colonha* top., *Gasconha* top., *menzonha* s.f., *Monçonha* top., *Onha* top., *Osonha* top., *ponha* P3 pres. subj., *risonha* adj., *Sansonha* top., *sonha* P3 pres., *Toronha* top., *vergonha* s.f.

- 4) Quando *e* ou *o* tónicos vão seguidos pela nasal velar /ŋ/. Isto acontece naquelas rimas em que *e* e *o* levam o til de nasalidade<sup>21</sup>: *ẽa l'ɛŋa/*, *ẽas l'ɛŋas/*, *ẽes l'ɛŋes/*,

<sup>21</sup> Com respeito às vogais escritas com til de nasalidade em textos trovadorescos, parto de dous pressupostos metodológicos que não é agora momento de justificar em detalhe mas que, embora sejam simplesmente hipóteses de trabalho, considero mais coerentes com os dados da nossa história lingüística do que as teorias alternativas. 1) A primeira dessas duas hipóteses de trabalho é que todas as vogais da língua trovadoresca são fonologicamente orais: embora possam aparecer mais ou menos nasalizadas fonicamente por contacto com uma consoante nasal (explosiva ou implosiva), tal nasalização carece de relevância fonológica. De resto, essa é também a interpretação que penso deve dar-se à situação actual em todo o domínio da língua portuguesa, contrariamente à ideia –mais divulgada entre gramáticos e filólogos– de que existem vogais nasais em português –ideia provocada talvez mais que nada pela miragem do uso ortográfico do til de nasalidade sobre as letras vogais–: as supostas «vogais nasais» da língua moderna não são senão uma sucessão, no discurso, de duas unidades fonológicas: [vogal + o arquifonema consonântico nasal implosivo /N/]; vejamos-se, por exemplo, os argumentos de Mattoso Câmara (1976: 36-37, 48-50, e 1977: 67-72, 82, 109-111) e de Moraes Barbosa (1965: 91-104) em favor desta interpretação fonológica. Esse par fonológico ocorre na língua moderna somente em posição pré-consonântica interior (por exemplo, *vinde* l'viNde/) ou em fim de vocábulo (*fim* l'fiN/); portanto sempre em posição implosiva (embora na realidade muitos desses casos em fim de vocábulo se transformem no discurso, mercê à fonética sintáctica, em ocorrências em posição explosiva). O sistema fonológico medieval apresentava ademais o mesmo fenómeno também em posição intervocálica interior de vocábulo, onde se realizava como nasal velar [ŋ] (a qual pervive ainda na pronúncia popular do artigo indefinido feminino ['uŋa], geral não só na Galiza mas também popularmente no resto do território lingüístico). Portanto, mediante o til representa-se não uma vogal nasal mas uma vogal (oral) seguida do fonema consonântico nasal, que em posição intervocálica se realiza como velar [ŋ]. 2) A segunda hipótese de trabalho é que, vista a estrutura silábica da língua, essa consoante nasal velar intervocálica [ŋ] representada pelo til tinha de ser, na época medieval, um fonema consonântico em posição explosiva, isto é, que iniciava sílaba; portanto, formava sílaba com a vogal seguinte (como hoje em ['ũŋã], *ũa* na grafia medieval), e não com aquela sobre a qual vai colocado o til. O sistema ortográfico resulta algo enganoso neste caso (para a situação fonológica medieval, mais ainda que para a actual): assim, o substantivo *mão* (hoje monossílabo: l'mawN/ na pronúncia luso-brasileira, e l'maN/ e l'maw/ e mesmo l'ma/ nos falares da Galiza) era bissílabo na época medieval, como mostra a métrica, e seria silabicamente l'ma-ŋo/.

*ẽo l'ẽno/, ða l'õna/, ðas l'õnas/, ðes l'õnes/, ðo l'õno/*; e igualmente nas rimas que represento graficamente como *em-e l'ẽne/, e om-e l'õne*<sup>22</sup>:

**ẽa l'ẽna/**: *alhẽa* adj.f., *arẽa* s.f., *avẽa* s.f., *cadẽa* s.f., *cẽa*<sub>1</sub> s.f., *cẽa*<sub>2</sub> P3 pres., *chẽa* adj.f., *cordovẽa* s.f., *estrẽa* P3 pres., *frẽa* (?) P3 pres., *Leirẽa* top. 'Leiria', *Lucẽa* top. 'Lucena (Córdoba)', *pẽa* s.f., *Sẽa* top., *vẽa* s.f.

**ẽas l'ẽnas/**: *amẽas* s.f.pl., *arẽas* s.f.pl., *cadẽas* s.f.pl., *pẽas* s.f.pl., *vẽas* s.f.pl.

**ẽes l'ẽnes/**: *bẽes* s.m., *tẽes* P2 pres., *vẽes* P2 pres.

**ẽo l'ẽno/**: *alhẽo* adj.m., *avẽo* P3 perf. do vrb. *avñir*, *chẽo* adj.m., *fẽo* s.m., *quinzẽo* num. ord. m., *sẽo* s.m., *setẽo* num. ord. m., *Terrẽo* [Mar ~] top.m., *vẽo* P3 perf. do vrb. *vñir*.

**õa l'õna/**: *abaldõa* P3 pres., *Ambrõa* top., *apregõa* P3 pres., *bõa* adj., *borõa* s.f., *corõa* s.f., *dõa* s.f., *galarõa* P3 pres., *infañõa* s.f., *ladrõa* s.f., *leõa* s.f., *Lisbõa*

<sup>22</sup> Nestas rimas *em-e* e *om-e* trata-se sempre de casos de *-e* paragógico; isto, é, de palavras rimantes nas quais o arqui fonema nasal /N/ em fim de vocábulo recebeu o acrescento de um *-e* paragógico, que mudou a estrutura silábica da rima. Adoptei essa grafia com *m-e* para conservar mais claramente a identificação visual com as palavras-base, terminadas em *-m*; mas a verdade é que fonologicamente essa grafia é inadequada e pode resultar enganosa. Se a minha interpretação fonológica é correcta, seria mais exacta uma representação gráfica mediante til (portanto, *ẽe*, *õe*); e não porque o til resulte fonologicamente apropriado para a língua medieval, mas porque assim ficaria claro que também estas duas rimas *em-e* e *om-e* pertencem, no que diz respeito ao tratamento da vogal tónica, à série das que representamos com til. Em coerência com estouta série poderíamos pois adoptar a grafia *ẽe* e *õe*; seria o que nos veríamos obrigados a fazer se ocorressem com palavras rimantes não só vocábulos com *-e* paragógico mas formas como *cẽe*, do verbo *cẽar*, ou *sõe*, do verbo *sõar*, que, segundo creio, no sistema fonológico medieval poderiam rimar com as que represento como *em-e* e *om-e* respectivamente. Seria ademais coerente com a representação gráfica da rima *ẽes*; a este respeito, não deixa de ser significativo que os três vocábulos rimantes em *ẽes* (*bẽes* s.m., e as formas verbais *tẽes* e *vẽes*) sejam os mesmos que achamos aqui, agora sem *-s* final, rimando novamente entre si: *bem-e*, *tem-e*, *vem-e*. Os mss. das *CSM* (*E* 115, *T* 115, *U* 55) transcrevem *-ene*, e assim edita também Mettmann (*bene*, *tene*, *vene*); mas esta transcrição deve ser interpretada como uma tentativa, por parte dos escribas medievais, de representação aproximada e imperfeita da nasalidade velar [ŋ]. Embora a nasalidade velar intervocálica fosse um fenómeno fonético muito frequente tanto em fonética sintáctica (consoante nasal final de palavra /N/ + vogal inicial da palavra seguinte) como em fonética da palavra (representada habitualmente mediante o til sobre a vogal precedente, como fica explicado), o caso do *-e* paragógico deveu de produzir embaraço nos escribas a respeito da sua representação gráfica. A nasalidade final de vocábulo (o arqui fonema /N/) ante pausa ou ante palavra iniciada por vogal não se realizava como alveolar [n] mas como velar [ŋ]; claro está que esta realização fonética não podia variar ao adir-se o *e* paragógico, elemento ocasional que a consciência do falante interpreta claramente como eventual e que não modifica a preexistente conformação fonética da palavra afectada. Quando se trata doutras consoantes finais, como *-l* ou *-r*, a representação gráfica do *-e* paragógico não precisa de nenhum artifício especial: podemos escrever simplesmente, por exemplo, *male*, *Portugale*, *dare*, *pecare*, *mare* (vocábulos que ocorrem de facto em posição de rima na poesia trovadoresca). Mas no caso da nasal o assunto é diferente. Como a grafia *-ene* resulta desorientadora porque sugere que se trata de realização alveolar [n] quando na realidade é velar [ŋ], para evitar malentendidos julgo preferível assumir outro sistema de representação gráfica do fenómeno: poderia talvez adoptar-se a grafia *-mh-*, que se pode abonar em textos medievais e é também usada por alguns modernamente na Galiza para representar a pronúncia velar, habitual na fala da Galiza, do artigo indefinido feminino (*umha*, *umhas*, *algunha*, *algunhas*, *nengmha*, *nengumhas*); mas finalmente decido-me pelo uso do hífen pelas razões apontadas.

e *Lixbõa* top., *nõa* s.f., *padrõa* s.f., *Padrõa* antrop.f. (?), *perdõa* P3 pres., *pessõa* s.f., *razõa* P3 pres., *sõa*<sub>1</sub> P3 pres., *sõa*<sub>2</sub> P2 imperat., *varõa* s.f.

**õas /'õas/:** *bõas* adj., *cochõas* s.f., *dõas* s.f., *infançõas* s.f., *pessõas* s.f., *varõas* s.f.

**ões /'ões/:** plurais de substantivos terminados em *-om*, masculinos e femininos (alguns deles aumentativos): *arções* s.m., *arlotões* s.m., *barões* s.m., *bastões* s.m., *beeijões* s.f., *bolsões* s.m., *cabrões* s.m., *çapatões* s.m., *carvões* s.m., etc.

**õo /'õo/:** *bõo* adj.m., *sõo* P1 pres., *trõo* s.m.

**em-e /'ene/:** três vocábulos terminados em *-em* mais *-e* paragógico: *bem-e* s.m., *tem-e* P3 pres., *vem-e* P3 pres.

**om-e /'õne/:** vocábulos terminados em *-om* mais *-e* paragógico: *Cantom-e* antrop.m. (*Pero Cantom-e*), *Gordom-e* antrop.m. (*Dom Palaio de Gordom-e*), *Leom-e* top., *Orzelhom-e* top., *Palaio de Gordom-e* antrop.m., *Pero Cantom-e* antrop.m., *sazom-e* s.f., *tapom-e* s.m., *vençom-e* s.f.

- 5) Quando *e* ou *o* tónicos formam sílaba com a semivogal da mesma série; isto é, nos ditongos decrescentes *ei* e *ou* (mas não em *éu*, *êu*, nem provavelmente em *ói*, *ôi*). Portanto, todas as rimas iniciadas por *ei* e por *ou* apresentam um único timbre vocálico; são as seguintes: *ei /'ej/*, *eiga /'ejgal/*, *eira /'ejral/*, *eiras /'ejras/*, *eiro /'ejrol/*, *eiros /'ejros/*, *eis /'ejsl/*, *eita /'ejta/*, *eite /'ejtel/*, *eito /'ejtol/*, *eitos /'ejtos/*, *eivos /'ejvos/*, *eixe /'ejxel/*, *eixo /'ejjol/*; *ou /'ow/*, *oua /'owal/*, *ouca /'owkal/*, *ouco /'owkol/*, *ouço /'owtsol/*, *oulhe /'owxel/*, *oume /'owmel/*, *ouro /'owlol/*, *ouros /'owlos/*, *ous /'owsl/*, *ousa /'owzal/*, *ousas /'owzas/*, *ousse /'owsel/*, *ouve /'owvel/*:

**ei /'ej/:** *acabarei* (e muitas outras formas de P1 fut.), *acabei* (e muitas outras formas de P1 perf.), *Candarei* top., *dei* P1 perf., *hei* P1 pres., *lei* s.f., *mei* pron. lat., *rei* s.m., *sei* P1 do pres., *tornei* s.m., etc.

**eiga /'ejgal/:** *manteiga* s.f., *meiga* s.f., *taleiga* s.f., *Veiga* top.

**eira /'ejral/:** *arteira* adj. (e muitos outros adjectivos em *-eira*), *azinhaeira* s.f. (e muitos outros substantivos em *-eira*), *cheira* P3 pres., *feira* P3 pres. subj., *queira*<sub>1</sub> P1 pres. subj., *queira*<sub>2</sub> P3 pres. subj., etc.

**eiras /'ejras/:** *arteiras* adj. (e muitos outros adjectivos em *-eiras*), *barreiras* s.f. (e muitos outros substantivos em *-eiras*).

**eiro /'ejrol/:** *arreiro* s.m. (e muitos outros substantivos em *-eiro*), *arteiro* adj. (e muitos outros adjectivos em *-eiro*), *conqueiro* P1 pres., *fazzeiro* s.m., *refeiro* P1 pres.

**eiros /'ejros/:** *arteiros* adj. (e muitos outros adjectivos em *-eiros*), *carneiros* s.m. (e muitos outros substantivos em *-eiros*).

**eis /'ejsl/:** *leis* s.f., *reis* s.m., *seis* num. card.

**eita /'ejta/:** *asseita* P2 imperat., *dereita* adj., *encolheita* part., *escolheita* part., *espreita* P3 pres., *feita* part., *seita* s.f., *sospeita* s.f., *tolheita* part., *treita* part.

**eite /'ejtel/:** *azeite* s.m., *arreite* adj., *deite* P3 pres. subj., *espeite* P3 pres. subj., *leite* s.m., *preit'e* = *preito* s.m. + *e* conj., *tragazeite* s.m.

**eito l'ejto/:** *afeito* adv., *Beeito* antrop. m., *be)eito* adj., *congeito* s.m., *contreito* part., *deito* P1 pres., *deleito* s.m., *dereito*<sub>1</sub> s.m., *dereito*<sub>2</sub> adj., *desfeito* part., *despeito* s.m., *eito* [a ~] loc. adv., *encolheito* part., *endeito* P1 pres., *escolheito* part., *esco-rreito* part., *estreito*<sub>1</sub> s.m., *estreito*<sub>2</sub> adj., *feeito* s.m., *feito*<sub>1</sub> s.m., *feito*<sub>2</sub> part., *jeito* s.m., *leito* s.m., *maltreito* part., *odeito* part., *peito*<sub>1</sub> s.m., *peito*<sub>2</sub> 'paga', *preito* s.m., *proveito* s.m., *retreito* part., *sospeito* P1 pres., *teito* s.m., *tolheito* part., *trasgeito* s.m.

**eitos l'ejtos/:** *contreitos* adj., *desafeitos* adj., *feitos*<sub>1</sub> s.m., *feitos*<sub>2</sub> part., *maltreitos* adj., *preitos* s.m., *sojeitos* s.m.

**eivos l'ejvos/:** *çofeiros* adj., *trei-vos* = *trei* P5 (!) imperat. com pron. *vos* enclít.

**eixe l'ejje/:** *feixe* s.m., *leixe* P5 pres. subj., *peixe* s.m., *queixe* P3 pres. subj.

**eixo l'ejjo/:** *queixo* P1 pres., *soqueixo* s.m.

**ou l'ow/:** formas de P1 do pres. de indicat. (*dou*, *estou*, *vou*) e formas de P3 do perf. de verbos da 1ª conjug. (*abalou*, *acabou*, *acalçou*, *achou*, *acomendou*, etc.), *brou* s.m., *Badalhou* top., *Campou* top., etc.

**oua l'owa/:** formas de P3 do pret. perf. + *a* pron. pess. f. enclítico: *apresentou-a*, *de)ostou-a*, *errou-a*, etc.

**ouca l'owka/:** *louca* adj.f., *pouca* adj. indef. f., *touca* s.f.

**ouco l'owko/:** *louco* adj.m., *pouco* indef.m., *rouco* adj.m.

**ouço l'owtso/:** *cuabouço* s.m. (?), *Louço* antrop. m., *ouço* P1 pres., *touço* s.m.

**oulhe l'owke/:** formas de P3 do pret. perf. + *lhe* pron. pess. enclítico: *pesou-lhe*, *preguntou-lhe*, *rogou-lhe*.

**oume l'owme/:** formas de P3 do pret. perf. + *me* pron. pess. enclítico: *asseitou-me*, *errou-me*.

**ouro l'owro/:** *abesouro* s.m., *louro* adj.m., *mouro* s.m., *ouro* s.m., *tesouro* s.m., *Touro* top.

**ouros l'owros/:** *betouros* s.m.pl., *louros* adj.m.pl., *mouros* s.m.pl., *tesouros* s.m.pl., *touros* s.m.pl.

**ous l'ows/:** *babous* s.m.pl., *dous* num. card., *grous* s.m.pl., *sous* poss. m.pl. 'seus'.

**ousa l'owza/:** *cousa* s.f., *ousa* P3 pres., *pousa* P3 pres., *Sousa* top.

**ousas l'owzas/:** *cousas* s.f.pl., *ousas* P2 pres.

**ousse l'owse/:** formas de P3 do pret. perf. + *se* pron. pess. enclítico: *levantou-se*, *maravilhou-se*, *sinou-se*.

**ouve l'owve/:** formas de P3 de perf. forte: *houve*, *jouve*.

### Apêndice 3: Parelhas de rimas

#### *é l'ɛ/, ê l'ɛ/*

*é l'ɛ/*: *aloé* s.m., *aque* adv., *avé* interj., *Çalé* top., *dé* P3 pres. subj., *e* conj. (?), *é* P3 pres., *fé* s.f., *Loulé* top., *palafre* s.m., *pé* s.m., *per-é* P3 pres., *Salomé* [Maria ~] antrop. f., *sé* P3 pres.

*ê l'ɛ/*: *crê* P3 pres. indicat., *dê* P3 pres. subj., *ja-quê* indef., *mercê* s.f., *que* conj., *quê* interr., *porquê* interr., *se* conj. condic., *vê* P3 pres. indicat.

#### *édes l'ɛdes/, êdes l'ɛdes/*

*édes l'ɛdes/*: *medes* P2 pres., *pedes* P2 pres.

*êdes l'ɛdes/*: o substantivo *paredes* s.f.pl., e formas verbais de P5 do pres. de indicat. de verbos da 2ª conjug. (*apôedes*, *ascondedes*, *atendedes*, *caedes*, *comedes*, *cometedes*, *conhocedes*, etc.), de fut. de todos os verbos (*acharedes*, *assanharedes*, *barataredes*, *conhoceredes*, *dormiredes*, etc.), e de pres. de subj. da 1ª (*achedes*, *acomendedes*, *afiquedes*, *ajudedes*, *alonguedes*, *ascoitedes*, *bailedes*, *case-des*, *cavalguedes*, *coitedes*, *confiedes*, etc.).

#### *élo l'elo/, êlo l'elo/*

*élo l'elo/*: *caelo* ablat. lat. de *caelum / caeli* s.n., 6 *castelo* s.m.

*êlo l'elo/*: *Alvelo* antrop. m., *cabelo* s.m., *capelo* s.m., *elo* pron., e várias ocorrências de infinitivo com pronome enclítico: *fazê-lo*, *havê-lo*, *querê-lo*, *tragê-lo*, *vendê-lo*.

*êlos l'elos/*: *cabelos* s.m., *camelos* s.m., *elos* pron. pess. [castelhanismo?], *metê-los* e *torcê-los* inf. com pron. enclít.

#### *émos l'emos/, êmos l'emos/*

*émos l'emos/*: formas de P4 do perfeito forte: *fezemos*, *houvemos*.

*êmos l'emos/*: formas verbais de P4 do pres. de indicat. de verbos da 2ª conjug. (*acorremos*, *atendemos*, *avorrecemos*, *caemos*, *conhocemos*, etc.), do pret. perf. de verbos da 2ª conjug. (*aprendemos*, *perdemos*), de fut. de indic. de todos os verbos (*acabaremos*, *acharemos*, *amaremos*, *diremos*, *faremos*, etc.), e de pres. de subj. da 1ª conjug. (*aventuremos*, *bailemos*, *cheguemos*, *demos*, etc.).

#### *ér l'er/, êr l'er/*

*ér l'er/*: *Alanquer* top., *aloguer* s.m., *mester* s.m., *molher* s.f., *Mompesler* top., *quer* P3 pres., *Santander* top., *segrer* s.m., *senher*<sub>1</sub> s.m., *senher*<sub>2</sub> s.f., *volonter* adv., formas do futuro de subjuntivo forte (*adusser*, *aprouguer*, *disser*, *fezer*, *podér*, etc.), indefinidos e advérbios compostos com a forma verbal *quer* (*a como quer*, *ondequer*, *qualquer*, etc.).

*êr l'er/*: formas de infinitivo, por vezes substantivadas, ou de futuro de subjuntivo de verbos da 2ª conjugação (*abranger*, *acaecer*, *acender*, *acolher*, *acorrer*, *acreer*, *adoecer*, *adormecer*, etc.).

**éra l'ɛra/, êra l'ɛra/**

*éra l'ɛra/*: *era* P3 de imperf. do vrb. *seer*, *fera* adj. f., e formas do mais-que-perf. forte (*adussera*, *dera*, *dissera*, *fezera*, *houvera*, *podera*, etc.).

*êra l'ɛra/*: *cera* s.f., e formas do do mais-que-perfeito da 2ª conjug. (*bevera*, *cose-  
ra*, *morrera*, *nacera*, *perdera*, etc.).

**éram l'ɛran/, êram l'ɛran/**

*éram l'ɛran/*: *eram* P6 imperf., e formas da P6 do do do mais-que-perfeito forte (*fezeram*, *houveram*, *jouveram*, *manteveram*, *poseram*, *preseram*, *trouxeram*, *veeram*).

*êram l'ɛran/*: formas de P6 do mais-que-perf. da 2ª conjug.: *encolheram*, *mete-  
ram*.

**érom l'ɛron/, êrom l'ɛron/**

*érom l'ɛron/*: formas de P6 do pret. perf. forte: *creverom*, *derom*, *desfezerom*, *deteverom*, *disserom*, *fezerom*, etc.

*êrom l'ɛron/*: formas de P6 do pret. perf. da 2ª conjug.: *colherom*, *conhocerom*, *correrom*, *crecerom*, *desbolverom*, *mergerom*, *meterom*, etc.

**ésse l'ɛsel/, êsse l'ɛsel/**

*ésse l'ɛsel/*, *êsse l'ɛsel/*: *Jesse* antrop. m., *messe* s.f., e formas do imperf. de subj. forte (*désse*, *dissesse*, *estevesse*, *fezesse*, *houvesse*, *podesse*, etc.).

*êsse l'ɛsel/*: *esse* demonstr., e formas verbais do imperf. de subj. da 2ª conjug. (*acorresse*, *ardesse*, *atendesse*, *bevesse*, *caesse*, *comesse*, *conhocesse*, *contecesse*, *creesse*, *doesse*, etc.).

**éssem l'ɛsen/, êssem l'ɛsen/**

*éssem l'ɛsen/*: formas de P6 do imperf. de subj. forte (*dessem*, *detevessem*, *dissessem*, *estevessem*, *fezessem*, *houvessem*, *podessem*, etc.).

*êssem l'ɛsen/*: formas de P6 do imperf. de subj. da 2ª conjug.: *guarecessem*, *morressem*.

**ésta l'ɛsta/, êsta l'ɛsta/**

*ésta l'ɛsta/*: *festa* s.f., *gesta* s.f., *mãefesta* adj., *presta* P3 pres., *sesta* s.f., *testa* s.f.

*êsta l'ɛsta/*: *aquesta* demonstr., *besta* s.f., *comesta* part., *desta* contr., *vesta* P3 pres. subj.

**éstes l'ɛstes/, êstes l'ɛstes/**

*éstes l'ɛstes/*: formas da P5 do perf. forte (*composestes*, *déstes*, *dissestes*, *este-  
vestes*, *fezestes*, *houvestes*, etc.).



*êstes l'êstes/*: *daquestes* contr. da prep. *de* + *aquestes* demonstr., *estes* demonstr., e formas da P5 do perf. da 2ª conjug. (*aprendestes*, *bevestes*, *cometestes*, *conhocestes*, *fodestes*, etc.).

**éu l'ew/, êu l'ew/**

*éu l'ew/*: *Andreu* antrop. m., *deu* P3 perf., *encreu* adj., *eu* pron. pess., *Galisteu* top., *greu* adj., *Iseu* antrop. f., *judeu* s.m., *lheu* adv., *Mateu* antrop. m., *meu* poss., *romeu* s.m., *seu* poss., *teu* poss., *vergeu* s.m.

*êu l'ew/*: *sandeu* adj. m., e formas de P3 do perf. de verbos da 2ª conjug. (*acaeceu*, *acendeu*, *acolheu*, *aconteceu*, *acorreu*, *adoeceu*, *adormeceu*, *anoiteceu*, *apercebeu*, *aprendeu*, *ardeu*, etc.).

**óme l'ome/, ôme l'ome/**

*óme l'ome/*: *come* P3 pres., *fome* s.f., *home* s.m., *ricome* s.m.

*ôme l'ome/*: *dome* P3 pres. subj., *nome* s.m., *tome* P3 pres. subj.

**óra l'oral/, ôra l'oral/**

*óra l'oral/*: *ancora* P3 pres., *chora* P3 pres., *demora*<sub>1</sub> s.f., *demora*<sub>2</sub> P3 pres., *desora* s.f., *fora* adv., *hora* s.f., *lavora* P3 pres., *Lora* top., *mora*<sub>1</sub> s.f., *mora*<sub>2</sub> P3 pres., *Mora* top., *ora* P3 pres. e P2 imperat., *ora* adv., *ora*[-/çom] s.f.

*ôra l'oral/*: *agora* adv., *Çamora* top., *Gomora* top., *senhora* s.f.

**ôres l'ores/, ôres l'ores/**

*ôres l'ores/*: *chores* P2 pres. de subj., *demores* P2 pres. de subj.

*ôres l'ores/*: plural de substantivos e adjectivos terminados em *-or* (*alvores* s.m., *amargores* s.m., *amores* s.m., etc.) e de comparativos (*maiores*, *meores*, *melhores*), *fores* P2 do fut. subj. do vrb. *ir*.

## Referências bibliográficas

- Barbosa, J. Morais (1965): *Études de phonologie portugaise* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar).
- Bertolucci Pizzorusso, V. (1963): *Le poesie di Martin Soares* (Bolónia: Libreria Antiquaria Palmaverde).
- Bertolucci Pizzorusso, V. (1992): *As poesías de Martin Soares* (Vigo: Editorial Galaxia).
- Brea, M. (coord.) (1996): *Lírica profana galego-portuguesa: Corpus completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica* (Santiago de Compostela: Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias “Ramón Piñeiro”).

- Câmara Jr., Mattoso, J. (1976): *Estrutura da língua portuguesa* (Editora Vozes: Petrópolis, 7ª ed.).
- Câmara Jr., Mattoso, J. (1977): *Para o estudo da fonêmica portuguesa* (Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 2ª ed.).
- Cunha, C. Ferreira da (1982): *Estudos de Versificação Portuguesa (Séculos XIII a XVI)* (Paris: Fundação Gulbenkian).
- Cunha, C. [Ferreira da] (1988): “Sobre a evolução ortoépica das formas *ledo* e *leda*”, em Kremer, D. (ed.): *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*: 221-236 (Tubinga: Max Niemeyer Verlag).
- Cunha, C. Ferreira da (1991): «Valor das grafias *-eu* e *-eo* do século XIII ao século XVI», em VV.AA., *Estudos Portugueses: Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*: 913-927 (Lisboa: DIFEL [Difusão Editorial, Lda.]).
- D’Heur, Jean-Marie (1973): «Nomenclature des troubadours galiciens-portugais (XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles), table de concordance de leurs chansonniers, et liste des *incipit* de leurs compositions», em: *Arquivos do Centro Cultural Português* 7: 17-100 [= D’Heur, Jean-Marie (1975): *Recherches internes sur la lyrique amoureuse des troubadours galiciens-portugais (XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles): contribution a l’étude du «corpus des troubadours»*: 10-93 (Liège)].
- Ferreiro, M. (1997): *Gramática histórica galega, II: Lexicoloxía* (Santiago de Compostela: Edicións Laiovento).
- Lang, Henry R. (1894): *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal zum ersten Mal vollständig herausgegeben und mit Einleitung, Anmerkungen und Glossar versehen* (Halle a. S.: Niemeyer).
- Lapa, M. Rodrigues (1970): *Cantigas d’escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses: 2ª edição, revista e acrescentada* (Vigo: Editorial Galaxia).
- Lapa, M. Rodrigues (1981): *Lições de Literatura Portuguesa: Época Medieval; 10ª edição revista pelo autor* (Coimbra: Coimbra Editora).
- Lapa, M. Rodrigues (1982): *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval* (Coimbra: Imprensa da Universidade).
- Maia, Clarinda de Azevedo (1986): *História do Galego-Português: Estudo linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)* (Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica).
- Mettmann, W. (1989): Alfonso X, el Sabio, *Cantigas de Santa María: Edición, introducción y notas de Walter Mettmann*. 3 tomos. Tomo 3. (Madrid: Editorial Castalia).

- Montero Santalha, J.-M. (2000): *As rimas da poesía trovadoresca galego-portuguesa: catálogo e análise* (Tese de doutoramento inédita. Universidade da Corunha. Área de Filología Galega e Portuguesa).
- Mussafia, A. (1983): «Sull' antica metrica portoghese: Osservazioni», em *Scritti di filologia e linguistica a cura di Antonio Daniele e Lorenzo Renzi*: 302-340 (Pádua: Editrice Antenore).
- Nunes, José Joaquim (1926-1928): *Cantigas d' Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses. Edição crítica, acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário*. 3 volumes. (Coimbra: Imprensa da Universidade).
- Nunes, José Joaquim (1932): *Cantigas d' Amor dos Trovadores Galego-Portugueses. Edição crítica, acompanhada de introdução, comentário, variantes, e glossário* (Coimbra: Imprensa da Universidade).
- Riquer, M. (1983): *Los trovadores: historia literaria y textos* (Barcelona: Editorial Ariel).
- Tavani, G. (1967): *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese* (Roma: Edizioni dell' Ateneo).
- Víñez, A. (1989): «Rimario del *Cancioneiro da Ajuda*», *Cuadernos de Filología Románica*, 1: 55-143.
- Víñez, A. / Sáez, J. (1997): “Un rimario de las cantigas de amigo”, em Lucía Megías, J. M. (ed.): *Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Alcalá de Henares, 12-16 de septiembre de 1995)*. Vol 2: 1.589-1.598 (Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá).

---

# O contributo dos descobrimentos na ampliação vocabular da língua portuguesa\*

---

Natália Pires

Escola Superior de Educação de Coimbra

## Resumo:

Hoje em dia, parece bastante óbvio que toda e qualquer sociedade evolui graças aos contactos, quaisquer que sejam, que mantém com as demais sociedades. Assim, partindo deste pressuposto e de uma breve contextualização, ao longo do artigo pretende-se dar a conhecer algum do vocabulário, fruto de contactos mais ou menos prolongados entre portugueses e outros povos de além-mar, introduzido na Língua Portuguesa durante a diáspora.

## Palabras chave:

Descobrimientos, contactos, línguas, ampliação, léxico.

## Abstract:

*Nowadays it seems pretty obvious that any given society develops thanks to whatever contacts it maintains with other societies. Therefore, bearing this in mind and contextualizing the subject, this article has the intention to bring to the surface some of the vocabulary resulting from more or less lengthened contacts between Portuguese and other people overseas. This vocabulary was introduced in the Portuguese language during the diaspora.*

## Key words:

*(Portuguese) discoveries, contacts, languages, amplification, lexicon.*

## 0. Introdução

No passado dia 22 de Abril de 2000, comemorou-se o quingentésimo aniversário da chegada da nau comandada por Pedro Álvares Cabral à Terra de Vera Cruz, hoje conhecida como Brasil.

No entanto, ao comemorar-se a expansão marítima portuguesa, não raras vezes se dissocia a expansão histórico-social da expansão linguística como se de apartados independentes se tratassem, esquecendo-se, por um lado, que os homens que parti-

---

\* O artigo aqui apresentado tem por base a palestra, com o mesmo título, proferida no Centro Cultural Português do Instituto Camões em Vigo, no dia 27 de Abril de 2000, à qual foram feitas algumas alterações.

ram em busca do desconhecido usaram a sua língua para comunicar com as novas culturas e omitindo-se, por outro lado, a importância que possui o contacto entre culturas na ampliação lexical e no desenvolvimento de uma língua e, conseqüentemente, omitindo, ainda, o maior legado da expansão portuguesa herdado pelas gerações actuais: a língua.

Neste sentido, tendo por base o conhecimento implícito e/ou explícito dos movimentos migratórios da história da humanidade e das suas implicações linguísticas, seguir de perto, ainda que por breves instantes, a lusa odisseia e o tipo de contactos mantidos com os diferentes povos entre 1415 e 1542 ou, se se preferir, entre 1415 e 1974, talvez nos revele que a história social de um povo se reflecte de modo inegável na sua história linguística, pelo que esta última nunca poderá estudar-se ou analisar-se sem ter em conta a primeira, ou seja, o estudo diacrónico de uma língua terá, obrigatoriamente, em conta a história social e política dos seus falantes.

Assim, o meu objectivo é identificar quais os vocábulos que deram entrada na língua portuguesa, variante do continente europeu, durante a expansão marítima, mais especificamente entre 1415 e 1750<sup>1</sup>, sendo fruto do contacto mais ou menos prolongado com outras civilizações, e que ainda hoje se mantêm na língua sem que o falante, na maioria dos casos, seja consciente da sua origem.

Para cumprir este, talvez, ambicioso fim, a metodologia utilizada consistiu, *grosso modo*, em, primeiramente, tomar conhecimento, através dos estudos dados à estampa, das opiniões dos investigadores que se debruçaram sobre o assunto e, posteriormente, com base nessas informações e não descurando os exemplos fornecidos, a partir de dois dicionários da Língua Portuguesa, nomeadamente o de José Pedro Machado (Machado 1991) e o de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, conhecido simplesmente como Aurélio e, por isso, referenciado sempre como (Aurélio 1999), o qual possui informação etimológica para todas as entradas, seleccionar o léxico relacionado principalmente com a fauna, a flora, os utensílios, costumes e, ainda, sempre que possível, relacionado com a antroponímia e a toponímia específicas

---

<sup>1</sup> A selecção do período a estudar poderá parecer arbitrária, todavia, corresponde, em termos históricos, a três momentos política e economicamente importantes e decisivos não só para as futuras opções político-económicas do Reino, mas também para a expansão linguística: de 1415 a 1557, ou seja, desde a conquista de Ceuta até à morte de D. João III, período que corresponde ao auge da expansão marítima, da expansão no Norte de África e da expansão económica; de 1557 a 1640, isto é, desde o período de regências durante a menoridade de D. Sebastião, incluindo o seu desaparecimento em Alcácer Quibir e a anexação com Espanha, até à restauração da independência, que corresponde ao início do declínio económico do império português; finalmente, de 1640 a 1750, ou seja, desde a restauração da independência até à morte de D. João V, período que corresponde ao esforço dos monarcas por reequilibrar economicamente a balança do Reino, apostando na colonização da Terra de Vera Cruz, onde se descobrem as minas de ouro e diamantes do Brasil e o período culmina com a chegada ao Poder de Marquês de Pombal, ministro de D. José I, que aposta, pela primeira vez, no desenvolvimento económico do Reino em detrimento das colónias.

dos locais com os quais os portugueses contactaram durante a diáspora dos séculos XV a XVIII. Finalmente, feita a selecção, confrontá-la com os exemplos fornecidos pelos autores e averiguar no dicionário etimológico de Antônio Geraldes da Cunha (Cunha 1998) qual a sua origem.

Provavelmente, não terá sido a metodologia mais adequada para abordar o tema e obter conclusões totalmente fidedignas; no entanto, em virtude da impossibilidade de consultar todos os documentos escritos da época, pois, além de alguns estarem desaparecidos ou não se encontrarem em bibliotecas portuguesas, analisar o seu vocabulário e comprovar a sua permanência actual na língua não seria uma investigação rápida de se fazer. Há que ter em conta, ainda, que muitos dos estudos, ou melhor, das descrições das novas culturas feitas pelos europeus só se verificariam no séc. XIX com o desenvolvimento do romantismo, por isso, creio ter sido a metodologia possível.

Mesmo assim, ao longo da concretização da investigação desenvolvida, da qual seguidamente se apresenta uma modesta síntese, muitas foram as dificuldades que surgiram. Por um lado, o facto de a pesquisa se ter efectuado enquanto me encontrava como leitora do Instituto Camões na Universidade da Corunha restringiu de imediato a bibliografia consultada; por outro lado, a maior parte dos estudos dados à estampa sobre o assunto não só é proveniente do Brasil, como se debruça quase exclusivamente sobre os tupinismos e africanismos aí usados, sendo parcas as referências aos vocábulos de origem oriental e árabe. No que toca aos arabismos, frequentemente é abordado conjuntamente o léxico legado durante a ocupação da Península Ibérica e aquele que entra na língua após o início da expansão marítima sem qualquer indicação do momento de entrada. Outra dificuldade, não menos importante, é o facto de o dicionário etimológico mais importante da língua portuguesa, e que foi basilar para a investigação, ser de origem brasileira e não possuir entradas para algum do vocabulário seleccionado.

À medida que, no ponto 2, for sendo apresentada a resenha da pesquisa efectuada, apresentar-se-ão, em nota de rodapé, as observações julgadas pertinentes e no final do ponto 3 da bibliografia citada.

Contudo, antes de apresentar o resumo da pesquisa parece pertinente referir, embora de modo muito sucinto, os momentos primordiais da expansão marítima portuguesa e o tipo de contactos mantidos com as populações ao longo dessa expansão para mais facilmente se entender o tipo de vocabulário importado e, também, a receptividade, ou não, dos falantes do português face às novas realidades nomeadas uma vez que, tal como nos diz Serafim da Silva Neto, “as palavras, pronunciadas por uma só pessoa, não sobrevivem. As palavras só têm história porque a colectividade as repete” (Neto 1992: 48).

## 1. A Diáspora

Quando, em 1385, D. João I sobe ao trono, pondo fim à primeira crise de sucessão dinástica da História de Portugal, a expansão marítima é inevitável. O novo monarca herda um reino cuja independência havia sido reconhecida em 1143 pelo Tratado de Zamora<sup>2</sup> e cujas fronteiras praticamente se definem em 1249<sup>3</sup>, e herda, ainda, não só uma nobreza que, muito embora esteja disposta a apoiá-lo, está ávida de títulos nobiliárquicos, pois não os recebe há cerca de cem anos, mas também o conflito político com o reino de Castela, criado pelo anterior monarca, D. Fernando, ao imiscuir-se na conquista do reino de Granada com o intuito desesperado de contentar a nobreza.

Deste modo, as soluções políticas da segunda dinastia encontravam-se claramente (pré)definidas: urgia contentar a nobreza e, perante as circunstâncias, a única solução viável era obter o apoio da Santa Sé no projecto de cristianização dos infiéis serracenos do Norte de África e, dado o avalo por parte de Roma, em 1415, conquista-se Ceuta.

A descoberta acidental, em 1419, do arquipélago inabitado da Madeira permitiu “dar terra” a nobres e terá suscitado a curiosidade no sentido de prosseguir a “busca” de territórios desabitados e, pela primeira vez, se redefine o já falso objectivo inicial de proselitismo. À medida que as viagens de exploração da costa ocidental de África se tornam mais frequentes, estas fazem-se, cada vez mais, aparentemente aos olhos dos restantes reinos cristãos europeus, com o intuito de difundir a Fé Cristã e, na realidade, com a finalidade de encontrar os produtos comercializados pelos árabes no Mediterrâneo ou descobrir novos produtos comercializáveis, redefinindo-se assim, desde os primeiros anos de expansão marítima, o falso objectivo proselitista. E à medida que avança a expansão, sobretudo com a subida ao trono de D. João II em 1481, o apregoado proselitismo já não consegue camuflar o objectivo comercial de chegar ao centro produtor de especiarias por mar, ou seja, à Índia, de modo a que possam comercializar-se na Europa a mais baixo preço.

Excluindo de imediato a polémica recentemente suscitada de se se deve falar de Descobertas ou Achamentos ou de Descobertas e Achamentos de acordo com o território a que se faz referência, ou seja, se se deveria falar de descobrimento no caso de um território deserto e de achamento no caso de um território povoado, por não ser pertinente para o presente estudo, entre 1419, data da descoberta do arquipélago da Madeira, e 1488, data da dobragem do Cabo das Tormentas, rebaptizado

---

<sup>2</sup> No Tratado de Zamora, além do reconhecimento do título de monarca a D. Afonso Henriques, define-se que a expansão territorial do novo reino apenas poderia efectuar-se em direcção a sul, sendo as fronteiras redefinidas pelo Tratado de Alcanices em 1297.

<sup>3</sup> Data em que D. Afonso III conquistou Faro.

Cabo da Boa Esperança, os portugueses exploram unicamente o norte e a costa ocidental de África. Primeiramente, os portugueses contactam com toda a costa oriental de África e, através da expedição à Índia comandada por Vasco da Gama, com o Médio Oriente, posteriormente, ao aportarem, em 1500, na Terra de Vera Cruz, hoje Brasil, com um novo Continente e, finalmente, com o Extremo Oriente, ao chegarem à China e ao Japão, cumprindo o objectivo que norteava as expedições marítimas há cerca de um século.

Apesar de em 1542 os portugueses dominarem os dois oceanos, Atlântico e Índico, a política ocupacional determinada para os diversos territórios até essa data conquistados viria a depender exclusivamente da sua importância económica e viria a ser bastante distinta em cada região ocupada.

Economicamente, embora sejam de salientar a região da Mina e os laços político-económicos com o Reino do Congo, os produtos da costa ocidental de África oferecem pouca rentabilidade perante a importância que a Europa atribui aos produtos orientais. Assim, a política ocupacional portuguesa para o continente africano limita-se à edificação de Feitorias em locais onde se pode comercializar algum ouro ou que sejam fulcrais para o abastecimento dos navios durante as viagens ao oriente e só viria a alterar-se após a independência do Brasil (uma vez que essa independência representa, na época, a perda do grande suporte económico da metrópole) e, sobretudo, após o ultimato inglês de 1890 que obriga os portugueses a uma ocupação efectiva das possessões, que se manteve até 1974.

Apesar de os produtos africanos não se apresentarem rentáveis aos olhos dos portugueses quinhentistas, após a planificação do povoamento do Brasil e porque os senhores da terra se deparam com a falta de mão-de-obra devido à baixa densidade populacional existente em Portugal, descobre-se que a costa ocidental de África oferece um novo “produto”: essa mão-de-obra a baixo custo. Assim, as feitorias construídas tornam-se a partir de 1550 pontos nevrálgicos do tráfico de escravos, único produto que o território parecia oferecer ao mundo civilizado de então, funcionando o arquipélago de Cabo Verde como o “depósito da mercadoria” a levar para a Terra de Vera Cruz para trabalhar as terras e, acima de tudo, a comercializar com as restantes potências mundiais, nomeadamente franceses e holandeses e, mais tarde, ingleses.

O Brasil, ainda que descoberto oficialmente em 1500, só viria a conhecer um plano de colonização em 1530 e a ocupação do território só se verificaria a partir de 1532 com a chegada dos primeiros capitães donatários, chegando os jesuítas pouco tempo depois. Assim, a colonização do Brasil reveste-se de características especiais e diferentes das demais regiões e, da sua colonização, salienta-se o conflito gerado entre os capitães donatários e os jesuítas pela posse dos índios nativos.



Perante o lucro do comércio com o Oriente, a metrópole não poderia dispender de homens para a exploração do novo território, pelo que o Brasil, dividido horizontalmente em partes iguais, é entregue a Senhores da confiança do rei, D. João III, com o título de Capitães Donatários, os quais têm como obrigação, além de cultivar a terra, reconhecer anualmente território para Oeste do limite concedido. No entanto, da confiança do rei era, também, a recém criada e chegada a Portugal, em 1534, Ordem de Jesus, a quem é confiado o processo missionário das colónias.

Chegados ao novo território e autorizados pelos documentos régios, os capitães donatários obrigam os índios a trabalhar nos campos e nos engenhos de açúcar e procedem à importação da restante mão-de-obra necessária da costa ocidental de África, dando início ao tráfico de escravos. Contudo, mal os primeiros missionários jesuítas iniciam a evangelização, surge um conflito com os senhores da terra, pois os jesuítas defendem que, aos olhos de Deus, o indígena americano é diferente dos restantes povos com quem os portugueses contactam, defendem que o índio é mais passível de ser evangelizado que os demais povos e, por isso, não deverá ser escravizado, conseguindo convencer o rei da sua teoria. Assim, por interferência da Ordem de Jesus, os donatários perdem a posse sobre os índios, que passam a ser propriedade da Ordem que os educaria e, supostamente, os defenderia do trabalho duro das roças, ou seja, dos engenhos de açúcar. Perante esta situação de falta de mão-de-obra nativa para o trabalho das terras, os senhores passam a importá-la massivamente da costa ocidental de África.

Deste modo, na terra de Vera Cruz temos duas situações aparentemente distintas, mas na sua essência iguais: sob um pretexto de proselitismo que torna o índio diferente do negro aos olhos de Deus, a Ordem de Jesus escraviza os índios nas suas roças, ao passo que os senhores da terra escravizam, explicitamente, o negro africano.

No plano económico e até ao século XVIII, altura em que se descobrem as minas de ouro e diamantes, a importância do Brasil resume-se quase exclusivamente à produção de açúcar, suplantando, dada a sua extensão territorial e as suas condições climáticas, os índices produtivos do arquipélago da Madeira.

Apenas o Oriente, dada a sua importância económica, é alvo de uma forte ocupação territorial que só terminaria no dia 1 de Janeiro de 2000 com a entrega, à China, de Macau, o último reduto de colonização portuguesa no Oriente se se exceptuar a crítica situação de Timor, território abandonado em 1974 sem plano de autonomia algum.

Em 1498, Vasco da Gama concretiza, finalmente, o sonho de D. João II, que não pôde viver tempo suficiente para o ver, e chega a Calecut, principal porto pimenteiro da costa do Malabar dominado pelos muçulmanos. Até 1505, não se efectua

uma presença política permanente e as armadas permanecem ao longo da costa do Malabar, utilizando como base os portos aliados de Cananor e, sobretudo, Cochim. No entanto, as hostilidades, acentuadas depois da viagem de Pedro Álvares Cabral em 1501, e a violência existentes entre muçulmanos e portugueses saldaram-se-iam pelo estabelecimento da talassocracia portuguesa no Índico, cuja materialização e desenvolvimento se deve, especialmente, às opções políticas dos dois primeiros vice-reis nomeados, D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque que governam a região entre 1505/1509 e 1509/1515, respectivamente.

O primeiro, D. Francisco de Almeida, orienta a sua política no sentido de criar entrepostos comerciais fortes capazes de concorrer com os criados pelos muçulmanos. O segundo, Afonso de Albuquerque, baseia a sua política ocupacional na conquista de cidades importantes para o comércio, estendendo o poderio português desde o Golfo Pérsico, com a conquista de Ormuz, até ao Sueste asiático, Índia e Extremo Oriente, surgindo os primeiros contactos, a partir de Malaca, com as Molucas, Java, Siam e China. Por outro lado, Afonso de Albuquerque procura enraizar a presença portuguesa mediante uma política de casamentos mistos, com ampla liberdade religiosa e aligeirando a carga fiscal que tradicionalmente pesava sobre as populações.

Em 1515, está, *grosso modo*, configurado o domínio português do oceano Índico que viria a perdurar até ao século XVII, altura em que, sobretudo, os holandeses ocupam alguns territórios na região.

O Oriente oferece para comércio, além das especiarias sobejamente conhecidas na Europa, produtos de grande relevância como as drogas, ou seja, ervas medicinais, as madeiras preciosas, os têxteis de algodão fabricados na Índia, os cavalos árabes e persas, o ouro e o marfim da costa oriental da África e, aos poucos, tornam-se também importantes as sedas e porcelanas da China e do Japão.

Na realidade, a máxima de que a diáspora portuguesa dá “Novos Mundos ao Mundo” cumpre-se a partir de 1434 com a dobragem do Cabo Bojador por Gil Eanes visto que se infirmam todas as teorias greco-latinas e medievais que defendiam que o mundo acabava na região sub-saariana e que para além desta região só poderiam existir monstros vorazes, dragões de fogo preparados para engolir quem tivesse coragem de acercar-se às suas paragens e no caso de existir uma vida mais parecida com a humana, seriam antípodas ou antropóides que, ao contrário dos homens do mundo conhecido, andariam com as mãos e teriam as pernas para cima, um só olho ...

Os sucessivos contactos com populações desconhecidas da restante Europa, nomeadamente com a África negra e, mais tarde, com os índios sul-americanos, anunciavam ao velho continente a existência de sociedades (muito embora o termo socie-

dade só possa ser aplicável a partir do século XIX) com hábitos diferentes e com realidades quotidianas também elas diferentes, surgindo, desse modo, descrições pormenorizadas das civilizações, como é o exemplo da descrição do índio brasileiro presente na *Carta de Achamento do Brasil* de Pero Vaz de Caminha, dando-se início a um primeiro experiencialismo, ou melhor, ao “ver claramente visto” em palavras de Camões.

Se a máxima se confirma com os contactos com as novas culturas, também em termos linguísticos ela se verificaria uma vez que com a diáspora houve necessidade de nomear novas realidades desconhecidas até ao momento no velho continente, principalmente, realidades relacionadas com a fauna, a flora, os hábitos e costumes autóctones e se “a evolução linguística está intimamente ligada à evolução histórico-social: a rapidez ou a lentidão das transformações depende da estrutura da sociedade” (Neto 1992: 30), então, o tipo de contacto mantido entre os portugueses e as populações terá determinado o tipo de importação lexical versificada.

## 2. A Ampliação Vocabular

Toda e qualquer colectivo humano em qualquer momento da sua evolução histórica necessita contactar com outra sociedade para defender as fronteiras do seu território, para comercializar produtos, para se aliar contra um inimigo comum ou pelo simples facto de ser inerente ao ser humano a necessidade de partilhar experiências adquiridas, sendo possível descortinar um sem número de motivos que obrigam ao contacto entre culturas.

O contacto social, enquadrado em quaisquer situações de comunicação, supõe um contacto linguístico que, na realidade, é condicionado e determinado pelas situações de comunicação que motivam tal contacto social, ou seja, o contexto social determina o tipo de relação mantida entre as culturas em contacto que, por sua vez, determina o tipo de mutações linguísticas que poderão advir desses contactos. Por exemplo, do facto de dois povos necessitarem manter contactos económicos pode resultar uma relação de supremacia em que o mais forte domina o mais fraco, podendo, ou não, o povo dominado adquirir estruturas linguísticas do dominador, sendo o mais frequente a aquisição dessas estruturas<sup>4</sup>.

Por outro lado, os contactos linguísticos, dependendo dos contextos sociais em que ocorrem, podem “originar múltiplos resultados linguísticos, desde a morte de línguas até à criação de novas línguas, passando por situações intermédias de mixagem, de alternância” (Motta 1996:524).

---

<sup>4</sup> Para informações mais específicas veja-se Appel / Muysken (1996), Romaine (1996) e Motta (1996).

Partindo de elementos históricos da evolução das línguas, por exemplo das românicas, torna-se difícil imaginar que uma língua é de tal modo auto-suficiente que não necessita, em determinado momento da sua evolução, importar léxico de outra língua; no entanto, ainda que as palavras se possam importar com grande liberdade, esta importação não se faz de ânimo leve uma vez que é possível determinar com alguma exactidão os condicionantes sociais e culturais que obrigam à importação (Appel / Muysken 1996: 247).

Em relação ao léxico, Hermann Paul, estudioso de transição do séc. XIX para o XX, lembra que “a necessidade é o primeiro motivo da adopção de palavras de origem estrangeira. De acordo com isso, adoptam-se palavras para conceitos para os quais falta ainda uma designação na língua materna” (Paul 1970: 441).

Rodrigues Lapa acrescenta que “a história das palavras é muito caprichosa, também está sujeita a modas passageiras, mas quase se pode garantir que a maioria delas subsistirá” (Lapa 1984: 53) e, por seu turno, Serafim da Silva Neto afirma que “a vida social oscila entre a imitação dos antigos e a difusão das inovações” (Neto 1992: 30).

Deste modo, o vocabulário importado no tempo dos descobrimentos é absolutamente necessário para nomear as novas realidades com as quais se contacta, na sua maioria, desconhecidas até então da Europa e poder-se-á asseverar que, não apenas esse léxico, como todo o importado posteriormente de línguas europeias, se mantém quase na totalidade na língua portuguesa.

Hoje em dia, tendo em conta o seu conhecimento implícito, qualquer falante de qualquer língua parece capaz de fazer asserções sobre o vocabulário recentemente importado que utiliza no seu dia-a-dia, sem que seja necessariamente um especialista em linguística e muito menos em história da língua. Em relação aos falantes do português, é frequente que estes sejam conscientes do facto de a maior parte do vocabulário relacionado com a informática e todo o vocabulário referente aos desportos radicais, tão em voga, ter dado entrada há relativamente pouco tempo via inglês. Todos os portugueses que compram um computador pedem que se lhes instale o *software*, falam de *hardware* e de CPU (*Central Processing Unity*) e não de UCP (Unidade Central de Processamento). No que toca aos desportos radicais, todos os anos se realiza em terras lusas uma das provas do campeonato internacional de *Surf* e do de *Windsurf* e, na época balnear, os portugueses estão habituados a partilhar as praias não só com os *surfistas* e *windsurfistas*, mas também com os praticantes de *bodyboard* e a ouvir em certas estações de rádio se o mar está *flat* ou não. Cada vez mais se pratica, por exemplo, *bungee jumping*, *jumping*, *rappel*, *rafting*, *mountain bick* ou *moto-cross*.

Ainda muitos portugueses, no momento do uso, associam palavras como *abajur*, *carpete*, *controle*, *equipe*, *omelete* ou *maquete*, a título de exemplo, ao francês de

onde foram importadas, embora algumas já se encontrem aportuguesadas e dicionarizadas como *controllo*, *equipa*, *omeleta* e *maqueta*. Contudo, é bastante provável que dentro de cem anos os falantes percam a noção da origem quer destes galicismos, quer daqueles anglicanismos, tal como aconteceu com *barão* ou *massacre*, galicismos entrados no século XIX, tal como aconteceu com *ocular*, cultismo latino recuperado pelos homens da renascença, ou com *bule* do malaio, ou, também, com *garçon*, do francês e usado na Lírica Trovadoresca galego-portuguesa com o sentido de homem vil e posteriormente reimportado no século XIX com o sentido de rapaz que serve à mesa, entre muitos exemplos que poderiam ser citados.

Efectivamente, a língua comum aos dois reinos do oeste peninsular, o galego-português, recebe desde muito cedo influências de outras línguas, sobretudo do provençal e da langue d'oïl. Influências transpirinaicas estas que surgem graças às peregrinações a Santiago de Compostela, devido ao grande número de Ordens Religiosas franciscanas que se instalam em ambos os reinos aquando da reconquista, pelos contactos directos por motivos literários, nomeadamente com a Provença e, ainda, no caso específico de Portugal, devido à influência da corte de Borgonha<sup>5</sup>.

Não descurando a importância do período medieval no processo evolutivo dos primeiros séculos de afirmação da jovem língua, mas excluindo de imediato uma análise aprofundada nestas páginas, cujo objectivo é abordar a expansão lexical no tempo dos descobrimentos, no que se refere ao período aqui abordado, há que ter em conta que, imediatamente após o início da expansão marítima, genoveses, venezianos e catalães chegam a Portugal a convite do Infante D. Henrique<sup>6</sup>, visto que os seus conhecimentos cartográficos são imprescindíveis para a cartografia dos novos territórios descobertos, tornando-se, em troca da sua sabedoria, os responsáveis pela comercialização dos primeiros produtos da costa ocidental de África considerados válidos para comércio.

---

<sup>5</sup> Talvez valha a pena recordar que o pulsar cultural medieval da Península Ibérica se encontrava no noroeste, nos territórios compreendidos pela Galiza e Alto Minho e que Santiago de Compostela era, nesse tempo, um dos locais de peregrinação mais importantes da Europa, juntamente com Roma, Cantuária e o Monte de Saint Michel e, também, que devido à ascendência do Conde D. Henrique se fomentaram os laços de amizade entre a corte de Portugal e da Borgonha.

<sup>6</sup> Um dos cartógrafos mais importantes que colabora com a Escola de Sagres, embora por pouco tempo, é o maiorquino Jafudá Cresques, autor do *mapa mundi* mais antigo até hoje conhecido. Outro nome importante é o do navegador genovês António da Noli, responsável pela descoberta do arquipélago de Cabo Verde em 1460.

Assim, parece poder afirmar-se que a ampliação vocabular da língua portuguesa tem o seu início mais explícito no momento em que chegam a Portugal mercadores e cartógrafos genoveses, venezianos e catalães que participam no sonho português com os seus conhecimentos da arte de navegar e de cartografar<sup>7</sup> e que, por isso mesmo, nos legam inúmeros vocábulos fruto da sua experiência.

No que se refere ao estudo do léxico importado no período das descobertas, ao consultar um dicionário etimológico, é frequente verificar-se que os estudiosos se apegam às datas da primeira atestação dos vocábulos em documentos da época, mas, na realidade, apesar de se verificar um crescente empenho em trabalhar esses textos, ainda escasseiam estudos sobre textos quinhentistas, seiscentistas e setecentistas que analisem quer o novo vocabulário usado por esses autores, quer a origem desses vocábulos.

No entanto, no caso particular do léxico em análise nestas páginas, não parece plausível que a sua difusão se tenha feito exclusivamente graças aos escrivãos do império que, de longínquas paragens, nomeavam as novas realidades e as enviavam ao seu soberano. Se bem que esses textos sejam primordiais para a história da língua e contenham descrições dos usos e costumes dos povos, assim como bastante vocabulário desconhecido para a época, não deve esquecer-se que os novos produtos chegavam à metrópole já nomeados pelos intermediários régios que os compravam, tendo chegado até aos dias de hoje glossários que o confirmam<sup>8</sup>, pelo que quando surgem os primeiros textos com atestações lexicais novas é provável que quase todos, se não todos, os termos relacionados com os produtos comercializados já se encontrassem largamente difundidos e fossem usados quotidianamente pelos portugueses quinhentistas, seiscentistas e setecentistas, isto é, pelos marinheiros e pela gente residente na metrópole.

A corroborar esta ideia surge o facto de, quando os portugueses se lançam na aventura ultramarina, uma parte dos produtos orientais que pretendem comercializar ser já de há longa data do conhecimento dos Europeus através da Rota da Seda, explorada sucessivamente por romanos, árabes e genoveses e venezianos.

---

<sup>7</sup> Lembre-se que genoveses e venezianos, ao imiscuirem-se nas rotas comerciais do Mediterrâneo, desstituem os árabes do monopólio comercial que haviam mantido durante séculos e passam a dominá-las. A expansão comercial de Génova e Veneza durante os séculos XIII e XIV marca profundamente a Europa com a introdução de vocabulário relacionado com a navegação, comércio e banca (veja-se Lüdtke 1974).

<sup>8</sup> A título de exemplo, o glossário intitulado *Esta he a linguagem de Calecut* apresentado e comentado por Machado (1995: 191-204).

Assim, os portugueses partem “simplesmente” em busca dos produtos mais cotados no mercado europeu tais como:

Produto	Origem
cobre	latim (CUPRU-)
gingibre	latim (ZINGIBERU)
ouro	latim (AURU-)
noz moscada	latim (NUCE MUSCATA) <sup>9</sup>
pimenta	latim (PIGMENTA)
prata	latim (*PLATTA) <sup>10</sup>
safiras	grego → latim (SAPPHIRUS)
seda	latim (SAETA)
açúcar	árabe (AS-SUKKAR)
algodão	árabe (AL-QUTUN)
chamalote	francês <sup>11</sup> → Português
rubis	latim (RUBEUS) → catalão → Português <sup>12</sup>
canela	italiano → francês → Português
porcelana	chinês → italiano → Português
cravo	incerta <sup>13</sup>

Embora se venha a verificar a adopção de numerosos vocábulos não apenas referentes às especiarias e à área comercial.

## 2.1. Novamente o árabe

Apesar de os árabes haverem estado na Península Ibérica durante alguns séculos, dependendo da região, e haverem legado aos seus habitantes um infindável número de vocabulário relacionado com as mais diversas áreas, em especial referente à agricultura<sup>14</sup>, os portugueses voltariam a contactar com a cultura muçulmana não

<sup>9</sup> Étimo apresentado por Aurélio (1999).

<sup>10</sup> Em Ferreira (1997: 24) ao passo que Aurélio (1999) aponta como étimo PLATA do baixo latim.

<sup>11</sup> Talvez da langue d'oc.

<sup>12</sup> O seu étimo é, quer segundo Aurélio (1999), quer segundo Cunha (1992), RUBINU do latim medieval. Para Cunha (1992) a palavra entra na língua via catalão ou via francês, mas para Machado (1991) a palavra tem origem no Provençal.

<sup>13</sup> Tendo em conta a sua forma, talvez possua este nome por analogia com a forma do *cravo* (prego). Nesse caso, poderia possuir como étimo CLAUU.

<sup>14</sup> O legado cultural árabe à Península Ibérica talvez seja, hoje em dia, um dos campos mais estudados no âmbito da história da língua a par do legado romano.

apenas no Norte de África, onde conquistam algumas praças, mas também em toda a Costa Oriental e na Costa do Malabar, onde dominavam as rotas comerciais marítimas.

Devido a estas relações, nem sempre amistosas, pois os árabes não estavam dispostos nem a deixar conquistar as suas praças que continuavam a ser importantes entrepostos comerciais no Mediterrâneo, nem a perder a hegemonia sobre o monopólio das rotas comerciais do Índico, os portugueses importam vocabulário dos mais diversos âmbitos.

É de salientar que o léxico entrado na língua, fruto dessas relações, é, na sua maioria, de origem persa, surgindo, também, vocábulos de origem turca e oriental; porém, os homens quinhentistas decalcam, da palavra árabe, a forma a usar no português.

Alguns exemplos são:

Palavra	Origem
anil	persa → árabe → português
arroz	árabe → português
azulejo <sup>15</sup>	árabe → árabe hispânico → português
bazar <sup>16</sup>	persa → árabe → português
bazaruco	persa → português
bei <sup>17</sup>	turco → português
benjoim	árabe → português
cabaia	persa → árabe → português
carmesim	persa → árabe → árabe hispânico → português
ceroulas	árabe → português
faquir	árabe → português
gazela	árabe vulgar → português
girafa	árabe → italiano → português

<sup>15</sup> Apesar de a técnica do azulejo ter sido introduzida na Península Ibérica aquando da invasão muçulmana, apenas o sul de Espanha manteve a tradição. Em Portugal, a tradição de revestimentos a azulejo só foi recuperada a partir do séc. XV e a produção só se iniciou no séc. XVI. Durante um século compravam-se os azulejos em Sevilha e em Talavera.

<sup>16</sup> Segundo Cunha (1992) a palavra possui dois significados ambos de origem persa. Actualmente, os jovens utilizam a palavra com o significado de 'escapular-se'. Segundo Aurélio (1999) esta nova acepção será de origem angolana e, efectivamente, o sentido de 'escapular-se' entrou na língua portuguesa, variante do continente europeu, após os fluxos migratórios dos anos oitenta.

<sup>17</sup> Título dos oficiais superiores e altos funcionários otomanos.



Palavra	Origem
horda <sup>18</sup>	turco → português
jasmim	persa → árabe → francês → português
laca e lacre	sânscrito → persa → árabe → português
mameluco <sup>19</sup>	árabe → português
resma	árabe → português
salamaqueque <sup>20</sup>	árabe → português
sultão <sup>21</sup>	árabe → português
tafetá	persa → francês → português <sup>22</sup>
tâmara	árabe → português
tufão <sup>23</sup>	chinês → árabe → português
tulipa	turco → português
turbante	persa → turco → italiano → português
xá	persa → português
zarabatana	persa → árabe vulgar → português

## 2.2. Do médio e extremo Oriente

Da longa permanência portuguesa e dos contactos estabelecidos com diversas culturas dravídicas da costa do Malabar<sup>24</sup>, com as culturas malaia, chinesa e japonesa, os portugueses não importam apenas vocabulário relacionado com os produtos

<sup>18</sup> Segundo Cunha (1992) a palavra encontra-se atestada pela primeira vez em 1651 na obra *História Universal* de Fr. Manuel dos Anjos. A grafia actual da palavra deve-se à sua reentrada na língua via francês.

<sup>19</sup> O sentido original do vocábulo era o de ‘escravo’. A partir do séc. XVII passou a designar os filhos de índios com brancos.

<sup>20</sup> Em árabe significa a “paz esteja contigo” e já no séc. XIX a palavra possuía o significado de ‘saudação’ / ‘cumprimento exagerado’.

<sup>21</sup> O termo foi introduzido na língua logo no séc. XIII, mas a sua utilização só se difundiu após a chegada dos portugueses à Ilha de Moçambique.

<sup>22</sup> Embora segundo Cunha (1992) a palavra já se encontre atestada em português no séc. XVI.

<sup>23</sup> Aurélio (1999) e Cunha (1992) consideram que a palavra, se bem que de origem chinesa, entra via árabe. Apenas Machado (1991 e 1998: 49) considera que entra directamente do chinês.

<sup>24</sup> A realidade linguística da Índia é bastante complexa uma vez que se encontram, *grosso modo*, no sul línguas dravídicas, no centro o marata, sendo o hindustani, de origem persa, a língua mais falada a par do inglês que funciona, actualmente, como língua oficial. Assim, na costa do Malabar os portugueses contactaram não só com línguas dravídicas como o malabar, o tâmul, o telinga, o canarim, o malaiala e o tulo, mas também com a língua da Índia central, o marata.

comercializáveis, mas também algum léxico referente a outras áreas, salientando-se os contactos linguísticos com o Malaio, a língua oriental que mais contribuiu para a ampliação vocabular do português.

### 2.2.1. Do malaiala:

Palavra	Palavra
andor (sânscrito → malaiala → português)	areca <sup>25</sup>
bétel ou bétele	canja <sup>26</sup>
caxemira <sup>27</sup>	chatim
chita	corja <sup>28</sup>
jaca <sup>29</sup>	jangada (sânscrito → malaiala → português)
manga <sup>29</sup> (tâmul → malaiala → português)	pagode <sup>30</sup>
rajá <sup>31</sup>	samorim
teca	

### 2.2.2. Do tâmul:

Palavra	Palavra
catamarã	pária <sup>32</sup>

<sup>25</sup> Em relação à fauna e à flora é de salientar que todas as espécies conhecidas se encontram taxilogadas com vocábulos latinos mesmo que o étimo do seu nome corrente esteja em qualquer das línguas com que os europeus contactaram.

<sup>26</sup> No séc. XVI designava apenas arroz com água.

<sup>27</sup> O tecido recebe o nome do topónimo da cidade onde é fabricado em maior quantidade.

<sup>28</sup> No malaiala significa enfiada ou ramada, mas a palavra evoluiu semanticamente para multidão de pessoas desprezíveis.

<sup>29</sup> Os portugueses, tal como aconteceu com a cana do açúcar, são responsáveis pela introdução quer da jaqueira quer da mangueira no Brasil, onde as espécies se adaptaram sem dificuldades ao clima.

<sup>30</sup> Actualmente, a palavra é utilizada não só para designar os templos orientais, nomeadamente chineses, japoneses e birmaneses, mas também com o sentido de brincadeira, pândega.

<sup>31</sup> Não deixa de ser curioso que durante muitos anos em Portugal se utilizasse esta palavra para designar o actual gelado e nunhum dos dicionários da língua portuguesa se refira a esse facto.

<sup>32</sup> No sistema hindu, designa os indivíduos pertencentes às castas mais baixas e privadas de quaisquer direitos, no entanto, na língua portuguesa, a palavra é usada, sobretudo, para referir os excluídos da sociedade.

**2.2.3. Do marata:**

Palavra	Palavra	Palavra
bengala <sup>33</sup>	bogari <sup>34</sup>	jambo

**2.2.4. Do malaio:**

Palavra	Palavra	Palavra
ailanto	amouco	babirusa <sup>35</sup>
beliche <sup>36</sup>	beriberi	bule
cacatua	cananga	cassa
casuar	chávena	China
juncos <sup>37</sup>	lancha	mandarim
mangostão	orangotango	pândan
pangolim	papua	pires
rotim ou rota	sagu	salangana
tael	varela	veniaga

**2.2.5. Do chinês<sup>38</sup>:**

Palavra	Palavra	Palavra
canga <sup>39</sup>	chá	charão
ganga <sup>40</sup>	leque	

<sup>33</sup> Do topónimo Bengala, onde se fabricava um tecido de seda e lã trazido para a Europa.

<sup>34</sup> A origem da palavra parece bastante controversa. Cunha (1992) informa que a sua origem é o concani-marata, derivada do sânscrito. Aurélio (1999) indica apenas a sua derivação do sânscrito para o concani. Mas, Machado (1998: 50) não tem dúvidas em indicá-la como de origem marata.

<sup>35</sup> Segundo Cunha (1992) só a partir de 1858 o animal é sobejamente divulgado na Europa, no entanto, já em 1561, Gabriel Rebelo informa da existência de um porco ao qual nascem chifres.

<sup>36</sup> A sua origem é obscura para Cunha (1992) que, mesmo assim, propõe com hesitações o malaio. Machado (1998: 50) não hesita em considerá-lo malaio.

<sup>37</sup> Referente a uma embarcação, pois a planta possui um étimo de origem latina.

<sup>38</sup> Ao falar-se de chinês há que ter em conta que o mosaico linguístico não corresponde ao território político, pois sob a égide política da China agrupam-se, pelo menos, cinco línguas distintas: chinês, tibetano, birmanês, manchu e mongol. Assim, o vocabulário de origem chinesa será seguramente da região costeira do Mar da China com a qual os portugueses mantiveram contacto.

<sup>39</sup> No sentido de jugo usado para prender os bois pelo pescoço e ligá-los ao arado a palavra é de origem celta, todavia, a um instrumento de tortura utilizado pelos chineses foi dado o nome de canga, talvez por influência do jugo dos bois.

<sup>40</sup> Quer para Machado (1998:49), quer para Cunha (1992) o tecido é originário da china e, consequentemente, o seu étimo. Contudo, a palavra possui outros significados cada um deles de origem diferente e, curiosamente, pode ser também sinónimo de canga.

### 2.2.6. Do japonês:

Palavra	Palavra	Palavra
biombo	bonzo	catana
quimono	xintó <sup>41</sup>	xogum

## 2.3. Tupinismos e africanismos

Tal como ficou referido atrás, no ponto 1, os portugueses só voltaram o olhar para África aquando da necessidade de mão-de-obra escrava para trabalhar nas roças, pelo que, apesar dos contactos culturais e comerciais já existentes entre portugueses e africanos, dos quais surgem vocábulos relacionados com a flora e a fauna autóctones, a maior parte do vocabulário de origem africana entra na língua portuguesa via Terra de Vera Cruz.

Convivendo tupinismos, africanismos e português num mesmo território, seria de esperar a enorme importância daqueles para a ampliação lexical do português, contudo, verifica-se que o contributo dos africanismos para a ampliação vocabular do português parece ter sido mínimo, sobretudo se comparado com o contributo dos tupinismos. Menor se torna esse contributo se comparadas a variante do português do Brasil e a do de Portugal, não deixando de ser curioso que muito do vocabulário de origem africana usado no Brasil é desconhecido dos portugueses ou está em fase de entrada na língua via telenovela.

De salientar é, também, o facto de, mesmo no Brasil, os tupinismos estarem presentes na toponímia, na antroponímia, na fauna e na flora, ao passo que os africanismos se encontram, principalmente, ao nível das crenças religiosas, mantidas na obscuridade durante séculos pelos escravos.

### 2.3.1. Tupinismos

a) Topónimos		
carioca	Ceará	Ipanema
Maracanã	Maranhão	Niterói
Paraíba	Pernambuco	Tijuca

<sup>41</sup> Desta palavra deriva xintoísmo.

**b) Antropónimos, conhecidos actualmente em Portugal através das telenovelas**

Iraci Moema	Jacira	Jurema
----------------	--------	--------

**c) Flora**

abacaxi cajá cipó mandioca pitanga	ananás caju jacarandá mangaba tapioca	aipim capim jenipapo maracujá
--	---	--

**d) Fauna**

arara jaguar piranha saguim tatu	capivara jararaca <sup>42</sup> piripiri <sup>43</sup> sucuri tucano	jacaré jibóia sabiá tamanduá urubu
--	--	--

**e) Vocábulos relacionados com a vida quotidiana**

típoia		
--------	--	--

**2.3.2. Africanismos**

Palavra	Origem	Palavra	Origem
banana <sup>44</sup> batuque	ioruba <sup>45</sup>	banza berimbau <sup>46</sup>	quimbundo

<sup>42</sup> A palavra é reconhecida em Portugal por influência das telenovelas e pelo uso que aí lhe é dado de pessoa má.

<sup>43</sup> Diferente da malagueta da Guiné.

<sup>44</sup> A palavra é seguramente de origem africana, no entanto, os investigadores não propõem uma língua específica.

<sup>45</sup> Apenas Cunha (1992) sugere a sua origem.

<sup>46</sup> Cunha (1992) sugere que o vocábulo talvez seja de origem africana. Machado (1998:49) indica-o como africanismo e Aurélio (1999) indica-o como quimbundismo.

Palavra	Origem	Palavra	Origem
bunda	quimbundo	cachimbo	quimbundo
cacimba	quimbundo	caçula <sup>47</sup>	quimbundo
candomblé	ioruba	capanga <sup>48</sup>	
carimbo	quimbundo	iemanjá	ioruba
inhame <sup>49</sup>		ioruba	ioruba
liamba <sup>50</sup>		lundu <sup>51</sup>	
macaco		marimba	quimbundo
macumba	quimbundo	mandinga <sup>52</sup>	mandinga
maxixe	quimbundo	mocambo	quimbundo
molambo	quimbundo	moleque <sup>53</sup>	quimbundo
moqueca <sup>54</sup>	quimbundo	muamba <sup>55</sup>	quimbundo
ogum	ioruba	orixá	ioruba
quilombo	quimbundo	quimbundo	quimbundo
quitanda	quimbundo	quizila	quimbundo
samba <sup>56</sup>		soba	quimbundo
tanga	quimbundo	zumbi	quimbundo

#### 2.4. Vocábulos ameríndios entrados através do espanhol

Muito embora os manuais de História nos tenham feito crer que os reinos da Península Ibérica, nomeadamente Portugal e Castela, sempre viveram de costas voltadas, tal parece não ter-se verificado exactamente desse modo. Por um lado, não podem ignorar-se as alianças conseguidas através do casamento de príncipes de um e outro lado. Por outro lado, uma parte da literatura quinhentista e seiscentista é, também, exemplo da união ibérica de então.

<sup>47</sup> O vocábulo é usado apenas no Brasil para designar o irmão ou irmã mais novos.

<sup>48</sup> É seguramente de origem africana, mas os autores não indicam qualquer língua.

<sup>49</sup> Cunha (1992) e Machado (1998: 49) afirmam que são africanos, mas não propõem nenhuma língua. Aurélio (1999) indica como possível origem o ioruba ou o mandinga.

<sup>50</sup> Apenas Aurélio (1999) afirma que o vocábulo é de origem quimbunda. Os restantes autores referem simplesmente que é africano e não apontam qualquer língua.

<sup>51</sup> Segundo todos os autores a palavra é seguramente africana, mas é impossível determinar a língua de precedência.

<sup>52</sup> Dialectalmente, no Alentejo, a palavra é usada com o sentido de 'bruxedo'.

<sup>53</sup> A palavra é usada apenas no Brasil com o sentido de criança e, actualmente, chega a Portugal via televisão.

<sup>54</sup> Termo usado unicamente no Brasil.

<sup>55</sup> Termo usado unicamente no Brasil.

<sup>56</sup> Apenas Aurélio (1999) indica como possíveis origens do vocábulo o quimbundo ou o umbundo. Os restantes autores indicam unicamente a sua origem africana.

A unificação das coroas, entre 1580 e 1640, não só reitera o facto de existirem relações entre ambos os reinos, como permitiu a entrada de inúmeros vocábulos de origem ameríndia, nomeadamente das línguas com as quais os castelhanos contactavam, na Língua Portuguesa.

Palavra	Origem	Palavra	Origem
abacate	nauatl	alpaca	quíñhua
anágua	taíno de S. Domingos	batata	taíno das Antilhas
cacau	nauatle	cacique	taíno de S. Domingos
caimão <sup>57</sup>		canibal <sup>58</sup>	
canoa	aruaque	chácara <sup>59</sup>	quíñhua
chocolate	azteca	coiote	nauatle
condor	quíñhua	furacão	taíno das Antilhas
galpão	azteca	guano	nauatle
nopal	nauatle	papaia <sup>60</sup>	taíno das Antilhas
periquito <sup>61</sup>		puma	quíñhua
tabaco <sup>62</sup>		tomate	azteca
vicunha	quíñhua	xícara	nauatle

### 3. Conclusão

Infelizmente muito fica por dizer até porque muito está ainda por fazer em relação ao léxico que deu entrada na língua durante a diáspora portuguesa.

Por um lado, muito do vocabulário importado durante os séculos XV e XVI foi introduzido nas línguas europeias dos países dos quais Portugal dependia economicamente ou por lhes vender a matéria-prima e lhes comprar os produtos transformados, como é o caso da França, ou que nos vendiam as embarcações de que

<sup>57</sup> Segundo Aurélio (1999) a palavra poderá ter origem no taíno.

<sup>58</sup> A primeira atestação do termo encontra-se na carta de Colombo após chegar às Antilhas. Aurélio (1999) sugere que a palavra pode ser originária das Caraíbas e Cunha (1992) que talvez seja um etnónimo caribenho.

<sup>59</sup> O termo é utilizado apenas no Brasil para designar uma pequena propriedade campestre. Em Portugal entra via telenovela.

<sup>60</sup> No Brasil, dada a sua semelhança com um seio, o fruto é conhecido como mamão.

<sup>61</sup> Origem incerta.

<sup>62</sup> Origem incerta.

necessitávamos para progredir na exploração marítima, como é o caso da Holanda. Perdida a hegemonia portuguesa, no século XVIII, e tornando-se a Inglaterra e a França os países dominantes, o primeiro economicamente e o segundo dando início ao seu auge cultural, algum do léxico introduzido anteriormente nessas línguas volta a dar entrada no português, como é o caso, por exemplo, de China e de chinês, documentados no século XVI como reino de *Xin* e os *Xins* e que no século XIX passam a China e chinês, por influência directa do francês, resultando, por isso, quase impossível, se não totalmente impossível, restabelecer o percurso de todo o vocabulário importado pelos portugueses que se encontra nessa situação, devido à morosidade da investigação ou devido à inexistência de provas.

E por outro lado, visto que a maioria dos estudos até ao momento realizados não só provém do Brasil, como contempla apenas essa variante do português, incidindo quase exclusivamente nos tupinismos e nos africanismos, relacionados com cultos religiosos usados além Atlântico, constatando-se que, hoje em dia, ambos estão, indubitavelmente, a dar as primeiras entradas na variante do continente europeu através das telenovelas brasileiras ou via comercialização de produtos tropicais tão em voga nos nossos dias, de que são exemplos inegáveis: *caçula* ou *moleque* e *aipim*.

Deste modo, quaisquer asserções acerca do contributo dos descobrimentos na ampliação vocabular do português se tornam susceptíveis de questionação.

Terminaria com as sábias palavras de Serafim da Silva Neto:

“De todos os bens que nos transmitiram os antepassados, do jogo complexo de usos e costumes que constituem a herança social, nenhum é tão expressivo quanto a língua. Nenhum tem mais largo emprego, nenhum penetra mas profundamente.

Trazemos o nosso idioma nos ossos, no sangue e na carne. Ele constitui o mais solidamente resistente dos fenômenos sociais, de certo porque é também a mais perfeita arte que conhecemos, obra monumental e inconsciente de gerações anônimas.

Tão intimamente ligado está aos homens que o falam, que lhes segue o destino, acompanhando-lhes as vicissitudes da vida. Não estranha, pois, que a língua fielmente haja seguido, passo a passo, a maravilhosa expansão portuguesa” (Neto 1992: 427).

Eu gostaria de interpretar esta maravilhosa expansão como a da própria língua.



## Referências bibliográficas

- Appel, R. / Muysken, P. (1996): *Bilingüismo y contacto de lenguas* (Barcelona: Ariel).
- Aurélio (1999): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira).
- Cunha, A. Geraldo da (1998): *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira).
- Motta, M. A. Coelho da (1996): “Línguas em contacto”, em Faria, I. Hub / Pedro, E. Ribeiro / Duarte, I. / Gonveia, C. A. M. (orgs.): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa: 505-533* (Lisboa: Caminho).
- Ferreiro, M. (1997): *Gramática histórica galega*. Vol. II. *Lexicoloxía* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Lapa, M. Rodrigues. (1984): *Estilística da Língua Portuguesa* (Coimbra: Coimbra Editora).
- Lopes, D. (1969): *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (s / l: Portucalense Editora).
- Lüdtke, H. (1974): *Historia del léxico románico* (Madrid: Gredos)
- Machado, J. P. (1991): *Dicionário da Língua Portuguesa* (Lisboa: Círculo de Leitores).
- Machado, J. P. (1995): *Ensaios Literários e Linguísticos* (Lisboa: Notícias).
- Machado, J. P. (1998): *Palavras a Propósito de Palavras* (Lisboa: Círculo de Leitores).
- Neto, S. da Silva (1992): *História da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Dinalivro / Presença).
- Paul, H. (1970): *Princípios Fundamentais da História da Língua* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian).
- Romaine, S. (1996): *El lenguaje en la sociedad, una introducción a la sociolingüística* (Barcelona: Ariel).

---

# Sobre a deíxe e os pronomes demostrativos

---

Xosé Manuel Sánchez Rei  
Universidade da Coruña

## Resumo:

Este artigo está dedicado ao estudo dos demostrativos dun punto de vista gramatical e tamén pragmático. Comeza coa súa morfoloxía moderna, as súas funcións sintácticas e o seu comportamento na deíxe. A este respecto, convén notarmos que os demostrativos galegos se organizan en tres parámetros deícticos, ao paso que, desde unha abordaxe sintáctica, poden desempeñar quer funcións de núcleo, quer funcións de adxacente.

## Palabras chave:

Pronomes, demostrativos, deíxe.

## Abstract:

*This work is devoted to the study of demonstratives from a grammatical and pragmatic point of view. It deals with the modern morphology, the syntactic functions of the pronoun and its behaviour in deixis. It is necessary to mention that the Galician demonstratives are organized in three different deictic fields and that they can work as nucleus of nominal phrases as well as adjacents.*

## Key words:

*Pronouns, demonstratives, deixis.*

## 1. Definición e caracterización dos pronomes demostrativos

### 1.1. Definición

#### 1.1.1. A tipoloxía de palabras a que pertencen

Ao longo de toda a tradición gramatical, os demostrativos teñen sido identificados non sempre do mesmo modo, xa que foron incluídos, por exemplo, nos grupos de pronomes, nas tabelas de adxectivos, nas listaxes de pronomes adxectivos, nos paradigmas de determinantes, etc., sen que ficase demasiado clara, após un confronto de todas estas perspectivas, a que tipoloxía de palabras pertencen, pois compartillan trazos con todas estas. Na verdade, isto non ten a ver coas particularidades específicas desta clase de unidades gramaticais, mais coa noción e co signifi-

cado que en cada momento se fixo corresponder á etiqueta “pronome”, ou sexa, ora promocionando as súas ocorrencias como substantivo, ora ponderando a posibilidade de axir funcionalmente como un adxectivo. É de notar que esta heteroxénea visión histórica non se deu cos denominados pronomes persoais, que sempre foron identificados coa mesma nomenclatura e considerados como tais através dos estudos de lingüística, sen que houberse discrepancias sobre se podían ficar agrupados cos elementos substantivais ou se, polo contrario, era lexítimo consideralos desde outras perspectivas.

Un breve repaso ás principais gramáticas contemporáneas do ámbito galego-portugués corrobora a diferente consideración que mereceron esta clase de referenciais precisos. A primeira destas consideracións a que temos de facer referencia é a de Barboza (1830: 161-165), quen engloba os demostrativos no grupo dos “adjectivos determinativos”, en que diferencia os “determinativos demostrativos puros” dos “conjuntivos” (correspondendo respectivamente ao que hoxe denominamos pronomes demostrativos e pronomes relativos). Por súa vez, Saco Arce (1868: 58-60) considéraos pronomes sen máis, como farán posteriormente Lugrís Freire (1931: 34) ou Carré Alvarellos (1967: 66-67). En gramáticas máis próximas cronoloxicamente da nosa época ou incluso actuais, son identificados cos mesmos parámetros, como se desprende de Carballo Calero (1979: 197-198), Cuesta / Luz (1989: 398-399), Cunha / Cintra (1992: 328-342), Costa / González / Morán / Rábade (1988: 105-109) ou Álvarez / Regueira / Monteagudo (1993: 207-213), estes últimos a definírenos como “unha clase semántica dentro dos determinantes”. Finalmente, dos últimos contributos de que temos noticia, un deles denomínaos “pronomes e determinantes demostrativos” (Vilela 1999: 217-221), ao paso que outros os consideran unicamente pronomes (Freixeiro 2000: 198-209; Freixeiro 2002: 114-117) e o máis recente, indicando as súas varias funcións, prefire denomínalos xenericamente sob a nomenclatura de “demostrativos” (Álvarez / Xove 2002: 457).

A dupla responsabilidade sintáctica que son quen de desenvolveren aínda conlevou que pasasen a se empregar outras terminoloxías non tan restritas como as que os agrupaban funcionalmente cos adxectivos ou cos pronomes, mais un bocado independentes destas dúas consideracións; así as cousas, alternando coas anteriores, son igualmente usadas nomenclaturas como “termo primario” ou “termo secundario”, a depender de se o pronome for núcleo da FN ou adxacente, respectivamente; tamén teñen certo uso terminoloxías como “adxacente nominal” e “determinante” ou “núcleo” fixándose se o demostrativo acompaña un nome, nas dúas primeiras, ou se se utiliza como nó da FN<sup>1</sup>, na terceira.

<sup>1</sup> Deste modo, desde outros ámbitos ibéricos, Fernández Ramírez (1987: 97) é utente de nomenclaturas como “término primario o secundario”, encanto Álvarez Martínez (1989: 105) os define como os “adjetivos determinativos máis típicos”.

Na realidade, do noso punto de vista, o que singulariza a clase pronominal non é a circunstancia de poder desempeñar ambas as funcións, a adxectival ou a substantival, como antes posuír unha serie de trazos que os singulariza dentro da lingua, e un destes, a posibilidade de se comportar sintacticamente como un núcleo da FN non é senón máis unha destas características. Para Fernández Ramírez (1987: 97-98) é esta a circunstancia que os fai ingresar nas relacións de formas pronominais, pois os substantivos unicamente poden desempeñar funcións que el denomina “primarias”. Os pronomes presentan como característica fundamental seren elementos gramaticais, o que os opón aos nomes e verbos, que pertencen á componente lexical da lingua. O problema parte, pois, da identificación clásica de os pronomes se comportaren como os substitutos do nome, que ve como un paradigma morfolóxico determinado, alén de eventualmente desenvolver tal función, permite que os seus integrantes asuman outras responsabilidades ademais desta. Máis unha vez, os persoais tónicos suxeito serven aquí de contraponto, pois non admiten ser empregados extrasubstantivamente pola súa propia natureza semántica, moi ao contrario do que acontece con outros sistemas, en que ben se toleran ambos os usos, ben se restrinxe unicamente a un, en ocasións só adxectival: lémbrese ao respecto o relativo *cuxo*, sempre a axir como adxectivo na lingua moderna, ou aínda o identificador definido *cada*, que opera igualmente con tais funcións.

Pola nosa parte, coidamos que non presenta dificultades de máis unha identificación de *este*, *ese* e *aquel* simplemente como pronomes, que ás veces se comportan como núcleos da FN e en ocasións cumpren funcións de adxacentes por iren a acompañar unha forma que axe como substantivo, coa excepción das formas *isto*, *iso* e *aquilo*, que, no entanto, unicamente desenvolven funcións substantivais. No primeiro dos exemplos que citamos a seguir o demostrativo desempeña a primeira das responsabilidades sintácticas e a outra mostra corresponde á segunda das posibilidades de utilización:

*Ista dixo que collera un aire*

(Fole, *LC* 36)

*Sabede que se casóu con **aquel** rapaz*

(Castelao, *OC*, I 402)

Canto ás particularidades flexivas, finalmente, os demostrativos reciben os morfe-mas de xénero e número (*este / esta*, *estes / estas*, etc.), agás os pronomes invariábeis, que somente coñecen unha forma que concorda no masculino (***Isto é certo***, ***Todo iso fai parte dos planos de recuperación***, ***Aquilo parecía bon***, etc.). Por este motivo tais unidades son denominadas por Lagares Diez (2000: 208) “masculinos invariábeis”, pois os mecanismos de concordancia obrigan o xénero masculino a harmonizar dentro da FN e da cláusula cos elementos sen flexión.

### 1.1.2. As coordenadas referenciais de espazo como elementos básicos na súa definición

Ora, deixándonos de lado a súa adscripción a unha ou a outra tipoloxía de palabras e as súas características morfosintácticas, ninguén dubida de que o seu carácter de mostración se torna unha das súas singularidades máis salientábeis. Aínda que o concepto de deíxe será tratado máis abaixo, podemos definir os demostrativos como aquelas unidades de pronomes referenciais precisos que asinalan unha determinada entidade no espazo ou no tempo, para cuxo labor se valen dun sistema trimembre<sup>2</sup> através do cal se indica o afastamento ou a proximidade a respecto do falante. Este triplo campo organizativo garda un certo paralelismo cun sistema de adverbios deícticos básico e da comparación entre ambos chégase á seguinte correlación, que vén sendo adoptada tradicionalmente polas diferentes gramáticas<sup>3</sup>, e que, como veremos máis adiante, presenta algunha incoherencia a respecto da delimitación das coordenadas deícticas do emisor: T1<sup>4</sup> *este, aquí* (proximidade do falante); T2 *ese, aí* (proximidade do ouvinte); T3 *aquel, alí* (afastamento tanto do falante como do ouvinte).

Neste sentido, adóitase notar unha estreita relación entre os pronomes persoais e os sistemas deícticos, de aí que costuma ser bastante habitual na literatura lingüística facer corresponder os demostrativos, tomando como base o binomio proximidade / afastamento, cos pronomes persoais a partir das tres persoas gramaticais, P1, P2 e P3, de forma que *este* ficaría na órbita deíctica de P1 (*eu*), *ese* establecería tal relación a respecto de P2 (*ti*) e *aquel*, pola súa parte, estaría no impreciso ámbito de P3 (*el, ela*). Así se pode ler, por exemplo, en Álvarez / Regueira / Monteagudo (1993: 213), en Álvarez Martínez (1989: 106) ou tamén en Vilela (1999: 217), este último a manifestar que os “pronomes demostrativos têm proximidades con os pronomes persoais”, mais tamén “com os advérbios (sobretudo com os advérbios de lugar)”.

Mais estas apreciacións, especialmente as que establecen puntos de contacto entre os adverbios *aquí, aí* e *alí* e os demostrativos, como tamén a simples univocidade entre as tres persoas gramaticais e as formas pronominais deícticas, non cobren

<sup>2</sup> Na realidade, os sistemas trimembres de pronomes deícticos constitúen unha solución minoritaria, característica das linguas ibéricas, en confronto cos esquemas bimembres da maior parte dos idiomas europeos actuais, foren románicos ou non. Neste sentido, non deixa de ter interese a problemática que se deriva de aquí nas traducións entre o alemán, o inglés e o francés, dun lado, co galego e portugués, italiano literario (toscano), e español, doutro; véxase, a este respecto, Wandruszka (1976, II: 425-455).

<sup>3</sup> Véxase Mattoso Câmara (1997: 123) ou tamén Álvarez / Regueira / Monteagudo (1993: 213).

<sup>4</sup> De agora en diante, usaremos as abreviaturas T1 (primeiro termo da deíxe), T2 (segundo termo da deíxe) e T3 (terceiro termo da deíxe) para, respectivamente, as series de *este / esta / isto, ese / esa / iso* e *aquel / aquela / aquilo*.

toda a caracterización de seu que presentan tais pronomes e elementos adverbiais. Se, por exemplo, repararmos na correlación entre os pronomes demostrativos e os adverbios absolutos de lugar, é evidente que parece lóxica, en principio, a lista de correspondencias entre *este*, *ese* e *aquel* con *aquí*, *aí* e *alí*. O problema xorde cando se detecta unha notoria asimetría entre a serie pronominal e outras formas adverbiais, como *aquén*, *acá*, *acó*, as cais, ao lles procurarmos un correlativo pronome, terían de se asociar a *este*; por súa vez, *alén*, *alá*, *aló* e *acolá* semellan preferir o ámbito de *aquel*, mentres que para o caso de *ese*, embora algúns destes locativos poidan ser empregues nos seus dominios deícticos<sup>5</sup>, non existen horizontalmente caisquer formas respectivas. Hai que observar que pouco importa para elaborarmos tal correlación o facto de certos adverbios desta serie seren nomeadamente literarios ou propios da lingua formal (*aquén* ou *alén*) ou aínda a circunstancia de a distribución entre *acá* / *acó* ou *alá* / *aló* ficar subordinada sobretudo a condicionantes de índole xeolingüística ou de carácter modal<sup>6</sup>, xa que en nengún destes dous marcos, o da lingua escrita e o da dialectoloxía, existen formas análogas de pronomes demostrativos para todas as formas adverbiais. O campo deíctico da clase mostrativa de T2 presenta, pois, unha considerábel ausencia de correlatos adverbiais locativos se confrontado con T1 e T3, o que levou algún investigador a reorganizar tais adverbios absolutos en tres grupos a partir de *este* e *aquel*<sup>7</sup>.

Por outro lado, é preciso reflectirmos se en expresións como “proximidade do falante”, “proximidade do ouvinte” ou “afastamento do falante e do ouvinte” se indican relacións asumíbeis para mostraren con clareza os tres campos deícticos. Os demostrativos e os posesivos agrúpanse baixo a común denominación de referenciais precisos, mais a referencia é establecida de maneira concreta entre a P3

<sup>5</sup> Así se recolle no esquema proposto en Álvarez / Regueira / Monteagudo (1993: 423), onde se indica que o campo deíctico de utilización de *acolá* abranxe tanto a esfera de *ese* como a de *aquel*.

<sup>6</sup> Para a distribución xeográfica de *acá* / *acó* e *alá* / *aló*, véxase ILG (1995: 338-341), en que se aprecia que as formas en *-á* predominan con moito nas provincias de Pontevedra e Ourense, ao paso que os adverbios en *-ó* son característicos de Lugo e da Coruña. Por outra banda, Álvarez / Regueira / Monteagudo (1993: 424), ao distinguiren usos dos adverbios en *-á* dos acabados en *-ó*, apuntan que “entre a serie en *-ó* e as outras [...] hai unha diferenza aspectual: movemento translocal *-ó* / repouso ou movemento intralocal *-í, -á, acolá* [...]”. Aínda que é aconsellábel manter esta oposición, na lingua falada de grande parte de Galicia non existe máis ca unha soa destas series para ámbolos dous empregos”. Véxase tamén Matos / Muidine (1997: 216), Costa / González / Morán / Rábade (1988: 240) e Pérez Sardiña (1996: 89-104).

<sup>7</sup> Véxase Mattoso Cámara (1997: 124): “A nossa língua tem também um sistema de locativos, ou seja, de demonstrativos em função adverbial. Uma primeira série corresponde a *este, esse e aquele* [...]. Outra série, dicotômica, opõe *cá*, próximo do falante, a *lá*, distante do falante, com uma forma intermediária *acolá*, para em oposição a *lá* distinguir entre dois locais distantes ambos do falante. As duas séries interferem entre si, com uma variação livre entre *cá* e *aquí* (o português do Brasil marginaliza a forma *cá*) e o acréscimo *lá* à série *aquí, aí ali* para assinalar uma localização além de *ali*. Uma terceira série de locativos estabelece a posição não em função do falante, mas de um ponto qualquer que este toma como referência: a) antes desse ponto: *aquém*; b) depois desse ponto: *além*”.

coas tres persoas gramaticais polos posesivos (*meu, teu, seu*) ou ben coa primeira polos demostrativos. Esta circunstancia ten xerado que os pronomes que se aquí tratan fosen considerados en ocasións “egocéntricos” por estruturaren o mundo sensíbel a tomaren como base P1<sup>8</sup> e o ámbito da súa percepción. Na nosa óptica, xulgamos que se evidencia unha inadecuación teórica entre considerarmos tais pronomes como egocéntricos e afirmar que fan referencia ao falante, ouvinte ou a aquilo que fica fóra destes dous parámetros mostrativos; non se pode defender que o punto de partida do asinalamento deíctico de *este, ese e aquel* se basea no emisor para, a seguir, indicar que T2 indica algo próximo do ouvinte (P2) e que T3 sitúa o que estiver perto daquilo que se falar (P3).

Mais a relación entre P3 e os demostrativos, seguíndomos Alarcos Llorach (1973: 61), é notoria: en todo o acto lingüístico existe un *eu* e un *ti*, ao paso que as formas *el / ela* fican fóra desta programación locutiva; os pronomes *este, ese e aquel* non son senón especificacións de P3, entanto que contribúen para a súa determinación, sempre mostrando o punto de afastamento / proximidade en relación ao emisor. Unha cláusula do tipo *Estiven con el*, na opinión do filólogo español, presenta unha forma pronominal, *el*, que axe como arquilexema das tres series de demostrativos e no cal opera a neutralización de asinalamento que estas expresan.

Deste modo, no tocante a esa incoherencia antes comentanda e aos apontamentos de Alarcos Llorach, semella ser máis conveniente reformularmos a definición dos demostrativos cando efectivamente asumen funcións de indicación, as fundamentais, baseándonos en P3, que fica semanticamente afastada de P1 (e tamén de P2), e a combinármola coa súa ausencia real no acto comunicativo. Fica entón o esquema que segue, que non invalida a visión tradicional mais que nos parece dunha maior concreción ao contemplar unha outra distinción cal é ‘ausente’ / ‘non ausente’<sup>9</sup> tomando como referencia o punto de vista do emisor, isto é, o carácter egocéntrico dos demostrativos:

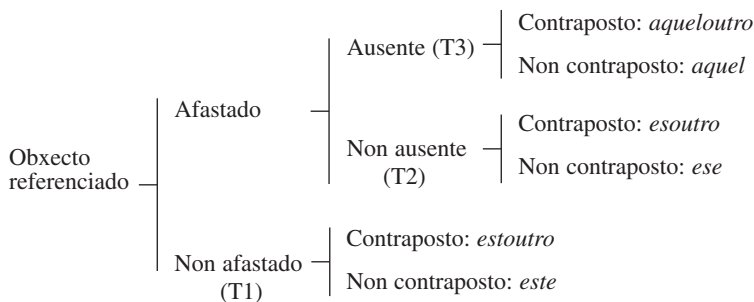


<sup>8</sup> Sustén Chaves de Melo: “*Este, esse e aquele* situam as coisas, as impressões, os conceitos, pondo-os ora no espaço, ora no tempo. O ponto de partida, o ponto de referência, é sempre o *eu*: daí que certos lingüistas falam em *dêicticos egocêntricos*” (Melo 1986: 379). Véxase tamén Freixeiro (2002: 114), quen igualmente os considera egocéntricos.

<sup>9</sup> Desde postulados xerativistas, Raposo (1973: 367), por súa vez, identifica as tres series de demostrativos coa axuda dos trazos [+ Demostrativo, – Perto, – Lonxe] para *este*, [+ Demostrativo, + Perto, –Lonxe] no caso de *ese* e [+ Demostrativo, – Perto, + Lonxe] en *aquel*.

É posíbel que con tal estruturación se poida pór en cuestión se o esquema organizativo dos demostrativos galegos é bímembre, apresentando un grao de especialización no índice ‘afastado’, xa que unicamente se considera a noción de arredamento a respecto do falante. Aínda así, parécenos discutíbel esa hipótese porque ‘non afastado’ tamén implica, tacitamente, ‘non ausente’, e porque unha das perspectivas tradicionais situaba *este* e *ese* dentro da dupla órbita do emisor-receptor e *aquel* á marxe de tal esfera, sen por iso formular dúbidas acerca da pertinencia funcional dos tres graos de asinalamento<sup>10</sup>.

Noutra orde de cousas, é preciso situarmos os demostrativos compostos modernos<sup>11</sup> *estoutro*, *esoutro* e *aqueloutro* no marco do asinalamento inicial expresado mediante *este*, *ese* e *aquel*<sup>12</sup>. A simples vista, parece que se cumpren as marcas ‘afastado’ / ‘non afastado’ e ‘ausente’ / ‘non ausente’ asinaladas, de modo que, nun primeiro achegamento, sería igualmente válido o cadro proposto con anterioridade. Mais o valor de identificación que conleva un dos elementos de que se compoñen, o pronome *outro*, repercute en que a súa utilización non se poida reducir ao esquema inicial cando se empregan correlativamente ora cos demostrativos simples ora sen estes. Apesar de seren posíbeis usos correlativos entre *este* / *estoutro*, *este* / *aqueloutro*, *ese* / *esoutro*, etc., o facto de utilizarmos as formas compostas indica unha contraposición en que o carácter identificador destas, como se torna obvio, conleva unha distinción entre dous obxectos que están situados nos mesmos dominios mostrativos (T1, T2 e T3), mais que non deben de se confundir. Resulta así o seguinte esquema, en que se os valores iniciais se non alteran e ao cal se acrecenta a idea de contraste que proporciona *outro*:



<sup>10</sup> Véxase Álvarez Martínez (1989: 106): “Puede también decirse, como prefieren otros autores, que *este* y *ese* se refieren al campo cercano al hablante y su interlocutor (esto es, la proximidad), mientras que *aquel* hace alusión a lo que está lejos de las dos primeras personas (la lejanía)”.

<sup>11</sup> Denominado tamén “demostrativo de alteridade” en Álvarez / Xove (2002: 467).

<sup>12</sup> É tamén posíbel, non entanto, que ambos os pronomes, o demostrativo e o identificador, non se aglutinen e, en consecuencia, que fiquen as dúas unidades formalmente separadas: *este outro*, *ese outro*, *aquel outro*. Esta é a solución que triunfou no portugués, pois desde a súa variedade padrón os pronomes compostos ora son adoitado considerados rexionalismos, ora popularismos. As formas invariábeis, contodo, nunca forman compostos con nengunha unidade dos identificadores: *isto outro*, *iso outro*, *aquilo outro*.



Do punto de vista da morfoloxía, *estoutro*, *esoutro* e *aqueloutro* englábanse dentro das palabras compostas ao seren formadas por dous elementos. Ora, dentro do mecanismo xeral de composición de palabras, que distingue entre compostos lexemáticos, gramaticais e fráscicos, os pronomes comentados nas liñas precedentes fican delimitados por pertenceren á segunda tipoloxía, que presenta como característica o facto de, polo menos, un dos protagonistas do procedemento xerador de novas unidades ser palabra gramatical, recoñecíbel por se agrupar en paradigmas fechados. É o mesmo proceso, pois, que se observa en *dezanove* (*dez + nove*), *dezasete* (*dez + sete*), etc.

Canto ao funcionamento dos demostrativos compostos, finalmente podemos afirmar que se empregan “cando se quer manifestar a escolla entre dous termos que se contraponen” (Freixeiro Mato 2000: 200). A presenza ou a ausencia dos dous pronomes, o simples e o composto, leva a falarmos de usos correlativos e non correlativos, a saber:

- a) usos correlativos coa mesma esfera deíctica:

*Séntate n-esta pedriña*  
*qu'eu me sentarei n-estoutra*  
(CPG, I 209)

- b) usos correlativos con distinta esfera deíctica, en que se ve ponderado o carácter de contraposición:

*Séntate nesa pedriña*  
*eu sentareime nesoutra*  
(POGA, I 260)

- e c) usos non correlativos, en que tanto o emisor como o receptor compartillan a mesma referencialidade deíctica grazas ás súas capacidades intelectuais e non se torna preciso explicitar a contraposición:

*Fogueiras de lume por aquí, fogueiras de lume por alí, fogueiras de lume por acolá,*  
*demo con, con corno na testa moi grandes; nestoutra banda vén outro demo*  
(adaptado de Fernández Rei / Hermida Gulías 1996: 53)

## 2. A deíxe

### 2.1. Definición e tipos

Sería ben difícil imaxinarmos unha lingua sen elementos que, dependendo do contexto, puidesen mostrar ou asinalar determinados obxectos ou cousas para que o interlocutor teña a posibilidade de os indentificar. De facto, dentro dos mecanismos de que se serve a linguaxe humana para desempeñar tal sorte de funcións, existen

dominios que exceden a propia linguaxe verbal e van aínda máis aló, como os movementos da cabeza para apontaren unha entidade real, as indicacións realizadas coa man, co dedo ou co brazo, etc. A circunstancia, portanto, de asinalar algo para poder ser apreendido polos interlocutores séntese como unha das máis elementares necesidades de caisquer idiomas, e até se ten afirmado, inclusivemente, que a orixe da linguaxe cómpre pórmola en estreita relación con tais necesidades, consoante as teorías de Brugmann (véxase Bühler 1979: 105)<sup>13</sup>. Para Wandruszka (1976, II: 428), os pronomes e os adverbios demostrativos, isto é, os elementos gramaticais de que dispoñen os idiomas para mostraren, non son senón fórmulas fónicas da necesidade humana de indicaren e hai que os relacionar cos recursos antecitados, decerto máis primarios, como os xestos levados a cabo coa man, co brazo, etc.; consoante a opinión deste estudioso, tais elementos gramaticais, “palabras décticas especiais”, serven para clarexaren o asinalamento desenvolvido con algunha parte do corpo. A cuestión enlaza cunha das diferenzas entre a comunicación humana e a dos animais, pois, para alén doutros aspectos que permiten distinguirmos ambas, a capacidade de asinalamento pertence ao ser humano; os restantes seres vivos do mundo animal poden berrar ou poden emitir sons con máis ou menos unha serie de funcións, mais, como di Bühler (1979: 105), aínda non sinalan.

De todo isto se concluí que a capacidade de asinalar ou indicar é de suma relevancia na linguaxe humana, tanto pola presunta orixe desta na necesidade de mostrar, como tamén pola precisión que se necesita para utilizar con corrección a lingua, de especial transcendencia nos estadios en que se está a aprender. Esta capacidade recebeu orixinalmente o nome de *deíxe*, ‘asinalamento’, e a ela é que imos dedicar o que resta destas páxinas. Para expormos as súas tipoloxías de deíxe de que podemos dar conta no noso idioma, seguimos moi de perto o contributo de Fonseca (1996: 440-444) desde unha perspectiva tanto estritamente lingüística como pragmática<sup>14</sup>.

### 2.1.1. Deíxe polo tipo de contexto compartillado

Para esta primeira modalidade continúa a ser fundamentalmente válida aínda hoxe a xa clásica distinción de Karl Bühler (*‘ad oculos’*, *reflexiva* e *amnésica*), que

<sup>13</sup> Bühler (1979: 103), compilando diversas nocións e variantes do valor da indicación na linguaxe humana, denomina a crenza de que esta procede do asinalamento inicial como “mito del origen déctico del lenguaje representativo”. Tal mito ficaría enmarcado dentro das teorías sobre o aparecemento da linguaxe coñecidas como biolóxicas e antropolóxicas, vinculadas ao positivismo naturalista, que son opostas ás hipóteses teolóxicas e metafísicas, en que se prioriza a acción dunha entidade superior ao home como a base da linguaxe. Véxase, a respecto das liñas argumentativas básicas de ambas as explicacións clásicas, Roca-Pons (1982: 8-11); é tamén de utilidade o traballo de Alonso (2000).

<sup>14</sup> Véxase tamén Porto Dapena (1986: 106), quen, baseándose unicamente nos pronomes demostrativos, distingue unha deíxe real face a unha discursiva; dentro daquela diferenza a deíxe espacial (obxectiva ou subxectiva) e a temporal, ao paso que nesta isola unha espacial e temporal.

tamén se pode identificar, en harmonía con Fonseca, como *indicial*, *textual* ou *transposta*, terminoloxía que será a que nós imos adoptar aquí.

1. Por *deixe indicial* enténdense os mecanismos con que se recollen informacións relacionadas cun punto locativo determinado, que se expresan adoito mediante certos adverbios ou através de determinados pronomes<sup>15</sup>. No tocante ás diferentes denominacións con que a *deixe indicial* figura tratada na literatura lingüística, algúns autores falan de *exófora*, isto é, un tipo de ‘*deixe exterior*’ ou ‘*deixe situacional*’, tal como figura en Halliday / Hasan (1976: 18-19) ou en Kleiber (1994: 43)<sup>16</sup>. A este respecto, parécennos moi acaídas as observacións de Fonseca (1996: 440-441), en que, sen rexeitar con rotundidade tal nomenclatura, matiza que non é totalmente correcta, xa que o contexto situacional, a se constituír desde un acto verbal, non é exterior á linguaxe. Con efecto, é esta a que estrutura as coordenadas locativas dos intervenientes do discurso, de aí que se deba á capacidade humana da comunicación verbal a organización dese mundo biosocial.

A depender da percepción e de dita estruturación do espazo, cada lingua vai diferenciar un número concreto de esferas deícticas, cuxos procedimentos máis salientábeis son dispor a locación con dous ou tres termos de *deixe*; de aquí resultan os sistemas bimembres ou dicotómicos, en que se priorizan unicamente dúas esferas, ou os trimembres ou tricotómicos, en que son pertinentes tres campos de asinalamento. Para o caso do galego (e do portugués), é funcional a tripla distinción, embora a distinción non sempre parece ser efectiva nalgunhas áreas do noso sistema lingüístico, cal o caso de certos falares brasileiros a termos en conta as impresións de Mattoso Câmara (1997: 124) e de Teysier (1989: 146)<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> Ramallo (2000: 470), no entanto, indica que non sempre “hai coincidencia entre o lugar da codificación e o lugar da recepción. De feito, hai situacións contradictorias dende o punto de vista comunicativo. Pénsese en casos nos que o interlocutor non se atopa no mesmo espazo físico có emisor, como acontece na comunicación a distancia, no intercambio epistolar ou nas chamadas telefónicas”. Tal casuística de fenómenos, ao noso ver, non son senón máis unha mostra do carácter da referencialidade antes aludido que se manifesta nos deícticos, o cal permite que a comunicación, apesar destas aparentes incoherencias, non se vexa alterada.

<sup>16</sup> Halliday / Hasan (1976: 18), por exemplo, matizan que a referencia exofórica non é cohesiva, ao paso que Kleiber (1994: 43), por súa vez, opón *deixe exofórica* á *deixe endofórica* (de que falaremos máis adiante), por esta ser *textual*.

<sup>17</sup> Así e todo, non parece concordar con estes investigadores Bechara (1974: 321-322), quen ten serias dúbidas de que a simplificación de tres termos a unicamente dous sexa un proceso concluído ou cando menos maioritario: “Do exame de textos escritos –aínda aqueles vazados num registro coloquial para atingir, con eficiencia, un público numeroso e heterogêneo–, pode-se chegar facilmente à conclusão de que a época dessa simplificação no sistema gramatical do português ainda está muito longe, pois que tais textos reflectem uma consciência viva das oposições estabelecidas pela gramática entre os demonstrativos *este / esse / aquele*”. É importante non perdermos de vista o facto de que o texto que o levou a formular tal impresión responde a un estilo que é, nas súas propias palabras, un “excelente representante do uso da linguagem coloquial escrita do português do Brasil”, como é o caso da obra de Fernando Sabino intitulada *A mulher do vizinho*.

En relación a isto, cómpre salientarmos, aliás, que a programación mostrativa mediante só dúas ou tres series de pronomes non se torna na única posibilidade. Aínda que, na opinión de Comrie (1989: 51), a utilización de pronomes (décticos) para se referir ao falante e ao ouvinte constitúen un universal lingüístico, o certo é que os sistemas trimembres ou bimembres, sendo moi comúns, non obstan para que o asinalamento se organice através de máis ámbitos mostrativos de acordo coa estrutura de cada idioma. Deste modo, Ramallo (2000: 470) salienta o tlingit, lingua atabascana falada en Alasca, que presenta catro ámbitos de asinalamento: *yáa* ('este de aquí mesmo'), *héi* ('este de aquí perto'), *yóo* ('aquele de alí') e *wéé* ('aquele moi afastado e adoito invisíbel').

2. No que se refere á *deíxe textual*, o campo perceptivo común corresponde neste caso ao contexto verbal, recuperábel polas capacidades memorísticas dos eventuais interlocutores. Son moi correntes, neste sentido, paráfrases tipo 'o que vén de ser dito' e 'o que vai ser dito', que aluden ás relacións intratextuais de anáfora e de catáfora, respectivamente. En tais casos é que cómpre falarmos de referenciación textual e distinguirmos entre a anáfora, que recupera algo xa mencionando con anterioridade, e a catáfora, que cobra sentido a considerar o que aínda non foi introducido no discurso<sup>18</sup>. No que di respecto á súa diferenciación coa deíxe indicial, aquí cobra sentido falarmos de *endófora*, xa que os segmentos discursivos preceden ou posceden a explicitación da marca déctica. Os seguintes exemplos ilustran ambas as posibilidades de uso lingüístico, o primeiro unha referencia anafórica e o restante unha ligazón textual catafórica:

*Unha muller que se casou con un home tolo díxolle que, mentres ela iba á feira, que lle tiña que coidar os pitos, amasar o pan e coidar o neno.*

*Así que marchou ela, foise o home moi disposto a facer o que lle mandaran*

(CLU 69)

*A devoción que che tiven  
pagáchesma ben con esto:  
jandar con velas e misas  
para saír perdendo o preito*

(Lamas Carvajal, SG 113)

<sup>18</sup> Para Cornish (1990: 82-83), quen parece partir do sentido básico do termo deíxe, existe unha diferenza entre esta e a anáfora propiamente dita: "Au niveau du discours, la fonction de l'anaphore se définit par rapport à la déixis: toutes deux représentent des moyens de coordonner, de 'mettre sur la même longueur d'onde' l'attention des participants à l'acte de communication [...]. Alors que la fonction prototypique de la déixis est de déplacer le centre d'attention (le 'focus') existant vers un nouvel objet du discours, celle de l'anaphore est de maintenir et de confirmer le centre d'attention déjà établi".

3. A *deíxe transposta*, por súa vez, coñecida tamén por ‘deíxe proxectada’ seguindo a nomenclatura de Fonseca (1996: 441), presenta como características, por un lado, o facto de non existir ningún tipo de evidencia real que posibilite o acto de mostrar, quer fose mediante a percepción sensorial, quer fose através das relacións textuais de anáfora e catáfora. A súa fenomenoloxía, portanto, reside nunha “evidência mental”, que naturalmente teñen de compartillar os intervinientes no discurso. Con este tipo de deíxe, o falante refere algo que non está presente no momento da enunciación, mais que é perfectamente asimilábel polo interlocutor grazas ás súas capacidades intelectuais. O emisor transpón a persoa que o escoitar para esa situación real ou irreal “supondo (ou sabendo) que o interlocutor conhece o lugar em questão e que pode também ‘transpôr-se’ mentalmente para lá; trata-se de uma mostração ‘in absentia’, logo, de uma mostração fictiva” (Fonseca 1996: 441). O seguinte fragmento, tirado dun texto literario, representa un tipo de deíxe transposta:

*Tívose que baixar o Manoliño, de xeito que lle dise a lus dos faros no carrelo.  
Por medo de nos esfragare. Arrepiaba mirar para aquiles derrubadoiros da nosa  
mao esquerda*

(Fole, HNC 27)

### 2.1.2. A deíxe segundo a componente do contexto

Nestoutra tipoloxía non prima o tipo de contexto que se compartillar, mais a utilización dos deícticos como motivadores semánticos das diferentes componentes do contexto comunicativo. Segundo estas, pódense distinguir tres tipoloxías de deíxe, como son a *persoal*, a *social* e a *temporal* e, eventualmente, unha cuarta, chamada *circunstancial*<sup>19</sup>.

1. A primeira refere a función dos signos deícticos que amosan o rango dos participantes nun acto verbal, de aí que os pronomes persoais EU e TI indiquen necesariamente os intervinientes na situación comunicativa e EL/ELA, polo contrario, o que non participa. Para caracterizaren o papel dos interlocutores no esquema comunicativo, consoante Ramallo (2000: 473), existe diverxencia de pareceres canto ao estatus da persoa gramatical. Fonseca (1996: 442), quen se basea en Benveniste

<sup>19</sup> Dentro destes parámetros da componente do contexto, Fonseca (1996: 443) distingue tamén unha deíxe espacial, que “gramaticaliza a noção deíctica de localização no espaço relativamente ao AQUI enunciativo”. Na nosa opinión, porén, coidamos que esta tipoloxía de deíxe é doadamente reducibel á anteriormente apuntada como ‘indicial’ a teor do exemplo con que a estudiosa ilustra tal modalidade: *Esta mesa é máis larga do que aquela: fica melhor aqui do que ali* [a negra é nosa]. Nótese que nesta mostra se manifesta tamén o que define a indicial, pois “a possibilidade de mostração assenta, aquí, numa evidência deíctica, quer dizer, na presenza, no contexto situacional, daquilo para que se aponta” (Fonseca 1996: 440).

(1966), parte da categorías persoa (EU-TI) e non-persoa (EL/ELA); é pertinente a este respecto distinguirmos que EU e TI non teñen como referente a individualidade de algúen, mais “apenas o seu estatuto de participante num acto verbal”, oposto ao EL/ELA, isento de tal rango de participación. Joly (1987: 67), por súa vez, discrepa especialmente no tocante á terceira persoa, xa que, logo de establecer unha distinción entre as persoas interlocutivas (EU e TI) e persoas delocutivas (EL/ELA), conférelle á P3 o rango de persoa ausente, facto que contrasta con Benveniste e con Fonseca, en que P3 non é persoa ausente mais ausencia de persoa. Diferente postulado destes dous parece ser o de Beaugrande / Ulrich Dressler (1997: 231-232), en que tanto a primeira e a segunda como a terceira persoa son consideradas participantes na interacción comunicativa.

Na maior parte das linguas, os pronomes persoais son os elementos lingüísticos que polarizan esta tipoloxía de deíxe. É importante lembrármolos de que a terceira persoa posúe de seu mecanismos morfolóxicos que contribúen para a súa singularización a respecto das outras dúas (P1 e P2), como son as flexións de xénero e número (*el / ela, eles / elas*), e non é menos importante traermos á memoria, tamén, que tal entidade gramático-semántica tiña un estatus particular no latín ao non existir un pronome específico paralelo a P1 e P2. Doutro lado, a respecto das anteditas particularidades flexivas, mesmo hai linguas en que existe unha diferenciación de formas dentro desta a depender da condición xenérica, como o caso do inglés *he / she*.

Por último, cómpre subliñarmos que a deíxe persoal é a tipoloxía fundamental de modalidade deíctica. Con efecto, malia o espazo ser unha noción elementar para a concepción da deíxe, a orixe desta parte da localización dos falantes, que só nun segundo momento comezan a indixitar aquilo que os rodear. O espazo en que se leva a cabo o proceso mostrativo non existe antes do acto da enunciación, como apunta Fonseca (1996: 443)<sup>20</sup>.

2. A denominada como *deíxe social*<sup>21</sup> é un concepto debido a autores como Lyons e Fillmore e consagrado durante a década de 60 e de 70; proba desa consagración é o facto de se a ela referiren investigadores actuais cal Fonseca (1996: 443), Vilela (1999: 409) e Ramallo (2000: 475). De acordo con este último, as linguas non organizan unicamente as “pautas espacio-temporais ou a posición física dos interlocu-

<sup>20</sup> Di tamén Fonseca (1996: 443): “Embora o espazo, por ser a dimensão mais concreta, esteja na base do concepto de localización inerente à deixis, não é aceitável o ponto de vista, muito corrente, segundo o qual a deixis espacial é a forma primaria de deixis, dela derivando todas as outras”.

<sup>21</sup> A este respecto, Vilela (1999: 409) prefere falar de “deixis de base”, determinada por un “conjunto de elementos que marcan o espazo e o tempo criados pelo discurso e a sua relação entre falante e ouvinte”, e opola á “deixis social [...]”, a que diz respecto à relação social entre os participantes no discurso, como é a escolha, nas formas de tratamento, entre *Tu-Você-Vocemê-Senhor* e o uso dos tratamentos honoríficos como *professor, sôr dôtôr, doutor, vª excia, vª senhoria, eminência*”.

tores nunha situación” determinada, mais tamén son quen de gramaticalizaren certos aspectos que teñen a ver cos roles sociais asignados aos participantes nos actos de fala. En tais casos, achámonos coa antecitada *deíxe social*, a cal marca efectivamente diferentes graus de hierarquía, distancias e proximidades entre as persoas que fan parte do discurso, mais unha tipoloxía de distancias de natureza sociolóxica e non mostrativa.

O sistema de tratamento, organizado en cada lingua de acordo coa súa propia historia, é o exemplo máis representativo desta tipoloxía *deíctica*<sup>22</sup>. En galego, como é sabido, a distinción parte de *ti* e *você* ou *vostê*<sup>23</sup>, o primeiro empregado para os usos máis ou menos familiares e os segundos para aqueles contextos en que a intimidade non é tan acusada. Por meio das dúas formas, pois, transparecen no uso lingüístico nocións como familiaridade, formalidade, relacións de poder, respecto, afectividade, estatus social, educación, etc. Na seguinte mostra, obsérvase como a rapariga Lela, vinculeira nova dun pazo, atúa os criados e como estes se dirixen a ela, contrastivamente, co tratamento de respecto en terceira persoa:

*Lela – Eu vos axudarei.*

*Maruxa – Vaíse poñer perdida, señorita*

(Quintanilla, *DO* 73)

As relacións sociais e o tipo de educación poden modificar, como é obvio, esta chamada *deíxe social* e os elementos con que se manifesta. O tratamento de *vós* utilizado para un só interlocutor xa non é tan frecuente na actualidade como o era hai certo tempo, por exemplo no século XIX, de que a lingua de Rosalía é unha boa mostra. Do mesmo modo, a diferenciación entre *ti* e *você* está suxeita aos condicionantes que a propia sociedade marca: como indica Ramallo (2000: 477), durante moito tempo no noso país “un fillo dirixíase a seus pais utilizando o pronome de respecto, en especial no mundo rural [...]. Na actualidade este uso está practicamente desaparecido”, de xeito que no mundo citadino *ti* está a desprazar gradualmente o correspondente pronome de respecto, facto que “pode verse como unha transformación sintomática das relacións sociais cara á igualdade”.

3. Por outra banda, o correlato na marcación e identificación do tempo en relación ao espazo vén determinado através da *deíxe temporal*, segundo a cal podemos delimitar o tempo en que se produce o acto comunicativo, que non ten a obriga de facer

<sup>22</sup> Outros exemplos que asinala Ramallo (2000: 476) como exponentes da *deíxe social* son os termos de parentesco, tan recorrentes nalgúns dos manuais clásicos de sociolingüística para ilustraren as relacións entre a sociedade e a lingua e as diferenzas entre as distintas colectividades humanas no tocante á utilización do idioma.

<sup>23</sup> Ou *vostede*, segundo os criterios normativos oficiais.

coincidir necesariamente o tempo da codificación co da recepción. Apresenta, no entanto, unha singular diferenza a respecto da deíxe indicial, xa que o tempo é apreso “nunha única dimensión, polo que dicimos que se trata dunha categoría lineal” (Ramallo 2000: 471). Un acontecemento ten de vir ordenado por vía de regra antes, simultaneamente ou despois dun outro, o que vén reflectido en certas linguas por medio do esquema temporal dos verbos pasado / presente / futuro ou dos adverbios tipo *onte / hoxe / mañá*. Para un achegamento á deíxe que se manifesta na conxugación do verbo é xa clásico neste sentido o par opositivo actual / inactual que asinala Pottier (1972: 98), segundo o cal, nos tempos do indicativo, resulta o seguinte esquema:

Actual:	Pretérito ( <i>cantei</i> )	Presente ( <i>canto</i> )	Futuro ( <i>cantarei</i> )
Inactual:	Antepretérito ( <i>cantara</i> )	Copretérito ( <i>cantaba</i> ) <sup>24</sup>	Pospretérito ( <i>cantaría</i> ) <sup>24</sup>

Os adverbios de tempo son os exemplos estrela de elementos deícticos temporais, ao lado de procesos lexicais en que se asinala a distancia ou a proximidade a respecto do momento temporal da enunciación. Loxicamente, cada lingua presenta a súa propia organización dos índices deícticos temporais, que non teñen de coincidir, como é obvio, entre si; Ramallo (2000: 472) cita como o persa posuí palabras independentes para dous días antes e dous días despois ao concepto de *hoxe*, ao paso que o ruso e o xaponés diferencian tres para cada noción temporal. No galego común vigoran as formas *onte* e *antonte*, encanto adverbios ou locucións adverbiais como *trasantonte*, *o outro antonte*, *antes de antonte*, etc., parece seren máis minoritarias.

4. Finalmente, a *deíxe circunstancial*, denominada tamén por *deíxe nocional*<sup>25</sup> ou *deíxe modal*, posuí como máximo exponente o adverbio xenérico *así*, que é adoito empregado para activar semanticamente outros elementos do contexto (Lopes 1985: 91). O deíctico polivalente *así*, aliás, garda unha estreita relación con construcións tamén modais, cal *deste xeito*, *deste modo*, *desta maneira*, etc., moi rendíbeis, por outro lado, como recursos cohesivos. Nos dous casos seguintes, tirados da

<sup>24</sup> Preferimos as denominacións de Antepretérito, Copretérito e Pospretérito en vez das tradicionais, respectivamente, de Máis que perfecto (ou Pluscuamperfecto), Pretérito Impefeito e Futuro do Pretérito (ou tamén Condicional ou Futuro Hipotético). A nova nomenclatura no discurso lingüístico galego foi asentada por Costa / González / Morán / Rábade (1988: 15) e goza xa dunha notábel implantación, como ben o demostra o ser adoptada polas gramáticas máis recentes publicadas (Freixeiro 2000: 311; Freixeiro 2002: 138; Álvarez / Xove 2002: 244-245).

<sup>25</sup> Véxase Pottier (1977: 234-238), quen na súa tipoloxización da deíxe unicamente considera a espacial, a temporal e a nocional



poesía pondaliana, *así* cumpre funcións moi próximas ás anafóricas, no primeiro exemplo, e moi perto das catafóricas, na restante mostra:

*“[...]¡Ouh Castro, ben se conoce  
que naceches desleirado,  
entre soldados e muros,  
e calabozos e escravos!”  
Así decía Hermesinda [...]*

(Pondal, *QP* 62)

*E así cantou Margaride,  
bardo da voz singular:  
“A fror garrida da gandra,  
que no doce mato está,  
no seu tallo randeándose  
ó sopro do vento soán,  
ó abrigo das irtas uces,  
nais á súa tenra edá,  
que da tollente giada  
acougo doce lle dan [...]*”

(Pondal, *QP* 96)

## 2.2. Particularidades dos demostrativos en relación á deíxe

Máis arriba facíamos notar a importancia que teñen os pronomes demostrativos para a organización e estruturación da deíxe, até o punto de algún estudioso, partindo do concepto tradicional do termo, chegar a apontar que tais elementos gramaticais, xunto aos adverbios deícticos, non son senón fórmulas fónicas da necesidade humana de mostraren (Wandruszka 1976, II: 428). Con efecto, tense ponderado que tais unidades son as deícticas por excelencia, afirmación que nós non pretendemos negar mais matizar, pois, á vista das tipoloxías de deíxe comentadas na sección precedente, non presentan unha distribución equidistante canto ao uso en todas as modalidades daquela; son, por exemplo, pronomes absolutamente básicos na deíxe inicial (por asinalaren algo ou alguén indicando a súa proximidade ou afastamento a respecto do binomio falante-ouvinte), secundarios na deíxe textual (por existiren outras formas capaces de a desenvolveren con similares ou idénticos resultados, como veremos máis abaixo), case anedóticos na deíxe social (que vén definida en grande parte polos sistemas de tratamento) e completamente laterais na temporal (en que unicamente gardan unha certa correlación no tempo ao esta se establecer polas nocións de pasado, presente e futuro).

Neste apartado de imos achegarnos ás particularidades dos demostrativos en relación ás tipoloxías pragmáticas de deíxe que asinalamos anteriormente e comprobaremos cal é o seu comportamento en relación a aquelas. Para tal fin, parece pertinente unha visión que considere como punto de partida os dous ámbitos básicos deícticos: o contexto que se compartilla co interlocutor e a componente do contexto.

### 2.2.1. Deíxe polo tipo de contexto compartillado

1. Xenericamente, dentro da deíxe indicial, T1, T2 e T3 encárréganse de asinalaren os graus con que se manifesta a proximidade e afastamento a respecto das persoas intervinientes no acto comunicativo: T1 refere algo non afastado, ao paso que T2 se emprega para algo afastado mais non ausente do campo mostrativo do interlocutor e T3, respectivamente, para algo afastado e ausente:

*En jamás ó infeliz decir poidera  
– ¡Esto que teño é meu! –, qu'á sorte dura  
N'inda por conceder lle concedera*

(Rosalía, *CG* 137)

*O Roxo deitoume á orela:  
– As figueiras son esas*

(Blanco-Amor, *OB* 21)

*¿Que estrelas aquelas son  
que así relucen no ceo?*

(*POGA*, I 462)

Ora, a clasificación canto ao uso no asinalamento indicial que se fai para T1, T2 e T3 só é pertinente na linguaxe falada, xa que na literatura e, en xeral, na lingua escrita, non existe unha realidade biosocial que haxa necesariamente que organizar deste modo. Isto é o que explica que Kock / Gómez Molina (1992: 12-13) ponderen o carácter anafórico dos demostrativos no nivel gráfico, só ficando a mostración indicial para casos moi concretos<sup>26</sup>, ao paso que cuestionan que na oralidade os demostrativos posúan o mesmo correlato que se manifesta nos rexistos escritos. Contodo, o facto de que predomine a deíxe textual na escrita non é sinónimo de que a indicial non ocupe unha serie de parcelas en que é absolutamente necesaria, como é o caso do xénero teatral, e en particular das didascalías con función mostrativa, pois mediante as indicacións feitas polo dramaturgo estrutúrase o espazo dramático en que decorre a acción da obra.

<sup>26</sup> Afirman estes autores que “en la lengua escrita los pronombres sólo pueden ser anafóricos, puesto que sin antecedente carecen totalmente de sustancia informativa. Pueden ser deícticos en condiciones precisas y convencionales” (Kock / Gómez Molina 1992: 12-13).

2. No ámbito da deixé textual ou endófora, os pronomes demostrativos presentan propiedades que non sempre coinciden coas asinaladas no punto anterior<sup>27</sup>. Comezándonos pola deixé anafórica, obsérvase que os tres graus de asinalamento a respeito do interlocutor non se manteñen como na mostración sensíbel. En principio, podemos achar as tres unidades cando empregadas individualmente, isto é, cando só se utilice un elemento referencial que recupera tamén unha única unidade antecedente, como poñen de manifesto os seguintes exemplos:

*Pol-a mar andan as levres,  
pol-o monte andan as troitas;  
si che parece mentira,  
¡como ésta haiche moitas!*

(CPG, III 196)

– *Díanos un quilo de uvas, ¡mouras! [...]!*  
– *¡Ai! ¡Ai Hortensia! ¡Pra outra vez non digas así!*  
– *¿E lo?*  
– *¡Di negras! ¡Di negras! Esa é unha palabra moi mal dita*

(adaptado de Fernández Rei / Hermida Gulías 1996: 117)

No que se refere ás capacidades de un demostrativo poder estar referido a unha heteroxénea gama de antecedentes, as formas variábeis recuperan, através da concordancia en xénero e en número, a unidade sintáctica a que van ligados. Contodo, nalgúns casos en que aínda na actualidade se manifesta unha certa oscilación canto á adscripción xenérica, o pronome demostrativo (mais non só) é un claro exponente desa flutuación na linguaxe, en ocasións estilística (– *Din que hai unha pantasma no castelo. – Din, e tamén comentan que este sai pola noite; Se quixeres facerte á mar debes asistir a un cursiño. – Non penso, porque naveguei moito e este mar de Soneira non me parece diferente dos outros*) e noutras de natureza dialectal canto ás posibilidades de sinonimia (– *Quería dous freixós. – María tamén, mais estas filloas xa están reservadas*). En rexistos orais tamén é posíbel detectarmos

<sup>27</sup> As diferenzas observadas entre a mostración indicial e a deixé textual teñen levado algúns autores e autoras a matizaren ponderadamente cada un do dous fenómenos. É o caso de Klein-Andreu (1996: 306-307), quen, baseándose no percurso histórico do latín ILLE na formación do castelán, indica que a deixé ten como principal función amosar, encanto que a anáfora se comporta nomeadamente como un recurso de cohesión textual: “However, though I would agree that both deictic and anaphoric uses should be viewed as exploiting the same referential function, it is also true that the similarity between them is based only on the point of view of the producer of the discourse, the speaker or writer (or signer): It is the producer who is presumably “doing the same thing” with pronouns, whether is also another co-referent element present or not. But from the (much less studied) point of view of the addressee, anaphoric and deictic uses are quite obviously not the same. Specifically, anaphoric use implies that some kind of redundancy can exist between two mentions of the same referent, whereas deictic uses not”.

usos en que se non gardan as particularidades flexivas entre antecedente e pronome, aínda que en tais casos o fenómeno se presenta comunmente como unha das oscilacións propias do rexisto falado, non reducíbel, portanto, aos casos asinalados máis arriba:

*Vin quen as viu. Amais oíno, quen as viu; po eu nunca as vin porque, nós, sentíamos esas gritas de noite [...]. E nós sentíamos eses, esas gritas*

(adaptado de Fernández Rei / Hermida Gulías 1996: 30-31)

Nas estruturas en anáfora asociativa, por outro lado, en que priman con moito as capacidades lexicais sobre as pronominais, poden aparecer demostrativos a concordaren cos substantivos a que fixeren referencia cando empregados con este tipo de recurso cohesivo. No seguinte exemplo verifícase a utilización do masculino e do feminino antecedendo o núcleo da FN, ao paso que o emprego da forma invariábel alude a ambas as agrupacións nominais:

*Mira ese conto. Esa, esa cousa. Ai eso foi verdá, e dixéranse os que oíamos, dixeron: – Mira prél, como se lle conoce o que, o que le, o que le e o que estudia*

(adaptado de Fernández Rei / Hermida Gulías 1996: 116)

Os pronomes invariábeis, á súa vez, poden facer referencia, dada a súa indeterminación, a accións, estados de cousas, procesos, ás palabras que veñen de ser ditas, etc.; as tipoloxías do antecedente, en consecuencia, son moito máis amplas, pois serven tanto para aludiren a unha soa palabra como para un texto de maiores dimensións:

*Unha vella fixo papas  
e o poto botóullas fora:  
hay un ano que foi esto  
e inda hox'a vella chora*

(CPG, I 45)

*Inanque lle pareza mentira, o señor de Sabarei falaba moitas veces conmigo, mao a mao, coma se fora do meu igoal. Era o home máis cómpito do mundo. Contóume isto en Lugo, nunha tasca de Mosqueira*

(Fole, LC 94)

Na estrutura anafórica, en alusión ao que acaba de ser dito, tamén poden aparecer os pronomes de T2:

Ch. *O mesmo que un Anxsel bolo dexsera, ¿è os cabalos?*

Ming. *Eses coma seus compañeiros, tamen lebaron o mesmo camiño*

(Fernández y Neyra, PG 8)

*O artificio de relatar en primeira persoa, aparte de serme o máis doado, axústa-se ó insistente anxeio de refacer unha realidade compartida, repartida, en tipos e vivencias que configuran a miña propia sensibilidade vital: ise ser moitos de cada existencial mencer*

(Blanco-Amor, *OB* 8)

En ocasións, encóntranse T1 e T2 combinados para aludiren ao mesmo termo a que se referen. É habitual, segundo Cunha / Cintra (1992: 332), que, caso este uso se ache en diálogos, as unidades de T2 indiquen o que foi dito polo interlocutor:

– *Tamén se abriu a fiestra sen que naide lle tocara. Saíu do armario un traxe finchado, gris a raías, coma se o vestise un home sen cabeza nin pes. ¿Entende? E saíu voando pola fiestra, de cara á lúa, moi amodiño. ¿Que quería decir isto?*

*Ó cabo de dous minutos de silencio, meu tío respondéu:*

– *Iso quere decir, Ramona, que vóu morrer, que me acenan dende o camposanto*

(Fole, *LC* 122)

No entanto, o esquema tricotómico québrase no momento en que son precisas máis unidades pronominais, situación en que só son pertinentes os dous extremos da organización deíctica: T1 e T3, ‘non afastado’ e ‘afastado e ausente’, respectivamente. A literatura lingüística, que sempre ten subliñado a deíxe indicial como ilustración dos usos dos demostrativos, non cadra aquí con exactitude por diferenciar tres graus cando, na anáfora con varios destes pronomes, somente son empregados os dous citados<sup>28</sup>:

*Queríalles moito ó cadelo i ó gato; cecais máis a iste que a aquil*

(Fole, *TB* 91)

Isto ten a ver, en primeiro lugar e do punto de vista histórico, coa esencia da referenciación de T2, xa que durante a época medieval era o máis dado a flutuar canto á nova esfera mostrativa asignada. Doutro lado, tamén garda relación coa tendencia das linguas indoeuropeas a consideraren unicamente dous graus de asinalamento deíctico, e, lembrémolo, só son o dominio lingüístico galego-portugués, algunhas variedades de italiano, o español e o catalán literario os sistemas en que continúan a vigorar organizacións trimembres. Son estrañas no noso idioma, portanto, estruturas referenciais anafóricas do tipo *Viñeron Brais, Uxío e Pedro. Aquel*

<sup>28</sup> Véxase Cunha / Cintra (1992: 334), a salientaren que cando se quer “aludir, discriminadamente, a termos já mencionados, servimo-nos do DEMONSTRATIVO *aquele* para o referido em primeiro lugar, e do DEMONSTRATIVO *este* para o que foi nomeado por último”. Por súa vez, moito máis alo semellan ir Kock / Gómez Molina (1992: 12) cando apuntan que “*ese* parece ser una mera variante de *este*”, xa que “el paradigma de los pronombres, en sentido restringido, se reduce, de hecho, a las formas concordantes de dos morfemas, *este* y *aquel*, capacitados para expresar una sola oposición”.

*chegou de mañá, ese de tarde e este polo serán* (?); en tais casos, habílanse outras solucións, frecuentemente se empregando unha unidade doutro paradigma pronominal (*Aquel chegou de mañá, o segundo de tarde e este polo serán* / *Aquel chegou de mañá, este de tarde e o outro polo serán*) ou mesmo todos os elementos pertencentes á mesma clase (*O primeiro chegou de mañá, o segundo de tarde e o terceiro polo serán*). En certa consonancia con tais restricións de uso, afirmábase máis arriba que os demostrativos son elementos secundarios na deíxe textual. Con efecto, a seren unidades elementares na indicial, pasan a un rango secundario na anáfora porque, a teor dos exemplos expostos, non son os únicos pronomes capaces de a desenvolveren. Os exemplos anteriores de *este, segundo e aquel* ou *primeiro, segundo e terceiro*, poñamos por caso, alternativas todos eles para a recuperación anafórica de máis de dous antecedentes, así o parecen demostrar.

Na relación catafórica, as formas por excelencia son as de T1, que introducen o que vai ser dito inmediatamente a seguir. A lingua oral costuma introducir unha pausa que serve como fin do grupo fónico, ao paso que a linguaxe escrita marca esta relación endofórica frecuentemente mediante os dous puntos verticais (:):

- *Mira, Cabada: O que tes que facer agora, é o que eu che vou a decir.*
- *Vostede dirá.*
- *Pois isto: casarte*

(García Barros, PT 107)

Máis unha vez, a organización trimembre non se manifesta cos tres graus de asinalamento, pois ve minguada a súa capacidade mostrativa unicamente a un deles<sup>29</sup>. Cousa distinta é cando T2 ou T3 apresetan as mesmas condicións de emprego, xa que en tais circunstancias o que fan é aludiren a algo xa introducido no discurso anteriormente e recuperáreno noutra ocasión (*Para non reprobaren deben coñecer ben iso: os paradigmas morfolóxicos do galego; Xa me contou aquilo que vos aconteceu: que tivérades unha viaxe toda chea de incidencias*).

3. Se nas modalidades de deíxe anteriores se expresa unha relación de proximidade ou afastamento, sexa de índole locativo-xeográfica ou sexa de carácter textual, a deíxe transposta serve para traer á mente das persoas intervinientes no discurso algo ou alguén que fica fóra das coordenadas espaciais ou discursivas. Por este motivo, dásele preferencia de uso ao pronome de T3, que xa de por si indica o maior arredamento (‘afastado’ e ‘ausente’) en relación ao binomio emisor-receptor. Estas características canto ao uso tórnano moi frecuente en expresións en que se

<sup>29</sup> Véxase Asenjo Orive (1990: 43): “En la *catáfora* se utiliza exclusivamente el demostrativo ESTE y su serie”.

evoca ou en que se lembra algo que forzosamente non se acha en correlación déctica a respeito do acto comunicativo:

*Cando eu coñecín a Lamas Carvaxal deixara il xa de ser mozo, estaba cego ou case cego, e andaba metido nas loitas entoldadas e acedas da cativa política ourensá **daquiles** tempos*

(Cuevillas, PRG 97)

*E cando lle regalaches **aquela** bicicleta ó teu afillado, que levara unha matrícula de honor no segundo curso. **Aquel** mesmo día que o teu afillado estrenou a bici, caíu dela*

(Fole, HNC 58)

Hai que asinalar, finalmente, que cada unha das tres tipoloxías da déixe non excluí taxativamente as outras, pois o tipo de contexto que se compartilla pode obedecer a naturezas distintas. Nas seguintes mostras, por exemplo, aparece un uso de T3 como índice da déixe transposta xunto a un caso de T1 que explicita unha relación anafórica a respecto dun antecedente, no primeiro caso, ao tempo que nos dous restantes o texto narrativo lexitima T1 e T2, respectivamente, para aludir ao enunciado anteriormente:

***Aquil** sitio chámase dende aquila o Relanzo da Fada. Non se sabe quén lle puxo **iste** belido nome*

(Fole, TB 154)

*Moa Laibara confesou que se tirara a vida máis por compartir a Ela co seu amigo Moh Labara. **Este**, entón, ao contemplar o sorriso embebecado da súa (dos dous) esposa, constata que se cumpre alí unha transgresión*

(Ferrín, AA 98)

*Sentíase embebedada polo engado tenue do mariñeiro que retorna á súa aldea após de dez anos de navegacións e reconece por propios os cinco fillos habidos pola súa esposa **nese** tempo*

(Ferrín, AA 89)

### 2.2.2. Déixe polo tipo de contexto compartillado

Aínda que os casos de demostrativos empregados na anterior tipoloxía de déixe se presentan, cando menos no primeiro uso (indicial), como os máis clásicos, non por iso deixan de poder ser recorrentes na outra grande modalidade, se ben cunha utilización xa non tan relevante como a que se observa naquela. Desde esta perspectiva, por exemplo, cumpren certa función na déixe social, en que o seu máximo exponente é o sistema de tratamento; se mediante este se detectan relacións sociais

de poder, respecto, cortesía, educación, etc., un demostrativo empregue para manifestar un afastamento emotivo en relación a unha terceira persoa tamén podería englobarse dentro deste marco xeral de natureza sociolóxica tanto para equivaler ao interlocutor como, de xeito especial, para manifestar matices piorativos:

*Escoita, Maruxa,  
a est'home vello*

(Sarmiento, C 327)

*Eiquí non ensinaban máis que a rezar e isas vellices da historia*

(Blanco-Amor, OB 71)

No que se refere á deíxe temporal, os pronomes demostrativos son frecuentemente usados en FFNN a se comportaren sintacticamente como CC. En tais casos é observábel unha correlación temporal entre os tres termos e o tempo verbal empregado, de modo que, poñamos por caso, T3 vai referido frecuentemente ao pasado e T1 ao presente ou futuro; a distinción cronolóxica entre os tres estadios cronolóxicos vén determinada polo verbo, de forma que os pronomes se limitan a indicar coherencia temporal a respecto do predicado verbal:

*Mais val, chora cricas,  
beber neste tempo  
a barba regada  
que chorar à regos*

(Sarmiento, C 177)

*A reyna, sem folgo,  
nà quele momento,  
nem falou mimgalla  
nem fixo menè*

(Sarmiento, C 144)

A organización da deíxe temporal por meio dos tempos verbais, á súa vez, acha un paralelo coa deíxe segundo o contexto compartillado no que se refere ás nocións de anterioridade e posterioridade. A este respecto, Asenjo Orive (1990: 43) indica que o pasado é, obrigatoriamente, anafórico, ao paso que o futuro é catafórico; o presente, por último, “puede tener una deixis ad oculos [indicial] (también de fantasía, como sucede con los otros dos tiempos)”.

Por último, a deíxe circunstancial, expresada particularmente através do adverbio *así*, é susceptíbel de ser indicada por meio de construcións máis ou menos equivalentes e intercambiábeis de que fan parte os demostrativos, xa indicadas ante-



riormente, do tipo *desta maneira, desta sorte, desta traza, deste modo, dese xeito*, etc.:

*Escomenzou de sandar o primiño e fóiseme o Bartomeu, que **diste xeito** son os vieiros dos miragres*

(Blanco-Amor, *OB* 66)

– *¡Boh, boh! Tes razón, que desde aquí non se entende nada.*

***Desta maneira**, déronse ausolución un ao outro*

(*CLU* 107)

### 2.3. Outros comportamentos dos demostrativos no dominio deíctico

Deixando de parte os usos xerais dos demostrativos na esfera da deíxe, existen outras utilizacións, relacionadas directamente con aqueles, en que o pronome desempeña unha serie de funcións características. Algunhas destas poderían mellor entrar dominio da expresividade e da estilística, motivo que nos obrigará a tratalas noutro lugar. Mais certos empregos, no entanto, sendo susceptíbeis de se abordaren nun ou noutro lado, aparecen aquí tratados por nos semellaren máis acordes co tema que estamos a desenvolver. De modo resumido, poderíamos distinguir, pois, os seguintes usos dos pronomes que nos ocupan:

- a) as unidades de T1 son con frecuencia empregadas para indicaren relación de parentesco se seguidas dunha das formas en que se manifesta tal relacionamento:

*Dígoche a tí que **que estes fillos** han acabar connigo a disgustos*

(Fole, *HNC* 23)

- b) adoito, recórrese a T2 para se referir directamente ao interlocutor e indicar unha parte do seu corpo. Unha das utilizacións máis frecuentes acontece co substantivo *mans*, para que Álvarez Martínez (1989: 133), acarón doutros, considera o resultado *esas mans* xa como unha estrutura fixa:

*Pasado mañá é a feira... ¿Estamos? Trato feito. Veñan **isas maos***

(Fole, *TB* 195)

Mais, á marxe da presumíbel fixación das extremidades superiores, o seu emprego tamén se acha cunha gama moito maior de nomes substantivos que indican partes de corpo. É moi común, dentro destes, que o enunciado sexa exclamativo, facto que cómpre relacionármolo cos rexistos coloquiais en que proliferan tais construcións:

– *Irey, mais dame un biquiño*  
*Antes que de tí m'aparte,*  
*Qu'eses labiños de rosa*  
*Inda non sei como saben*

(Rosalía, CG 31)

Nos mesmos usos, T1 pode facer referencia ao emisor e resulta dunha marcada forza expresiva, sobretudo, como acontece no exemplo a seguir, se se empregar en estruturas reiterativas:

*¡Istas mans, ista fronte, iste meu ollar han levar pol-o mundo adiante o esprito do meu pai*

(Otero Pedrayo, AMA 81)

- c) na mesma liña, fanse acompañar de T2 outros substantivos que aluden igualmente ao interlocutor, como *abrazo* (*Veña ese abrazo!*), *saúde* (*Como vai esa saúde?*), etc. Tanto nestes como nalgúns dos casos inmediatamente anteriores o demostrativo deixa abesullar matices posesivos:

*¡Dame meu querido Mingote, dame ese abrazo para min tan deseado nestos cinco meses que fai que nonos bimos!*

(Fernández y Neyra, PG 5)

- d) as unidades de T1 serven para indicaren proximidade afectiva ou coloquialidade a respecto dunha persoa que non se acha no contexto comunicativo:

*Tí non sabes o que son estes nenos maxinativos na idade do teu fillo*

(Otero Pedrayo, AMA 89)

- e) en relación directa coa deíxe indicial, en que *este*, *esta* e *isto* asinalan algo marcado polo seu non afastamento en relación ao emisor, os elementos de T1 son tamén empregues para indicaren un espazo físico amplo en que se sitúa o falante:

*Benvidas miñas señoras,*  
*benvidas pr'estas aldeas*

(García Barros, PT 133)

- g) as mesmas formas de T1, aliás, son moi frecuentes para aludiren, en textos escritos, ao que se está a redixir ou para chamaren a atención sobre estes, segundo apunta Porto Dapena (1986: 107). É de notar que en tais casos se pode falar tanto de deíxe indicial (pola proximidade ao que se escribe) como de deíxe textual (por se facer referencia a un texto); non é de estrañar, por outro lado, que sexan unha das características da instancia proulogal:

*Este fato de relatos son continuación de outros que din fai uns anos no meu libro Xente de aquí e de acolá*

(Cunqueiro, *FE* 9)

E tampouco é de estrañar, en congruencia co seu aparecemento nos prólogos, que se atesten na didascalía que introduce un lance, acto, xornada ou calquer división interna dunha peza teatral:

*Iste cadro desenrólase nun calabós*

(Varela Buxán, *FS* 147)

- h) asemade, a serie de T1 é utilizada para situar algo ou alguén en coincidencia existencial co presente ou co pasado e futuro inmediatos (Porto Dapena 1986: 109), gardando unha estreita relación coa déixe temporal (e indicial) anteriormente vista:

*¡Como aqeece iste silencio, iste ulido de soutos e xardís deixados!*

(Otero Pedrayo, *TI* 85)

- i) a serie *ese, esa iso*, habitualmente índice de algo afastado mais non asutente en que se apunta, a teor dos exemplos anteriores, para o que estiver perto do interlocutor, desenvolve ás veces funcións de identificación, tan afastadas do emisor como do receptor. Un bon exemplo deste comportamento témolo no poema de Lamas Carvajal “O falar d’as fadas”, en que a FN *esa fala* alude ao idioma galego:

*Fálame n-esa fala melosiña  
que celestiales armunias ten*

(Lamas Carvajal, *SG* 71-73)

- l) en ocasións, dentro do ámbito da déixe textual, pode empregarse unha unidade de T2 cun sentido de totalización, contraposto á equivalente de T1, que só se comportaría como unha marca explícita da endófora:

*Oliveira ben plantada  
esa si que é oliveira;  
unha nena ben casada  
esa sempre parece solteira*

(CRS 20)

- m) finalmente, os pronomes de T2 poden servir para localizaren dun modo indeterminado ou impreciso algo que en xeral é considerado distante:

*¿Non hai xentes senlleiras, caladas, por isas rúas e camiños? ¿Non hai casas fechas nas que parez haberes acabado a calore da vida? ¿Non hai amor por ises boscos e milleirais? ¿Non hai ollos que se erguen para o ceio con espranza ou con asaño? ¿Por qué me queres enzorobellar con toda isa merda, vociferada e retórica, que ti chamas leises, cencias, razóns?*

(Blanco-Amor, OGC, II 251)

### 3. Conclusións

Nas páxinas precedentes fíxose un balanço elementar sobre os pronomes demostrativos no galego e sobre o seu comportamento défctico partindo de dous grandes tipos de deíxe: a deíxe polo tipo de contexto compartillado (que dá pé a falarmos de deíxe indicial, textual e transposta) e aqueloutra segundo a componente do contexto (que lexítima diferenciarmos unha deíxe persoal, social, temporal e circunstancial). Interesa, nesta altura, sintetizarmos o dito anteriormente e, deste xeito, convén salientarmos en primeiro lugar que os demostrativos, organizados en dous paradigmas, o dos pronomes simples e o dos compostos, son elementos gramaticais como o resto dos pronomes e que poden axir tanto como elementos nucleares na FN como adxacentes, coa excepción de *isto*, *iso* e *aquilo*, que só se comportan como unidades substantivais.

Ditos pronomes estruturan o mundo biosocial a partir do emisor, de aí que cobre sentido indentifícarímolos como “egocéntricos”, pois son xustamente as coordenadas défcticas do EU as que se toman como referencia nesa estururación. Aínda que cada lingua decide o número de esferas défcticas, o certo é que predominan os sistemas bimembres nunha boa parte das lingua europeas. Sistemas de tres membros son os minoritarios e o galego pertence ao grupo de idiomas que aínda posuí, como no latín, organizacións tricotómicas: *este* (non afastado), *ese* (afastado e non ausente) e *aquel* (afastado e ausente).

Hai que ponderar, por último, que, do mesmo modo que o sistema vocálico galego presenta sete elementos máis non todos poden aparecer en todas as posicións (pretónica, tónica, postónica e postónica final), tamén os demostrativos, organizándose en tres ámbitos défcticos, non participan da mesma recorrencia en todas as tipoloxías de deíxe: no caso da indicial encontramos as tres series, máis no caso da textual o seu número pode verse reducido a dúas (na recuperación anafórica de elementos anteriores), *aquel* e *este*, ou mesmo a un, xeralmente *este*, nas estruturas discursivas catafóricas; na deíxe transposta, por súa vez, son os pronomes da serie de *aquel* os máis recorrentes nesta modalidade de deíxe; para a deíxe temporal, outrosí, os demostrativos adoitan marcar unha correlación canto ao uso dos tempos verbais (*aquel* para o antepretérito ou *este* para o presente poñamos por caso), ao paso que na deíxe social pode apreciarse algún uso dos demostrativos, máis ben de

carácter estilístico e expresivo, que redunda nun certo distanciamento a respecto da persoa de que se fala ou mesmo o emisor (*Non me simpatiza o home ese; Este home non che dá máis cartos porque xa chos dei onte*); no que se refere á deíxe circunstancial, son notábeis fórmulas cohesivas do tipo *deste xeito, dese modo, desta maneira*, etc., moi próximas do multivalente adverbio *así*, encanto na deíxe persoal cómpre salientarmos os usos estilísticos da FN *este* + substantivo para ser referir á persoa que emite o texto.

#### 4. Referencias bibliográficas

- Alarcos Llorach, E. (1976): “Los demostrativos en español”, *Verba*, 3: 53-63.
- Alonso, J. J. (2000): “A orixe da linguaxe”, en Ramallo, F. / Rei-Doval, G. / Rodríguez Yáñez, X. P. (eds.): *Manual de Ciencias da Linguaxe*: 63-96 (Vigo: Xerais).
- Álvarez, R. / Regueira, X. L. / Monteagudo, H. (1993) [1986]: *Gramática Galega* (Vigo: Galaxia).
- Álvarez, R. / Xove, X. (2002): *Gramática da lingua galega* (Vigo: Galaxia).
- Álvarez Martínez, M. A. (1989): *El pronombre*. Vol. I. *Personales, Artículo, Demostrativos, Posesivos* (Madrid: Arco / Libros).
- Asenjo Orive, M<sup>a</sup>. R. (1990): *Los demostrativos* (Salamanca: Publicaciones del Colegio de España / Centro Internacional de Estudio del Español).
- Barboza, J. Soares (1830) [1822]: *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciencias).
- Beaugrande, R.-A. de / Ulrich Dressler, W. (1997): *Introducción a la lingüística del texto* (Barcelona: Ariel).
- Bechara, E. (1974): “O sistema dos demonstrativos no português do Brasil”, *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*, 126. Jahrgang / 211. Band: 320-333.
- Benveniste, E. (1966): *Problèmes de Linguistique Générale*. Vol. I (Paris: Gallimard).
- Bühler, K. (1979): *Teoría del lenguaje* (Madrid: Alianza).
- Carballo Calero, R (1979) [1966]: *Gramática elemental del gallego común* (Vigo: Galaxia).
- Carré Alvarellos, L. (1967): *Gramática gallega* (A Cruña: Editorial Moret).
- Comrie, B. (1989): *Universales del lenguaje y tipología lingüística. Sintaxis y morfología* (Madrid: Gredos).

- Cornish, F. (1990): “Anaphore pragmatique, référence, et models du discours”, en Kleiber, G. / Tyvaert, J.-E. (eds.): *Recherches Linguistiques, XIV. L’Anaphore et ses Domaines*: 81-96 (Metz: Centre d’Analyse Syntaxique de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines).
- Costa, X. X. / González, M. A. / Rábade, X. C. / Morán, C. C. (1988): *Nova gramática para a aprendizaxe da lingua* (A Coruña: Vía Láctea).
- Cuesta, P. Vázquez / Luz, M. A. Mendes da. (1989) [1971]: *Gramática da Língua Portuguesa* (Lisboa: Edições 70).
- Cunha, C. Ferreira da / Cintra, L. F. Lindley. (1992) [1984]: *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Lisboa: Edições Sá da Costa).
- Fernández Ramírez, S. (1987) [s.d.]: *Gramática española*. Vol. 3.2. *El pronombre*. Preparado por José Polo. (Madrid: Arco / Libros).
- Fernández Rei, F. / Hermida Gulías, C. (eds.) (1996): *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego* (Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega).
- Fonseca, F. I. (1996): “Deixis e pragmática lingüística”, en Faria, I. Hub / Pedro, E. Ribeiro / Duarte, I. / Gouveia, C. A. M. (orgs.): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*: 429-445 (Lisboa: Caminho).
- Freixeiro, X. R. (2000): *Gramática da lingua galega*. Vol. II. *Morfosintaxe* (Vigo: A Nosa Terra).
- Freixeiro, X. R. (2002): *Manual de gramática galega* (Vigo: A Nosa Terra).
- Halliday, M. A. K. / Hasan, R. (1976): *Cohesion in English* (London: Longman).
- ILG [Instituto da Língua Galega] (1995): *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. II. *Morfoloxía non verbal* (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza).
- Joly, A. (1987): *Essays de Systématique Énonciative* (Lille: Presses Universitaires de Lille).
- Kleiber, G. (1994): *Anaphores et Pronoms* (Glembloux: Éditions Duculot).
- Klein-Andreu, F. (1996): “Anaphora, deixis and the evolution of Latin ‘ille’”, en Fox, B. (ed.): *Studies in Anphora*: 305-331 (Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins).
- Kock, J. de / Gómez Molina, C. (1992): “Los pronombres demostrativos en registros análogos y diferentes”, en Kock, J. de / Gómez Molina, C. / Verdonk, R. (eds.): *Gramática española*. Vol. II. N° 5. *Los pronombres demostrativos y relativos*: 10-90 (Salamanca: Universidad de Salamanca).
- Lagares Diez, X. C. (2000): *O xénero en galego*. Tese de Doutoramento (iné dita). Universidade da Coruña. Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística.

- Lopes, Ó. (1985): “Algumas particularidades do português, e especialmente do português europeu, que importam á teoría semântica lingüística universal”, *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*: 85-104 (Lisboa: ICALP).
- Lugrís Freire, M. (1931) [1922]: *Gramática do idioma galego* (A Cruña: Imprenta Moret).
- Matos, M. M. / Muidine, S. A. (1997): “Acó e Aló”, en Castro, I. (ed.): *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. II: 211-217 (Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística).
- Mattoso Câmara Jr., J. (1997) [1970]: *Estrutura da Língua Portuguesa* (Petrópolis: Vozes).
- Melo, G. Chaves de. (1986): “Déficticos e anafóricos na língua portuguesa”, *Agália*, 8: 375-384.
- Pérez Sardiña, X. M. (1996): “Os adverbios absolutos de lugar. Achega semántica e dialectal”, *Cadernos de Lingua*, 13: 89-104.
- Porto Dapena, J. A. (1986): *Los pronombres* (Madrid: Edi-6).
- Pottier, B. (1972): *Estruturas Lingüísticas do Português* (São Paulo: Difusora Europeia do Livro).
- Ramallo, F. (2000): “Pragmática”, en Ramallo, F. / Rei-Doval, G. / Rodríguez Yáñez, X. P. (eds.): *Manual de Ciencias da Linguaxe*: 443-512 (Vigo: Xerais).
- Raposo, E. Paiva. (1973): “Sobre a forma *o* em português”, *Boletim de Filologia*, 22: 361-415.
- Roca-Pons, J. (1982): *El lenguaje* (Barcelona: Teide).
- Saco Arce, J. A. (1868): *Gramática gallega* (Lugo: Imprenta de Soto Freire).
- Teyssier, P. (1989): *Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)* (Coimbra: Coimbra Editora).
- Vilela, M. (1999) [1995]: *Gramática da Língua Portuguesa* (Coimbra: Livraria Almedina).
- Wandruszka, M. (1976): *Nuestros idiomas: comparables e incomparables*. 2 vols. (Madrid: Gredos).

## 5. Desenvolvemento das abreviaturas e siglas empregadas nas citacións literarias

- Blanco-Amor, *OB* = Blanco-Amor, Eduardo (1995) [1962]: *Os Biosbardos. Contos práxente* (Vigo: Galaxia).
- Blanco-Amor, *OGC*, II = Blanco-Amor, Eduardo (1992): *Obra en galego completa. Vol. II. Poesía e teatro* (Vigo: Galaxia).
- Castelao, *OC*, I = Alonso Montero, X. (dir.) (1975): Castelao, *Obra completa. Vol. I. Narrativa e teatro* (Madrid: Akal).
- CLU* = Centro de Estudos Fingoy (ed.) (1971) [1963]: *Contos populares da provincia de Lugo* (Vigo: Galaxia).
- CPG* = Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [reimpr. facs. da ed. de 1885-1986]: *Cancionero popular gallego*. 3 vols. (Madrid: Akal).
- CRS* = Asociación Xuvenil “Os Estraloxos” (ed.) (1999): *Cantigas e refráns da Ribeira Sacra* (Ribeira de Pantón: Edición dos autores).
- Cuevillas, *PR* = López Cuevillas, Florentino (1971) [1962]: *Prosas galegas* (Vigo: Galaxia).
- Cunqueiro, *FE* = Cunqueiro, Álvaro (1981) [1979]: *Os outros feirantes* (Vigo: Galaxia).
- Fernández y Neyra, *PRG* = Fernández y Neyra, José (1984) [reimpr. facs. da ed. de 1810]: *Proezas de Galicia, explicadas baxo la conversación rústica de los dos compadres Chinto y Mingote* (Pontevedra: Bibliófilos Gallegos).
- Ferrín, *AA* = Méndez Ferrín, Xosé Luís (1982): *Amor de Artur e novos contos con Tagen Ata ao lonxe* (Vigo: Xerais).
- Fole, *LC* = Fole, Ánxel (1983) [1953]: *Á lús do candil. Contos a carón do lume* (Vigo: Galaxia).
- Fole, *HNC* = Fole, Ánxel (1987): *Historias que ninguén cre* (Vigo: Galaxia).
- Fole, *TB* = Fole, Ánxel (1997) [1955]: *Terra brava* (Vigo: Xerais).
- García Barros, *PT* = Freixeiro Mato, X. R. (ed.) (1998): *Cos pés na Terra. Personalidade e obra inédita ou esquecida de Manuel García Barros*: 87-192 (A Estrada: Asociación Cultural “A Estrada” / Edicións Fouce).
- Lamas Carvajal, *SG* = Lamas Carvajal, Valentín (1981) [reimpr. facs. da ed. de 1880]: *Saudades gallegas* (A Coruña: Real Academia Gallega).
- Otero Pedrayo, *AMA* = Otero Pedrayo, Ramón (1928): *Os camiños da vida. Novela en tres partes. II. A maorazga* (A Cruña: “Nós”, Publicacións galegas e imprenta).



- Otero Pedrayo, *TI* = Marco, A. (ed.) (1991): Ramón Otero Pedrayo, *Teatro ignorado* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- POGA* = Blanco, D. (ed.) (1992): *A poesía popular en Galicia. 1745-1885. Recopilación, estudio e edición crítica*. 2 Vols. (Vigo: Xerais).
- Pondal, *QP* = Ferreiro, M. (ed.) (1995): Eduardo Pondal, *Poesía galega completa I. Queixumes dos pinos* (Santiago de Compostela: Sotelo Blanco).
- Rosalía, *CG* = Pociña, A. / López, A. (eds.) (1993) [1992]: Rosalía de Castro, *Poesía galega completa I. Cantares gallegos* (Santiago de Compostela: Sotelo Blanco).
- Varela Buxán, *FS* = Varela Buxán, Manuel D. (1975) [s.d.]: *O ferreiro de Santán e Taberna sin dono* (Lugo: Ediciones Celta).
- Sarmiento, *C* = Mariño Paz, R. (ed.) (1995): Fr. Martín Sarmiento, *Coloquio de vinte-catro galegos rústicos* (Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega).

---

## ***Agromar* [1936] e a(s) lingua(s): un discurso exemplificador do combate contra a diglosia**

---

*Goretti Sanmartín Rei*  
*Universidade da Coruña*

### **Resumo:**

Neste traballo realízase unha lectura desde unha perspectiva sociolingüística de *Agromar*, peza escrita por Filgueira Valverde e publicada, baixo o pseudónimo de J. Acuña, en 1936 cun interesante prólogo asinado polo pontevedrés. Para alén do propio texto da obra que ten sido obxecto de diversos achegamentos por parte de diferentes estudiosos do xénero teatral, procuramos tirar a máxima información do seu contorno máis inmediato, aqueles elementos que conforman o *peritexto* verbal do noso volume: título, subtítulo, prefacio, epílogo e notas. A funcionalidade bilingüe da farsa, a loita entre a aldea e a vila, o modelo de lingua elixido..., correspóndense cun esquema perfectamente deseñado polo autor en que cada peza serve ao proxecto doutrinal de transmitir, fundamentalmente á mocidade, actitudes de compromiso co país e co seu idioma.

### **Palabras chave:**

Paratextos, diglosia, linguas da interacción, conflito.

### **Abstract:**

*This essay is based on a sociolinguistic approach to *Agromar* by Xosé Filgueira Valverde, a play published with the pseudonym J. Acuña in 1936 and with an interesting preface signed by the author borned in Pontevedra. In addition to the text that has been analysed in different ways by many theatre critics, it was our main task the study of their verbal peritext: title, subtitle, preface, epilogue and notes. The bilingual functional character of the farce, the fight between village and small town, the choice of the language... respond to a perfectly designed plan with the aim of trasmitting, mainly to the youth, obligations with the country and its language.*

### **Key words:**

*Paratexts, diglossia, languages of interaction, conflict.*

## **1. Introducción**

A importancia dos elementos paratextuais incluídos na “primeira farsa para rapaces escrita en galego de que se ten noticia” (Carballo Calero 1981: 740), a peza

*Agromar* asinada por J. Acuña e prologada por Filgueira Valverde, en realidade a mesma persoa, fixeron que volvésemos tamén a nosa ollada sobre o conxunto desta obra, pouco considerada nos estudos teatrais, ora polo seu didactismo ideolóxico, ora por se autodefinir de maneira restritiva ao indicar seren os destinatarios ideais un único segmento da poboación, a xente nova, referente pouco frecuente no momento da súa publicación (1936) en calquera dos xéneros literarios desenvolvidos en galego naquela altura. Máis aínda, esta mocidade ten de se sentir vinculada, obrigatoriamente, ao mundo rural<sup>1</sup>, pois a intención é aloumiñar a súa enxebreza, algo só posíbel con quen parte desa tradición como aquela en que reside a alma galega. De feito, os rapaces da aldea vanse opor sempre aos da vila, e esa dicotomía vai ser suxerida tamén como posíbel título do epílogo se este se representar de maneira independente:

O remate, por exemplo, pode porse solto, como obra de burlas e co tiduo ‘Leria do señorito da vila co rapás da aldea’. Ou ser feito como prólogo, no escomenzo, de xeito que a farsa sexa o desenrolo das cousas que nos sorprenderon nel, se desta maña pode gorentar mais aos actores i-a súa xente, afeita xa á técnica do teatro (Acuña 1936: 17).

Porén, coidamos que non pode enmascarse esta obra no teatro de carácter infantil como se ten feito nalgunha ocasión (Riobó 2000: 28), sobre todo se concibimos este como aquel dirixido aos cativos e cativas, especialmente aos de menor idade, senón no teatro didáctico con intención de modificar a realidade inserido ou relacionado directamente cun proxecto educativo da mocidade galega, aquel dirixido por Álvaro das Casas, os agrupamentos Ultreya. Á coincidencia da data en que a peza é concebida coa 1ª Xeira da “Misión Biolóxica de Galiza” (aspecto sobre o que volveremos), únense as similitudes coas ideas expresadas no Decálogo desta organización (véxase *Nós* 98: 33, 15-II-1932), sobre todo cos apartados I, IV, VI, VII e IX. Se atendermos ao texto que precede a obra sob o título de “Representación”, veremos que do que se trata é de facer participar os rapaces, sendo estes elementos activos no desenvolvemento dramático, mudando elementos ou organizándoos doutro xeito ao asumiren a peza como a descrición dunha parte da realidade que todos coñecen:

Ás veces comprirá facer mais sinxela toda a obra; ás veces, crarexala con engádegas; ás veces deixar que os rapaces fagan a farsa de seu; o mestre a rexeitar, a escolmar, a compór cas mesmas ideas dos cativos, deica facer unha farsa nova (Acuña 1936: 17).

---

<sup>1</sup> “A aldea Diol-a dea” (Filgueira Valverde 1936a: 13) é un *desideratum* que paira sobre toda a obra, claramente orientada a demostrar as virtudes do agro e a necesidade de se fusionaren co *rus* aqueles empeñados en levar a cabo a rexeneración espiritual da Galiza.

Estamos, neste sentido, perante un texto que pretende porse ao servizo da loita galeguísta, máis un instrumento de propaganda e de chamamento á mobilización<sup>2</sup> desde a perspectiva neotradicionalista defendida por Filgueira Valverde. Lembremos que este é un dos seguidores das teorías de Antón Losada Diéguez, doutrina que comparte con Otero Pedrayo ou Risco e caracterizada, segundo Beramendi / Núñez Seixas (1995: 100-110), por diferentes cuestións, de entre as que cómpre salientar a concepción católica do mundo<sup>3</sup> e o enfrontamento entre tradición e modernidade<sup>4</sup>.

A nosa intención é ofrecer unha lectura da obra que non obvие os paratextos que a rodean, integrándoos na procura dun significado máis completo, algo que é imprescindíbel para a historia da literatura e para a contextualización da peza, entendendo esta como un sistema semiótico de significación e de comunicación<sup>5</sup>. Reducirmos o texto a aquel que é xa da obra, sen establecer o necesario diálogo previo con aqueles elementos que primeiro se nos presentan, supón, paradoxalmente<sup>6</sup>, coutar as posibilidades de interpretación do mesmo ao arredar unha das visións máis acaídas, pois unha das funcións básicas dos elementos paratextuais é favorecer unha “boa”<sup>7</sup> lectura (Genette 1987: 183).

<sup>2</sup> O propio prologuista di que a peza é “de senso social” (Filgueira Valverde 1936a: 10) con intención dun “trascender apoloxético do enxemplo” (Filgueira Valverde 1936a: 9). A función é, pois, semellante á expresada por outros autores, como Antón Vilar Ponte en *Almas mortas*, cuxo texto prologal ten a pretensión de xustificar a exposición en forma de teatro do que enunciado nun libro doutrinal non chegaría máis que a unha reducida parte daqueles a quen vai dirixida a mensaxe: “Os temas que alumeo, n’un libro doutrinal non chegarían craramente á todos. Mentres que asina, en xeito de novela dialogada, dentro d’un sintetismo vulgare, o mais real posibre, comprenderánnos e discutiránnos cantos me leian. O que compre é que ninguén se sinta molesto pol-o que se dí n’esta patriótica farsada, nova, en algo do que trata, nas letras peninsulares. A esceución pode acoller á cantos queiran. Ólese, pois, cada un fronte á regra xeneral. ¡Son chegádo-os tempos de facermos enxámen de conciencia tódol-os bós galegos! Y-eu dígovos que teño “americanos” na familia, e que eu mesmo fun “americano” (Villar Ponte 1922).

<sup>3</sup> Lembremos as críticas de Filgueira ás obras que se desviaban deste criterio, como a que Pérez Parallé presenta co título de *Pepa Andrea. Novela ñota de Pedro Guimarey esceificada por J. Pérez Parallé*: “Pedro Guimarey é descoñecido nas letras galegas, Pérez Parallé, non. No noso ficheiro aparez pol-o menos con tres traballos galegos publicados nas páxinas de “Abrente”, o orgao dos “Luises” de Compostela, fai uns cinco anos. A inspiración de “Pepa Andrea” rifa de cheo ca tónica relixiosa de aqueles poemas. E son precisamente aqueles poemas os que nos moven a ocuparnos desta obra. Porque a sona católica do autor pode levar a engano os lectores. E porque compre que os lectores lembremos tamén ao autor o seu verdadeiro camiño” (A[cuña] 1933a: 176).

<sup>4</sup> Contradición de difícil resolución, que neste caso podemos exemplificar nos elementos que irrompen no mundo labrego de man do señorito da Coruña no epílogo final: a referencia aos cabarés, o deporte representado no tenis, as tanguistas, etc.

<sup>5</sup> Favorecendo neste sentido unha utilización didáctica da obra como unha rede complexa e interrelacionada de significados, algo que xa ten sido sinalado con outras exemplificacións (Nogueira 1997: 261-273).

<sup>6</sup> Pois en xeral os paratextos imponen (ou condicionan) unha determinada lectura das obras ao reducir o coeficiente de *liberdade semiótica* do receptor.

<sup>7</sup> No sentido daquela desexada polo emisor da mensaxe.

Mais, vaíamos ao cerne da obra. *Agromar* representa con claridade a tendencia daqueles que defendían como predominante o valor da aldea no ser galego, os *enxebristas* ou *ruralistas*, utilizando denominacións de grande valor simbólico. Nese sentido, Filgueira achégase ao posicionamento de Antón Vilar Ponte ou Otero Pedrayo, observándose afinidades claras entre a personaxe de “Nito” e Adrián Solovio, feito salientado nas escasas referencias que esta obra ocupa nos manuais e nas historias de literatura galega (Bernárdez / Ínsua / Millán Otero / Rei Romeu / Tato Fontaíña 2001: 132), na maioría dos casos prescindindo da relevancia da instancia prologal. Unha lectura clarificadora da peza achámola en Rabunhal (1994: 222-223), quen obvia calquera comentario sobre o texto prefacial. Como tantas outras veces, é, do noso punto de vista, Carballo Calero quen ofrece unha mellor descrición do texto ao incluír importantes valoracións e abrir novos camiños de investigación:

Firmado J. Acuña, cun prólogo asinado cos seus propios apelidos, publicou Filgueira Valverde unha peza de teatro para rapaces titulada *Agromar*. Os persoaxes da mesma –todos masculinos– son nenos ou mozos, agás o médico don Enrique. Dividida en dous “lances” e un “remate”, é unha peza didáctica, orientada a defender e fomentar os valores da auténtica Galicia rural perante os falsos valores dunha cultura vilega mimética e esóxena. Opóñense “os mocíños da aldea” a “os pitos da vila”. Un daqueles transfunde o seu sangue a un destes, ferido en accidente de tráfico; e co novo sangue o Nito señorito de vila transfórmasse en mozo de aldea. A literariedade da peza é puramente estormental, pois só pretende servir á finalidade práctica que move ao autor. Mais éste, que contrasta a fala auténtica dos aldeáns coa xiria automatizada dos señoritos, percorrou e conseguiu que aqueles falasen un galego non por depurado menos vivaz e espontáneo (Carballo Calero 1981: 740).

O valor instrumental e o carácter pedagóxico que cae no maniqueísmo, por unha simplificación e un reduccionismo difíceis de solventar nunha obra cuxa finalidade principal é ofrecer un ideal á mocidade, é xa anotado polo prologuista, quen, como é habitual, advirte das pexas que probablemente se lle aporarán á obra, defendéndose previamente das acusacións que lle serán formuladas:

Si os cativos precisan un arte seu –e pois un teatro– é porque, máis achegados á fonte da vida, sinten máis fonda a chamada do ben i-a magoa da falsía. Os nenos piden que agarimemos a súa enxebreza e que lles demos un ideal. E compre facelo, mesmo en xogos de bandos e símbolos, como llo dá “Agromar” (Filgueira Valverde 1936a: 13).

Reparemos en que neste caso a *captatio benevolentiae* é exercida a través do tópicos da modestia (que terá diversas manifestacións no texto prefacial), rompendo coa habitual gabanza da obra e autor propia dos prólogos alógrafos.

Se o tema da rexeneración de Nito a través do sangue doado por Xelo lembra a problemática lingüística de *Maxina*, cuxa lingua viña determinada obrigatoriamente

pola clase social a que pertencía, a ideoloxía tradicionalista, que ve na aldea a autenticidade e os valores necesarios para salvar o país, aparece agora superposta dun elemento novidoso, o representado polo médico, identificado claramente co sector representado polo galeguismo, único capaz de se fusionar co ser galego. Como ten analizado Beramendi para a época que nos ocupa:

O galego por excelencia, o portador dos caracteres básicos do *Volkgeist* é o labrego e, en menor medida, o mariñeiro (debuxos de Castelao, desenvolvemento dos estudos etnográficos, literatura populista), ese pobo traballador que sofre como ninguén as consecuencias do atraso económico, da negación da súa lingua-cultura e dos mecanismos de dominación dun sistema político clientelista, centralista e autoritario (Beramendi 1999: 18).

Un determinismo social inmovilista provoca que a posibilidade de redención na Terra asente sobre esa nova caste de persoas que se acredita que están a xurdir, a fidalguía rexenerada ou as clases medias comprometidas, pois, a pesar das fortes mudanzas de comportamentos descritas na peza e do achegamento entre “labregos” e “señoritos”, o papel dos primeiros (representados por Xelo), e dos segundos (encabezados por D. Enrique e Nito), mantén as diferenzas de clase nun esquema claramente conservador:

*D. Enrique:* Xa o ouces. A aldea pide que estudiedes o que os probes non poden estudar. A nosa Terra pide inxenieros que sepan do millo e das patacas, das doenzas das prantas e da mellora do gando, do mel, do viño, dos piñeiros... de todas as cousas que a nosa grande irmán, a Terra, cría.

*Nito:* E Xelo?

*Xelo:* Xelo sementará o teu millo i-as tuas patacas, e ollará pol-as prantas, e pol-os piñeiros, e pol-o gando que tí traías pra nós; Xelo non deixa o sacho (Acuña 1936: 74).

A explicación dos diferentes criterios utilizados para un e para outro foi enunciada con anterioridade, cando Nito insiste en que Xelo debe estudar e este sente que ao facer iso acabaría afastándose da súa clase social:

[...] teño a seguranza de que este vivir señor me arredaría da Terra. Despois... sería como os amigos de Nito, perdida a i-alma na troula do señorío (Acuña 1936: 68).

No fondo latexa a imposibilidade de saír do círculo e de rachar coas diferenzas sociais, estabelecéndose unha alianza baseada na confianza mutua, mais onde cada quen serve, segundo a súa condición, ao país<sup>8</sup>. Velaí o desenlace final, pois así remata en realidade

---

<sup>8</sup> Algo que se entende como perfectamente compatíbel coa penúltima das leis do Decálogo ultiariano: “Porque soño n-un porvir de verdadeira fraternidade, farei que por rente de min se xunten todol-os rapaces galegos pra que o día de mañán non nos afasten prexucios de caste”.

a obra, xa que a escena que se desenvolve a seguir é considerada unha abrazadeira final, unha síntese ou un anticipo, dependendo do lugar escollido para a súa interpretación:

*Xelo*: A miña man labrega pra adeprenderte a choutar valados, o meu legón pra que o teu brazo abra o rego dos milleirás novos, a ledicia da miña amizade pra uns meses de vivir paisán, e unha aperta, que luxe ca miña roupa empoeirada do traballo o teu traxe de señorito... Que levas sangue meu! (Acuña 1936: 75).

A coincidencia é absoluta con aqueles postulados que vían no campesinado a única clase social que podía garantir as esenciais nacionais e que encarnaba as virtudes tradicionais. Para se converter ao nacionalismo, só precisarían a axuda das clases ilustradas, que podería rematar por resucitar, como Otero desexaba, o liderato social da vella fidalguía (Cabo Villaverde 1999: 293-294).

Mais se Carballo acerta perfectamente na súa descrición do fondo ideolóxico e da intencionalidade da obra, non menos relevantes son as palabras que dedica á lingua da obra. Dun coidado e depuración que a achegan á utilizada na actualidade, sen a excesiva artificiosidade con que outros autores fuxiron do español, o texto consegue ofrecer un idioma apto para a representación teatral, contradicindo a idea das “verbas limiares” en que Filgueira declara que “Galicia non é terra de dramáticas”, aludindo á escasa tradición existente contra a que loitaron algunhas das persoas vinculadas ás Irmandades. O texto ofrece tamén unha interesante alternancia de códigos, neste caso plenamente xustificada no carácter didáctico da peza, cuxo sentido sería incomprensíbel nunha obra totalmente monolingüe. A fuxida da identificación entre falar galego e provocar o riso e a inversión total desta situación no remate ao ser o noso idioma o empregado polas personaxes cultas e pertencentes ás clases altas, buscan xustamente a ruptura do horizonte de expectativas dun receptor que non pode máis que se interrogar sobre a realidade da situación alí descrita. O contraste con boa parte dos textos teatrais bilingües anteriores en que se reflectía un esquema diglósico polos temas ou a clase social dos protagonistas é evidente, mesmo coa intencionalidade de procurar outros referentes para un público afeito a un modelo que pasaba pola invisibilidade do noso idioma ou pola súa condena ao enclaustramento e á redución a un gueto. Non esquece Filgueira incluír un modelo de español claramente agalegado que todo o público sentirá como afastado da norma habitual dos contextos formais, na procura da ridiculización do seu emprego.

Outras suxestións de interese fálannos da ausencia de personaxes femininas, algo que é totalmente consecuente coa realidade que o autor quere mostrar, onde as mulleres son o pano de fondo invisíbel ou relegado a unha coparticipación dirixida en que todo está determinado con anterioridade. Se tanto as Irmandades, Nós ou o Seminario de Estudos Galegos foron proxectos claramente masculinos, non menos o foron os Ultreya e os grupos de estudantes que participaron como Filgueira na “Misión Biolóxica” de Galiza. Alén diso, a obra está claramente destinada aos varóns, pois as

mulleres recibiron habitualmente mensaxes ben diferenciadas<sup>9</sup>, e mesmo Filgueira ten expresado ese sentimento de desazón que lles producía ter que dar explicacións ás rapazas na súa lembranza dunha lección de Lousada Diéguez, o seu mestre<sup>10</sup>. Realmente a contraposición vai moito máis lonxe, confrontando o balbordo das nenas ao silencio dos rapaces, a súa actividade mental e espiritual á pasividade da muller, sempre subordinada ao varón. En definitiva, observamos o que non se pode definir máis que como desprezo pola muller, mesmo adubiado coa típica sublimación:

Despois o mestre entra mais fondo, en nós. Quen lembrara aquel eloxio da castidá vivificante, aquel endereitarnos cara un ideal, cara unha afición, cara unha constante actividá, pra gardar a nosa mocidade! Despois, a gabanza da muller, aquela beleza en que él adouraba a Dios, a fermosa dona, a irmán, a nai que tiñamos de lembrar fronte ós que soio a buscan como instrumento de pracer.

Logo o mestre escomenza paseniño a exposición da lección. Ó afondare no que sempre tratamos ledamente quéimanos a i-alma. Porqué teríamos tomado a xogo todo aquilo? Porqué os nosos pais non nos falarían así? [...]

Erguémonos calados e saímos sen falar. Fora, as rapazas baralleiras preguntan o qué nos dixo Don Antonio. Ninguén responde. Xa lles falará a elas (Filgueira Valverde 1929: 205).

A única posibilidade de salvación para as rapazas está en se comportaren de acordo co que agardan os homes das súas familias<sup>11</sup>, por tanto, seguindo un esquema que non permite tomaren elas as súas propias decisións. Defínense, xa que logo, en canto que irmás dos desleigados ou irmás dos bos e xenerosos, tal e como vemos no “mitin” final con que remata a obra:

Mira rapás: tí erel-o señorito da vila, nonsí?, xogador de tennis, bailarín de shottis, fillo de un señor de moito porqué, irmán de unhas rapazas á moda, que non saben facer o caldo –non, non te arrufes, que é certo– veraneante, socio da aburrida vagancia da mocedá das vilas; mais ten a nosa Terra unha caste de mozos, xente aldeán, xogadores de chave, bailadores de muiñeira, fillos de labradores ou de mariñeiros, irmáns de rapazas que saen ao fío da media noite a tornal-os regos, unha caste leial ao seu sangue... (Acuña 1936: 91-92).

<sup>9</sup> Pénsese na realizada por García Barros (1930: 1-8) no Certame literario do “Día de Galicia e da Fala Galega” celebrado en Pontevedra en 1929 sob o tema: “Una vez limpio y fijo nuestro idioma, ¿qué resortes podrán emplearse para que lo adopten nuestras mujeres de la clase media y elevada a fin de verlo entronizado en todo los ámbitos de la Raza?”.

<sup>10</sup> Sobre a consideración das mulleres en Lousada Diéguez (claramente herdada por Filgueira), véxase Ríos Bergantinhos (2001: 94-98).

<sup>11</sup> Pais, esposos, noivos, irmáns... Lémbrese a este respecto a peza de Rodríguez DÍaz (1935) *De volta pr’a terra*, onde a arxentina Teresiña se sente galega e mesmo pode falar o noso idioma por amor ao seu mozo, Andrés, galeguista convencido, mentres que a renegada e “solteirona” Quica volve convertida en “americana” sen posibilidades de se reintegrar no seu propio país.



## 2. O noso primeiro achegamento á obra: aparato titular, autor, prologuista e elementos paratextuais non verbais

O carácter pedagóxico e exemplarizante do texto está fortemente marcado nos paratextos iniciais: a aparición da profesión asociada ao pseudónimo habitual do polígrafo pontevedrés, “J. Acuña, escolante”; a indicación de que a peza se insire no “Teatro Escolar Galego”<sup>12</sup>; no título, en principio un claro referente rural, mesmo con connotacións simbólicas da fusión das clases populares fundamentais do país (labregos e mariñeiros), a través da asociación ao espazo onde desenvolven as súas actividades. Porén, a partir do significado orixinario de “botar os gromos as plantas”, acaba por se aplicar figuradamente á aparición progresiva de algo que está oculto ou que era descoñecido. Xustamente referíndose a este termo rematan as “verbas limiares”, indicándose que aqueles que quixeren converterse en homes poden comezar a “vivir a nova vida que está xa a agromar”, palabras repetidas por Nito ao final do lance segundo, cando, igual que Solovio, sente o seu ser renovado (Acuña 1936: 73). Coa mesma acepción aparece ao final das indicacións para a representación, neste caso salientando a idea de colectividade, de grupo: “‘Agromar’ é un berro de irmandade!”. Da confrontación vila / aldea, perfectamente visíbel na estampa que ilustra o texto (cunha caracterización marcada pola utilización do moderno e deportivo pantalón curto dos “pitos da vila” e a pucha dos “rapaces da aldea”), ten de nacer a síntese que recolle o título e que xa marca a liña do elemento que debe prevalecer. O tema das diferenzas entre “nenos pobres” e “nenos ricos” xa fora tratado por Filgueira na serie de relatos curtos publicados con anterioridade (Filgueira Valverde 1925e). O nome escollido para identificar a peza, alén de poder ser un “calco semántico sobre o castelán *brotar*” (Monteagudo 1991: 301), simboliza a aposta por consolidar un modelo de galego culto a través dunha das vías máis traballadas por Otero Pedrayo ou Castelao: a ampliación semántica a partir de acepcións metafóricas ou abstractas que posibiliten o emprego para a expresión de novos conceptos das palabras patrimoniais.

O subtítulo (*Farsa pra rapaces*) ten unha función enfatizadora da tipoloxía textual en que o autor desexa inscribir a obra. Mais introduce tamén un elemento caracterizador da lingua co emprego de *pra*, forma que podemos considerar canónica naquela altura, que se opón no texto a *para* no enunciado “para perguntar por Nito” (Acuña 1936: 31), ao apareceren as dúas formas ao comezo do cadro segundo entre aspas, simbolizando seren estas palabras pronunciadas polos amigos do señorito que o veñen visitar, nunha primeira escena que se desenvolverá nese español agallegado característico dos “pitos da vila”.

<sup>12</sup> Idea reiterada no prólogo, cando Filgueira di que “Acuña viñera chantar un novo esteo no camiño apenas encetado do noso teatro, o primeiro esteo do teatro das nosas escolas” (Filgueira Valverde 1936a: 9).

E, xa para rematar, a obra apréséntase cun autor descoñecido (J. Acuña) que precisa alguén de renome (Filgueira Valverde) para lle dar a benvida literaria. Sen esa presenza a publicidade da peza ficaría reducida a aqueles interesados no teatro galego, posibilitando o seu aval un prestixio conformado, individualmente, pola súa xa importante traxectoria investigadora, e, colectivamente, pola pertenza ao Seminario de Estudos Galegos e ao galeguismo organizado. A partir de aquí, as expectativas do público lector non decaerán, pois o prólogo que antecede a obra vai pór en riba da mesa as relacións entre autor e prologuista ofrecendo datos de interese desde o punto de vista literario, lingüístico e histórico, que pasamos a analizar.

### 3. As “Verbas limiares”

Tamén o prefacio e o epílogo cumpren unha función ideolóxica chave para entendermos a obra: o primeiro ao establecer unha loita entre dúas tendencias que puxan por se manifestar na mesma persoa, resultando gañadora aquela que se compromete coa causa galeguista, coa súa terra e co seu idioma; o segundo cobra unha forza inusitada mercé ao carácter sintético e a súa autonomía (xa salientada na presentación inicial), quizais máis suxestivo canto que menos explícito, e, con maiores posibilidades teatrais polo seu ton marcadamente humorístico.

Nun interesante xogo ideolóxico-literario, Filgueira comeza por realizar unha aclaración que resulta absolutamente certa no que respecta ao libro a que nos estamos a referir (“Fixera mentes de lle non pór limiar a mais libros que aos meus”), pois se ben autor e prologuista non coinciden formalmente, non teñen, como acabamos de ver, o mesmo nome e apelido, e desa maneira se presentan ao público lector desta farsa, Acuña e Filgueira son, en realidade, unha mesma persoa, e o prefaciador non fai máis que cumprir o que se impuxo: non prologar un libro que non fose seu. Nesta presentación dunha dupla personalidade, dun autor desdoblado en dous que coinciden, ofrecénsenos datos biográficos do propio Filgueira<sup>13</sup> (alumno de Lousada Diéguez, asistencia á primeira conferencia en galego en Pontevedra ofrecida por Otero, cursa estudos de Letras e Dereito en Compostela –“Acuña estudaba Dereito, eu adicábame mellor a Letras”–, participa no Seminario de Estudos Galegos), que realiza un percorrido pola súa infancia e mocidade e comenta que Acuña e o prologuista acaban por colaborar en diferentes xornais con distintas seccións, mesmo coa utilización de distintos idiomas cada un: “el en castelán, eu en galego”.

<sup>13</sup> Datos que coinciden cos apuntados por Isla Couto (1932: 215) na súa participación na obra colectiva de Utreya, *Primeira Xeira. Misión biolóxica de Galiza*, onde anota a importancia de Otero e de Losada Diéguez na vida de Filgueira e indica que *A fíestra valdeira* é unha das súas obras favoritas.

Dúas cuestións merecen o noso interese de maneira principal:

– A primeira é o feito do recurso ao pseudónimo tan habitual e tan importante nunha literatura que está no inicio do seu desenvolvemento e conformación. Así, alén do gosto persoal pola utilización de pseudónimos en todas as épocas, esa tendencia pode verse favorecida pola necesidade de seren máis homes e mulleres<sup>14</sup>, de existiren máis escritores e máis compañeiros na causa. En literaturas pequenas, de resistencia, a creación de pseudónimos pode converterse en máis unha maneira de aparentar ser máis dos que realmente están para dar unha impresión de forza, de pluralidade e heteroxeneidade moitas veces inexistente. Esa é xustamente a nosa interpretación respecto da utilización do pseudónimo J. Acuña por parte de Filgueira en *Agromar*, e non o intento de “distanciarse dunha obra menor” ou de lle render

unha homenaxe a ese amigo imaxinario que todos, cando nenos, temos, a ese amigo que nos acompaña na infancia, co que mantemos interminables conversas “no colo da i-ama” -cando había amas-, “nos brinquedos de neno ou nos xogos de rapás” (Álvarez Ruiz de Ojeda 1992: 84).

Cando Nito lembra a súa infancia, non o fai acudindo á nostalxia dos xogos e a felicidade da nenez, senón para recuperar a lingua perdida naqueles beizos da súa ama e a profundidade das súas reflexións, opostas á conversa baleira dos señoritos. Trátase de renacer acudindo ás orixes, o que fai posíbel o seu reencontro coa Terra:

*Nito*: A miña i-ama, a que me adprende o galego –e ben que lle ten berrado o meu pai – denantes do trafego de me arroupar no leito, decíame sempre: “Estás como un rei nunha cesta”, “meu señorito pequeno”. E agora ao agariarme acochadiño dime que “estou como acio nun gueipo” e chámame “meu brañego”, “meu espelliño mellor”...

*Xelo*: É un falar.

*Nito*: Si, é un falar. Pero eu non son o mesmo. Aborrezo o que denantes me goren-taba.

*Xelo*: Os ovos moles, as tartas, galiña...

*Nito*: Non, as cousas do señorío.

*Xelo*: Esas son cousas do señorío.

*Nito*: Bah. As outras: a conversa báfua, o facer que se fai, i-ese orgulo, Xelo, esa fachenda de ser máis, de ter máis, que non sei de que ven (Acuña 1936: 51).

<sup>14</sup> Sobre a tendencia dos escritores galegos a se mascararen sob pseudónimos femininos, véxase Álvarez Ruiz de Ojeda (1992: 69-92).

Para a importante produción literaria desenvolvida na época eran poucas as persoas que estaban en condicións de atender as exixencias dun idioma que se quere levar a todos os ámbitos, sobre todo se estamos a falar de temas que requiran unha preparación específica, unha determinada instrución. Nesta perspectiva, o desdoblamento faise necesario. Só así se pode explicar a participación de Filgueira nunha revista como *Logos*, intervindo nalgúns números con tres artigos diferentes, mesmo un a continuación doutro<sup>15</sup> ou, en ocasións, de asinar coas iniciais do seu pseudónimo *J. A.* e falar de Filgueira tal e como sucede nos números 42 e 43.

– O recoñecemento de Filgueira como escritor bilingüe nesta etapa é unha obviedade. Dependendo de para que medio de comunicación, do tema, do momento, as súas intervencións van ser unhas veces en galego e outras en español, sen se axustar a ningunha regra de contido ideolóxico. Así, un dos seus primeiros artigos, con só 18 anos, dedica o seu traballo “A mi maestro el benemérito presidente de la Sociedad Arqueológica de Pontevedra don Castor Sampedro”, e asina como

José Filgueira Valverde, alumno de las Facultades de Letras y Derecho en la Universidad Compostelana. Socio Numerario del Seminario de Estudios Galegos (Filgueira Valverde 1924b).

Poderíamos escoller outros exemplos, algúns deles anteriores (véxase Filgueira Valverde 1924a), en que pasaría o mesmo. O xogo proposto por Filgueira valería para opor as “Glosas” asinadas por “Juan de Acuña” no xornal *El Ideal Gallego* (por exemplo o 8 de Febreiro de 1925, titulada “La tuna”, ou as varias de temática franciscana publicadas ese mesmo ano –Filgueira Valverde 1925b, 1925c e 1925d) aos “Vieiros” de Filgueira publicados en *Logos*, mais tanto un como o outro (se se nos permitir a reiteración no xogo), utilizaron as dúas linguas. Por iso o aceno ao lector feito por Filgueira ao final desta duplicidade (a conversión de Acuña ao galeguismo), non oculta a forte conflictividade vivida ao respecto, embora o escritor pontevedrés defendese a utilización do idioma galego e que unha das súas maiores preocupacións fose a non galeguización da Igrexa e a non confesionalidade relixiosa dos galeguistas:

Encol da mesa están dous xornás que o correo trouxo xuntos: un xornal de emigrados, un boletín católico. O xornal dos emigrados aldraxa en galego aos sacerdotes da miña terra por alleeiros, o boletín católico apoupa en castelán aos galeguistas por coincidir co programa dos masóns. Debrúzome na fiestra, perto do meu casal hai dúas escolas, unha ceibe, dos católicos, outra do Estado, con mes-

<sup>15</sup> Véxase o número 34 da citada revista, onde tras un artigo titulado “Na Festa de Christo Rei do ano xubilar”, asinado como *J. Acuña*, Filgueira escribe outro artigo “Henri Bremond (1865-1933)”, neste caso asinado como “FILGUEIRA VALVERDE”. Para completar o número, *J. A.* volverá asinar a “BIBLIOGRAFÍA”, sección que Filgueira cubriu en moitos dos números da revista, coas iniciais do pseudónimo de *Juan Acuña*.

tres da ATEO. Na escola do Estado os rapaces acaban de cantar o hino galego e con seguranza neste intre estarán lendo uns poemas de Cabanillas, na escola católica as maestras bérranlles aos rapaces cando falan en galego. Eu penso que cicais nesta mesma hora se estén dando algúns mítíns por isas aldeias adiante; os oradores anticatólicos falarán con seguranza o galego; os dereitistas atacarán as variedades dos pobos co ensoño de unha centralización que ten moito mais que ver co humanismo e ca Revolución Francesa que ca idea pluralista do Estado Cristiano tradicional (F[ilgueira] V[alverde] 1936b: 52).

Non está de máis ver as similitudes dos termos empregados: “Alleiro” (Filgueira Valverde 1936a: 8), “Separatista” (Filgueira Valverde 1936a: 9) son os alcumes que se dedican os dous amigos nunha loita sen ciúmes, pois logo ían xuntos cobrar o seu traballo xornalístico.

A brincadeira chega mesmo ao extremo de situar a obra prologada a penas como un xogo pobre de técnica, sen comparación posíbel con outras, feitas e cheas, como a “*Fiesta Valdeira*”, co comentario seguinte de Filgueira: “sei que Acuña non levará a mal esta sinceridade”. Rómpeuse aquí, máis unha vez, a obrigada *laudatio* da obra e autor por parte dun suposto prologuista alógrafo que interpreta o papel que corresponde ao prólogo de autor: escusar a obra na modestia e nunha necesidade circunstancial, a de pasar o tempo ou de contribuír á causa cun pequeno gran de area. Esta idea de abrir camiños que outros deben continuar enfronta os dous *eus* filgueirianos:

Quixen convencer a Acuña de que o editase, quixen que traballase en novos “xogos”, uns de senso social a maña diste, outros de senso lírico, como as xeiras de Zorro ou de Meogo. Non quixo, i-adios: El non era poeta, nin tan xiquer literato, fixera “Agromar” nun lecer, pra abrir unha laboría onde outros viñesen traexitar, “Eu labro, díxome; que sementen outros” (Filgueira Valverde 1936a: 10).

Outra idea importante é a de ter pretendido realizar un prólogo afastado das súas características habituais, sen se deixar levar polos tópicos, pois Filgueira declara non ser amigo destes textos iniciais, sobre todo se estes son alógrafos<sup>16</sup>. Neste sentido, denúncianse os prólogos alleos, entendidos como mercadoría, como “contratos” entre vellos e novos, como un xeito de submisión:

As avesas, o prólogo alleo é unha avinza curial. O escritor novo merca unhas verbas alaudosas do escritor vello a troques de lle poñer o nome na portada. O vello escribe enfasiado, coutando de non luxal-a sua sona con gabanzas de mais; o novo fai imprimir aquelas liñas serodías en letra grande, temendo que teñan lectores de menos. Unha contrata onde xogan choio e facenda, de costas ao arte [...].

I-en forza de gabar a Acuña sin me baixar a falar dél e da sua obríña, debullaría eiqú unhas verbas valeiras... (Filgueira Valverde 1936a: 7-8).

<sup>16</sup> Idea tamén compartida por Otero que sente os prólogos alógrafos como ruído innecesario, mesmo distorsionador da mensaxe que se quere transmitir.

O xogo é, como se pode ver, perfecto. E dentro desta constatación de estarmos asistindo realmente a un relato autobiográfico do propio Filgueira<sup>17</sup>, nada impide que interpretemos literalmente as súas declaracións sobre a data da realización da peza e os intentos para ser estreada. Neste sentido, Filgueira cóntanos que a obra xurdiu no verán de 1932, meses despois de ter asistido á Misión Biolóxica cos Ultreya<sup>18</sup>, momento probábel en que xorde nel “a vocación pedagóxica, a arrincarme do isolamento de “Arquiveiro-Bibliotecario-Arqueólogo” (Filgueira Valverde 1936a: 10). A relación de Filgueira co teatro non foi esporádica nin referida tan só a do teórico que realizou diferentes traballos sobre a dramaturxia galega<sup>19</sup>, senón que, alén dos seus contributos teatrais (Filgueira Valverde 1969: 325-340), participou no grupo “Universidad” formado por Cotarelo:

Eu facía o modesto rol de traspunte e gardo algún dos libretos coas acotacións (Filgueira Valverde 1984: 63).

É posíbel, pois, que a obra fose ensaiada coa intención de ser levada á escena nestas datas, xustamente aproveitando a relación establecida cos rapaces do grupo, de quen mesmo se conta a situación en que se encontran uns anos despois. Todo, por tanto, moi lonxe da posición “distante e motivada por un afán esteticista e intelectual” (Riobó 2000: 28), algo que se non pode aplicar a *Agromar*. Mais a guerra civil española frustrou as posibilidades de observarmos a recepción deste e outros textos sen tempo para seren divulgados tras o horror franquista (Tato Fontañá 1999: 153-154).

#### 4. Primeiro e Segundo Lance

A contraposición no primeiro lance establécese en dous diálogos mantidos, primeiramente polos “rillotes” da aldea, e despois polos “pitos da vila”, en galego e español respectivamente, co mesmo tema de conversa e cunha visión totalmente enfrontada e irreconciliábel. O único elemento disonante con esta situación será a figura do médico, “D. Enrique”, de quen se di o seguinte: “Guillose en Santiago. Es de esos que les da por el gallego”. O lance remata co ofrecemento de doar sangue para o señorito accidentado realizado por un dos mozos da aldea, Xelo. Afnda que a intencionalidade sexa en principio gañar unha aposta para recuperar o seu can

---

<sup>17</sup> Que, como el diría de Otero “sempre soupo representar o seu propio papel, e non outro” (Filgueira Valverde 1979: 396).

<sup>18</sup> Que, segundo coñecemos, levaron a escena diferentes pezas teatrais, entre elas algunha de Cotarelo Valledor, tal e como Illa Couto ten referido a Uxío-Breogán Diéguez Cequiel, investigador que está a traballar sobre Álvaro das Casas e os Ultreya (véxase Diéguez Cequiel 2002: 93-105).

<sup>19</sup> Entre os que cómpre lembrar o recollido nas súas Leccións de Literatura Galega, ou, cincuenta anos máis tarde, o traballo sobre o teatro de Cotarelo Valledor (Filgueira Valverde 1984: 59-812).

Tulé, roubado primeiro polos señores e logo por un amigo do propio Xelo, axiña se ha descubrir que en realidade o rapaz tiña má conciencia por lle ter desexado algún mal a Nito ao telo privado da compañía do animal.

No segundo lance dásenos conta do proceso sofrido por Nito tras recibir o sangue de Xelo, imbuído dun espírito aldeán que xa latexaba nel, pois agora lembra o galego con que se dirixía a el a súa ama de pequeno, a pesar da oposición de seu pai. A dignificación dos maiores lígase a este proceso de conversión espiritual, onde Nito acabará por falar “o saber dos vellos por boca dos rapaces”. De feito, na primeira escena, falan o accidentado convalecente e o seu salvador, Xelo, quen, alén de o instruír nos saberes labregos, acaba por se recoñecer como un vello, apreixando a esencia das cousas, algo que Nito sente moi afastado das súas habituais preocupacións:

*Nito:* Dis unhas cousas...! Como a miña i-ama. Como Don Enrique... Cousas fondas, que eu non enxergo e que tí mesmo non sabes a fondura que teñen. Quén chas adeprende?

*Xelo:* Son falares de vellos. Ás veces fala ún con verbas que escoitou de pequeno. Agora a falar dos enxertos e das mazáns, tiña mesmo diante, falando, ao meu abó (Acuña 1936: 52).

A confrontación e a ruptura cos seus amigos vilegos non se fai agardar, mais el mantense e defende con dignidade a súa escolla lingüística. O seu discurso fortemente ideoloxizado provoca as iras dos seus amigos, incapaces de comprenderen o seu cambio de idioma. Entre os insultos que lle dedican ao se despediren está o de “Marcos da Portela”, feito que evidencia a tradición reivindicativa en que se insire tras a súa conversión. En realidade, este, e outros referentes literarios introducidos no texto (mesmo con citas de poemas en galego e catalán), conforman un lector ideal que, sen ser o modelo culto oteriano, si que ten que pertencer a unha tradición galeguista e sentirse predisposto a compartir unha determinada concepción do mundo dominada polo achegamento á aldea para obter unha comprensión global do contido da peza. Tamén é nesta liña como temos que interpretar a decisión de Nito, tras as convincentes palabras de D. Enrique, de estudar como unha exixencia da súa Terra, utilizada para incluír un dos posicionamentos habituais da época, a necesidade de eliminar a referencia castelá, procurando a cultura alén das fronteiras do estado español:

*Nito:* Pero terei que ir a Madrid. Con Lolo, con Perico, con todol-os miñocas.

*Don Enrique:* Non, a Madrid non. Mais lonxe. Que saben en Madrid das nosas cousas? A Dinamarca, a Bélxica, ás terras ceibes en que non hai señoritos nin mendiños, onde se vive pra o traballo e pra o ben (Acuña 1936: 74-75).

## 5. Remate

A conversión ao galeguismo modifica totalmente a “Nito”, que se presenta “vestido ao xeito dos cativos da aldea”, cun “legón ao lombo” e cantando a primeira estrofa do poema de Cabanillas “Galicia”. Á súa beira vai aparecer un rapaz da vila de veraneo con “pantalón branco, camisa sport, raqueta ao brazo, andar aseñoritado”, quen cantará calquera “parbada á moda. Por exemplo: ‘Pichi, es el chulo que castiga...’”.

O enfrontamento colectivo anterior faise agora individual. Un renovado Nito, xa convertido en Xancifío, conversa co señorito da Coruña que pasa as vacacións aburrido na aldea. A ridiculización do español empregado (“Te soy de La Coruña”, –Acuña 1936: 81; “Bah, mi padre está muy ocupado. Y también te va por allí a las veces”, –Acuña 1936: 82; “Soy aún muy nuevo y no quiero saber de eso”, –Acuña 1936: 86), adubíase coas referencias ao inglés e a burla despiadada de Xan, que lle segue a corrente para desmontar cada unha das súas opinións frívolas sobre o mundo, deixando en evidencia a súa hipocrisía e fachenda.

Ao final, reaparece novamente a voz de Don Enrique explicando o papel do señorito Juanito tras ouvir a chamada da Terra, confirmando esa visión de redención da Galiza a través da fusión da fidalguía co pobo, nun equilibrio ideal que compense os diferentes saberes de cada clase:

E deixando a conversa vagaceira, i-o vivir levián, douse en saír pol-a campía, a falar cos probes, a adprender os ditos dos vellos, a traballar nas leiras, a beber cos ollos a fondura infinda da paisaxe nos mais outos curutos. Pra ser mañán, como hoxe son eu, consello e guía dos que sabendo máis que nós en tantas cousas... precisan do saber novo que nós podemos ter, sendo, ao mandado dos irmáns labregos, un paisano con estudos, xornaleiro dos paisanos que non os teñen (Acuña 1936: 92).

O remate significa o cerramento do círculo, pois volve levarnos ao comezo, nunha proposta totalmente afastada dun refuxio estético noutros tempos; nada máis próximo ao desexo compartido con Otero de crear minorías dirixentes que representen as arelas do pobo e que volvan ás aldeas na procura da súa rexeneración<sup>20</sup>.

## 6. A lingua e a súa consideración

Xa por último, cómpre referírmonos á fala, á aposta polo galego popular que, segundo opina Filgueira, está a ser maltratado, refugado polos escritores. Esta idea, xa expresada no prólogo<sup>21</sup>, terá continuación no desenvolvemento da peza, intentando loitar contra os prexuízos das mulleres das clases medias e do señoritos:

<sup>20</sup> Véxase a este respecto Quintana / Valcárcel (1988: 67-74).

<sup>21</sup> “Mais a obra gorentoume pol-o seu acento oral, popular, tan refugado por todos nós” (Filgueira Valverde 1936a: 9).



Unhas señoritiñas cursis abanean o “María de la O” pra lembrármonos que saímos da nosa terra. “Puah, Galicia, que asquito...”. Rube no auto un rapazote que vai pasalo domingo na “capital”. Dinos nun patois chulesco cousas inanes dos votos, do baile e da timba. A volta escoitaremos “Rosío” e virá axustarse na dianteira unha señora foupella, vestida de laberca, a malsinar das mulleres da aldea que falan como cadelas e teñen porcos os míseros fogares (Filgueira Valverde 1936a: 11).

Cómpre lembrarmos que non só en 1936 existía xa unha importante tradición escrita que ía conformando unha determinada lingua literaria, senón que se deran algúns pasos para a súa estandarización, movementos a que Filgueira Valverde non fora alleo. De feito, a súa participación en diversas obras gramaticais e na proposta de establecemento dunhas normas elaboradas polo Seminario de Estudos Galegos fai que desde *Logos* se asuman esas normas como as orientacións básicas da escrita do idioma. Sen entrarmos agora nesta polémica, vexamos as palabras do propio Filgueira (utilizando o pseudónimo de J. Acuña), a este respecto:

A Sección de Filoloxía do Seminario de Estudos Galegos que dirixe o sabido mestre compostelán e colaborador desta nosa revista, Pauliños Pedret Casado, unha das figuras mais esgrevias do crero galego nos nosos días, ven traballando dende a súa fundación no estudo da unificación da lingua galega, vello anceo dos escritores da nosa fala e dos lectores todos da terra galega que nas variedades que superan a nosa riqueza dialectal topan algunha dificultade pra cultivaren o belido idioma dos Cancioeiros.

Froito de detidas investigacións, estas normas, exempro de prudencia e de siso, non unifican mais que o puramente necesario, deixando un marxen de variedades que o tempo mesmo se encargará de reducir a unidade co cultivo literario, por sorte cada vez mais espallado da nosa lingua. Do mesmo xeito nas espiñentas eleccións entre as formas lusitáns e as casteláns foron de cote imparcialmente escollidas aquelas que respondían á necesidade do uso actual ou a unha superioridade técnica sin grandes e perigosas innovacións (A[cuña] 1933c: 192).

A obra, en xeral cun galego moi coidado, presenta algunha incorrección na colocación pronominal, no emprego de *te* e *che* ou na aparición dun tempo composto (“*Nito*: Bah. Si o houbera feito antes”, –Acuña 1936: 58), erros nalgún caso xustificadas probabelmente por ser o señorito quen, agora convertido ao galeguismo, fala un galego á forza diferente do utilizado polo resto das personaxes populares da obra. Notemos algúns destes enunciados problemáticos, por exemplo, cando Nito fala por primeira vez galego diante dos seus amigos e cando conversa cos rapaces da aldea:

— Qué? Non entendedes ou vos fai gracia? (Acuña 1936: 55).

— O ves, Xelo (Acuña 1936: 69).

Ora ben, non sempre estes descoidos gramaticais poden ser atribuíbeis ao desexo de mostrar a lingua dun neofalante, mesmo co galego como lingua do seu contorno desde a infancia, aparecendo en ocasións algún que outro erro na lingua dos galego-falantes iniciais:

- “*Xelo*: N’os vin. Saín hoxe, ao pomar, por primeira ves. Don Enrique dixera de non te deixar soio, a escismar, que te contara contos dos vellos e xogos dos nenos” (Acuña 1936: 61).

Canto á representación de certos fenómenos fonéticos de carácter dialectal, cómpre salientarmos o emprego do seseo final en determinadas voces, como *rapás*<sup>22</sup> (Filgueira Valverde 1936a: 8; Acuña 1936: 24, 78, 79 e 91), *vos* (Filgueira Valverde 1936a: 8), *ves* (Acuña 1936: 23 e 61) e *lus* (Acuña 1936: 39). Igualmente, é destacábel a influencia da hipercorrección da gheada en *Guan* (Acuña 1936: 64).

Graficamente, ademais de opcións sistemáticas como o emprego de *ao(s)* e a eliminación de acentos graves e circunflexos, é constatábel unha importante redución no uso de apóstrofos e trazos, signos moi utilizados na etapa enxebrista ou diferencialista, segundo a terminoloxía empregada por Fernández Salgado e Monteagudo Romero (1995: 99-176), achegándose o galego considerabelmente ao modelo lingüístico actual. Canto aos trazos, estes resérvanse:

- para a unión do verbo co artigo, fenómeno que non se realiza de maneira sistemática e que sempre prioriza a marcaxe de *o, a, os, as* como formas do artigo: *milloral-a obra* (Filgueira Valverde 1936a: 10), *todol-os seus temas* (Filgueira Valverde 1936a: 10).
- no encontro da conxunción copulativa *i* coa vogal con que comeza a palabra seguinte: *i-eu* (Filgueira Valverde 1936a: 9), *pol-a i-alma, i-enfíalle* (Acuña 1936: 21).

O uso do apóstrofo nalgunhas ocasións contrasta coa tendencia á súa eliminación, sobre todo na contracción da preposición *de* co pronome persoal de terceira persoa ou cos demostrativos (*d’ela, d’aquela* –Acuña 1936: 25 / *diste* –Filgueira Valverde 1936a: 10), e esporadicamente coa aglutinación da preposición *en* e algúns pronomes (*n’unha* –Acuña 1936: 31). Probabelmente foi esa procura dunha linguaxe popular a que motivou a aparición tamén do apóstrofo en dúas ocasións sinalando a contracción producida na fala entre o adverbio de negación e unha forma do verbo *ser*: “N’ é mester” (Acuña 1936: 22), “n’o fai” (Acuña 1936: 30) “Fago o que ti n’és home de faguer” (Acuña 1936: 29).

<sup>22</sup> A única excepción en que lemos *rapaz* (Acuña 1936: 71), esta forma aparece en boca de D. Enrique, caso que, de ser intencionado (feito dubidoso, pois máis adiante D. Enrique emprega o mesmo vocábulo con seseo final), podería querer indicar os diferentes rexistos existentes no interior do galego. De feito, a lingua de D. Enrique non é a de Xelo, e non só polos diferentes contidos que un e outro desenvolven.

Desde o punto de vista morfolóxico, a regularidade, sen ser total, é a regra xeral:

- O resultado de -ANU / -ANA é *an*: *citra levián* (Filgueira Valverde 1936a: 8), *man*, *chan* (Filgueira Valverde 1936a: 11), *irmán*, *vran* (Filgueira Valverde 1936a: 12), *levián vivir* (Filgueira Valverde 1936a: 13), *a miña irmán* (Acuña 1936: 25), *cristián* (Acuña 1936: 26), *mazáns* (Acuña 1936: 49, 50, 52, 66), *mañán* (Acuña 1936: 68, 70 e 92), *camiño aldeán* (Acuña 1936: 79), *xente aldeán* (Acuña 1936: 92). Achamos un único caso de ruptura da norma na forma *pedra grá* (Filgueira Valverde 1936a: 11).
- O plural das palabras rematadas en *-n* é *-ns*: *vacacións* (Filgueira Valverde 1936a: 10), *mazáns* (Acuña 1936: 50, 52 e 66), *estrobáns* (Acuña 1936: 59), *mans* (Acuña 1936: 62), *irmáns* (Acuña 1936: 92).
- O plural das palabras polisílabas rematadas en *-l* presenta a solución central: *xornás* (Filgueira Valverde 1936a: 8), *casás* (Filgueira Valverde 1936a: 11), *papés* (Filgueira Valverde 1936a: 12) e *milleirás* (Acuña 1936: 75). A excepción, cun plural en *-les* achámola en *caracoles* (Acuña 1936: 83).

Temos de salientar como fenómenos particulares:

- a) A aposta polo emprego do infinitivo flexionado: “Terán aínda un leme de fervor por serviren aos seus?” (Filgueira Valverde 1936a: 11); “Unhas señoritiñas cursis abanean o “María de la O” pra lembrármonos que saímos da nosa terra” (Filgueira Valverde 1936a: 11); “E traballar nos agros e saírmos ao mar, e rubir aos curutos mais outos” (Filgueira Valverde 1936a: 12); “sin iren a ningures” (Acuña 1936: 22); “Nito, ao sairen os rapaces, debruzouse a chorar caladamentes” (Acuña 1936: 71).

Nalgunha ocasión, porén, esta potenciación provoca un uso errado pola falta de concordancia co seu suxeito: “eu a rematar Letras en Zaragoza, pra seren Arquiveiro de calquer Concello poirento ou Arqueólogo de un museo non nado” (Filgueira Valverde 1936a: 9).

- b) A utilización da interpolación: “que Dios me non poña diante” (Acuña 1936: 21); “cando me eu teña afeito á vosa vida” (Acuña 1936: 70).

Este recurso pode ser empregado incorrectamente, algo habitual nos textos de comezos de século (Sánchez Rei 1999: 189), dando lugar a enunciados agramaticais: “Me non trabou de milagre” (Acuña 1936: 27).

As concesións a fenómenos dialectais, están na representación xa citada do seseo final, a utilización do verbo *faguer* (Acuña 1936: 60) e do adverbio *eiquí* (Acuña 1936: 38 e 68), cuxo uso foi claramente potenciado polo afán diferencialista. Mais a característica habitual deste período, o enxebrismo entendido como un abuso

deste fenómeno que dificulta considerabelmente a lectura, ten unha presenza menor da agardada neste texto, restrinxíndose a formas habituais e case consagradas na época. E iso aínda que Filgueira participe nese chamamento á recuperación do elemento enxebre, entendido como fuxida e defensa do español, procurando o refuxio no léxico rural e na literatura medieval, verdadeiras fontes lingüísticas:

Xustificar as moitas tachas do noso traballo sería darlle unha importancia que non ten. Ben coñecemos que está suxeito ás mais acedas críticas e á mais fonda revisión. Mais isto non amingoará a nosa ledicia ao termos posto as nosas cativas posibilidades ao servizo da grande Obra enxebriante, chamando a ela novos e mais asisados laboueiros (Filgueira Valverde, X. / Tobio Fernandes, L. / Magariños Negreira, M. / Cordal Carus 1926).

Aínda así, alén da galeguización de claros españolismos léxicos (como *carreteira* –Acuña 1936: 55), existen algúns hiperenxebrismos: *escadeiras* (Filgueira Valverde 1936a: 8), *sinceridade* (Filgueira Valverde 1936a: 10), *hourizonte* (Filgueira Valverde 1936a: 11) ou *primaveira* (Acuña 1936: 50). É tamén frecuente a vacilación entre solucións patrimoniais, eruditas e semieruditas para os cultismos, o que dá lugar a formas como *enxemplo* (Filgueira Valverde 1936a: 9), *cra-rexala* (Acuña 1936: 14), *espricas* (Acuña 1936: 42), *espricades* (Acuña 1936: 63).

O criterio diferencialista, xunto coa fuxida consciente do castelanismo, é o que explica a reiteración de formas como *anceios*<sup>23</sup> (Filgueira Valverde 1936a: 8), *arelas* (Acuña 1936: 52) e *degoiros* (Acuña 1936: 52), a substitución de *palabras*, *cabeza*, *subir* e *alto(s)* por *verbas* (Acuña 1936: 40, 69, 73 e 89), *testa* (Filgueira Valverde 1936a: 11 / Acuña 1936: 68), *rubir* (Filgueira Valverde 1936a: 8 e 12) e *outo(s)* (Filgueira Valverde 1936a: 12 / Acuña 1936: 24 e 92) e a preferencia de formas derivadas de *ollar* (Acuña 1936: 53 e 71) e *enxergar* (Acuña 1936: 52) no canto de *ver* ou *mirar*. A escolla léxica evidencia a procura dun léxico tradicional, moitas veces aplicado a novos conceptos: *avinza* (Filgueira Valverde 1936a: 7 e 10), *encetado* (Filgueira Valverde 1936a: 9), *merados* (Filgueira Valverde 1936a: 10), *xérmolo* (Filgueira Valverde 1936a: 11), *arredaría* (Acuña 1936: 68), *choutar* (Acuña 1936: 75), *inzado* (Acuña 1936: 92). A opción elixida non obvia a aparición de neoloxismos, como *sport* (Acuña 1936: 79) e a introdución de formas recollidas do portugués (como *após de* –Filgueira Valverde 1936a: 11), plenamente galegas segundo a filosofía lingüística máis xeral na época:

Entraban asimismo en nuestros propósitos hacer una relación de palabras portuguesas que no nos parecían propias del idioma gallego, pero después de consultar concienzudamente nuestros escritos de diversa índole de los siglos XIII, XIV, XV

<sup>23</sup> Para Santamarina (1995: 69), forma cunha grafía portuguesa por *anseios*, que mesmo remataría por dar un verbo *anceiar* inexistente en portugués.

y XVI y de esculcar de modo minucioso en el lenguaje hablado en la actualidad, hemos convenido en el abandono de tal tarea por considerarla inútil e ilógica, puesto que llegamos al pleno convencimiento comprobable por quien quiera, de que no existe término netamente portugués que no sea gallego, y viceversa; cosa que conviene subrayar para que no la desconozca nadie (Irmandades da Fala 1933).

Son tamén abundantes os vulgarismos, sempre desde unha perspectiva actual, pois é evidente que algunhas destas solucións eran vistas no galego escrito da época como pertencentes á norma padrón: *perfeución* (Acuña 1936: 26), *bunito* (Acuña 1936: 28), *bunitas* (Acuña 1936: 82), *frábica*, *arbres* (Acuña 1936: 50), *probe* (Acuña 1963: 63), *leutricidá*<sup>24</sup> (Acuña 1936: 87).

A esta descrición hai que sumar o emprego de arcaísmos: *vegadas* (Filgueira Valverde 1936a: 12), *tíduo* (Acuña 1936: 14) ou *door* (Acuña 1936: 40).

Canto aos castellanismos, as formas empregadas son aquelas frecuentes no galego popular, moitas veces cun forte valor expresivo: *grado* (Filgueira Valverde 1936a: 10), *leer* (Filgueira Valverde 1936a: 12), *lee*, *créedesme* (Filgueira Valverde 1936a: 14), *caballero*, *pinal*<sup>25</sup> (Acuña 1936: 21), *bueno* (Acuña 1936: 24, 29, 41 e 71), *Dios* (Acuña 1936: 24, 43 e 62), *verdá* (Acuña 1936: 60), *señardá* (Acuña 1936: 67), *andivese* (Acuña 1936: 72), *andivemos* (Acuña 1936: 86), *inxenieros* (Acuña 1936: 74), *moicedá* (Acuña 1936: 92).

Especialmente relevante é o emprego dun español agalegado, dificilmente asumíbel como correcto, mais que contribúe ao retrato dexenerado e corrupto que se fai dunhas clases só preocupadas pola aparencia, os cartos e o lecer. Vexamos algún exemplo non só de galeguismos léxicos, senón tamén morfosintácticos<sup>26</sup>: “El coche no carburaba bien. Y, a veces, me tiene fallado en la dirección” (Acuña 1936: 31); “Siempre a meterse donde no los llaman” (Acuña 1936: 32); “Y sois más nuevos” (Acuña 1936: 34); “A ver si te vas tú, mangallón, que ahora dá vergüenza ser amigo tuyo” (Acuña 1936: 35); “Que bruto! Por una apuesta. Una cosa así. No las cavi-lan!” (Acuña 1936: 44).

Atendéndonos ás actitudes e comportamentos, é evidente o desprezo e desconsideración que teñen os “pitos cairos” polo idioma, asegurando que “eso es cosa de

<sup>24</sup> É o xogo de Xan-ciño xa co seu ser renovado o que leva a formular este vulgarismo, probabelmente a deformación que agardaría o rapaz da cidade con quen dialoga finxindo non ter noticia das modernidades da urbe. Convértese así nunha demostración do dominio de diferentes variantes e nunha loita contra a ridiculización da fala popular.

<sup>25</sup> Mais D. Enrique ha falar máis adiante dos *piñeiros* (Acuña 1936: 74).

<sup>26</sup> Nótese, neste sentido, a frecuencia da aparición de perfrases verbais propias do galego e da introdución do infinitivo xerundial que, como xa vimos noutros exemplos, é utilizado tamén nos diálogos en galego.

criados” (Acuña 1936: 55), que “Así vendrá luego el comunismo” e exixindo a Nito que fale “en cristiano” (Acuña 1936: 57). Igualmente, fica en evidencia a sorpresa da mudanza lingüística de Nito, que pasa agora a se identificar co grupo de rapaces da aldea, pois, ao falar coma eles, “Xa non somella o señorito Juan”. O funcionamento do idioma como marca de clase social será aínda factor fundamental do encontro producido no remate entre un señorito coruñés e Nito, incapaz o primeiro de considerar a posibilidade de o segundo se estar expresando na lingua do pobo.

## 6. Conclusións

A interacción de dous códigos lingüísticos responde en todo o momento a unha intencionalidade exemplificadora de comportamentos e actitudes que se pretenden mudar, e, nese sentido, a mensaxe que se transmite é claramente rupturista da diglosia habitual na sociedade que se describe. O discurso da peza está dominado por unha alternancia de linguas e variedades perfectamente deseñada e dirixida polo seu autor, e non pode, por tanto, ser incluída sen máis, no caixón de obras bilingües ou diglósicas, ao se sustentar xustamente na idea de facer evidente esa situación para rematar con ela. A súa intención principal é contribuír a ese renacemento lingüístico que posibilitou que se percorrese o camiño ás orixes, para Filgueira, como para moitos, encarnados na tradición labrega, a única non alienada pola cultura dominante. Nas palabras que el e outros autores<sup>27</sup> asumiran, chegaran novos tempos:

O idioma galego que chegou, asoballado pol-o castelán, a arrecantarse nas aldeias, fuxindo da burocracia alleeira das vilas, a vella fala dos Cancioeiros, que fora língoa poética no meioevo das terras occidentaes, veu a usarse en noxentas antroidadas e o pobo mesmo tivo a míngoa o empregal~a. Mais en poucos anos de renacemento reconquero a súa sona literaria, escadou a poucos os boletís, entrou a furto nas conversas, acougou nos xuntoiros e con forte pulo leva camiño de superar, no presente rexurdimento, as antigas grolias (Filgueira Valverde, X. / Tobio Fernandes, L. / Magariños Negreira, M. / Cordal Carus 1926).

<sup>27</sup> Como Antón Vilar Ponte, outro dos defensores da procura da esencia da galegitude no mundo aldeán: “Hasta ahora, a través de nuestra larga decadencia, sólo los labriegos, los aldeanos fueron artistas gallegos dignos de tal nombre. Porque ellos cultivaron y conservaron las cántigas, los bailes, las tradiciones, el culto a la tierra, la riqueza del idioma; sólo ellos, con sus almas influidas por el paisaje, supieron subsumir el propio ser en la eterna armonía del pedazo de cosmos donde Dios le dio vida. Todos los elementos privativos del arte indígena quedaron perpetuados por ellos solamente en la pantalla del tiempo. Sin ellos, Galicia en el pórtico del futuro vería escrito el “lasciati ogni speranza”, que Dante leyó en el liminar del Infierno. Los otros gallegos, los gallegos urbanos, los gallegos de partida bautismal únicamente, con toda su ciencia y su arte no han hecho cosa fecunda ni de la menor transcendencia” (Villar Ponte, A. 1925: X).

Desde unha perspectiva lingüística, o modelo de galego de *Agromar* pertence ao que Carballo (1981b e 1988) ten denominado como fase supradialectal, situándose a cabalo entre a etapa enxebrista e a protoestándar sinalada por Fernández Salgado e Monteagudo Romero (1995). É evidente xa a esta altura en algúns autores, e entre eles nunha persoa vinculada á elaboración e reflexión sobre o corpus, a asunción das directrices emanadas das *Normas pra a unificación do idioma galego*, feitas públicas polo Seminario de Estudos Galegos en 1933. Aínda que este e outros textos con intención prescritiva publicados nestes anos teñan sido considerado como propostas insuficientemente socializadas<sup>28</sup>, a transición ao modelo protoestándar está xa realizada nos últimos anos da década dos 30, cun modelo moito máis próximo ao de Castelao no *Sempre en Galiza* que ao de Otero Pedrayo, exemplo habitual de diferencialismo lingüístico. Así pois, a simplificación gráfica, a redución das posibilidades dialectais na morfoloxía, unha certa moderación no diferencialismo e a readaptación de palabras populares para seren utilizadas noutros contextos ofrecen un esquema que ten moito a ver coa vontade manifesta do nacionalismo anterior á guerra civil española por dotar o idioma de todos aqueles elementos que contribúan ao seu prestixio e dignificación, entre eles, o seu estudo gramatical e léxico e a conformación dun modelo estándar de lingua.

## Referencias bibliográficas

- A[cuña], J. (pseudónimo de Filgueira Falverde, J.) (1933a): “‘Pepa Andrea’ Novela ñota de Pedro Guimarey esceficada por J. Pérez Parallé. Nós. Publicacións Galegas e imprenta. Santiago, 1933”, en *Logos* (X-1933) 34: 176.
- A[cuña], J. (pseudónimo de Filgueira Falverde, J.) (1933b): “Na Festa de Christo Rei do Ano Xubilar”, en *Logos* (X-1933) 34: 165-166.
- A[cuña], J. (pseudónimo de Filgueira Falverde, J.) (1933c): “‘Algunhas normas para a unificación do idioma galego’.-Seminario de Estudos Galegos. Santiago”, en *Logos* (XI-1933) 35: 192.
- A[cuña], J. (pseudónimo de Filgueira Falverde, J.) (1934a): “Novas da nosa Galicia”, en *Logos* 42: 87-88.
- A[cuña], J. (pseudónimo de Filgueira Falverde, J.) (1934b): “Bibliografía”, en *Logos* 43: 104.
- Acuña, J. (pseudónimo de Filgueira Valverde, X.) (Escolante) (1936): *Agromar. Farsa pra rapaces. Prólogo de Filgueira Valverde*. Teatro Escolar Galego (Lugo: Editorial “Palacios”).

<sup>28</sup> Algo con que non concorda Fernández Salgado (2000: 316) ao afirmar que estas normas foron asumidas por dúas das publicacións máis relevantes do momento: *Nós* e *A Nosa Terra*.

- Álvarez Ruiz de Ojeda, V. (1992): “Os que se ocultan: a práctica do pseudónimo na literatura galega”, en *Anuario de estudios literarios galegos*: 69-92 (Vigo: Galaxia).
- Beramendi, J. G. / Núñez Seixas, X. M. (1995): *O Nacionalismo Galego* (Vigo: A Nosa Terra).
- Beramendi, J. G. (1999): “Unha imaxe ambivalente e cambiante: os galegos segundo os galeguistas (1840-1959)”, en Kreemer, D. (ed.): *Actas do V Congreso Internacional de Estudios Galegos*: 3-21 (Trier: Edicións do Castro / Publicacións do Centro de Documentación de Galicia da Universidade de Trier).
- Bernárdez, C. L. / Ínsua, E. X. / Millán Otero, X. M. / Rei Romeu, M. / Tato Fontaiña, L. (2001): *Literatura Galega. Século XX* (Vigo: A Nosa Terra).
- Cabo Villaverde, M. (1999): “O ruralismo na construción do discurso político na Galicia da primeira metade do século XX”, en Dieter Kremer (ed.): *Actas do V Congreso Internacional de Estudios Galegos*. Volume I: 289-299.
- Carballo Calero, R. (1981a)[1963]: *Historia da literatura galega contemporánea* (Vigo: Galaxia).
- Carvalho Calero, R (1981b): “A constituición do galego como lingua escrita” en *Problemas de Língua Galega*: 37-51 (Lisboa: Sá da Costa Editora).
- Carballo Calero, R. (1988) [1972]: “A liña do galego literario”, *Grial*, 36: 129-137.
- Diéguez Cequiel, U. (2002): “Álvaro das Casas e a súa actividade política na Galiza republicana (1931-1936)”, en *A Trabe de Ouro* 49: 93-105.
- Fernández Salgado, B. / Monteagudo Romero, H. (1995): “Do galego literario ó galego común. O proceso de estandarización na época contemporánea”, en Monteagudo, H. (ed.): *Estudios de sociolingüística galega. Sobre a norma do galego culto*: 99-176 (Vigo: Galaxia).
- Fernández Salgado, B. (2000): *Os rudimentos da lingüística galega. Un estudio de textos lingüísticos galegos de principios do século XX (1913-1936)*. Anexo 47 de *Verba* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- Filgueira Valverde, J. (1924a): “Galicia recibe al nuevo arzobispo”, en *El Ideal Gallego*, 6-IV-1924.
- Filgueira Valverde, J. (1924b): “De una ingenua liturgia. La Nao del Corpus en Pontevedra”, en *Galicia* (Diario de Vigo) 582, 10-VIII-1924.
- Filgueira Valverde, J. (1925a): “La tuna”, en *El Ideal Gallego*, 8-II-1925.
- Filgueira Valverde, J. (1925b): “La estatua de San Francisco”, en *El Ideal Gallego*, 28-VII-1925.



- Filgueira Valverde, J. (1925c): “San Francisco en Santiago”, en *El Ideal Gallego*, 16-IX-1925.
- Filgueira Valverde, J. (1925d): “A Asís y Roma, cidades ‘meta de peregrinos’”, en *El Ideal Gallego*, 3-X-1925.
- Filgueira Valverde, X. (1925e): *Os nenos* (Pontevedra).
- Filgueira Valverde, X. / Tobio Fernandes, L. / Magariños Negreira, M. / Cordal Carus (1926): *Vocabulario Popular Galego-Castelán* (Vigo: Edición de El Pueblo Gallego).
- Filgueira Valverde, X. (1929): “Unha lección de Lousada Diéguez”, en *Nós* 71: 204-205.
- Filgueira Valverde, X. (1933a): “Henri Bremond (1865-1933)”, en *Logos* 34: 167-168.
- Filgueira Valverde, X. (1933b): “Leccións de Literatura Galega”.
- F[ilgueira] V[alverde], [X.] (1935): “Vieiros. Da táctica i-o apostolado”, en *Logos* 47: 105-107.
- Filgueira Valverde, X. (1936a): “Verbas limiares”, en Acuña, J. (pseudónimo de Filgueira Valverde, X.) (Escolante) (1936): *Agromar. Farsa pra rapaces. Prólogo de Filgueira Valverde*: 7-13. Teatro Escolar Galego (Lugo: Editorial “Palacios”).
- F[ilgueira] V[alverde], X. (1936b): “Vieiros. A Eirexa i-as linguas vernáculos”, en *Logos* 49: 51-54.
- Filgueira Valverde, X. (1969): “Aucto de como Santa María foi levada aos ceos pra a festa da Nosa Señora de Agosto”, en *Grial* 25: 325-340.
- Filgueira Valverde, X. (1979): “Os seudónimos de Otero Pedrayo”, en Filgueira Valverde, X.: *Adral*: 393-396 (Sada-A Coruña: O Castro).
- Filgueira Valverde, X. (1984): “Unha ollada ó teatro de Cotarelo”, en *Presencia de Armando Cotarelo en Galicia*: 59-81 (Santiago de Compostela: Dirección Xeral de Cultura da Xunta de Galicia).
- Freire Lestón, X. V. (1993): *Lembranzas dun mundo esquecido. Muller, política e sociedade na Galicia contemporánea. 1900-1939* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- García Barros, M. (1930): “Falemos na nosa fala”, en *Día de Galicia de 1930*: 1-8 (A Estrada: La Artística).
- Guimarey, P. [pseudónimo de Pérez Parallé, J. M<sup>a</sup>] (1933): *Pepa Andrea. Novela iñota de... esceificada por J. Pérez Parallé* (Santiago: Nós).
- Irmandades da Fala (1933): *Vocabulario castelano-gallego* (La Coruña: Moret).

- Isla Couto, X. (1932): “[Diario]”, en “Ultreya. 1ª Xeira (Misión Biolóxica de Galiza)”, *Nós* 107: 214-215.
- Monteagudo, H. (1991): “A modernización do léxico galego en *Sempre en Galiza* e a norma léxica do galego culto actual”, en Brea, M. / Fernández Rei, F. (coords.): *Homenaxe ó Profesor Constantino García*. Volume I: 293-320 (Santiago de Compostela: Departamento de Filoloxía Galega da Universidade de Santiago de Compostela).
- Moreno Villar, X. M. (1997): “O campo e a cidade na literatura e pensamento galegos”, en Fernández Salgado, B. (ed.): *Actas do IV Congreso Internacional de Estudos Galegos*: 323-332 (Oxford: Centro de Estudos Galegos).
- Nogueira, Mª X. (1997): “A utilización didáctica do corpus paratextual no estudio da literatura galega”, en Marco, A. (ed.): *Língua, literatura e arte. Aspectos didácticos. Actas do Seminario Interdisciplinar celebrado en Santiago do 24 ao 27 de abril de 1996*: 261-273 (Santiago de Compostela: Departamento de Didáctica da Língua e a Literatura da Universidade de Santiago).
- Quintana, X. R. / Valcárcel, M. (1988): *Ramón Otero Pedrayo. Vida, obra e pensamento* (Vigo: Ir Indo).
- Rabunhal, H. (1994): *Textos e contextos do teatro galego. 1671-1936* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Riobó, P. P. (2000): *O teatro galego contemporáneo (1936-1996)* (A Coruña: Biblioteca-Arquivo Teatral Francisco Pillado Mayor / Departamento de Filoloxías francesa e galego-portuguesa da Universidade da Coruña).
- Rios Bergantinhos, N. (2001): *A mulher no nacionalismo galego (1900-1936). Ideologia e realidade* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Rodríguez Díaz, R. (1935): *De volta pr’a terra. Comedia en dous cadros. 2ª parte de Cartas abertas*. (Buenos Aires: s.i.).
- Sánchez Rei, X. M. (1999): *Se o vós por ben teverdes. A interpolación pronominal en galego* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Santamarina, A. (1995): “Norma e estándar” en Monteagudo, H. (ed.) *Estudios de sociolingüística galega. Sobre a norma do galego culto*: 53-98 (Vigo: Galaxia).
- Seminario de Estudos Galegos (1933): *Algunhas normas pra a unificación do idioma galego* (Santiago: Nós).
- Tato Fontaiña, L. (1999): *Historia do teatro galego. Das orixes a 1936* (Vigo: A Nosa Terra).
- Varela, I. (1989): *La Universidad de Santiago (1900-36). Reforma universitaria y conflicto estudiantil* (Sada / A Coruña: Edicións do Castro).

Villar Ponte, A.(1922): *Almas Mortas. Novela Dialogada Cómico Tráxica, En Tres Estancias* (Ferrol: Céliuga, Nº 3).

Villar Ponte, A.(1924): “Palabras íntimas” en García Acuña, J.: *El idearium regionalista* (La Coruña: Ediciones de “El Noroeste”).

---

## ***Gramática da Lingua Galega*, de Rosario Álvarez e Xosé Xove (2002). Vigo, Galaxia**

---

Poucos meses despois da saída ao mercado editorial do *Manual de Gramática da lingua galega* de Xosé Ramón Freixeiro Mato, unha versión que sintetiza, sobre todo pola redución do aparato crítico, en 269 páxinas as case 1500 dos tres volumes anteriores, ofrecendo unha obra de aprendizaxe e consulta máis áxil e dirixida a un público máis amplo e heteroxéneo que a anterior, ve o lume unha nova *Gramática da Lingua Galega* de case 800 páxinas que pretende responder ás exixencias de accesibilidade e sentido práctico, dirixíndose tamén, aínda que non só, a persoas non especialistas na materia. A oportunidade da publicación de cantos textos contribúan a describir e analizar desde as máis diferentes perspectivas a gramática do noso idioma só merece parabéns aos seus autores por parte de todas as persoas comprometidas coa lingua e, fundamentalmente, daquelas que traballamos con ela no ámbito da educación.

Probablemente a extensión da obra obrigou á eliminación tanto de necesarias xustificacions teóricas (que poderían terse articulado como unha presentación inicial de maneira similar á renovadora *Nova Gramática para a aprendizaxe da lingua* ou ser incluídas no capítulo introdutorio), como dun aparato crítico en que se observasen as debidas contraídas e se contrastasen os seus posicionamentos con aqueles que algúns investigadores fixeron públicos nos últimos anos. En todo o caso, as frecuentes anotacións entre parénteses e as pormenorizadas explicacións ofrecen ao público lector unha interpretación, moitas veces persoal, tal e como se indica no limiar, dos fenómenos lingüísticos que se describen, superando neste sentido a *Gramática galega* que Galaxia publicara en 1986, con que comparte non só unha das autoras do texto, senón tamén unha mesma tradición filolóxica e investigadora ligada ao Instituto da Lingua Galega e aos criterios normativos defendidos por esta institución.

O volume componse de sete apartados precedidos por un breve limiar e seguidos dunha relación de abreviaturas e o índice xeral. O primeiro deles é unha introdución de 9 páxinas onde, por un lado, se dá conta, das diferentes variacións das linguas históricas aclarando as relacións entre unha lingua determinada e o seu estándar, e asumindo, no caso galego, as *Normas* oficiais hoxe vixentes, e, por outra parte, se sinalan as diferencias entre gramática descritiva e prescritiva, aspecto que Rosario Álvarez ten analizado noutras publicacións con anterioridade.

O segundo capítulo dedícase aos sons e a grafía, dividíndose á súa vez en dous grandes apartados: Fonoloxía e Fonética e Ortografía. Cómpre salientar a este respecto, na liña defendida por outros autores, a inclusión de regularidades e tendencias de pronuncia que, sen pretenderen ter unha validez universal, coaduxan na formación dun modelo oral para o noso idioma, tanto no referido ás vogais de grao medio como á falta de recomendación da utilización de fenómenos dialectais como a gheada ou o seseo nos rexistros elevados.

O terceiro capítulo, un dos máis novidosos, dedica, rompendo a habitualidade das gramáticas anteriores, 150 páxinas á descrición da unidade sintáctica de máis alto nivel, a oración. Distánciase aquí o texto do posicionamento de Costa Casas, González Refoxo, Morán Fraga e Rábade Castiñeira, seguido tamén por Freixeiro Mato, que entenden que a unidade sintáctica superior é a cláusula, sendo outras estruturas sempre recursivas do esquema da cláusula simple, reservando o termo de oración para a unidade non gradativa, equivalente ao tamén denominado como enunciado. Na estruturación interna deste apartado aparecen catro grandes bloques temáticos, se ben o peso maior recae sobre os dous primeiros: os constituíntes oracionais e as clases de oracións compostas, aos que hai que engadir as modalidades oracionais e a negación e a afirmación.

Tras un pequeno capítulo dedicado á frase, encontramos o núcleo forte da obra no capítulo V en que se inclúe a descrición das palabras e os morfemas. Ao longo de 450 páxinas asistimos, tras unha introdución teórica de conxunto, a unha pormenorizada descrición do verbo, substantivo, adxectivo, artigo e pronomes determinantes, pronome persoal, relativos, interrogativos e exclamativos, preposición, conxunción e interxección. A inclusión de cadros e a abondosa exemplificación facilitan a lectura dun texto en que se albisca a importante reflexión teórica previa, sustentada, como os autores indican, na ampla experiencia docente na Universidade. A inclusión de formas non contempladas pola normativa estándar, dando conta da súa existencia en certos rexistros da lingua (“cuxo”, p. 590), e a eliminación (en confronto coa *Gramática Galega* de 1986) de formas sospeitosas de seren castelanismos, como a perífrase formada por *houbera / houbese + participio*, modifica algúns dos postulados defendidos tradicionalmente, ampliando un horizonte de expectativas que, porén, se ven frustradas noutras ocasións. Así, continuamos a constatar a eliminación do futuro de subxuntivo das “realización modais de temporais de cada morfo” (ponto 4.4. do verbo), incluíndose unicamente ao falar do “Subxuntivo non-irreal” no apartado dedicado á categoría de tempo, defendendo que “O Fut. non é unha forma viva polo menos desde mediados do século XIX e non está integrada na conxugación como forma de uso, senón só como unha variante estilística” (p. 295). Aínda nesta liña, e discrepando de traballos que pretendían establecer un uso prescriptivo en determinados contextos, a utilización do infinitivo flexionado é sempre optativa, aspecto reiterado en diferentes ocasións (p.

307 e 309), algo que pode facilitar a súa desaparición ao reducir considerabelmente as súas posibilidades de emprego, e para o Subxuntivo pretérito insístease en equiparar as formas en *-ra* e en *-se*, aspectos que, desde o noso punto de vista, merecerían un tratamento especializado que argumentase ese posicionamento, sobre todo, tras o monumental traballo do profesor Freixeiro, un de cuxos méritos é o diálogo continuo con toda a tradición anterior. Neste sentido, non só sería lóxico dedicar un maior espazo a fenómenos que hoxe contan con monografías particulares de certa relevancia, como a interpolación, senón tamén a explicitación da diversidade de pareceres sobre cuestións polémicas, como a inclusión dos “posesivos de respecto” (p. 478) como formas plenamente galegas, pois, como se adianta no limiar, sen pretender ser unha gramática prescritiva, utiliza con frecuencia o contraste entre o que é correcto, o que é incorrecto e o que é dubidoso.

O sexto capítulo recolle todos os aspectos relativos á formación de palabras, cunha importante achega de exemplos e moitos cadros que clarifican as listaxes sempre áridas de prefixos e sufixos. Canto ao posicionamento xeral, cómpre subliñar a aposta por unha opción en que se establecen unicamente dous tipos: a derivación e composición, suprimindo a sempre polémica formación por parasíntese, reducida, dentro da derivación, a un tipo especial marcado pola circunfixación.

En definitiva, a *Gramática da Lingua Galega* únese ás diferentes existentes até o momento, sendo un produto que coadxuvará nunha maior e mellor utilización do noso idioma, cuxo resultado positivo está garantido polo aval que supón a discusión e aplicación práctica nas aulas do que agora cobra corpo nun texto que se suma ás aínda moitas necesidades desta lingua que moitas e moitos nos empeñamos en defender das agresións do español. Corresponde agora ás futuras xeracións, sen dúbida usuarias deste e doutros textos de carácter filolóxico, o papel de exercitar o seu dereito de utentes dunha lingua que ten que seguir camiñando dotándose de máis recursos que posibiliten a súa recuperación social.

Goretti Sanmartín Rei

---

***Aspectos Teóricos e Práticos da Tradução Científico-Técnica (Inglés > Galego), de Carlos Garrido (Associação Galega da Língua, 2001)***

---

Estamos perante unha obra de grande actualidade e de indubitable interese, que supón un contributo importante para un mellor coñecemento e difusión da lingua galega, instalándoa de forma teórica e práctica no cada vez máis necesario e útil ámbito da tradución científica. A ninguén se nos escapa a crecente importancia do inglés na sociedade actual e o previsíbel incremento do mesmo nun futuro inmediato, a se comportar, a cada paso máis, como un novo latín ou lingua franca internacional. Isto non o podemos obviar aínda aquelas persoas que estamos a traballar pola normalización da lingua galega e por unha sociedade que a asuma como vehículo natural e propio de comunicación en todos os contextos e usos sociais dentro da Galiza.

Por moi claro que teñamos isto, debemos ser tamén conscientes dos cambios que se están a producir na sociedade actual, tanto galega como europea e mundial. E, en consecuencia, debemos adaptar o noso discurso arredor da lingua ás novas circunstancias do momento e ás tendencias que apuntan para o porvir. Non por nos aferrarmos a vellos esquemas do pasado imos conseguir de forma máis eficaz garantirmos o futuro do galego neste novo milenio que comeza. Todo o contrario, se quixermos que este sobreviva, cumprirá revisarmos estratexias e obxectivos que na actualidade comezan a se nos revelar como inúteis e contraproducentes. Non podemos focar convenientemente os retos que hoxe o galego ten sen termos en conta as novas necesidades e os cambios producidos nunha sociedade que aspiramos a convencer da bondade e utilidade da lingua que nos transmitiron os nosos avós. Mais debe ficar claro que a sociedade en que vivemos non é a mesma que aquela en que estes o fixeron e que, portanto, tampouco é a mesma a situación da lingua nen poden ser as mesmas as receitas para loitarmos pola súa dignificación e normalización de usos.

Nunha sociedade eminentemente rural e cunha economía baseada na produción para o autoconsumo, onde a inmensa maioría tiña o galego como lingua de uso habitual e os meios de comunicación non posuían a capacidade actual de desgaleguización, semellaba totalmente lóxica a aspiración ao monolingüismo e, inclusive, podería ter maior xustificación a aposta por un modelo de galego isolacionista. Mais esa sociedade xa non existe nen semella posíbel que volva a existir. Co español como lingua habitual da xente nova, cada vez máis maioritaria, coa invasión de

meios de comunicación nesa mesma lingua até nos fogares máis afastados da nosa xeografía, e coas nosas cidades e vilas ateigadas de academias privadas para a aprendizaxe do inglés, cuxo coñecemento xa é exixido cada vez máis para o acceso a un posto de traballo dentro da Galiza e se torna imprescindible para unha cualificación profesional de máis proxección, unha nova sociedade se nos está a debuxar canto aos comportamentos lingüísticos, que tamén nos obriga a modificar ou adecuar algúns dos postulados a respeito do noso idioma.

É neste contexto onde gostaríamos de encadrar o comentario da obra de Carlos Garrido Rodrigues e é por isto que a cualificamos de moi oportuna, útil e proveitosa. Se quixermos garantir o futuro do galego, non poderemos mantelo á marxe da nova realidade social e do fenómeno do multilingüismo que se está a estender cada vez máis na sociedade occidental en que estamos inseridos e nun contexto mundial de globalización da economía, que, para ben ou para mal, se está a levar a cabo. Aínda recentemente a Unesco alertaba sobre o perigo de desaparición de moitas linguas no mundo, a incluír entre elas o galego. Para o conxurarmos temos de convencer a sociedade de que é unha lingua “extensa e útil”, como a cualificaron algúns dos nosos máis ilustres devanceiros, e iso conseguírase moito máis facilmente se a presentarmos dentro do seu ámbito natural, como unha variante do sistema lingüístico galego-portugués estendido por todo o mundo e xerado no noso propio territorio. O modelo de lingua que Carlos Garrido vén defendendo, e que tamén está presente nesta obra, camiña nesa dirección, seguindo as pautas normativas da AGAL. Outros tentamos ir por outra vía, na procura dun consenso básico que permitir reorientar o modelo oficial na dirección que consideramos conveniente sen producir fracturas entre os diferentes sectores comprometidos coa causa da lingua e procurando aunar o máximo de vontades posibles para dotarmos o galego dunha norma digna e estábel amplamente aceptada. No fondo, perseguimos un mesmo fin por camiños diferentes. Cal será o máis correcto? Á vista dos acontecementos derivados da proposta de reforma ortográfica de consenso entre os Departamentos universitarios de Filoloxía Galega e o ILG, e se a RAG non rectificara a súa sorprendente decisión nun período máis ou menos curto de tempo, teremos de recoñecer que quen defendemos aquel acordo normativo estábamos equivocados, pois o inmovilismo da institución referida imposibilitaría calquer mudanza e, portanto, talvez deberemos repensar a estratexia a seguirmos. O que algunhas persoas temos claro é que o galego non pode continuar na súa deriva suicida cara ao español e no progresivo distanciamento insensato do tronco común galego-portugués.

Ese galego extenso e útil que Carlos Garrido defende e practica ábrenos as portas ao mundo e permítenos estar presentes no ámbito europeo e internacional sen dependencias do español. Alén diso, a teoría e a práctica da tradución do inglés para galego tamén é unha ferramenta moi útil para nos incorporarmos ao discurso



e á técnica da tradución, cada vez máis necesaria, sen termos de depender da lingua que está a ameazar a propia existencia do galego. Como está a acontecer noutras sociedades en que existe conflito lingüístico, a irremediábel presenza do inglés pódese converter, adecuadamente aproveitada, nunha arma útil para frearmos o proceso de substitución lingüística hoxe en marcha na Galiza. De aí, pois, que novamente insistamos na oportunidade e utilidade desta obra, para alén de ser un instrumento de axuda na mellora da competencia lingüística en ambos os idiomas. Estamos firmemente convencidos de que aínda haberá que continuar a traballar máis por esta vía, pois cantos máis esforzos se fagan na comunicación directa do galego coa que hoxe por hoxe é a lingua máis utilizada nas relacións internacionais, mediante a tradución e por outros medios, máis estaremos a contribuir ao prestixio da nosa lingua e a romper dependencias con aquela que a ameaza.

Para defrontar o tema da tradución científico-técnica do inglés para galego ninguén semella máis competente do que o profesor Carlos Garrido, pois, para alén de doutor en Bioloxía, é licenciado en Tradución e Interpretación, coautor dunha monografía sobre a fauna ibérica de gastrópodos pulmonados nus, tradutor científico do inglés e do alemán (con varios textos de diferentes autores traducidos para galego-portugués), autor do *Dicionário Terminológico Quadrilíngüe de Zoologia dos Invertebrados* (1997) e do *Manual de Galego Científico* (2000), e Profesor Titular de Tradución de Textos Científico-Técnicos na Universidade de Vigo, para a obtención de cuxa praza, segundo o mesmo declara no “Prefácio”, o obrigado Proxecto Docente serviu de base desta nova obra, demostrándose, cando menos por unha vez, a utilidade daquel. Difícil sería, pois, presentar un currículo máis idóneo para poder levar a cabo un labor que exige, por unha parte, coñecimentos científicos e técnicos e, por outra, coñecimentos lingüísticos xerais e dominio das dúas linguas que interveñen no proceso de tradución.

Como o título explicita, o libro contén tanto aspectos teóricos como prácticos da tradución científico-técnica, a se converter dese modo nun importante contributo para unha teoría da tradución para a nosa lingua e ao mesmo tempo nun modelo de consulta e práctica correcta da mesma. Na realidade, teoría e praxe están presentes ao longo de toda a obra, pois constantemente se procura adecuada exemplificación que sirva de apoio ao extenso corpus teórico, que ocupa 255 páxinas das 305 que contén o volume. Dado o bon coñecimento da lingua por parte do autor e o seu modelo de galego depurado de interferencias castelanizantes, a lectura da obra resulta un excelente exercicio de corrección lingüística e unha moi boa oportunidade para avanzarmos na fixación dunhas escollas lexicais que nos insiran acadamente no noso propio sistema lingüístico e nos afasten do modelo españolizador dominante (fixémonos, por exemplo, nos casos expostos na páxina 287: *enlatamento, congelaçom, filetagem, secagem, salga*, etc., frente a *enlatado, congelado, fileteado, secado* ou *salgaçom*). As persoas interesadas pola correspondencia direc-

ta entre estruturas e termos do inglés e do galego, sen a mediación do español, teñen aquí unha importante achega de material de grande utilidade, que permite tanto a mellora da competencia lingüística en galego como en inglés.

Os textos manexados para a tradución nas dúas linguas corresponden aos ramos das Matemáticas, das Ciencias Naturais e da Técnica, hoxe especialmente demandados nas encomendas de tradución debido á enorme importancia que o mundo da ciencia e da tecnoloxía adquiriu na nosa sociedade, en consonancia co que acorre nas do noso contorno. Está suficientemente claro que, se quixermos avanzar decididamente na normalización do galego, deberemos sen dúbida consagrar a súa presenza nestes ámbitos e en moitas ocasións teremos de nos servir da tradución de textos orixinariamente redixidos en inglés. Como moi ben afirma o autor no “Prefacio”, a tradución de textos científicos e técnicos para galego insérese “de pleno dereito na vanguardia do proceso de normalización que tenciona ganhar para esta lingua registros e ámbitos de funcionalidade comunicativa que tradicionalmente lle estivérom vedados”. Sirvan como exemplos disto os manuais de instrucións (p. 93), os folletos de medicamentos (p. 112), os artigos de vulgarización científico-técnica (p. 122) ou de revistas especializadas (p. 133), inclusive os *Abstracts* ou resumos de artigos das mesmas (p. 140), etc.

Segundo xa se indicou, a primeira parte da obra contén os fundamentos teóricos e metodolóxicos da tradución científico-técnica, entanto que unha segunda parte práctica, a se basear na tradución dun texto inglés do campo da pesca industrial (*Fishing Gear and Methods*), mostra a aplicación dos principios e conceptos contidos na primeira. Esta comeza cun capítulo intitulado “Conceito e alcance da tradución científico-técnica” (p. 11), onde se procura esclarecer o contido dos termos que incluí, para seguir co apartado “Natureza e metodoloxía da tradución científico-técnica” (26), que trata de caracterizar os textos científico-técnicos do punto de vista translativo, expón un modelo teórico de tradución científico-técnica e estuda a metodoloxía da mesma. O apartado seguinte, “Caracteres peculiares da tradución científico-técnica para galego” (p. 54), realiza un sintético percurso pola historia do galego para xustificar a situación diglósica en que actualmente se acha, factor que, por súa vez, condiciona o exercicio profesional da tradución, e analiza o cultivo da lingua galega no campo científico-técnico, cos lóxicos problemas a que se debe enfrentar, sobretudo de natureza terminolóxica e fraseolóxica pola inexistencia de modelos textuais e pola escaseza de materiais de consulta especificamente galegos, perante cuxa situación, con bon criterio ao noso entender, o autor propón “o recurso à bibliografía luso-brasileira, que, procedendo às adaptacións que forem oportunas, debe satisfacer a maioría das necesidades de consulta e referenda de que precisa o tradutor científico-técnico para galego” (p. 65).

No extenso apartado que vén a seguir, “As linguas especializadas da Ciéncia e da Técnica em inglés e em galego. Aspectos contrastivos e translativos” (pp. 66-235),

clarifícanse os conceptos de lingua común e de lingua especializada, tratando de analizar a relación entre ambas, realízase unha caracterización da linguaxe científico-técnica e estúdanse as linguas especializadas científico-técnicas inglesa e galega nos seus aspectos contrastivos e translativos, con atención aos niveis cultural, textual, sintagmático-oracional, lexical e para- e extralingüístico. Para alén de todo o contido teórico que encerra, con manexo de fontes bibliográficas acaídas e actualizadas, sobretudo en inglés e alemán, concédeselle atención práctica a cuestións tan relevantes na tradución do inglés para galego como son, por exemplo, os elementos de ligazón interoracional (*sentence links*), a correspondencia entre os diferentes tempos verbais, con especial atención ao futuro de Subxuntivo, á voz pasiva, tan usada en inglés, aos verbos modais, ás formas infinitas (*non-finite verb forms*), todas elas de grande importancia na tradución, sen deixar pasar a relevancia de o galego posuír un infinitivo flexionado que debe ser coidadosamente tido en consideración na tradución, etc.; alén disto, trátanse todas aquelas cuestións relevantes que fan referencia á constitución dos termos especializados en ambas as linguas e ao léxico en xeral: empréstimos e decalques, polisemia, conversión ou habilitación semántica, composición, derivación, abreviación ou braquigrafía, onomatopeia, variantes de nivel de lingua, variantes ‘nacionais’ (Reino Unido / USA, Portugal / Brasil), homonimia, homografía e sinonimia, termos parónimos, equivalencia imperfecta das nocións, falsos amigos (*false friends*), interferencias lingüísticas, etc., todos eles aspectos moi salientábeis tanto para establecermos unha correcta equivalencia entre as linguas (e portanto para unha boa práctica da tradución) como mesmo para fixarmos o léxico científico e técnico dunha lingua que, como o galego, estivo e aínda está suxeita a constantes interferencias que afectan especialmente o seu vocabulario especializado.

Termina a primeira parte sobre os aspectos teóricos da tradución, onde como vimos abundan tamén os exemplos prácticos, cunha reflexión sobre “A profissom do tradutor científico-técnico e as suas ferramentas de traballo” ( pp. 236-255), onde se ofrece unha visión panorámica da profisión de tradutor científico-técnico e dos recursos de que se vale para a levar a cabo, tanto non lingüísticos como lingüísticos (dicionarios, enciclopedias, glosarios e vocabularios científico-técnicos, bancos de datos terminolóxicos *on line*, libros de estilo e outras obras de consulta moi úteis para o tradutor).

A segunda parte, moito máis breve (pp. 257-290) e por iso talvez merecente doutro encadramento dentro da obra que reaxustase a súa estrutura externa, tendo en conta tamén que toda ela contén dalgún modo aspectos prácticos, analiza didacticamente os problemas e as estratexias da tradución para galego dun capítulo dun texto inglés sobre a pesca industrial, focaxe baseada na técnica do ‘estudo de caso’ que resulta de evidente valor exemplificador sobre aquilo que en todas as páxinas precedentes se teorizou. Complétase o volume co obrigado capítulo de bibliografía

citada, sen dúbida de grande interese para as persoas interesadas no tema, pois reúne as características de amplitude e actualización que a fan especialmente apta e recomendábel.

En resumo, estamos perante unha obra moi útil tanto para as persoas que no ámbito universitario se moven dentro do campo da tradución como para aquelas que se dedican en xeral á ardua tarefa de traduciren textos, moi especialmente se estes son de carácter científico-técnico e teñen como linguas de partida e de chegada, respectivamente, o inglés e o galego, aínda que a obra contén elementos suficientes como para a faceren interesante para todas as persoas preocupadas polo fenómeno translatoivo. É, pois, un libro moi recomendábel e oportuno nunha disciplina cada vez máis necesaria e importante tamén –ou especialmente– para a lingua galega, tan necesitada aínda de instrumentos e propostas que a fagan máis plenamente operativa e presente no ámbito do contacto entre linguas e de forma moi particular co inglés, idioma en que hoxe se xera o máis importante mercado de textos científico-técnicos que o galego debe traducir directamente se é que non quer ficar á marxe do progreso tecnolóxico e en dependencia cada vez maior da lingua que está a ameazar a súa supervivencia. Esta obra supón un paso adiante nesa dirección e por iso debemos congratularnos da súa aparición.

*Xosé Ramón Freixeiro Mato*